UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CÁSSIO ARRUDA BOECHAT

**O colono que virou suco:
Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura
paulista**

v. 1

São Paulo
2013

CÁSSIO ARRUDA BOECHAT

**O colono que virou suco:
Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista**

v. 1

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de
Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B669c BOECHAT, Cássio Arruda
O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado
e capital na modernização da citricultura paulista /
Cássio Arruda BOECHAT ; orientador Heinz Dieter
HEIDEMANN. - São Paulo, 2013.
567 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Citricultura. 2. Trabalho. 3. Colonização. 4.
Crise. 5. Cafeicultura. I. HEIDEMANN, Heinz Dieter,
orient. II. Título.

Autor: Cássio Arruda Boechat

Título: *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Ao meu primo Hugo A. M. Torres e
ao Robert Kurz:
símbolos pessoais da crueldade da interrupção trágica de diálogos irregulares, mas
extremamente importantes para mim.*

Agradecimentos

Esse negócio de agradecer é complicado. Mais ainda é escalonar quem ajudou mais e quem menos ao longo dos últimos quatro anos e meio, quem merece o registro e quem não. Acaso se pensar que, neste período, houve um tanto mais de vida além dessa pesquisa e que essa pesquisa não existe sem aquele tanto de vida do pesquisador e tudo que lhe rodeia, agradecer seria um prato cheio para a injustiça ou para transformar vivências amplas e significativas em conteúdos utilitários acionados por pessoas. Mas agradecer é preciso, tendo em conta sempre essas ressalvas. Principalmente, é preciso agradecer àqueles que desempenharam papéis diretos na concretização dessa tese, mas também àqueles que me deram uma força enorme no período.

Agradeço, portanto, antes de mais nada, à Julia, ao Miguel e ao Antônio, que estiveram aqui do meu lado, dizendo a hora de parar, para depois retomar, dando atenção e pedindo atenção e mostrando uma importante dimensão da insignificância de coisas que, às vezes, parecem tão grandes e a grandeza de outras (apenas aparentemente) menores.

Igualmente, fico muito grato ao esforço dos meus pais e irmãs (principalmente a Heloísa junto com a sua turma), sobretudo nos últimos momentos e durante os trabalhos de campo, em especial na ajuda com as crianças. Quanto a isso, estendo a gratidão aos amigos e ao pessoal da creche da USP, mas dou um especial “obrigado” à Mônica, ao Erick e à Luísa pela constância de acolher o Miguel, neste último ano. O mesmo digo para a Enilde, sobre o acolhimento dos seus netos.

Quanto aos meus pais, esta pesquisa certamente não ocorreria como ocorreu sem eles. Foram meus guias de campo, conselheiros sobre assuntos da citricultura, tiradores e colocadores de dúvidas e motivadores. Acredito muito que esta tese tem uma dimensão de tentativa de entender as contradições em que eles vivem e nas quais eu fui em parte criado. Também na mesma linha, agradeço aos meus avós de Bebedouro pelas seguidas entrevistas, dicas, entusiasmos e questões levantadas.

Longe dali, teve semelhante importância a convivência nos grupos de estudos que participei na USP, nestes últimos dez anos. Cito, para recordar, os de estudos do pensamento clássico brasileiro que fizemos no IEB, os de leitura de *O capital* que fizemos em casa e o de quintas no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR), que frequentei por um tempo. Porém, o mais constante e decisivo na minha formação tem sido o de leitura de textos do *Grupo Krisis/ Exit*, às sextas no mesmo LABUR. Boa parte das discussões “infundáveis” que aparece nesta tese decorre dos debates não-especializados nestes grupos, sendo eu, aos seus muitos participantes, muito grato pela experiência compartilhada num ambiente de colaboração e questionamento aberto, algo cada vez mais raro na universidade.

O contato mais próximo com o Dieter vem daí e ele se transformou numa relação de orientador e orientando bastante aberta e leve. Assim, a sua “ajuda” não foi exatamente uma de caráter didático e menos ainda a de “conduzir” os caminhos da pesquisa. Enxergo na sua postura um respeito por mim e tenho o mesmo por ele.

Tenho um especial carinho e agradecimento a ser registrado pelos amigos mais próximos com quem morei durante os anos de 2006 a 2010 e que seguiram por perto (alguns nem tanto) nos últimos anos: Carol, Fábio, Teresa, Fred, Gláuco, Mamá, Daniel, Carolzinha, Ana Flor, Maria, Paulinha, Luís e Tetê. A todos estes não preciso dar qualquer explicação para o agradecimento, para com isso não reduzir a um motivo específico a importância do que passamos.

Agradeço encarecidamente aos entrevistados que dedicaram muitas horas às conversas comigo, durante os trabalhos de campo, e que, com isso, colaboraram para um entendimento das contradições históricas que os livros, em geral, reduzem à lógica. Não que eu tenha

conseguido reproduzir essas falas à altura, mas busquei, na medida do possível, respeitá-las e não fazer uma edição interessada.

Agora, é essencial indicar ajudas pontuais que foram fundamentais para o encaminhamento desta tese.

A começar pela ajuda dada por Plácido, Natal, Sinomar, Luís Martinato, Carlinhos, Caleb, João e Nelson nos contatos, caminhos, caronas, conversas, telefonemas, etc. durante os trabalhos de campo.

A digitação das centenas de páginas da Folha de Pagamentos das fazendas estudadas tinha sido por mim abandonada quando Simone se engajou na continuação deste trabalho enfadonho e aparentemente sem fim ou propósito, compondo tabelas quilométricas de Excel. O tratamento dessas tabelas teria sido impossível sem a assessoria de Márcio Borella e as dicas pontuais de Lenita e da Paulinha.

A revisão de partes do texto foi feita por Fábio, Daniel, Carol, Julia, Erick e Carlão, que fizeram comentários importantes e me estimularam continuamente. Paulinha digitalizou alguns mapas que, infelizmente, não tiveram espaço para entrar em meio à rotina corrida da contagem regressiva (e absurda) para a entrega.

A diagramação final e a ajuda nos recursos de editoração de texto foram feitas pela Mônica, que se dispôs a trabalhar intensamente nos últimos dias de escrita.

Como se vê, portanto, uma tese não resulta de um trabalho individual isolado, embora sua elaboração, por vezes, exija um cruel distanciamento. De todo modo, assumo a responsabilidade integral do que segue adiante escrito.

*

Esta pesquisa contou com bolsa da CAPES, por dois meses no ano de 2010, e com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a partir de novembro de 2010.

RESUMO

Esta tese discorre sobre o processo de constituição da citricultura paulista e sua modernização a partir dos anos 1960, articulando essa constituição com a expansão da cafeicultura pelo interior de São Paulo e com as suas crises. Procuramos, na análise desses processos, enfatizar o sistema de trabalho do colonato para a cafeicultura, debatendo suas contradições bem como suas interpretações na literatura. O fim do colonato, por sua vez, foi estudado a partir das particularidades encontradas em trabalho de campo, culminando em formas precarizadas de trabalho agrícola. O papel da educação e dos institutos de pesquisa foi outro tema debatido, como elemento fundamental para a modernização da agricultura. Quanto a esta, circundamos as transformações nas formas de ser do Estado e em como este conduziu políticas visando à diversificação de produções agropecuárias, entre as quais a citricultura. Mais do que diversificar, encontramos no desdobrar dessa modernização uma transformação radical no modo de se produzir laranjas, na forma de se explorar o trabalho e na destinação dessas mercadorias como matéria-prima de uma indústria processadora, instalada no interior paulista a partir dos anos 1960. A crise da citricultura e o papel do associativismo e da política como mediação de conflitos foram tratados ao final, já no contexto de um processo global de financeirização. Esta tese procurou recuperar historicamente elementos dessa realidade modernizada, compreendendo a modernização como um processo que delineia uma crise interna na acumulação de capital e como um processo de autonomização das categorias de terra, trabalho e capital.

Palavras-chave: Citricultura; Trabalho; Crise; Autonomização do capital; Financeirização; Colonato.

ABSTRACT

This Doctorate dissertation deals with the process of the State of São Paulo citrus production establishment and its modernization from the 1960s onwards. It articulates this establishment to the coffee production expansion within this State and its crises. Nevertheless, in the analysis of such process, we focused the matter of the work system in coffee production called *colonato*, discussing its contradictions as well as its interpretation in literature. The end of the *colonato* system was studied from the particularities found in field works, giving birth to new lower standardized work forms in agriculture. The role of education and of research institutes was another debated theme, understood here as a fundamental element of agriculture modernization. As far as this modernization is concern, we sought the changes in the forms of the State itself and how it conducted policies aiming at the diversification of agricultural productions, among which citrus production was included. More than diversification, we found a radical transformation in the way to produce oranges, also in the way of exploiting work and in the destination of those commodities as raw material to a processing industry, established in the 1960s. This dissertation grasped historical elements of such modernized reality, comprehending the process as developing an internal crisis to the accumulation of capital, as well as the autonomization process of the categories of lad, work and capital.

Key-words: Citrus Production; Work; Capital Autonomization; Financialization; Colonato.

Sumário

Apresentação	6
Capítulo I	15
Condicionantes da expansão citrícola e a proposta de uma perspectiva crítica	15
Relação da expansão da citricultura com a da cafeicultura	15
Comentários sobre a discussão de frente pioneira	18
Comentários sobre o encontro da expansão da pecuária com a expansão da cafeicultura	21
Comentários sobre as fases da expansão cafeeira e a localização das áreas de consolidação da citricultura paulista	30
O estudo econômico-demográfico da zona pioneira	30
O estudo sistemático e geográfico da zona pioneira	34
O estudo regional da zona pioneira visto pela sua autocrítica	47
A expansão extensiva do capital pelo ponto de vista da expansão da citricultura	68
O estudo da expansão citrícola pela geografia agrária estatística e seus claros limites	68
Um estudo de Geografia agrária sobre a citricultura em Limeira	77
Um estudo de Geografia agrária sobre a citricultura em Bebedouro	91
Uma perspectiva crítica para a Geografia agrária	101
Capítulo II	112
A busca do sentido em distintas formas de colonização e a falta de sentido da busca	112
PARTE I	113
Colonização em três sentidos?	114
A colonização como sistema e como ascensão de um sistema que a critica	116
A longa liquidação de fundamentos do sistema colonial	135
O outro “sentido da colonização” na colonização sistemática	144
A lei geral de acumulação perseguida pela reprodução do colonato	164
Conclusão parcial: As contradições do colonato e a oposição de suas interpretações	173
PARTE II	183
O colono que virou suco – o fim do colonato em Monte Verde	184
Colonos e camaradas na crise da expansão extensiva da cafeicultura em Monte Verde	185
O cotidiano em transformação registrado numa caderneta de trabalho de um camarada e na fala de outros	198
Características gerais da Folha de Pagamento das fazendas Monte Verde e São José	226
Uma breve contextualização	226
A apresentação e a descrição dos documentos	229
Uma contabilidade de mão dupla	229
Os trabalhadores regulares	232
O quadro de funcionários (nem tão) permanentes das fazendas ao longo dos anos pesquisados	234
A ascensão dos avulsos	239
Da Folha dos Empreiteiros aos empreiteiros das folhas	241
A Folha da Catação	249

Outras indicações marginais: os auxílios e novos direitos dos trabalhadores _____	250
Outras indicações marginais: a colheita de laranja _____	252
Comentários sobre os rendimentos gerais e de categorias de trabalhadores das fazendas Monte Verde e São José (1963-1973) _____	254
Os rendimentos mais gerais dos trabalhadores _____	258
O período de 1963 a 1966 _____	258
O período de 1967 a 1970 _____	261
O período de 1971 a 1973 _____	263
Conclusão parcial: o fim do colonato na área estudada _____	265

Volume 2

Capítulo III _____ 277

Formação do trabalho complexo, autonomização do capital que rende juros e crise do capital citrícola _____ 277

PARTE I _____ 278

A técnica como novo fundamento de reprodução (e representação) social e a ascensão da citricultura técnica _____ 279

O Relatório Dierberger e a perspectiva de racionalização da exportação de laranjas _____	280
As personificações dos “primórdios” da citricultura _____	285
O bacharelismo e o desejo de modernização da agricultura _____	289
A trajetória de um bacharel buscando a modernização da agricultura e promovendo a modernização do bacharelismo _____	298
Condicionantes e consolidação da citricultura técnica, e a sua “auto-teorização” _____	315
A constituição da “técnica” da citricultura técnica _____	324
A autonomização da ciência e sua relação com a modernização, a burocratização e a espetacularização social _____	329

PARTE II _____ 353

Crítica da fundamentação teórica da discussão de custos de produção e a limitação histórica do desenvolvimento da citricultura técnica _____ 354

Os estudos de custo de produção total do IEA e suas limitações _____	355
O estudo do custo de produção como fetiche do capital: uma questão metodológica? _____	369
Repensando a difusão de inovações técnicas, seu planejamento no pós-guerra e suas barreiras _____	377
A afirmação e as limitações da modernização da agricultura do pós-guerra no bojo do planejamento e da política de substituição de importações _____	384
O planejamento de uma política de crédito rural nacional e sua relação com a financeirização do capital _____	392
A dupla industrialização da citricultura e a sua “dependência” do Estado _____	401
A redução metodológica do IEA e sua aplicação na modernização crítica da agricultura _____	408
Conclusão parcial: O endividamento estruturante como expressão de uma modernização retardatária crítica _____	412

PARTE III _____ 422

A crise imanente do desenvolvimento do capital e o contraponto da política na citricultura pela ótica de suas personificações _____ 423

A reprodução crítica da citricultura e a expressão da crise da modernização da agricultura nos	
--	--

anos 1980 _____	423
A autonomização do capital que rende juros, a queda da taxa de lucro e a centralização do capital _____	431
A tendência à monopolização e as gradações da centralização de capitais na modernização retardatária da agricultura e da citricultura brasileiras _____	439
O cooperativismo, a política e a auto-regulação como tendências contrariantes à cartelização e de manutenção provisória da oligarquia regional? _____	447
QUARTA PARTE _____	481
O espetáculo da autodestruição do complexo citrícola como expressão difusa da crise da valorização do capital _____	481
A persistência da metodologia do custo operacional efetivo e o retorno da metodologia de custo total na produção do espetáculo produtivo e da política espetacular _____	481
Desdobramentos recentes da modernização crítica da citricultura _____	496
Deslocamento da expansão, controles de pragas e aumento da composição orgânica de capitais _____	496
O debate sobre os plantios próprios da indústria: eficiência e barganha _____	501
O adensamento dos pomares e as múltiplas concepções sobre a propriedade fundiária no capitalismo: eficiência ou crise da citricultura? _____	506
A modernização da circulação internacional do suco concentrado de laranja: eficiência ou barganha? _____	515
Novos conglomerados na citricultura e o acirramento da concorrência _____	520
O fim da Frutesp e suas muitas interpretações _____	524
A centralização recente da agroindústria citrícola e o controle espetacular do mercado de suco concentrado _____	528
O fim do contrato padrão e algumas de suas consequências _____	534
A expulsão do pequeno produtor da citricultura: falta de eficiência ou de poder de barganha? _____	539
Tentativa de compreensão da crise da citricultura articulada às suas particularidades mais recentes _____	544
Conclusão parcial: Nova conformação espetacular da política na citricultura? _____	551
Considerações finais _____	555
Referências bibliográficas _____	559

Tabelas e quadros

Tabela 1 – Representação da disposição de itens e do procedimento de registro na caderneta do camarada Benedito Paioli, Cajobi-SP, 1960.	199
Tabela 2 – Reajustes dos preços das diárias e sua periodização, segundo registros da caderneta de trabalho de Benedito Paioli (1960-1963).....	216
Tabela 3 – Reajustes dos preços das diárias e sua periodização, segundo registros da caderneta de trabalho de Benedito Paioli (1963-1965).....	221
Tabela 4 – Receitas agregadas de Benedito Paioli (1960-1965).....	223
Tabela 5 – Número de trabalhadores da Fazenda Monte Verde, 1955-1963.	234
Tabela 6 – Comparação geral de médias de rendimentos e de débitos entre as categorias das folhas de pagamento (1963-1973).	256
Tabela 7 – Produção de café (em toneladas) por município (1975-2010).	266
Tabela 8 – Produção de laranja (em toneladas) por município (1973-2010).....	266
Tabela 9 – Produção de feijão (em toneladas) por município (1973-2010).....	267
Tabela 10 – População residente total de Bebedouro, Olímpia e demais municípios emancipados (1910-2010).	271
Tabela 11 – População geral, urbana e rural e divisão percentual do município de Bebedouro (1940-2010).	272
Tabela 12 – População geral, urbana e rural e divisão percentual do município de Olímpia (1940-2010).	272
Tabela 13 – Relatório Dierberger & Cia. Custos de exportação de laranjas, mil-réis por caixa, 1927.	282
Tabela 14 – Capital necessário a ser investido na formação de pomar com 10.000 laranjeiras, em 1957. Custo por item, em cruzeiros.	317
Tabela 15 – Custo anual de formação de pomar citrícola de 10.000 árvores, em 1957. Custo anual de formação por árvore, em cruzeiros, e por categoria de custos.	319
Tabela 16 – Custo total da formação de pomar de 10.000 laranjeiras, em 1957, em cruzeiros. Percentual entre categorias de custo.	322
Tabela 17 - Custo de formação da cultura da laranja para 500 pés, São Paulo, 1969/70, em cruzeiros e em percentuais.....	363
Tabela 18 – Custo de produção da cultura da laranja para 500 pés, São Paulo, 1969/70, em cruzeiros e porcentagens.....	365
Tabela 19 – Valores e participações dos itens de custo do pomar em formação e em produção para a laranja, Estado de São Paulo, 1986/87.	426
Tabela 20 – Estimativa e distribuição percentual do custo operacional para a cultura de laranja para indústria, Pomar em produção, 1 hectare, 300 pés, Produção de 600 caixas de 40,8 kg, Região Norte do Estado de São Paulo, Safra 2000/01.....	484

Tabela 21 – Estimativa e distribuição percentual do custo operacional para a cultura de laranja para indústria, Pomar em produção, 1 hectare, 300 pés, produção de 600 caixas de 40,8 kg, Região Sul do Estado de São Paulo, Safra 2000/01.....	485
Tabela 22 – Estimativa de evolução da utilização de mão-de-obra comum e de trator/tratorista e equipamento nos tratos culturais (1), na formação (2) e na produção (3) na cultura de laranja para indústria, 1 hectare, Região Norte do Estado de São Paulo, safras 1988.....	486
Tabela 23 – Itens considerados em estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo.	489
Tabela 24 – Estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo (em reais por hectare e em reais por caixa de 40,8 kg).....	491
Tabela 25 – Estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo (em reais por caixa de 40,8 kg).....	492
Tabela 26 – Indicadores de concentração na indústria de suco concentrado de laranja, São Paulo,	528
Tabela 27 – Preços médios na Bolsa de Valores de Nova Iorque e nos portos da Europa e Volume total de suco de laranja exportado, entre 2000 e 2010.	531
Tabela 28 – Evolução do preço médio anual da caixa de laranja pago pela indústria, em dólares, e do preço médio anual de exportação do suco de laranja concentrado e congelado, em dólares por toneladas - de 1987/88 a 1996/97	536
Tabela 29 – Variação do número de estabelecimentos produtores de laranja por grupo de área, no estado de São Paulo, entre 1985/86 e 1995/96	540
Tabela 30 – Distribuição dos imóveis e da produção, segundo o tamanho do estabelecimento produtor de laranjas, no estado de São Paulo, entre 1985/86 e 1995/96.	541
 Quadro 1 – Evolução das participações dos itens de custo no custo operacional total da cultura da laranja, Estado de São Paulo, 1979/80 - 1986/87.	428

Apresentação

Podemos iniciar essa apresentação delineando, de maneira abrangente, algumas visões sobre os principais aspectos da citricultura paulista que são comuns nos mais diversos trabalhos científicos e técnicos sobre o setor. Esse ponto de partida estará subentendido na abordagem histórica e metodológica que procuraremos fazer nesse texto, sendo para nós antes o ponto de chegada que desejamos problematizar.

A citricultura que a maioria dos trabalhos recentes parece abordar, em geral pela perspectiva do complexo agroindustrial, caracteriza-se por uma produção da mercadoria, no mais das vezes a laranja, para o seu processamento na indústria, que resulta principalmente na produção do suco concentrado de laranja (embora haja diversos subprodutos), cujo mercado consumidor é apontado como sendo primordialmente o europeu. Essa produção, que integra agricultura e indústria e é vista como eminentemente moderna e importante para o país, é, ainda, apresentada como se dando, quanto à produção agrícola inicial, em estabelecimentos de tamanho médio a grande (com mais de 100 hectares) que se valem do uso de maquinários e insumos agrícolas modernos.

Também se caracterizam essa citricultura e a indústria de sucos pelo emprego, em maior grau, de “mão de obra” assalariada tanto no cultivo, como no trato e na colheita, bem como nos posteriores processos industriais. Alguns autores, entretanto, indicam um maior número de pequenos produtores de laranja compondo o “setor”. Na verdade, esse número é seguidamente minimizado pela tendência apontada da sua diminuição e pela importância declinante da produção desses pequenos produtores, na comparação com as porcentagens produzidas pelos maiores citricultores, o que inclui aliás as próprias indústrias de suco. É bem verdade, há que se já deixar registrado, não faltam os que denunciam esse processo de concentração (a rigor, de centralização de capital).

Além disso, no que se refere à predominância do emprego do trabalho assalariado, ou à tendência de aumento do mesmo, os dados apresentados não deixam de ressaltar um elevado percentual de emprego do trabalho familiar, em geral associado àquela produção citrícola em pequenos estabelecimentos.

Ainda, as diversas etapas do associativismo das entidades de representação dos envolvidos no “setor”, ou também as etapas do uso do crédito agrícola disponível, e mesmo dos tipos de contrato entre as partes e das formas de emprego e de contrato dos trabalhadores

da colheita são pontos que norteiam alguns dos trabalhos sobre o tema.

Por fim, registra-se normalmente a concentração espacial da produção, tanto dos laranjais como das indústrias de suco concentrado, nos municípios que vão das proximidades de Limeira para o noroeste do estado, passando por Araraquara, Matão, Bebedouro, Colina, Olímpia até as proximidades de São José do Rio Preto, naquilo que já foi considerado como o “cinturão citrícola” ou o “corredor citrícola”, embora uma recente expansão esteja se dando em municípios à margem esquerda do rio Tietê e mais a sudoeste do estado, como também no Triângulo Mineiro.

É este um panorama geral do quadro do setor produtivo tal qual apresentado em muitos trabalhos científicos sobre o tema, aludidos aqui apressadamente em razão da retomada mais cuidadosa que será feita nesta tese; mas cabe fazermos também uma breve menção às explicações de origem desse quadro.

Ao processo histórico de formação desse complexo agroindustrial (CAI) se costumam lhe dar como marco de início os anos de 1962 ou 1963, quando as primeiras indústrias de suco concentrado de laranja se instalaram em Araraquara e Bebedouro, no estado de São Paulo. Se, para muitos autores, a explicação começa com as geadas destruindo parcialmente os pomares da Flórida, alguns logo relacionam tal início à formalização de uma política federal de crédito agrícola. Seguidamente, porém, aponta-se para a existência de uma produção local de laranjas para a exportação de frutas *in natura* anterior a estas datas e mesmo incentivando a instalação dessas indústrias de suco nessas localidades.

Dessa maneira, é nosso interesse aqui repensar como o referido quadro se constituiu e tratar mais detidamente alguns pontos que parecem ser tomados como algo dado, na caracterização reiterada e especializada de um “setor”. Assim, antes de chegar à discussão sobre a industrialização da agricultura ou da integração do CAI, ou mesmo da constituição de um Estado autonomizado do capital que pode financiar com a dívida pública as transformações acima aludidas, propomos aqui um caminho interpretativo que começa por repensar a constituição tanto das grandes como das médias e pequenas propriedades produtoras de laranja. A análise passará, com isso, por interligar a questão da formação da propriedade fundiária em São Paulo com a formação da categoria do trabalhador rural assalariado que se apresenta nessa produção. E passará, ainda, por retomar aquela citricultura anterior a este “quadro” e tentar compreendê-la no processo de crise da cafeicultura, sobretudo a partir da década de 1930.

Como compreendemos, num primeiro nível de análise, o aspecto de modernidade salientado naqueles trabalhos como uma intensificação do capital aplicado à agricultura, retomaremos um processo que se pauta pela expansão extensiva de um capital, que, por isso mesmo, é talvez visto como menos moderno, ou mesmo atrasado, na relação com aquele com maior composição orgânica. Essa mesma intensificação do capital será analisada, posto que, ao ser colocada como solução para as recorrentes crises da cafeicultura, sintetiza uma mudança de forma da reprodução do capital, mas apresenta, também ela, suas contradições.

Porém, é bom deixar claro que procuramos questionar a dicotomia atraso/moderno. Para isso, é necessário partir do *sentido da colonização*, o de produzir mercadorias tropicais para o mercado europeu, como critério de inserção da história colonial do Brasil na história *moderna* mundial (Prado Jr., 2000; introdução). Como mencionamos acima, a produção de suco concentrado também é, em sua maior parte, feita para o mercado europeu, mas nem por isso queremos igualar as referidas relações sociais de produção por trás das mercadorias. Isto é, não acreditamos que a produção de mercadorias na Colônia e a atual sejam de alguma maneira iguais, senão que sejam produção de *mercadorias*. Se o processo social de troca e de produção para a troca faz e permite esse tipo de abstração que iguala aspectos concretamente diferentes, é necessário tomar o caminho da crítica a esse processo e revelar as particularidades abstraídas.

Desse modo, o que pode ser tomado como “atrasado” será analisado como moderno, do ponto de vista da *forma social* (forma mercadoria) e das possibilidades de sua reprodução nas condições particulares que encontra, mas o revelar dos processos de produção e reprodução dessa forma mostrarão que há ali um descompasso com padrões sociais já (ou mais) autonomizados nos países centrais, onde os critérios de modernidade eram atualizados, e, portanto, uma não-simultaneidade do Brasil, que implicará em políticas modernizadoras. Retomaremos essa sinuosa questão sobretudo ao abordar o sistema de trabalho do colonato, que preponderava na cafeicultura, e ao contrapô-lo ao assalariamento propriamente dito, de maneira que iniciaremos esta tese com uma abordagem da história da citricultura articulada à expansão da cafeicultura.

*

Apresentemos, de antemão, o plano geral do trabalho que o leitor tem em mãos. Esta tese está, portanto, organizada em três capítulos extensos. O primeiro deles se centra nas questões acerca da *terra* e de sua constituição em propriedade fundiária (privada), como

também na recuperação de processos de expansões de produções agropecuárias, principalmente pelo interior do estado de São Paulo. O segundo visou um entendimento da “formação” do *trabalho*, principalmente do trabalho tido como *simples* na sociedade em que vivemos. O terceiro parte de uma formulação sobre a “formação” do trabalho tido como *complexo* para tratar depois do chamado “progresso técnico” e, portanto, como consequência, da crise do capital, particularmente na citricultura. Assim, a organização da tese remete, a princípio, aos pilares das categorias da Economia Política: terra, trabalho e capital.

A discussão sobre o “método da Economia Política” e a sua crítica está, pois, permeando este trabalho acadêmico e sua concepção. Salvo engano, segundo aquele que nos norteou na entrada nessa discussão, essas categorias fundamentais do pensamento econômico clássico seriam essenciais para a sistematização do olhar sobre a confusa mistura das mesmas na realidade empírica (ver Marx, 2005). Porém, essa mesma confusão da materialização cotidiana daquelas categorias deveria levar também a uma crítica de uma forma de pensar que pressupõe a separação das mesmas e a deduz na realidade. Por isso, quando apresentamos os capítulos no parágrafo acima, tentamos salientar que existem processos históricos se desenrolando em cada um. Daí as idéias de “constituição” da propriedade privada e de “expansão” da produção agropecuária; de “formação” do trabalho simples e do complexo; e de “progresso técnico” e crise do capital. Assim, terra, trabalho e capital não são categorias *em si* dadas de antemão.

Por outro lado, procuramos criticar essa mesma lógica dedutiva que se escora nas categorias da “fórmula trinitária”, quando esta busca apontar a ausência da formação autonomizada das mesmas categorias, para criticar a realidade como sendo, por isso, atrasada, subdesenvolvida, não moderna, etc. O dualismo surge desta contraposição e ele pressupõe o desdobramento na realidade daquela lógica. Os processos de intervenção na realidade que o pensamento dualista visa instaurar não vão ao cerne da crítica da lógica da separação. A violência decorrente desses processos tende a colocar outras formas de violência.

O primeiro capítulo que aqui apresentamos parte de uma recuperação das expansões da cafeicultura e da citricultura pelo estado de São Paulo, ao longo dos séculos XIX e XX, buscando suas semelhanças e diferenças. Ali lidamos com diversos autores, sobretudo geógrafos, que abordaram esses processos de expansão das referidas lavouras. Numa leitura minuciosa dessas obras, procuramos entender o que organiza o pensamento por trás das mesmas. De um modo geral, a discussão aí rondou a questão da *localização*, sua importância

e seus limites. Com isso, indicamos uma perspectiva para a Geografia agrária que permitisse uma crítica aos fundamentos daquelas expansões.

Para além disso, o papel da política coronelista a organizar a transição da posse da terra à propriedade fundiária foi ali tangenciado, bem como a própria discussão de fundo de que tanto o trabalho, como o capital e a terra estiveram sendo observados como que fundidos uns aos outros nesta mesma transição, o que vale também para a política. Assim, o posseiro, tendo acesso parcial à terra, não pode ser considerado como personificando apenas a categoria do trabalho, bem como o fazendeiro não pode ser visto apenas como capitalista ou proprietário fundiário, ou o coronel tampouco pode ser visto como um mero político. Enfim, a realidade mostrava que as categorias da Economia Política não estavam separadas, sequer aparentemente, e o processo de modernização tem, por assim dizer, o sentido de construir a divisão social do trabalho como totalidade aparente.

Este capítulo visa contribuir para a crítica da Economia Política no âmbito da Geografia agrária e delineia o movimento de territorialização do capital que está pressuposto nos capítulos seguintes.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre a colonização e os seus sentidos. Com isso, retomamos o entendimento clássico do marxismo brasileiro de que a territorialização do capital na Colônia constituiu parte do processo de acumulação primitiva européia, culminando na industrialização inglesa e na formação do operário assalariado, como categoria social fundamental. Essa formação européia, no entanto, ter-se-ia dado também por meio da grande lavoura e da mineração na Colônia, tocadas principalmente por trabalho escravo e com mecanismos de monopolização por parte da Metrópole. Enfim, a “modernidade” européia, com sua aparência de liberdade ampla e geral, se fundava também na escravidão e no monopólio evidente em suas colônias. O sentido da colonização era, pois, o de produzir mercadorias para a Europa e de fomentar sua acumulação original e acelerada. Este sentido, como ali abordamos, só poderia ser assim compreendido, no entanto, no momento de *síntese* do período colonial e isto acabava por abstrair relações que se deram no mesmo período e que não cumpriam diretamente este sentido.

A este entendimento procuramos contrapor aquele sobre uma nova forma de conceber a colonização, a partir do século XIX, quando o padrão industrial de produção, embasado em e embasando a contraditória liberdade do trabalhador, tendia a questionar a produção escravista e colonial de mercadorias. A pergunta que se colocava, então, era a de como

produzir mercadorias, obtendo lucros, sem utilizar escravos e num contexto de abundância de terras, no qual o trabalhador livre podia se retirar do mercado de trabalho, tornando-se possessor. O que o Estado “independente” podia fazer diante desse “problema”? O capítulo procura recuperar historicamente a resposta dada a tal pergunta. Para nós, o colonato surgiria como solução encontrada e a expansão cafeeira para o Oeste Paulista, apresentada sumariamente no capítulo anterior, seria assim explicada de maneira mais apropriada.

No entanto, esse segundo sentido da colonização se depararia constantemente com o acesso efetivo do trabalhador aos meios de produção. Por isso, o colonato se apresentaria também como um processo parcial de “campesinação”, ou de reposição de relações não especificamente capitalistas de produção. Assim, deixamos no ar a pergunta se esse desenvolvimento trazia um sentido diverso da colonização embutido exatamente na contradição do próprio colonato. Sentido esse, para o próprio trabalhador, de poder se reproduzir sem a mediação do salário, do emprego e do dinheiro.

Nossa resposta, dessa maneira, foi de considerar esse outro possível sentido da colonização, mas de também apontar um “fim” desse movimento como o da superação dessa possibilidade de acesso aos meios de produção. O momento da síntese do colonato, nos anos 1960, culminando na formação do trabalho do “bóia-fria” poderia, assim, revelar que o sentido desta colonização foi o de criar uma superpopulação relativa de trabalhadores expropriados. Ainda assim, essa síntese diz pouco sobre as relações sociais de produção particulares que a antecederam e que poderiam ter conduzido a outros e insondáveis desdobramentos históricos.

Nesta formulação, por mais que tenhamos dito, a princípio, que o segundo capítulo se centrava na questão da formação do trabalho simples, vemos uma dificuldade constante de enquadrar o colono como mera personificação da categoria trabalho. Mais uma vez, assim, a autonomização do capital esteve problematizada, como algo em processo.

Ainda sobre o segundo capítulo, tem-se em sua segunda parte uma descrição numa escala local do período final do colonato. Para tanto, analisamos ali documentos contábeis de duas fazendas e uma caderneta de trabalho, mesclando-os com entrevistas diversas feitas com ex-colonos, ex-camaradas, ex-escriturários e fazendeiros locais. Desse modo, procuramos ainda a interpretação para essas pessoas das contradições e do sentido do processo de modernização por elas vivenciado.

O terceiro capítulo é o que mais se desdobrou. Isto é, ao contrário dos anteriores,

estruturados em duas partes, o último se organizou em quatro. Na primeira delas, o foco esteve na formação de instituições de ensino e de pesquisa em São Paulo, principalmente aquelas que visaram modernizar a agricultura e a política de um modo geral. Com isso, nossa intenção foi a de pensar dois modelos de formação intelectual, condizentes com as formas de reprodução social que se opuseram na modernização da agricultura no período da segunda metade do século XIX para a primeira do século XX.

Nessa recuperação histórica, tivemos como interesse de fundo uma interpretação dos pressupostos da constituição do trabalho complexo na sociedade brasileira. Este tem relação com a necessidade de personificação do processo de modernização, materializado posteriormente na burocratização e na industrialização. Paralelamente, no entanto, tentamos ainda circundar a relação dessas instituições, e dos técnicos e agrônomos nelas formados e nelas trabalhando, com a primeira expansão da citricultura, que foi objeto de estudo do primeiro capítulo. Por isso, analisamos aí um estudo de custo de produção para a citricultura dos anos 1950.

Na segunda parte do terceiro capítulo, analisamos outro estudo de custos de produção para a citricultura dos anos 1970, embasado naquele primeiro. Apresentamos em seguida uma crítica aos seus fundamentos, a partir da formulação marxiana sobre o fetiche do capital. Além disso, realizamos uma interpretação para a ascensão de um modo de ser do Estado, ancorado no planejamento e em tensão com o coronelismo; condizente, pois, com as tentativas de industrialização do pós-guerra. Diante das limitações às tentativas de modernização da agricultura, procuramos analisar o papel do Estado e do capital financeiro na condução da superação dessas barreiras.

Seria este o contexto de onde surgiriam as indústrias de suco concentrado de laranja. Embora ele apareça normalmente como progresso, desenvolvimento técnico ou acumulação de riquezas, procuramos indicar uma crise se desdobrando simultaneamente à constituição dessas aparências.

Na terceira parte do terceiro capítulo, começamos analisando mais um estudo de custos de produção. Neste, porém, a crise da modernização da agricultura já se evidenciava, nos anos 1980, embora ali ela não fosse articulada ao próprio desenvolvimento do capital, mas como decorrência de uma financeirização excessiva. Diante disso, delineamos um tratamento teórico para dar conta dessa articulação, a fim de apresentá-la como decorrente da autonomização do capital que rende juros e da tendência de queda da taxa de lucro, indicando

a centralização do capital como fruto desses movimentos.

Isto se ligava, no que se refere à citricultura em particular, ao processo de industrialização da produção de laranjas e de suco concentrado de laranjas, rapidamente monopolizado pelas maiores indústrias processadoras, já nos anos 1970. Por fim, nesta mesma parte, pensamos se a política e o associativismo poderiam se apresentar como contrapontos a tal monopolização setorial. Para tanto, recuperamos os casos das empresas Frutesp, em Bebedouro, da Citrovale, em Olímpia, e da Montecitrus, em Monte Azul Paulista. Diferentes formas de associação de capitais, de influência política e de acessos aos meios de produção produzidos foram ali tratados, principalmente a partir de relatos de quem personificou parte desses capitais.

Na quarta e última parte do terceiro capítulo, tratamos de dois estudos recentes de custos de produção para a citricultura dos anos 1990 e 2000. A partir dessa análise, buscamos os desdobramentos contemporâneos daqueles processos de modernização analisados anteriormente. Nesse período dos últimos vinte anos, assim, o acirramento das tensões entre citricultores e indústrias processadoras ficou evidente e expôs a crise que apontávamos como imanente do próprio desenvolvimento do capital. Aqueles contrapontos da política e do associativismo se mostraram aí ineficientes na contenção das contradições fundamentais da citricultura, que não eram exatamente apenas referentes à cartelização.

Assim, o terceiro capítulo pode ser pensado como se debruçando sobre o capital, como categoria da reprodução social. Essa categoria, no entanto, não pôde ser compreendida como algo *em si*. Trata-se, no entanto, de uma relação social que se materializa nesta mercadoria. Uma relação social mediada por coisas. A imposição do capital como um *em si*, autonomizado das demais categorias, é aqui proposta, todavia, como um processo real e crítico, que pressupõe não só a apropriação privada da terra, como se fundamenta na exploração do trabalho, e também se transforma com a cientifização tanto do processo de trabalho como da exploração da natureza. Essa transformação que foi delineada ao longo do terceiro capítulo, entretanto, conduz ela mesma a uma crise social abrangente.

A crise que permeia a compreensão de toda esta tese não é meramente (embora também seja) uma crise ecológica oriunda da exploração avassaladora do “meio fisiográfico”, como ficou marcado no primeiro capítulo. Tampouco é somente a crise das formas violentas, paternalistas, precarizadas e mesmo auto-impostas da exploração do trabalho. É, sobretudo, uma crise decorrente da mais alta expressão do desenvolvimento das forças produtivas. Por

um lado, de fato aponta para a exclusão da força de trabalho do processo produtivo e, com isso, indica uma crise do trabalho. Porém, por outro, aponta para uma crise do próprio capital, cada vez mais incapaz de se autovalorizar. Uma vez que só pode fazê-lo explorando o trabalho alheio, conforme elimina progressiva e relativamente essa parte de sua composição, o capital realmente vai se apresentando como capital *em si*. “Ensimesmado”, o capital colapsa.

A crise do capital, no entanto, se expressa como movimentos violentos de centralização em que o capital se volta contra capitais menores, para incorporá-los. Expressa-se ainda na tentativa de explorar mais rápida e intensamente o trabalho precarizado. Expressa-se, por fim, também na fuga especulativa para os movimentos absurdos do dinheiro e de especulação com a propriedade fundiária. O entendimento desse quiproquó motivou a escrita dessa tese.

Capítulo I

Condicionantes da expansão citrícola e a proposta de uma perspectiva crítica

Este capítulo trata da expansão da cafeicultura, indicando suas fases e sua localização e, conjuntamente, articula-a à expansão da citricultura, buscando compreender onde ela primeiramente se deu, como também buscando apontar suas fases e características.

Procuraremos aqui formular um caminho interpretativo, a partir dos textos de autores, sobretudo da geografia, mas também da economia e da história. Nessa retomada, para indicar os aspectos que cremos importantes, tentamos apontar a maneira como os textos são elaborados, mostrar o que é relevante para os seus autores, e procurar criticá-los nos pontos negligenciados ou minimizados, segundo a nossa perspectiva.

Relação da expansão da citricultura com a da cafeicultura

O trabalho bastante conhecido (entre os que estudam citricultura) do engenheiro agrônomo da Estação Experimental de Citricultura de Limeira-SP (hoje no município de Cordeirópolis), Sylvio Moreira (Moreira, 1980), destoa um pouco da maior parte dos estudos que possuem alguma explicação histórica para a citricultura. Abordando a citricultura brasileira antes do e durante o século XX, o agrônomo indica uma expansão dos pomares de citrinas desde os primeiros anos da colonização portuguesa no Brasil, sendo que tais plantas teriam origem em “regiões úmidas tropicais e subtropicais do continente asiático e ilhas adjacentes” (Moreira, 1980; 4) e teriam sido trazidas pelos primeiros colonizadores. Essa expansão pelo interior do território que era então colonizado é pouco explicada, senão somente caracterizada como sendo para a subsistência da população local, mas com registros da existência de plantas cítricas em muitos pontos do litoral ainda nas primeiras décadas da Colônia.

A boa adaptabilidade das plantas às condições naturais brasileiras parece ser a causa apontada por Moreira (1980) para tal expansão, que em poucos séculos atinge áreas do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, ocorrendo nesta província o primeiro “centro de citricultura”,

consolidado em fins do século XVII, no vale do Taquarí. Em seguida, aponta Moreira, as plantações no Ceará, por volta de 1880, são as que mereceram maior destaque. Feita por cafeicultores de Maranguape e Pacatuba, entre os cafezais, chegou-se a exportar para a Inglaterra, por Fortaleza, entre 30 e 50 mil caixas anuais. A rápida deterioração das frutas teria sido a causa do declínio desta experiência.

Cabe ressaltar aqui a maneira como o destaque do autor se dá para aquela produção citrícola que consegue prematuramente cumprir o “sentido da colonização”, conforme a conceituação de Caio Prado Jr. (Prado Jr., 2000) que analisaremos no segundo capítulo, enquanto a expansão dos pomares para o consumo da população não adquire a forma social da mercadoria, senão potencialmente, merecendo uma menção menos honrosa na narrativa de Moreira.

É essa potencialidade do mercado interno que se concretizará no século XX. Isto é, a história da citricultura, por Moreira (Moreira, 1980; 5-7), aponta a urbanização de São Paulo e do Rio de Janeiro como a principal causa dos plantios em larga escala que começam a ser feitos nos arredores do Rio de Janeiro, em fins do século XIX. As condições climáticas melhores, todavia, fariam essa produção aumentar a ponto de se começar a exportar laranjas para a Argentina e, em seguida, para a Europa, numa espécie de “economia de excedente” que, após suprir a demanda interna, possibilita alçar vôos maiores (diga-se de passagem que essa é nossa leitura da obra citada). Assim, cumprindo finalmente o “sentido”, a produção citrícola passaria a ter a atenção do Estado, que criou uma Estação de Pomicultura, em Deodoro-RJ, na Baixada Fluminense.

Após citar incentivos da Diretoria de Agricultura paulista, que, em 1915, distribuía mudas cítricas; de abordar o estabelecimento de plantações de laranja baía em Sergipe; do início das exportações da laranja sul-rio-grandense para o Uruguai, em 1926; e da vinda do especialista em citricultura, Prof. P. H. Rolfs, para lecionar na Escola Agrícola de Viçosa-MG; Moreira retoma o mesmo expediente que adotara para explicar a expansão da citricultura carioca para o caso paulista:

Antes de 1920 já se iniciara em Limeira, SP, a formação de um núcleo citrícola, o qual, depois de abastecer São Paulo, começou a ter sobras de produção e iniciou a exportação para a Argentina, para a Inglaterra e outros países europeus. Assim, antes do término da década de 20, a citricultura já se firmara no Rio e em São Paulo como uma promissora atividade agrícola (Moreira, 1980; 8).

Entretanto, a explicação para o aumento das plantações, para Moreira, reside na propaganda realizada no jornal *O Estado de São Paulo*, a partir de 1928, por Navarro de

Andrade, “que empolgou uma plêiade de lavradores paulistas [...], a ponto de já em 1930 se exportarem pelo porto de Santos cerca de meio milhão de caixas de laranja” (Moreira, 1980, 8). Retomaremos esse episódio da “campanha da citricultura” na primeira parte do terceiro capítulo. Por ora, devemos ressaltar que, por mais que tivesse a campanha pela citricultura empolgado os lavradores, em dois anos a produção não teria subido tão vertiginosamente, sendo que as laranjeiras costumam levar ao menos quatro anos para começar a produzir em escala comercial. Algo já vinha ocorrendo para permitir esses números e não nos contentaremos aqui com a explicação anterior do suprimento do mercado interno e suas sobras.

O mesmo Moreira, em artigo de 1951, aliás, argumenta que a possibilidade da laranja ser exportada e substituir a “cultura” cafeeira eram as causas da rápida expansão da citricultura paulista e fluminense nos anos 1930 (Moreira, 1951; 10). Essa relação é que, ao que nos parece, precisa ser mais bem pensada. Outros trabalhos que abordam a citricultura prévia à industrialização do suco concentrado costumam também indicar que a laranja foi um dos substitutos do café, principalmente após a grande crise de 1929. Citemos alguns poucos.

Silvio Carlos Bray (Bray, 1984) indica isso para os primeiros plantios em Bebedouro, no fim da década de 1920 e começo da de 1930, e Antônio Olívio Ceron (Ceron, 1969) faz o mesmo para a citricultura que se instalou em Limeira, apesar de indicar a existência de experiências locais de pomares menores na década de 1910. Geraldo Hasse (Hasse, 1984) amplia tal relação para todo o estado de São Paulo, em seu célebre estudo sobre a história da citricultura no Brasil, indicando uma preocupação, já nos primeiros anos do século XX, em encontrar um substituto para a cafeicultura, que tivera sua primeira grande crise de superprodução no começo da década de 1900. Pierre Deffontaines (Deffontaines, 1939) faz algo semelhante para caracterizar a “região” citrícola da Baixada Fluminense, sendo que a mesma fizera parte da primeira “zona” cafeeira, atrelada ao início da expansão que seguiria, ao longo do século XIX, o curso do vale do rio Paraíba do Sul, na direção do estado de São Paulo. Orlando Valverde (Valverde, 2006), ao utilizar o exemplo da Baixada Fluminense, mostra uma desorganização das fazendas locais, pelo desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba, para onde teriam ido a maioria dos trabalhadores locais (inclusive escravos), ocasionando o abandono das fazendas e a degradação dos rios locais. Estes teriam sido posteriormente alvo de medidas saneadoras do governo local, possibilitando uma nova ocupação produtiva; nas partes baixas teriam se instalado pequenas propriedades produtoras

de hortaliças, enquanto nas mais altas fazendas médias e grandes teriam plantado extensos laranjais.

Indicado, assim, às avessas, teríamos uma citricultura fluminense, uma que se instala no vale do Paraíba, nos primeiros anos do século XX, e também em Limeira, na chamada Depressão Periférica, para posteriormente se estabelecer uma citricultura em Araraquara, Matão e Bebedouro; ou seja, no Planalto Ocidental paulista. Portanto, de algum modo a expansão da citricultura tem algo a ver com a da cafeicultura, e não só por ocupar as terras por onde esta já passara. Trata-se, à sua maneira, do mesmo e famoso *Roteiro do café* (Milliet, 1982), que já foi exaustivamente descrito na literatura sobre a cafeicultura.

Procuraremos, a partir de agora, delinear a expansão da cafeicultura para relacionar suas questões ao surgimento da citricultura comercial no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo. Expansão aquela da cafeicultura, em linhas gerais, primeiro no rumo ao sul em direção à capital paulista e depois rumo a oeste em direção a Campinas, para então seguir para o Planalto Ocidental paulista, em diversas direções, e, por fim, para o sudoeste adentrando o Paraná, sempre em busca das melhores terras (e exaurindo as já utilizadas) e estimulando e sendo estimulada pela expansão das linhas das companhias ferroviárias e pelas políticas de suprimento de mão de obra, por assim dizer.

Essa rápida expansão da cafeicultura chamou a atenção de muitos estudiosos, inclusive geógrafos, a partir dos textos dos quais procuraremos retomar certos aspectos dessa expansão para compará-la com a da citricultura, em São Paulo, bem como procuraremos pensar os procedimentos metodológicos adotados por esses autores.

Uma vez que a expansão da citricultura se deu nessas áreas que já haviam sido transformadas pela expansão da cafeicultura, como de certo modo também por uma expansão prévia e concomitante da pecuária, passaremos a problematizar a caracterização dessa expansão da citricultura como também sendo uma frente pioneira. Adiante, teremos que questionar se esse processo de expansão caracteriza uma assim chamada acumulação primitiva.

Comentários sobre a discussão de frente pioneira

Em artigo de fins dos anos 1940, o geógrafo Leo Waibel (Waibel, 1979) caracteriza

essa expansão da cafeicultura para o interior paulista como constituindo uma *zona pioneira* no Brasil, distinguindo-a da expansão do povoamento pelo interior do país durante a Colônia e depois, sobretudo pela velocidade com a derrubada da mata e a consolidação de uma agricultura se deram. Retomando os estudos de Turner, Waibel continuamente compara a “marcha para o Oeste” que ocorreu nos EUA com o povoamento do interior do Brasil, vendo na experiência norte-americana uma transformação do conceito de *fronteira*, que na Europa se aproximava à noção de limite geopolítico do território nacional. O critério da expansão da fronteira nos EUA passou a ser o da modernização da paisagem cultural internamente aos limites nacionais¹, algo que só poderia ser aplicado com ressalvas ao caboclo que ocupava os sertões brasileiros, chamado por Waibel de *frontiersman*. O pioneiro de fato, para este autor, não poderia ser aquele que expande a civilização apenas de maneira extensiva, mas que o faz de maneira intensiva, tal como o agricultor:

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. [...] No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (Waibel, 1979; 281-282).

Note-se que a noção de intensificação é aqui tomada com relação à transformação da paisagem natural em agrícola, numa espécie de gradação da intervenção civilizatória. Não se trata, portanto, de um entendimento do termo segundo o aspecto marxiano de intensificação do capital, pelo aumento da composição orgânica do mesmo, permitindo uma extração de mais-valia relativa na sua reprodução ampliada (cf. Marx, 1985, I.I, t.2, cap. 21 a 23). Marx, seguramente, permite uma abordagem que vê a produção de mercadorias também na relação social que se estabelece com a “natureza”, ela mesma passível de ser transformada em coisa². Por outro lado, a compreensão de Waibel (1979) remete a uma oposição entre natureza e cultura, em que a “independência” da última em relação à primeira passa pela produção sistemática de alimentos, numa área reduzida, sem tratar isso necessariamente como uma produção de mercadorias, mas subentendendo-a. De algum modo, assim, Waibel está considerando a relatividade entre a produtividade do capital condensado na agricultura (e,

¹ “O exemplo clássico do desenvolvimento de zonas pioneiras é o *Middle West* dos Estados Unidos. Ali, no decorrer do século XIX, deu-se o povoamento, por europeus, primeiro da mata, em seguida da *prairie*, que foram em poucos decênios transformadas numa paisagem cultural moderna” (Waibel, 1979; 281).

² “o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsier Le Capital e Madame La Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas” (Marx, 1986, I. 3, t. 2, cap. 48; 280).

desse modo, com trabalho pretérito intensificado) em comparação com aquele do extrativismo e da pecuária, prevalecendo nestes o trabalho vivo na relação com o meio natural. Sugerimos, de antemão, que a acumulação de capital e o processo civilizatório possam ser relacionados, mas isso não transparece em Waibel (1979) nesses termos, ao menos não nessa passagem do texto citado.

Vejamos com outro autor contemporâneo de Waibel. Tendo a humanização da paisagem como critério, a derrubada da floresta e o estabelecimento das fazendas de café, na rapidez como o processo se deu, constituem uma zona pioneira também para Pierre Monbeig (Monbeig, 1998 e 1953), mas o seu avanço irregular faz o autor por vezes sugerir o termo “franja pioneira”. Monbeig também considera como *precursores* (não como pioneiros) os indígenas nos Planaltos Ocidentais paulistas, que prepararam os primeiros pastos e estabeleceram as primeiras rotas no interior das matas, bem como os pequenos pecuaristas mineiros que expulsaram os indígenas, ampliaram as rotas, estabeleceram núcleos populacionais e reproduziram os seus rebanhos. Em contraposição, os pecuaristas maiores que se tornariam as famílias tradicionais das cidades do interior paulista, em geral abertas em suas glebas, ao se engajarem também na cafeicultura, poderiam ser considerados pioneiros. Os caboclos, todavia, de um modo geral, seriam “os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o oeste, como se poderia pensar. Sua presença não implica numa valorização da floresta, no quadro econômico atual” (Monbeig, 1953; 458).

A breve menção à existência de uma ocupação prévia daquelas áreas que viriam a ser as frentes pioneiras merece ser brevemente pensada. A “velha economia rural” e o “antigo povoamento do sertão” são diferenciados qualitativamente, por Monbeig, da expansão da cafeicultura pela ausência naqueles de uma “valorização da floresta”.

Ao valer-se de tal termo, Monbeig poderia sugerir a impossibilidade de valorização nas relações estabelecidas pelos caboclos, talvez subentendendo uma espécie de “reprodução simples” (Marx, 1985, l. I, t. 2, cap. 21), que pouco transforma a paisagem. Pode-se pensar, ainda, que a diferença estabelecida remete à expansão territorial da Colônia, identificada como a “velha economia rural”, talvez pensando mais o povoamento como assegurando o “monopólio” do que a terra como “meio de produção”. Todavia, a oposição entre natureza e cultura é que organiza a análise do autor nessa passagem, mostrando a relação desses caboclos (e sobretudo dos índios) com a floresta como de uma quase submissão da sua cultura ao meio,

e não de uma conquista e transformação desse meio pela cultura, como os agricultores, no caso os fazendeiros, teriam de fato feito.

Ora, a abordagem desses autores sugere a existência de uma ocupação territorial que remonta à colonização portuguesa, mas que, segundo os mesmos, não fora suficientemente capaz de colonizar de fato esse território. Um procedimento lógico como esse se equipara àquele que observa uma subsunção formal do trabalho ao capital na cooperação e na manufatura, enquanto apenas a grande indústria promoveria uma subsunção real, completando a inversão que coloca o trabalho como dependente dos meios de produção por ele produzidos (ver, p. ex., Marx, 1978) Trata-se aqui, todavia, de uma oposição entre processos distintos de ocupação e modificação da base fundiária. Se a analogia acima nos é permitida³, seria como se a zona pioneira promovesse a subsunção real da natureza à cultura, algo que o caboclo não teria sido capaz de empreender. Conforme os mesmos autores sugerem, então, para se caracterizar a “zona pioneira” da cafeicultura é necessário contrapô-la a uma ocupação dos sertões que a antecede. Desse modo, refaremos breve e criticamente o mesmo procedimento, para qualificar melhor essas expansões, sabendo que corremos o risco de simplificar demais alguns aspectos importantes.

Comentários sobre o encontro da expansão da pecuária com a expansão da cafeicultura

Uma vez que o interesse dessa pesquisa também é de discutir o conceito de “região”, podemos começar pensando nos critérios de regionalização que foram propostos num contexto de expansão interna da “fronteira”, mas pensá-lo particularmente para a expansão da pecuária, de início, porque a compreendemos como fundamental para a discussão da formação dos chamados *sertões*.

O estudo de Caio Prado Jr. sobre a Colônia (Prado Jr., 2000) é, de certo modo, incontornável. Nele, a pecuária surge como um capítulo da ocupação do interior do território, numa expansão do estabelecimento de fazendas primeiramente pelo sertão da Bahia. Essa

³ Oliveira (1987) sensatamente critica tal procedimento, lembrando que a formulação de Marx foi construída para tratar do processo de modernização, do ponto de vista da relação entre força de trabalho e capital, principalmente para o desenvolvimento desde a cooperação, passando pela manufatura até, finalmente, atingir a grande indústria. Ainda assim, a analogia serve como procedimento lógico.

pecuária aparece como auxiliar da produção açucareira nordestina, esta sim cumprindo o “sentido da colonização”. Posteriormente, outra “região” da pecuária, derivada da expansão das fazendas baianas pelo interior de Minas Gerais, viria a ser subsidiária da mineração que se instalou nessa província. Outras “regiões” pecuaristas surgiriam durante o período colonial e durante o Império, no sul do país e nos Campos Gerais (onde hoje seria parte do Paraná), mas o desdobramento da expansão da pecuária mineira após a crise da mineração tem um significado especial para este estudo, por continuar se dando em direção ao sul da província e ao Triângulo Mineiro e adentrando áreas de sertão da província vizinha, São Paulo. Não mais apenas uma pecuária para o transporte das mercadorias tropicais para o mercado europeu, começava a se consolidar também uma produção para suprir uma crescente demanda urbana por carne das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, além disso, uma pecuária que levava muitos mineiros a se direcionar para as áreas inexploradas dos sertões do Oeste Paulista.

Essa expansão da pecuária mineira sobre São Paulo logo se relacionaria com a expansão da cafeicultura. Em muitos estudos esse encontro é um pouco abordado. As áreas de sertão são em geral localizadas a cada instante, numa contraposição às áreas conquistadas pela cafeicultura, numa fronteira movente. Assim, em 1935, ao propor uma regionalização para São Paulo, Pierre Deffontaines (1939) enxergava a existência de uma “zona de sertão”, coberta de florestas e com população *desconhecida*, às margens do rio Paraná e Paranapanema. Entretanto, em 1948, ao redigir sua tese de doutorado, Pierre Monbeig (Monbeig, 1998) questionava a permanência dessa zona, já devidamente ocupada pela expansão da cafeicultura. Por um lado, Monbeig tratará, como já mencionamos, de qualificar essa população do sertão como de “precursores” da zona pioneira. Por outro lado, evidencia-se, pela contraposição do resultado diferenciado das análises sobre mesma área, a efemeridade de qualquer classificação, mas, acima disto, evidencia-se um processo efetivo de expansão extensiva de relações sociais que merecem ser pensadas.

Para ilustrar a questão, décadas antes da análise de Deffontaines, na virada do século XX, Jaboticabal era uma “boca do sertão” e Olímpia sequer aparecia nos mapas oficiais (Boechat, 2009), enquanto Bebedouro começava a ter seus espigões ocupados por fileiras de cafeeiros. Vimos, brevemente acima, que já se começava a plantar laranjais na Baixada Fluminense, em substituição aos cafezais em decadência. Dessa maneira, num contexto de expansão que gradativamente ocupa um vasto território, vemos a existência simultânea de

áreas consideradas inexploradas, outras no limiar de o serem, áreas no auge da produção cafeeira, outras com uma produção média, outras produzindo abaixo da média e ainda outras que começam a parar de produzir ou a produzir outras mercadorias.

Por ora, daremos destaque exatamente àquelas que, sob o ponto de vista privilegiado da cafeicultura, eram consideradas inexploradas ou estavam a ponto de começar a serem exploradas; ou seja, os sertões. Assim, primeiramente, a menção a uma ocupação prévia pela pecuária indica uma história para além da que se oficializou (principalmente quando contada a partir da história da cafeicultura). Ao nosso ver, apesar de Monbeig e Waibel não atribuírem o *status* de pioneirismo a esta ocupação e outros autores sequer se questionarem do que ali havia, há relações com o que se consolidou. Indicaremos brevemente algumas delas.

Ressaltamos em nossa dissertação (Boechat, 2009) o estabelecimento dos primeiros posseiros da área que viria a se tornar Olímpia, como articulado à expansão da pecuária mineira, após a crise da mineração daquela província. Mostramos como a família Santos, que ocupou cerca de 60.000 alqueires, deve ter contribuído para a expulsão dos indígenas locais e como travou posteriormente relações com posseiros menores dentro da grande posse. Apenas a expulsão dos indígenas seria o bastante para delimitar uma ruptura instaurada por esses “colonizadores” para a referida ocupação territorial, o que indica uma gênese violenta de relações que gradativamente terão mais na troca de mercadorias o fundamento do contato com outros “humanos”, não obstante essas trocas tenham que ser aos poucos viabilizadas.

Todos esses posseiros estabelecem rotas até as vilas maiores, onde vendem seus rebanhos, sobretudo de porcos, ocupam as terras e estimulam o aparecimento de núcleos populacionais. Décadas depois serão os principais doadores das terras do patrimônio que dará origem à Vila Olímpia e também para os demais distritos locais (e futuros municípios), e o estabelecimento de um compromisso coronelista com a autoridade de Barretos fortaleceria a posição de alguns na cena política local. Algo de pioneirismo há nesse obscuro percurso, mas seguramente muito de um processo civilizatório e modernizador.

Outro aspecto que a questão levanta diz respeito à relativização que é necessário fazer sobre a existência de terras “livres”, sem donos, para além da fronteira agrícola, nesse período. A família Santos, tendo feito o “trabalho” de “livrar” a terra de índios, podia ser considerada a dona da enorme gleba que compunha a fazenda Olhos d'Água, mas não tinha o título de sua propriedade e não tinha como ocupar de fato toda a área, tendo que se relacionar com outros posseiros que foram se instalando dentro de sua posse. O casamento das filhas do

patriarca Antônio Joaquim dos Santos com os seus escravos evidencia como mesmo a relação de escravidão tem que ser “torcida” para adequar-se ao novo objetivo de manter a posse. Do ponto de vista teórico, algo há que ser pensado para a possibilidade e efetividade dessas ocupações.

Uma vez que a mobilização da força de trabalho (Gaudemar, 1977) tem, na sua formulação clássica para o que se deu no caso inglês, a exigência de processos violentos de separação do povo da base fundiária, o mesmo se daria de modo invertido para as colônias (e ex-colônias), exatamente pela possibilidade do acesso aos meios de produção não-produzidos, no caso, a terra. Ou seja, não se trataria de cercar terras comunais ou de “apenas” expulsar camponeses desses sertões, mas de pensar a maneira de ocupar produtivamente terras existentes em relativa abundância, ou de criar a sua escassez relativa.

É dessa maneira que Marx procura contrapor a assim chamada acumulação primitiva (Marx, 1985, I, cap. 24) com a discussão que faz com o economista E. G. Wakefield e seu plano de colonização sistemática, na tentativa de estabelecer as condições de acumulação de capital nas colônias e ex-colônias (Marx, 1985, I, cap. 25). A legislação fundiária e a política imigrantista no Brasil pós-1850 tiveram em sua formulação os preceitos daquele plano, algo que debateremos de maneira mais aprofundada na primeira parte do segundo capítulo.

Assim, se não se trata de endossar um “mito” de terra livre no país, tampouco se trata de negar a possibilidade de se estabelecer para além da frente pioneira, obviamente desde que travando relações tanto com indígenas, como com outros posseiros, em seguida com cafeicultores, grileiros, coronéis, etc. No mais das vezes, com o alto grau de violência extraeconômica das subentendidas mediações.

Quanto à passagem do “regime de posses” para o estatuto da propriedade privada da terra, a mesma transição que acima abordamos é significativa. A família em questão, que ocupava os 60 mil alqueires da fazenda Olhos d'Água, estabeleceu-se na área em 1857, portanto três anos após o fim do prazo para o registro paroquial das posses, de acordo com a Lei no. 601, de 1850. De acordo com Lígia Osório Silva (Silva, 1996; 279), este caso não seria algo isolado e, ainda na década de 1890, quase três quartos do território do estado de São Paulo podiam ser considerados formalmente como “terras devolutas”, mas o governo estadual adotaria uma política fundiária de certo modo favorável aos posseiros, no intuito de regularizar as posses e legalizar as terras ocupadas, durante essas décadas, sobretudo para o bem da economia cafeeira. Do nosso ponto de vista, se a legislação não eliminava o esquema

de posse, ela se apresentava, entretanto, como uma nova forma institucionalizada do Estado lidar com as posses.

Acompanhando duas grandes fases da expansão cafeeira, o governo do estado, então, realizou duas intervenções na questão da propriedade do solo: uma em 1895, sendo regulamentada em 1900, e outra em 1921, com decreto posterior em 1922. Ambas tratavam da regularização dos títulos de propriedade sobre o imenso “patrimônio” de terras devolutas apropriadas por particulares ao longo dos períodos. Ambas igualmente revelavam uma tensão gerada desde a promulgação da Lei de 1850 e que dizia respeito diretamente à grilagem daquele “patrimônio”, aos conflitos resultantes dessas práticas embasadas na ausência de efetividade daquela legislação e à especulação imobiliária que se intensificava.

A primeira intervenção dispunha sobre a medição, demarcação e aquisição de terras devolutas, para separar o que seria domínio público de particular. Considerada dura demais, a lei no. 323, de 22 de junho de 1895, desagradou tanto os posseiros espalhados pelo interior como a elite da capital que se interessava pelas possibilidades de valorização das terras (aquelas que já possuíam e também as que podiam vir a possuir), essencialmente por inviabilizar, ao menos em tese, a legitimação de posses realizadas depois de 1854.

O movimento de ocupação do solo, porém, precedera a regularização das propriedades, como no caso da família Santos na área da futura Olímpia, à maneira como acima indicamos. Um complexo esquema de grilagem de terras⁴ abria caminho tanto para a ocupação concreta da base fundiária como para a especulação sobre ela, e os preços já subiam, acompanhando os caminhos da expansão cafeeira e mesmo antecipando os plantios de cafezais. A “valorização da terra”, que era um dos principais objetivos da Lei de 1850, de certo modo ocorria, porém mais pela “venda das terras devolutas por particulares que se apropriavam delas”, num processo expansivo que só fazia por complicar ainda mais “a já confusa situação da propriedade territorial” (Silva, 1996; 283).

Com a grande maioria dos interessados “na questão da propriedade do solo” insatisfeitos com a lei de 1895, pouco depois, em 1898, ela seria radicalmente modificada, estipulando como ano base para a legitimação das posses 1878 e abrindo ainda a possibilidade para a regularização daquelas realizadas entre 1878 e 1895; sendo que não haveria nenhuma modificação substancial quanto a esses pontos-chave na regulamentação final de 5 de janeiro

⁴ “A falsificação dos títulos com data anterior a 1854 não era, entretanto, tarefa fácil, pois necessitava da conivência dos donos ou funcionários dos cartórios que também acabavam tendo participação no negócio” (Silva, 1996; 283).

de 1900.

A segunda intervenção importante do governo do estado de São Paulo acompanhou a segunda grande fase de expansão da cafeicultura, após a Primeira Guerra Mundial. A legislação de 1921 (lei no. 1.844, de 27/12/1921), promulgada pelo governador Washington Luís, regularizava as posses que concretizaram aquela expansão. Foi considerada o “jubileu do grileiro” de tão permissiva, chegando a autorizar a concessão gratuita de terras devolutas, numa explícita contradição com o primeiro artigo da Lei de Terras de 1850. Enfim, todos os que estavam ocupando terras até um ano antes da lei (1921, porque a regulamentação da lei se deu em 1922) poderiam legitimar as suas posses!⁵

Dessa maneira, apesar do estudo de Silva (1996) ter como horizonte o questionamento da especulação e da corrupção na questão fundiária, ele estabelece um importante nexos entre a ocupação dos chamados sertões com a expansão cafeeira e indica um movimento de regularização das posses procurando favorecer os cafeicultores, mas favorecendo também os posseiros em geral que lograssem manter suas posses. A relação do cafeicultor com o posseiro, em geral mineiro e pecuarista, não é apresentada sem violência, expressa sobretudo no poder do grileiro, atrelado ao dono do cartório, nomeado pelo coronel. Poder esse de apagar o processo pretérito de consolidação da posse, em prol da propriedade de outrem sobre a mesma área.

O coronelismo, portanto, aparecia aí como a forma de ser do Estado organizando a territorialização do capital, ancorado na legislação fundiária e na possibilidade de regular a mesma legislação em favor de si mesmo e de seus interesses. Embora soe como um “problema”, conforme a denúncia de Silva (1996), este esquema pode ser compreendido tão somente como uma forma particular de se lidar com o acesso aos meios de produção. Neste “esquema”, a personificação do Estado, da Lei, da terra e do capital parecem se concentrar na mesma figura. Retomaremos teoricamente esta discussão na primeira parte do segundo capítulo.

Dessa maneira, não apenas a grilagem estabelecia a referida relação entre as expansões

⁵ “Acompanhando essa investida através dos sertões, o estado mais uma vez modificou a legislação de terras, visando beneficiar os posseiros. A lei no. 1.844 de 27/12/1921, promulgada pelo então governador Washington Luís, e regulamentada em agosto de 1922, veio novamente legalizar a situação dos posseiros irregulares. Por essa lei, poderiam tirar títulos de terras: 1) os posseiros que estavam ocupando terras até um ano antes da entrada em vigor da lei (1921); 2) todos aqueles que possuíssem um título, mesmo que ilegítimo, antes da lei; 3) todos os que tivessem obtido uma decisão judicial favorável. Em outros termos, legalizou todas as posses entre 1895, data da última lei legalizando posses, e 1921. Por esse motivo ficou conhecida como ‘jubileu do grileiro’. A lei de 1921 autorizou, também, a concessão gratuita de terras devolutas, em flagrante contradição com o princípio básico da lei de 1850” (Silva, 1996; 289).

da pecuária com a da cafeicultura. Outras mediações eram possíveis. Não por acaso, por exemplo, depois da legislação de 1900, seria concluído, em 1904, o processo de divisão das glebas e regularização dos títulos de propriedade da fazenda Olhos d'Água, sendo os maiores beneficiários os membros da já mencionada família Santos. Conduzido pelo agrimensor e engenheiro John Robert Reid, empregado do escritório de advocacia do coronel de Barretos, Dr. Antônio Olímpio, nesse processo de regularização uma porção das terras seria doada para formar o Patrimônio de São João Baptista dos Olhos d'Água. Esse patrimônio doado à Igreja Católica, poucos anos mais tarde, pela influência do coronel e deputado estadual Antônio Olímpio, seria elevado à categoria de vila, passando a chamar Vila Olímpia, em homenagem à filha do coronel, Maria Olímpia, afilhada do engenheiro Reid.

O marido de Maria Olímpia, genro de Antônio Olímpio, o também coronel Mário Vieira Marcondes, viria a ser nomeado, quando da fundação da Comarca de Olímpia, em 1917, oficial do Cartório Geral de Registros de Terras da comarca, mas sua relação com os antigos posseiros, sobretudo os maiores, não se dava tanto pela grilagem de suas terras, mas mais pelo apoio eleitoral que eles representavam e pelo poder de nomeações e pelas obras públicas que fazia, no “acordo” que estabelecia com o governo estadual, por meio do sogro deputado.

História semelhante de ocupação do solo teriam as terras que viriam a se tornar o município de Bebedouro, o outro foco de nossa pesquisa. Também surgem atreladas, de acordo com Silvio Carlos Bray (Bray, 1974; 17), com o que o autor chama de “pioneirismo mineiro”, de pequenos pecuaristas que, ao passo que também praticavam certa “economia de subsistência”, criaram as condições para a criação de gado e para a futura “chegada” da cafeicultura. A ocupação da referida área, entretanto, parece ter precedido um pouco aquela da área de Olímpia (embora Bray indique vagamente a chegada dos primeiros tropeiros como ocorrendo na década de 1860), de modo que a regularização não parece ter sido articulada à consolidação do núcleo urbano ao redor do córrego Bebedouro, entre 1878 e 1879, com a fundação oficializada deste em 1884.

Os arquivos dos Cartórios de Bebedouro indicariam, então, a existência de cafezais já em produção em 1894. Portanto, ainda que se assemelhem, no que se refere à precedência de posseiros pecuaristas mineiros em relação à expansão posterior da cafeicultura sobre terras preferencialmente já regularizadas, parece haver um descompasso entre a ocupação da área de Bebedouro (um pouco anterior) e a de Olímpia (um pouco posterior),

sendo que naquela a regularização das posses teria se dado antes da legislação de 1900, sugerindo que os posseiros de Bebedouro tivessem o registro paroquial (fosse oficial ou burlado, grilado), realizado entre 1850 e 1854.

Outra questão que deve ser brevemente mencionada é a do papel de caboclos ou posseiros como trabalhadores que possibilitam a expansão da chamada “marcha pioneira”. No que José de Souza Martins (1975) denominava de “frente de expansão” que vai adiante da “frente pioneira”, a possibilidade de acumular capital estava na relação que se estabelece com essa população.

Martins (1998) mostra, na abertura da fazenda de café, um mecanismo de acumulação que talvez tivesse mais importância econômica (e social) do que a própria produção cafeeira. Tratava-se da obtenção (por diversos meios) de determinada propriedade ou posse coberta por florestas, que era passada para famílias de trabalhadores brasileiros para ser devidamente desmatada e ter seu cafezal plantado, por um período que variava entre quatro e seis anos. Estes viam na possibilidade de plantar e colher os frutos do plantio (de alimentos e das primeiras colheitas do cafezal) o pagamento suficiente pelo trabalho de desmate, plantio e cuidado do cafezal novo.

Martins denunciava, entretanto, um mecanismo de exploração que acabava por transferir todo um capital constante formado (na forma de cafezal e fazenda) para as mãos de um proprietário que pouco pagou por ele. Brasília Sallum Jr. (1982) e mesmo Martins (1998) afirmavam que algum pagamento irrisório por cafeeiro formado também podia ocorrer, o que não anulava a conclusão de que: “Esse é o segredo da acumulação do capital na economia do café. [...] Nesse sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de café, além de produzir o próprio café” (Martins, 1998; 74).

Enquanto o autor procurava pôr em relevo a exploração do trabalho desses caboclos, numa espécie de acumulação primitiva, posto que não se tratava de uma acumulação que passava pelo emprego de trabalho assalariado e pela extração de uma mais-valia, podemos abordar a questão de outra maneira.

As condições de acumulação de capital nessa “fronteira” eram tais que, do ponto de vista do trabalhador, sua escolha não se restringia a qual emprego se engajar, porém também se lhe abria a oportunidade de ir adiante e ocupar uma terra para si e, com isso, trabalhar para si mesmo. Essa escolha, porém, implicava, como vimos, ter que lidar com a violência de ocupar uma gleba. Violência que teria que travar com as populações indígenas ou com os

demais posseiros que podiam pleitear a mesma posse. Posteriormente, ainda, violência que teria que travar com os fazendeiros de café que, com as necessárias mediações, podiam vir a grilar sua posse. Do ponto de vista do fazendeiro, por sua vez, não seria qualquer trabalhador que se disponibilizaria para enfrentar os riscos do duro e perigoso trabalho de derrubar uma floresta e plantar o cafezal, em troca de áreas para plantar as roças. Na ausência de uma superpopulação relativa, como era o caso, ou o fazendeiro pagava um alto salário para o formador de cafezal, ou cedia-lhe os meios de produção. Em ambos os casos havia exploração do trabalho, mas, no segundo, o que Martins (1998) observava era a maneira como essa exploração ficava explicitada no fim do contrato, com a fazenda formada e de propriedade daquele que não a formou. Nesse sentido, parafraseando Marx, podemos sugerir que o trabalho do formador de cafezais revelava o que estava escondido no trabalho do operário assalariado, numa relação de trabalho que implica num *quantum* de trabalho não-pago.

Outros aspectos eram significativos desse período e merecem ser rapidamente mencionados. Martins (2000) indicaria também a reformulação do crédito hipotecário como outro elemento fundamental na transformação da terra em mercadoria, passível de lastrear empréstimos bancários, algo que até então (década de 1870) apenas se dava com escravos.

Zélia M. Cardoso de Mello (1990), aliás, mostrou uma gradativa mudança das heranças das famílias paulistanas, entre as décadas de 1860 e 1890, com os espólios deixando aos poucos de indicar escravos e passando a indicar propriedades fundiárias e ações de companhias, sobretudo ferroviárias.

Ademais, a expansão das linhas dessas companhias já foi muito abordada (cf. Matos, 1981 e França, 1960), indicando-a como causa da redução dos custos de frete e da expansão das lavouras para o Oeste paulista. Por fim, o que retomaremos no capítulo seguinte, as políticas de imigração em massa para suprir essas fazendas com trabalhadores e o próprio sistema de trabalho adotado, bem como outras políticas de cunho cambial e de “valorização” do preço da mercadoria café completam os pilares explicativos, aqui resumidamente retomados. Desse modo, uma gama de fatores explicam em parte as condições dessa expansão.

Sejam ou não estes mecanismos, de fato, essenciais para a economia cafeeira, era certo que a continuidade da acumulação implicava na abertura de novas fazendas. Não explicando necessariamente dessa maneira o processo, tem-se nos mais diferentes autores a descrição de uma impressionante expansão, que não se deu sem sobressaltos, crises e conseqüências para

as áreas que se tornavam “velhas” poucos anos após serem abertas. A discussão sobre o processo civilizatório da transformação da paisagem agrícola, explicitada na discussão da zona pioneira nos geógrafos acima apontados, por vezes será abandonada ou se tornará implícita. Na segunda parte do capítulo, procuraremos qualificá-la melhor, contrapondo a frente pioneira da cafeicultura com a expansão da citricultura.

Comentários sobre as fases da expansão cafeeira e a localização das áreas de consolidação da citricultura paulista

O estudo econômico-demográfico da zona pioneira

Sérgio Milliet (Milliet, 1982), num estudo hoje tido por clássico, vê um “avanço” da cafeicultura para o interior de São Paulo, que se inicia no começo do século XIX, pelo vale do Paraíba, que o autor chama de “zona norte” da cafeicultura, num contínuo *rush*, expressão mesma utilizada por Waibel (1979) e Monbeig (1998) para caracterizar a velocidade de uma zona pioneira.

Porém, esse crescimento da produção foi “regionalizado” por Milliet em quatro zonas e, para o ano de 1854, o autor vê a terra da zona norte começando a dar “sinais de cansaço, e a produção decresce um pouco” (Milliet, 1982; 24). Para o ano de 1935, Milliet já tratava essa área como uma “zona morta, que o café desbravou, povoou, enriqueceu e abandonou antes que criasse raízes o progresso” (Milliet, 1982; 37).

Algo semelhante havia já ocorrido, também pelos dados estatísticos de 1935, com a chamada “zona central”, entre os rios Paraíba do Sul e Tietê, incluindo a capital. Não se tratando de uma zona que fora povoada pela e para a cafeicultura, mas com um aumento substancial de cafezais nas áreas próximas a Itu, Jundiaí, Piracicaba e Campinas, apesar dos campos de terra pior ao redor da capital, teria essa zona também retornado à produção de açúcar ou se convertido à de algodão. Assim, “não se verificou nela o fenômeno das cidades mortas” (Milliet, 1982; 42). Outro fator que comporá a manutenção da riqueza de Campinas, Piracicaba e Sorocaba (todas incorporadas na zona central por Milliet), mesmo após a crise de 1929, será, na análise sucinta de Milliet, a pequena propriedade, algumas indústrias e a

*citricultura*⁶. Além disso, o autor toma estes municípios como vias de comunicação, de modo que também por sua “situação geográfica decorre em grande parte o seu progresso ininterrupto” (Milliet, 1982; 47).

Numa espécie de zona intermediária, Milliet agrupa as zonas subsidiárias das companhias ferroviárias Mojiana e Paulista. No auge da zona norte, entre 1836 e 1854, essa imensa área era considerada “sertão”. Primeiramente, a zona da Mojiana, mas logo seguida pela Paulista, tem um rápido avanço entre 1854 e 1886, atingindo o apogeu da produção em 1920. O café vai sendo plantado à frente da expansão dos trilhos, mas logo atinge pontos avançados além de Jaboticabal, São Carlos, Araraquara e Limeira, pela Paulista; e além de Casa Branca, Amparo, Batatais e Ribeirão Preto, pela Mojiana.

A ocupação, no entanto, dessas zonas também é mostrada como gradativa. Dessa maneira, Araraquara e Limeira, mas também os municípios da “região de Jaboticabal” vêm apresentando certo declínio da produção desde 1920, e o mesmo vinha se dando com os municípios primeiramente explorados da Mojiana (Amparo, São José do Rio Pardo, Casa Branca), como também os mais novos, como Ribeirão Preto e Batatais, que começavam a ver certa estagnação da produção e do aumento populacional. Por outro lado, ressaltamos aqui a maneira como Milliet inclui Bebedouro e Monte Azul na “região de Jaboticabal” da zona Paulista, mas salienta que seriam áreas de cafeicultura mais recente do que a deste município, portanto com certo retardamento relativo da inevitável decadência⁷. Porém, ainda que houvesse declínio de produtividade e migração para as zonas novas, a infraestrutura e a localização explicam a instalação das novas culturas e a permanência de certa cafeicultura, uma vez que sugere-se que o barateamento do frete compensa a queda da produtividade⁸.

⁶ “A pequena propriedade se instala com a emigração dos latifúndios para as terras virgens, e novas culturas lhe vêm aumentar a riqueza. Assim é que a fruticultura se desenvolve e a produção da laranja atinge nesse ano [1935] 1.026.000 caixas. O mesmo vai ocorrer com Sorocaba. Aí também a citricultura progride (1.809.000 caixas em 1935), a vinha, os cereais e a cebola se cultivam em larga escala. Grandes fábricas se localizam na cidade, o comércio cresce para dar ao seu vasto *hinterland* tudo o que ele necessita. O mesmo acontece também com Piracicaba, região de desenvolvimento econômico-demográfico harmonioso, onde se unem, num mesmo índice ascendente de produção, o café e o açúcar, a policultura e a pequena indústria” (Milliet, 1982; 47).

⁷ “A população emigra com o empobrecimento da região: ou para os municípios recém-abertos à cultura cafeeira, ou para a Araraquarense, Noroeste, Alta Sorocabana. Assim é que toda a região de Jaboticabal, incluindo os municípios de Bebedouro, Monte Azul, Pitangueiras, Guariba e Viradouro, continuam a progredir” (Milliet, 1982; 50).

⁸ “Em ambas as zonas, Mojiana e Paulista, a decadência do café teve por consequência não o abandono das terras, como na zona do norte, mas o ensaio de outras culturas substitutivas. A rede de estradas de ferro e de rodagem, que se abriu atrás da invasão cafeeira, constituía raízes bastante profundas para uma permanência do progresso as facilidades de comunicação compensando os rendimentos mais fracos. A citricultura e o algodão se instalaram. Em 1935 a Paulista produz 2 milhões de arrobas de algodão e a Mojiana 1.200.000. A citricultura

Supõe-se, com isso, a extração de uma renda diferencial (pela fertilidade provisória das terras novas e pela localização mais próxima aos centros consumidores e ao porto) como contra-tendência a certa queda tendencial da taxa de lucro da cafeicultura. Evidentemente, porém, não se trata da análise marxiana que a relacionaria ao aumento da composição orgânica do capital e à limitação da base de extração de mais-valia, uma vez que não há um processo de mecanização da cafeicultura, mas um uso predatório do solo. Mesmo a concepção de uma taxa de lucro nessas condições seria algo complicado de se verificar, dada a fusão das categorias de terra e capital a mesclar os rendimentos dela oriundos: renda fundiária e lucro ou juros.

Por fim, Milliet aborda as zonas novas em bloco, envolvendo as áreas subsidiárias das companhias ferroviárias Araraquarense, Alta Sorocabana e Noroeste, vendo nelas um começo de cultivo do café em fins do século XIX, mas uma intensificação nos anos 1920. Aponta a diferença de como as ferrovias se expandem aí paralelamente à expansão da cafeicultura e do povoamento, diferente do que ocorrera nas “zonas” da Paulista e da Mojiana, onde a ferrovia vinha depois. É interessante, no entanto, notar que a entrada em fase de produção plena dos cafezais novos dessas áreas se dará logo em seguida à grande crise de 1929. Milliet verá a alta produtividade dessas áreas como compensando os baixos preços, para desespero das zonas mais velhas do estado.

concentra-se em Limeira, Araras, Araraquara e Rio Claro. Só Limeira entrega ao consumo 1.000.000 de caixas de laranjas!” (Milliet, 1982; 50-51).

A permanência da cafeicultura apontada por Milliet e localizada na frente pioneira corrobora a afirmação de Celso Furtado (Furtado, 2000; cap. 30) de que nenhuma outra atividade proporcionava lucros equiparáveis no país de então, mas delimita a possibilidade desses lucros às áreas de maior fertilidade, das áreas novas. Porém, a crise iria de algum modo atingir também essas áreas, que veriam o ímpeto da expansão reduzido, a partir sobretudo de 1935, com a entrada da cultura do algodão e a fragmentação das propriedades para minimizar os efeitos daquela.

Se o destino das zonas novas ficava em aberto, na dependência dos futuros acontecimentos na cafeicultura mundial e sustentados pela estabilidade do mercado de algodão, outros fatores pareciam indicar um futuro não muito promissor, sobretudo quando a localização indicavam um destino menos estável do que as zonas central e intermediária, no que se refere à policultura⁹.

O trabalho de Sérgio Milliet dá centralidade, dessa maneira, sobretudo aos dados estatísticos de produção de café e população das áreas. Colocando-os em séries históricas e agrupando-os por zonas, relacionadas às companhias ferroviárias, o autor esboça explicações para o aumento ou declínio dos dados que analisa, “para uma análise mais íntima do fenômeno econômico-demográfico do café” (Milliet, 1982; 13). Como aborda um período longo, de 1836 a 1935, seus dados mostram a expansão da cafeicultura e do povoamento do interior do estado, mas escondem relações de produção a eles relacionados tão díspares como as que envolvem o trabalho escravo e o trabalho do colono ou mesmo do meeiro. Tratando de dados estatísticos, por si já duvidosos (sobretudo nos idos de um século XIX que não tinha na produção desses dados profissionais especializados), perde-se a dimensão fundamental das relações sociais que os produzem. Por sua vez, aspectos interessantes dessa abordagem podem ser não obstante indicados.

Verena Stolcke (1986; 105-106) ressalta a preocupação de Milliet com o processo de fragmentação das propriedades cafeeiras, sobretudo nos momentos de crise. Atribui essa preocupação a uma inspiração advinda de sua posição política de oposição à oligarquia cafeeira. Considera, ainda assim, a análise de Milliet como a “única avaliação sistemática das alterações na estrutura agrária no começo dos anos 30” (Stolcke, 1986; 105), ao menos até

⁹ “As comunicações difíceis e a carência de mercados consumidores próximos não lhes facilitarão, entretanto, o destino de outras zonas, como o da zona central, onde a tendência para a policultura e para a subdivisão do latifúndio acompanha o aumento da capacidade aquisitiva dos inúmeros centros urbanos e industriais e compensa o empobrecimento das terras” (Milliet, 1982; 62-63).

recentemente. A relação entre crise e fragmentação é, como também acima apontamos, mostrada como não se dando de maneira direta, de modo que a fertilidade relativa das zonas de fronteira permitiu a permanência do latifúndio, ao passo que o número de pequenas propriedades aumentou enormemente, depois de 1929. A indicação de que a crise teve impacto maior sobre a cafeicultura das “zonas velhas” é algo a ser retido, porque direciona a explicação de onde se deu a fragmentação das propriedades, mas também, como é de nosso interesse, porque localiza as áreas que tentarão a substituição parcial de cafezais por outras produções; dentre as quais a de laranja.

O estudo sistemático e geográfico da zona pioneira

Talvez a análise “sistemática” (e até então inovadora) da estrutura agrária feita por Milliet seja o que motivou Leo Waibel (1979) a se valer enormemente desse estudo, mas também apontando-lhe suas críticas.

Na introdução de seu trabalho, Milliet (1982) discorre sobre a dificuldade de se realizar um estudo “demográfico-econômico” sobre a cafeicultura, cuja obra de progresso e ocupação do solo era então visível, mas cujos desdobramentos nesse âmbito haviam sido pouco ou nada estudados. As dificuldades para tanto, todavia, começavam pela falta de dados estatísticos precisos e pela complicada história territorial dos municípios, com seus muitos desmembramentos. A solução foi, portanto, de se valer da noção mais abrangente de “zona”. É interessante, por outro lado, que Milliet diz levar em conta os limites geográficos naturais para estabelecer seu zoneamento¹⁰. Em seguida, chama de “regiões” as sete “zonas” a que chegou (Milliet, 1982; 13). Excetuando às zonas norte e central, entretanto, as demais cinco zonas são referenciadas nas áreas tributárias das respectivas companhias ferroviárias: Mojiana, Paulista, Araraquarense, Noroeste (e Alta Paulista) e Sorocabana.

Waibel (1979) indica que este se trata, a princípio, de um zoneamento pelas vias de

¹⁰ “No estudo do roteiro do café podemos contentar-nos com unidades territoriais mais vastas e a solução das zonas, à semelhança dos distritos agrícolas, satisfaz até certo ponto. Não desvirtua, pelo menos, as conclusões. Tendo em mente o desenvolvimento cronológico da cultura do café em nosso Estado, torna-se possível estabelecer o zoneamento em obediência aos limites geográficos naturais ou às vias de penetração criadas pelo homem. A área permanecendo a mesma, a soma dos dados dos componentes torna-se comparável com a soma análoga de épocas anteriores. Paralelamente procuramos reconstituir, dentro de cada zona, as menores unidades territoriais comparáveis, para análise mais íntima do fenômeno econômico-demográfico do café” (Milliet, 1982; 13).

comunicação, mas, admitindo a importância das companhias ferroviárias na expansão e consolidação das diferentes zonas da cafeicultura, Waibel parece concordar em parte com a escolha de Milliet por indicar, com isso, zonas econômicas. No entanto, a sua crítica recai sobre a falta de abordagem dos aspectos naturais na análise de Milliet. Waibel cobra, de certo modo, “geografia” no estudo de Milliet, o que faz sentido para uma análise que aborda necessariamente a ocupação e o esgotamento dos solos. Waibel, assim, sugere ajustes na regionalização de Milliet¹¹. Será interessante depois comparar a consideração do autor sobre o zoneamento de Milliet com a conclusão do doutorado de Monbeig, que chega a uma questão semelhante quanto à importância das ferrovias para a regionalização, ainda que o faça com uma análise mais pormenorizada e que indica outras possibilidades de interpretação.

Dessa maneira, a descrição que Waibel retoma de Milliet para as zonas “do Rio de Janeiro” e “norte”, a mais antiga da cafeicultura do Brasil centro-oriental, começa por atribuir à formação da depressão do rio Paraíba do Sul e sua “moldura montanhosa” aquilo que deveria caracterizar a “região”: “Seria mais acertado denominá-la ‘zona do Paraíba’” (Waibel, 1979; 284).

Após isso, descreve a expansão cafeeira sobre a zona, já previamente povoada, como transformando a atividade econômica, antes assentada nas “roças” que supriam o mercado do Rio de Janeiro, passando para um sistema capitalista de *plantation* com trabalho escravo. Apesar de se produzir um café tido como rústico, Waibel mostra os lucros auferidos modificando a paisagem, que seria a mais rica do Brasil no final do século. Porém, o esgotamento dos solos, principalmente a partir da década de 1880, levaria a uma queda rápida da produção da referida zona.

Veja-se que Waibel considera as relações de produção por trás da expansão cafeeira como importantes para a caracterização da zona norte da cafeicultura. Aponta ainda outra crítica à análise de Milliet, o qual não teria observado a existência de uma produção de alimentos prévia à cafeicultura na área, como se esta se expandisse sobre um “vazio”. Porém, o que aparece aí apenas de relance (mas que repete o esquema lógico sobre o pioneiro sendo mais moderno do que o caboclo), é que Waibel hierarquiza tais relações, vendo na produção

¹¹ “Milliet agrupa os municípios produtores de café no Estado de São Paulo em sete regiões ou zonas, que na realidade são mais zonas de comunicações, isto é, zonas de recepção das estradas de ferro, do que propriamente zonas econômicas. Mas, como as estradas de ferro, de 1870 em diante, tiveram influência decisiva na expansão da cultura cafeeira e na distribuição da população, eu sigo, em princípio, a sua divisão. É verdade que a consideração das condições naturais, principalmente das geológicas, que infelizmente Milliet desprezou por completo, levam à necessidade de subdividir ou, em outros casos, de reunir em uma só, algumas de suas zonas” (Waibel, 1979; 284).

cafeeira uma modificação qualitativa da paisagem, “valorizando-a”, mas assentada num uso extensivo do solo, que acaba por como que “desperdiçar” a riqueza gerada, numa espécie de “regressão econômica” (Furtado, 2000) expressa na paisagem deteriorada.

*

Num texto com orientação metodológica, Orlando Valverde (Valverde, 2006, a partir de texto publicado originalmente em 1964) retoma os preceitos de Leo Waibel (1979) para criticar procedimentos da Geografia agrária. A princípio, pensando-se no que Valverde denomina de Geografia agrária estatística, poderíamos pensar que este autor pudesse enquadrar o estudo de Milliet (1982) dessa maneira, uma vez que o *Roteiro do café* elabora mapas de distribuição da produção de café por áreas. Porém, lembrando a motivação e a orientação de Milliet para a compreensão das mudanças da estrutura fundiária paulista, Valverde (2006) tenderia a enquadrar aquele estudo mais como uma Geografia agrária fisionômica, portanto mais completa e incluindo elementos de análise da Economia política. Já observamos que não é sem motivo que Waibel, que estrutura teoricamente a análise de Valverde, vale-se do texto de Milliet.

Por outro lado, a alusão ao estudo de Valverde (2006) tem ainda outra razão de ser aqui inserida. Ao lidar com a chamada Geografia agrária ecológica, uma das três que Waibel (1979) afirmara existir, e seus estudos da relação entre paisagem agrícola e meio fisiográfico, Valverde afirma uma posição *contra* qualquer determinismo do “meio físico”, que poderia ser relativizado conforme o “nível técnico” atingido pelo grupo humano em questão.

Valverde analisou o caso da ocupação da Baixada Fluminense, mostrando uma relação desta com a urbanização do Rio de Janeiro, concomitante à expansão da cafeicultura, que teria implicações nas relações de trabalho na área, levando, ainda, à possibilidade de plantação de laranjais dada pelo uso de técnicas de saneamento, por parte do Estado.

Nota-se pela condensada explicação que abarca um longo período histórico repleto de mudanças, que a ocupação da área se mostra atrelada à produção de mercadorias para o consumo da cidade do Rio, aparentemente realizada com trabalho escravo, dado que o abandono das fazendas é, em parte, atribuído à expansão cafeeira para o vale do Paraíba, em parte, pela abolição da escravatura.

Como consequência dessa situação de crise local, que Furtado chamaria de “regressão econômica” (Furtado, 2000, cap. XV; 89-94), o abandono das fazendas implica em transformação do meio físico, que vai se deteriorando e tornando insalubre e antieconômico.

Porém, a adoção de práticas embasadas em técnicas de saneamento permite uma nova ocupação da área, estimulada pela urbanização exponencial da cidade do Rio. Nisso, por um lado, o meio físico modificado é novamente ocupado produtivamente por hortas e por laranjais, mas é gradativamente deixado de ser ocupado produtivamente em face à especulação imobiliária¹².

De todo modo, no que se refere à compreensão das possibilidades dadas pelo meio físico para a sua ocupação e utilização humana é ressaltado o papel da técnica na maneira como essa relação pode ser modificada, sendo, portanto, aí a técnica ganha proeminência na análise, ao passo que qualifica o nível de desenvolvimento das relações sociais sobre o meio físico, expresso na estrutura fundiária:

Veja-se bem, pela descrição acima, que a exploração da Baixada Fluminense era feita antigamente por uma técnica primitiva. A perda de mão-de-obra, de que dependia essa técnica, desorganizou a economia regional. Só quando o governo, dispondo de novos recursos, tornou a modificar o meio, pôde instalar-se uma nova estrutura fundiária: pequenas propriedades com hortas, propriedades médias e grandes com laranjais e latifúndios em loteamento (Valverde, 2006; 4).

Dessa maneira, Valverde se aproxima, mais uma vez, da posição, por assim dizer, dualista de Waibel, ao contrapor a exploração das roças na “economia regional”, realizada com técnicas “primitivas”, da exploração mais integral do meio, estabelecendo uma nova estrutura fundiária, possibilitada pela técnica de saneamento aportada no meio fisiográfico pelo Estado. Voltaremos, adiante a esse exemplo, para mostrar que, mesmo com essa estrutura fundiária, não se tem necessariamente, na análise de Valverde, o estabelecimento de um “modo de produção capitalista”. Ainda assim, a relação com a cafeicultura que aí se esboça indica uma desorganização da produção na área, que “concorre”, em termos de nível de produtividade, de incentivo ao emprego da força de trabalho e em lucro, com a zona pioneira, que na época era ainda o vale do Paraíba, ou a “zona norte” de Milliet.

*

¹² “Essa região era ocupada, desde os tempos da Colônia até o fim do Império, por fazendas que produziam principalmente farinha de mandioca, açúcar mascavo e aguardente. Com o desenvolvimento industrial e comercial do Rio de Janeiro e da lavoura do café no vale do Paraíba, ocorreu o seu despovoamento. O abandono das fazendas culminou com a abolição da escravatura. Desaparecendo a navegação fluvial e sem limpeza dos leitos, os rios foram-se entulhando de sedimentos, a ponto de alguns desaparecerem, transformando-se em brejos que se tornaram terríveis focos de malária. A exploração dessas terras passou então a ser perigosa para a saúde e antieconômica, até a época em que, desenvolvida a técnica de saneamento, o governo empreender a dragagem dos rios e a erradicação da malária. Hoje, algumas várzeas são aproveitadas para a produção de verduras e as terras mais altas, enxutas e arenosas, são ocupadas por laranjais. Perto do Rio de Janeiro e ao longo das principais estradas, as terras voltaram a ser inapropriadas agricolamente, não mais por imposição do meio. O crescimento excessivo da cidade e a inflação levaram a uma forma de especulação da terra que é o loteamento urbano, para sítios de repouso, chácaras etc. No meio das capoeiras baixas e dos laranjais, abrem-se arruamentos e erguem-se cartazes de anúncios de venda de terras” (Valverde, 2006; 4)

Voltemos agora ao aperfeiçoamento da análise de Milliet que Waibel procurou fazer, especialmente a retomada da caracterização da zona central, incluindo o planalto do interior de São Paulo. Waibel (1979) aponta, como Milliet (1981), que se tratava de uma área de povoamento antigo, atribuído à cultura da cana-de-açúcar. Porém, indica uma ocupação diferenciada pelo café e pela cana dentro da zona, com o primeiro se expandindo pelas “colinas do cristalino”, enquanto a segunda “prefere as baixadas do Tietê e de seus afluentes” (Waibel, 1979; 286). Por outro lado, a expansão cafeeira também se dera sobre os espigões entre Piracicaba e Tatuí, enquanto áreas de solo arenoso da zona já eram campos cerrados desde antes dessa expansão cafeeira.

Criticando a inserção da área na zona central do estudo de Milliet (1981), Waibel (1979) afirma que a cafeicultura só se expandiu de fato pelo extremo norte dela. De resto, vale-se dos dados de Milliet e da explicação da aceleração do crescimento da zona devido ao estabelecimento da São Paulo Railway Co., em 1867, ligando Santos a Jundiaí; três anos mais tarde, a Cia. Sorocabana seria fundada para ligar Jundiaí a Sorocaba; e um outro ramal seria instalado na direção de Piracicaba. Se, nessa época, a produção da zona era a maior do estado e correspondia a 29% da produção total, a partir de então esse percentual não pararia de decair. Ao contrário do que aconteceu na “zona do Paraíba”, corroborando os dados de Milliet, a produção aí não decaiu e a população aumentou consideravelmente.

A explicação passa, assim, pela imigração e pelo surgimento dos sitiantes, num processo de diversificação da produção agrícola local, tudo impulsionado pela urbanização acelerada de São Paulo e das cidades industriais próximas (Campinas, Jundiaí e Sorocaba)¹³, apesar de pouco se explicar de fato tanto sobre a imigração, quanto sobre o parcelamento das propriedades e a possibilidade dessas produções.

Restaria indagar, ainda, o que Waibel entende por uma intensificação da produção nessa policultura que surge sobretudo nas pequenas propriedades dessa zona, uma vez que não parece se tratar de um uso mais regular de adubação, fertilização ou de pesticidas, e tampouco de maquinários agrícolas. A indagação não encontra muita explicação no texto do

¹³ “Isto, segundo Sérgio Milliet, deve-se em grande parte à imigração de colonos europeus depois da libertação dos escravos. Posteriormente, muitos deles estabeleceram-se como pequenos proprietários e, ao lado do café cultivaram também outros produtos, principalmente algodão, cereais, frutas (laranjas e uvas), e praticavam, em pastos cuidadosamente tratados, a produção de laticínios. Assim se desenvolveu nesta região, principalmente em torno de Campinas e Piracicaba, uma policultura tão intensiva que raramente se encontra similar em todo o Brasil. O mercado garantido para a colocação dos produtos, representado pela capital do Estado, como também pelas três cidades industriais, Campinas, Jundiaí e Sorocaba, em franco desenvolvimento, foi, na verdade, o motivo desta intensificação” (Waibel, 1979; 286-287).

autor, o qual parece se contrapor à expansão extensiva para o Oeste e uma defesa da recuperação dos solos do Leste¹⁴, algo preferencialmente feito não pelo caboclo, mas por um camponês semelhante ao europeu¹⁵.

Uma colonização interior aparece, nessa elaboração, tratada num amplo sentido civilizador, contra o atraso do sertão e do caboclo¹⁶. Na ausência de condições, de fato, intensivas de reprodução do capital, o que o autor parece estar positivando é, antes, uma ascese intramundana, ou uma ética do trabalho (tomando de empréstimo a teorização de Max Weber, 2004) desse suposto camponês, com seus sistemas agrícolas, baseados na rotação de culturas e na preservação da pequena propriedade fundiária.

Isto é, na falta de uma pressão econômica (através de condições de expropriação e de condições técnicas) que impelisse o caboclo a trabalhar mais e melhor, apenas condições morais e culturais como as de certos camponeses europeus poderiam conduzi-lo a isso, na opinião do autor. Criticaremos, no próximo capítulo, essa “naturalização” da cultura camponesa européia ao retomar as “dificuldades” enfrentadas por fazendeiros do Oeste Paulista para forçar o imigrante (de certo modo o camponês europeu que Waibel elogia) a trabalhar nos cafezais, durante as experiências de parcerias, antes da consolidação do sistema do colonato.

Maiores críticas, por parte de Waibel, ao estudo de Milliet viriam, todavia, com a análise das zonas de produtividade intermediária, que estavam agrupadas como pertencendo às zonas Paulista e Mojiana. Identificando a expansão da cafeicultura não só quanto à sua direção rumo ao norte e noroeste do estado, Waibel delimita a localização da zona a critérios como os seus cursos de rios e as formações geológicas, criando uma “zona de São Carlos-

¹⁴ “Quando, porém, eu me mostro absolutamente cético em face da ideia de conquistar o oeste brasileiro segundo o exemplo norte-americano, isto não significa que o Brasil não tenha mais possibilidade de desenvolvimento agrícola. Ao contrário, considero-os muito grandes, aliás, mais no sentido qualitativo do termo que no sentido exclusivamente quantitativo. Isto quer dizer: estas possibilidades estão mais na intensificação da agricultura no leste, densamente povoado, do que na expansão para oeste da área explorada segundo os métodos extensivos” (Waibel, 1979; 309).

¹⁵ “Não é desses elementos [caboclos - CAB] que precisa o País, e sim do verdadeiro camponês, segundo o conceito europeu, cuja virtude é estar intimamente ligado ao seu torrão e à sua propriedade, e que se empenha em transformá-la num verdadeiro lar que se conservará através das gerações, passando de pai para filho e deste para os netos. Somente ele, por meio de seus métodos agrícolas intensivos, será capaz de transformar os solos esgotados do leste em terras permanentes de lavoura e com isso preencher as grandes lacunas de distribuição da população na região de povoamento antigo. O futuro do Brasil não está no oeste, e sim no leste. E o grande lema, na minha opinião, não deveria ser 'marcha para o oeste', e sim 'tomar pé firme no leste'” (Waibel, 1979; 310).

¹⁶ “De qualquer forma, deveria primeiro desaparecer da paisagem rural e dos mapas do Brasil todo o sertão, e isto antes que se cogite do povoamento do oeste remoto. Mas, esta, pode-se chamar de colonização interior e o repovoamento (resettlement) será um trabalho penoso e lento, que tem como premissa fundamental uma transformação econômica e espiritual de toda a população do sertão” (Waibel, 1979; 309).

Ribeirão Preto”. Lembra que, enquanto a expansão atingia São Carlos e ultrapassava Limeira, as “velhas” cidades de Campinas e Piracicaba se tornavam “porta para o sertão”. As companhias Mojiana e Paulista são aqui também responsabilizadas pela nova zona. Porém, Waibel foge ao esquema de Milliet de identificar os dados de produção de café e de população para cada zona, para procurar uma explicação para a expansão e para os enormes cafezais da zona em questão.

Identifica uma mudança de mentalidade dos fazendeiros paulistas, que teriam parado de investir em escravos – que haviam se tornado “uma inversão improdutiva de capital” (Waibel, 1979; 287), algo aliás mal explicado – para começar a investir na construção de estradas de ferro e na aquisição de máquinas de beneficiamento de café, substituindo aqueles escravos por imigrantes europeus, trabalhadores, por assim dizer, mais produtivos. Para compensar os investimentos, as plantações teriam sido ampliadas como nunca anteriormente¹⁷.

Quanto a isso, há o aspecto fundamental de atrelar a expansão da cafeicultura à mudança da relação social de produção, porém a maneira como isso é feito é passível de ser questionada. Tratar de modo tão apressado a passagem do escravo para se tornar um investimento improdutivo soa como se o seu uso anterior fosse fruto de mera ignorância econômica. O surgimento do imigrante para o substituir parece se dar como num passo de mágica, como se tais mudanças não tivessem ocorrido sem conflitos, ao longo de, ao menos, 38 anos, depois do fim do tráfico, em 1850. Basta citar de passagem os estudos de Emília Viotti da Costa (Costa, 1998), Verena Stolcke (Stolcke, 1986) e Paula Beiguelman (Beiguelman, 2005), que mostram, num primeiro momento, antes da consolidação do sistema de trabalho do colonato e do programa de imigração em massa subvencionado pelo Estado, como as dívidas contraídas e a possibilidade de maiores ganhos do colono com a produção de alimentos fizeram os fazendeiros se questionarem do uso do trabalhador imigrante, posto que os cafezais estavam mais maltratados e as colheitas decaíam na comparação com o que os escravos realizavam. Nesse primeiro momento, o escravo era um trabalhador mais produtivo do que o colono. Retomaremos elementos dessa explicação no próximo capítulo, ao nos centrarmos mais nas relações de trabalho. Porém, deixamos aqui registrada certa insatisfação

¹⁷ “Para tornar mais rendosa a utilização das máquinas caras e de mão-de-obra européia, igualmente cara, os empreendimentos foram ampliados, e pela primeira vez aparecerem as gigantescas fazendas, com milhares e mesmo milhões de cafeeiros, praticada a cultura sob forma de uma verdadeira monocultura” (Waibel, 1979; 288).

com o tratamento dado por Waibel à questão.

Por outro lado, a maneira como o autor inverte a explicação da expansão é muito profícua, colocando os custos com a mecanização do beneficiamento e com a importação “de braços” como exigindo o aumento de escala da produção de café, e não o contrário. Não sabemos se ele se dá conta das implicações disto, uma vez que sugere que a dívida motiva a expansão. Essa interessante abordagem não tem desenvolvimento na análise do autor.

Waibel, então, retoma o texto de Milliet para indicar o aumento impressionante da produção e da população nas zonas, afirmando se tratar de um avanço, de um lado, por uma área já previamente habitada, a da Mojiana; e de outro, sobre a terra virgem, pelas cias. Paulista e Araraquarense. No entanto, afirma que são os novos patamares de produção que confirmam o “verdadeiro caráter pioneiro desta zona parcial” (Waibel, 1979; 289). Note-se que, com isso, a velocidade da transformação da paisagem passa a ser mais significativa do que a mudança das relações sociais de produção. Um critério mais quantitativo sobressai sobre a mudança qualitativa na forma de reprodução do capital cafeeiro.

Entretanto, outra crítica ao zoneamento de Milliet é feita ainda no que tange à falta de abordagem dos aspectos da fertilidade e da formação geológica do solo da zona, o que implica num critério qualitativo de explicação, centrado todavia na implicação produtiva das diferentes fertilidades de solo. Assim se explicaria a junção que Waibel sugere da parte norte das zonas da Paulista, da Mojiana e da Araraquarense numa única zona de São Carlos-Ribeirão Preto, caracterizada pela presença de solos da chamada terra roxa¹⁸, e o desmembramento de uma outra zona, de povoamento e produção mais recentes, que seria a zona de Botucatu.

Antes de caracterizar essa última zona, Waibel discorre brevemente sobre a queda dos rendimentos dos cafezais dessa área, culminando na transformação dos mesmos em pastos ou em plantações de algodão, processo este paralelo ao surgimento de pequenas propriedades e sitiantes, numa perspectiva menos animadora do que a que o autor apontara para a zona central. Isto é, a “intensificação da agricultura” teria sido menor nessa zona, em virtude da maior distância para os centros consumidores e por não ter havido à época um crescimento

¹⁸ “Mais uma vez, é a terra roxa que promove este enorme desenvolvimento. Sim, porque Sérgio Milliet inclui na sua ‘Zona Araraquarense’ os grandes lençóis de *trapp* que se encontram ao sul da cidade de Araraquara, nas cabeceiras dos afluentes do Tietê, ainda na área da formação Botucatu (Jaú, Brotas, Ribeirão Bonito). Por essa razão reúne as três zonas de Milliet (Mojiana, Paulista e Araraquarense), nas quais a cultura do café, até 1920, se realizava em áreas de terra roxa, numa única zona que denomino de ‘Zona de São Carlos – Ribeirão Preto’, segundo as suas cidades principais” (Waibel, 1979; 289).

urbano das principais cidades da zona, que fosse comparável ao de Campinas ou Piracicaba.

Não nos deteremos nas observações que o autor faz para a “zona de Botucatu”¹⁹. Por fim, trata das “zonas pioneiras do Oeste de São Paulo”, que, em princípios dos anos 1950, era uma das cinco zonas pioneiras do Brasil. Identificando o limite dessa zona no meridiano de 49 graus de longitude oeste, Waibel afirma se tratar de uma “imensa região” que era tida como sertão em 1910, e na maior parte coberta por mata virgem. A zona pioneira, em contraste com as demais zonas se caracteriza não só pela rapidez da ocupação e exploração, bem como Waibel faz questão, mais uma vez, de apontar a zona como pertencente a uma formação geológica diferente. Porém, será a derrubada da mata que será identificada mais como “verdadeira atividade pioneira”²⁰ (Waibel, 1979; 292).

A partir do diálogo de Waibel com o estudo de Milliet, tratamos de uma Geografia sistemática e o modo como ela aborda a expansão do capital, expressa na “zona pioneira”. Aliás, o próprio Waibel, ao fazer um balanço de sua passagem pelo Brasil, indica fazer uma “Geografia sistemática”, dizendo que o estudo do país requeria tal especialização do geógrafo ou uma em Geografia regional²¹. Podemos compreender melhor o que o autor quer dizer, ao retomar seu seguidor.

*

Orlando Valverde (2006) afirma certo rebaixamento dos “padrões culturais e econômicos” que teria se dado com os colonos europeus assentados no Sul do país, apontando um processo de “caboclicização”, compreendido não como uma “estagnação num nível médio, como acontece na Europa”, mas mais como algo próximo da “regressão econômica” indicada

¹⁹ Critica também Milliet por abordar uma produção uniforme da zona sobre a área total da mesma, o que dificultava ver o limite da frente pioneira, algo melhor apontado em certo mapa da Comissão Geográfica e Geológica, de 1910. Esse mesmo mapa mostrava, nessa data, um avanço que se direcionava para rio Paranapanema, ao sul do estado. Essa área, tida como parte da “formação triássica de Botucatu”, com uma escarpa de arenito e camadas intercalares de *trapp*, seria a nova zona cafeeira de Botucatu. Waibel acredita que o fato da produção e da população dessa zona não terem grande relevância sobre os números totais talvez explicasse a inclusão da mesma na Zona da Alta Sorocabana. Isto é criticável, para Waibel, do ponto de vista geológico, geográfico e econômico, porque estas se diferenciariam das zonas novas, mais para oeste, de acordo com a proposta de Pierre Deffontaines, que a denomina de “zona de Ourinhos”.

²⁰ “O oeste de São Paulo pertence a uma nova formação geológica, os arenitos Bauru, do cretáceo. Nesta região penetraram desde 1920, com grande rapidez, a cultura do café e o povoamento, e formou-se aí a mais nova, mais extensa e mais notável zona pioneira do Estado de São Paulo. Ela constitui as ‘Zonas Novas’ de Milliet. Denominei ‘Zona Pioneira do Oeste de São Paulo’” (Waibel, 1979; 292).

²¹ “Desde o início compreendi que o geógrafo que pretenda apenas permanecer no Brasil temporariamente terá de se especializar em Geografia Regional ou Sistemática. Escolhi a última e concentrei meu trabalho em dois problemas: a utilização da terra e a colonização. Já nas minhas primeiras excursões, verifiquei que ambos os problemas se acham ligados numa escala muito maior do que supunha inicialmente e que um não pode ser compreendido sem o outro” (Waibel, 1979; 314-315).

por Furtado, “dadas as nossas condições históricas, geográficas e econômicas” (Valverde, 2006; 9). Por fim, Valverde e Waibel parecem estar criticando o projeto de colonização que isolou o colono do mercado, como se as políticas de colonização tivessem o pensado mais como um caboclo do sertão do que como um pioneiro²².

Essa proposição é interessante, não por mostrar o ideal civilizatório ou desenvolvimentista dos autores, mas antes por compreender a determinação de um processo histórico de desenvolvimento das condições objetivas de civilização, pautado pela relação que passa pelo mercado, ou seja, pela forma mercadoria, e também pelo papel do Estado no desenvolvimento dessas condições.

Os autores compreenderam, todavia positivando o processo de expansão do capital, que as relações sociais de produção são histórica e geograficamente determinadas e, na fronteira dessa expansão, essas condições estão em formação. Algo semelhante ao que Marx indica que Wakefield tivera compreendido (Marx, 1985, l. I, t. 2, cap. 25). Este economista, por sua vez, aborda as dificuldades enfrentadas por capitalistas ingleses na Nova Inglaterra (EUA), que, ao transplantar suas fábricas para as colônias (levando inclusive seus operários) viram seus trabalhadores desaparecerem da noite para o dia. As condições de expropriação da colônia (ou da ex-colônia) permitiam que o trabalhador trabalhasse para si, ocupando terras na fronteira agrícola. Os geógrafos acima abordados não teriam ido às últimas consequências dessas condições de produção, parando, como Wakefield, na crítica à falta de possibilidade de acumulação de capital (ou de uma forma específica de acumulação, intensiva) ou de transformação da paisagem nas referidas áreas.

Essas condições de produção são retomadas quando Valverde aponta a necessidade do geógrafo compreender as “influências econômicas” na interpretação da paisagem. O exemplo da citricultura da Baixada Fluminense é retomado para explicar a importância de se conhecer o “objetivo da produção”. Ali, as variedades plantadas não haviam sido escolhidas aleatoriamente, de modo que se plantava a laranja-pêra, que tinha uma cotação de preço pior nos mercados do Rio de Janeiro. O abandono dos laranjais e a má apresentação das laranjas produzidas pioravam ainda mais a aceitação delas no mercado local.

O “enigma” de tal paisagem é, pelo autor, desvendado pelo objetivo da produção não ser este mercado, mas o internacional, sobretudo a Inglaterra e os países latinos. A situação

²² “Bastará para isso que esse indivíduo ou grupo fique distante dos mercados e em condições de isolamento cultural, que foi o que sucedeu a quase todas as colônias europeias, do Paraná para o sul” (Valverde, 2006; 9).

se tornara crítica principalmente com o impacto da II Guerra Mundial sobre esses mercados, facilitando ainda mais o processo de loteamento dessas fazendas, estimulado pela urbanização crescente do Rio²³.

A observação de que o motivo para a instalação dessa citricultura no Rio era a proximidade do porto faz Valverde retomar a teoria de von Thünen que ressalta a influência do “fator distância do mercado” sobre a utilização da terra. Em condições abstratas de meio físico, transportes e outras condições culturais, a ocupação da terra se daria expandindo a partir de um centro, com sistemas mais intensivos indo aos mais extensivos, conforme aumentasse a distâncias desse mercado²⁴.

Porém, Valverde parece relativizar a teoria de von Thünen para o caso da Baixada Fluminense pela existência ali de relações pré-capitalistas que mantinham um uso extensivo da terra, apesar da proximidade do centro do mercado, sobretudo pela influência dos latifúndios sobre o mercado de trabalho agrícola:

Entretanto, em consequência do regime latifundiário aí vigente, estabeleceram-se nessa região “fazendas agropecuárias pré-capitalistas”, onde uma numerosa população rural sem terra, privada de seus meios de produção, vaga, “flutuante, de fazenda em fazenda, alugando o seu trabalho em troca de uma roça, para cultivar o que comer, e dando ainda uma parte de suas safras”, a metade no caso (Valverde, 2006; 11).

Dessa maneira, Valverde equipara a meação aí praticada, decorrente de um regime de propriedade considerado “tipicamente semifeudal”, a “uma forma atenuada de corvêia”, explicando certa invalidez da lógica de expansão da teoria de von Thünen dessa maneira: “Como este tipo de fazendeiro obtém rendimento praticamente sem trabalho e sem dispêndio de capital, torna-se infenso a qualquer medida de progresso” (Valverde, 2006; 11). Do mesmo modo, assim, como Wakefield chega estupefato à conclusão de que a acumulação de capital não funciona nas ex-colônias como na Europa, Valverde está chegando à conclusão de que a teoria que possa vir a funcionar para a Europa esbarra-se em relações sociais de produção que

²³ “A chave do enigma nos é dada pelo objetivo da produção. A laranja da Baixada não tem por finalidade abastecer o mercado do Rio de Janeiro, destinando-se sobretudo ao mercado internacional: Inglaterra e Rio da Prata. Se os laranjais estão localizados perto do Rio não é para tê-lo como mercado, mas para ter facilidade de acesso ao porto de exportação, ou então vêm de mais distante, portanto com preço elevado. Isso se não levarmos em consideração a intervenção gananciosa dos intermediários. O abandono de certos laranjais explica-se pela perda do principal mercado estrangeiro – a Inglaterra – com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. E a destruição de outros para o loteamento, compreende-se pelo crescimento do núcleo urbano, a inflação da moeda e a consequente especulação sobre as terras, em virtude da desvalorização do dinheiro” (Valverde, 2006; 11).

²⁴ Para uma análise mais pormenorizada dessa teoria, veja-se Waibel (1948), e, para uma crítica da mesma, Corrêa (1986).

a “torcem”²⁵. Ao invés de criticar o que ocorre na normalidade da acumulação de capital, em que a teoria abstrata pode vir a funcionar (num procedimento como o de Marx que toma o que se dá nas ex-colônias para evidenciar o que se esconde nos países centrais), Valverde prefere criticar os “defeitos” do regime de propriedade e de trabalho que, atrasados como são, distorcem a lógica perfeita.

Tratando, todavia, essas “influências sociais”, Valverde está chamando a atenção para a necessidade de estudo do regime de propriedade e das relações de trabalho na compreensão da paisagem agrícola, indicando a necessidade de se “estar armado de conhecimentos seguros da Economia Política” (Valverde, 2006; 12). De nossa parte, estamos paulatinamente sugerindo um procedimento que vá além e faça uma *crítica da Economia Política*, embora reconheçamos a importância do passo dado por Valverde.

Este autor distingue “sistema agrícola” de “forma de economia”, por meio da explicação de Sombart, mais uma vez retomado por Waibel (1979), relacionando a primeira ao processo de trabalho e a segunda ao processo de valorização econômica: “A forma de atividade, ou sistema agrícola, é, por conseguinte, um conceito mais preciso, mais restrito, e subordinado ao de forma de economia” (Valverde, 2006; 12). Daí se poder dizer que fazem uma Geografia *sistemática*, como um ramo subordinado da Geografia econômica.

Essa interessante distinção é, no entanto, relacionada ao conceito de *modo de produção*, no âmbito do qual o autor distinguirá ainda *forças produtivas* e *relações de produção*. A maneira como aborda a existência ontológica de modos de produção é o que é, antes, mais questionável, sobretudo pela posição de continuidade apresentada numa história aparentemente linear e tipológica da humanidade:

Os modos de produção caracterizam, em linhas gerais, cada uma das fases da história econômica da humanidade, tal como as eras geológicas caracterizam as grandes fases da história da Terra. Temos, assim, por exemplo, um modo de produção feudal, ao qual sucede o modo de produção capitalista. Dentro de cada fase, uma vasta gama de instituições econômicas se desdobra. No Brasil, particularmente, pode-se observar diferentes modos de produção, em regiões geo-econômicas contíguas. Quem conhecer perfeitamente o Brasil, poderá dizer que entrou em contato com várias “eras econômicas”, desde o Neolítico até os nossos dias (Valverde, 2006; 13).

Mais do que tomar uma evolução dos modos de produção como a história da humanidade, apresentando como que *tipos* abstratos de modos de produção (que podem

²⁵ Valemo-nos aqui da sugestão de Raymundo Faoro, que, ao analisar a legislação fundiária portuguesa, que fora pensada para estimular a pequena propriedade produtora de cereais em Portugal, acaba tendo o seu conteúdo “torcido” pela realidade de abundância de terras e necessidade de colonizá-las no período colonial, de modo que acaba incentivando a concessão de imensos latifúndios (capitanias e depois sesmarias) a fidalgos portugueses, que apresentavam uma relativa independência para com o poder metropolitano (Faoro, 2008; 105).

ocorrer em qualquer lugar e tempo e mesmo conjuntamente, ao que parece), o autor ainda os relaciona a eras geológicas. Naturalizando a história, não parece fazer muita distinção entre o procedimento de estudo de modos de produção (ou eras econômicas) e o dessas eras geológicas.

Obviamente discordamos desse procedimento e procuramos analisar os momentos de ruptura entre formas diferentes de reprodução social para qualificar melhor as relações sociais modernas e questionar a projeção das categorias dessas relações para períodos em que não estavam autonomizadas umas das outras. Isto ficará mais claro quando, no capítulo seguinte, analisarmos a formação da categoria trabalho, na modernidade, que sendo considerada como tendo um processo de formação (por mais contraditório que este seja) não pode ser dessa maneira naturalizada.

Enfim, depois de concluir dizendo que a Geografia econômica se baseia na Economia Política, Valverde ainda critica certa perspectiva que toma o conceito de *gênero de vida*, de maneira muito abrangente, como o foco da Geografia humana, parecendo elogiar a forma como Max Sorre torna o conceito mais preciso ao atrelá-lo “ao conjunto de técnicas desenvolvidas por um grupo humano para se adaptar ao meio geográfico” (Valverde, 2006; 13). Apesar disso, critica-o por exprimir antes relações entre o grupo social e a natureza e por tomar o homem a partir do indivíduo; as relações econômicas entre o grupo e outros grupos seriam aí negligenciadas.

Para finalizar, Valverde discute se a Geografia agrária seria, então, um ramo da humana ou da econômica, optando por concordar com a inclusão daquela na econômica, como o teriam feito R. Hartshorne, P. George e E. Otremba, de acordo com o autor. De certa forma, conclui que a Geografia agrária é mais completa do que a humana. Assim, o estudo da paisagem agrícola deveria passar pela compreensão das leis econômicas que nela incidem, estruturando e moldando a sua forma. A subordinação da Geografia agrária à Economia política, segundo Valverde, decorre disto:

A estrutura e a morfologia agrárias de uma região são, em larga medida, um reflexo de leis econômicas sobre a paisagem. [...] A Geografia agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico (Valverde, 2006; 15).

Por fim, justifica seu texto metodológico pela afirmação da Geografia agrária como ciência e pela intenção de uma utilização prática da mesma na resolução de “problemas”.

Enfim, uma ciência modernizadora²⁶.

Antes de adentrar em pesquisas que tratam especificamente da citricultura, completaremos um panorama da discussão da zona pioneira com outro importante geógrafo.

O estudo regional da zona pioneira visto pela sua autocrítica

Já mencionamos anteriormente algumas observações de Pierre Monbeig sobre a “zona pioneira”, de modo que sugerimos ali uma aproximação da maneira como ele e Leo Waibel lidam com o tratamento do que caracterizaria, de fato, o pioneirismo. Posteriormente, vimos como Waibel vê a possibilidade de se estudar o Brasil seja por uma Geografia regional, seja por uma sistemática, afirmando ter escolhida a última. Quanto a esta última, procuramos delimitá-la melhor a partir do texto metodológico de Geografia agrária de Orlando Valverde, mostrando uma perspectiva que procura estudar os sistemas agrícolas, mas defendendo uma aproximação com elementos explicativos da Economia Política (sobretudo, os modos de produção, dos quais as forças produtivas e as relações de produção são constitutivas) e observando a necessidade de um estudo da formação histórica que caracteriza tais sistemas.

Pensemos, agora, no papel que parecia delegado à Geografia regional de descrever a particularidade de uma região. Porém, façamos isso já a partir de sua crítica numa obra de Pierre Monbeig.

O prefácio da tese de Monbeig (1998), ao reconhecer a importância de seus mestres, sobretudo do diretor de sua tese o Decano André Cholley e de Albert Demangeon, alinha-o à perspectiva regional em geografia. Porém, ao tratar das dificuldades da pesquisa das “zonas pioneiras de São Paulo”, o autor mostra uma impossibilidade de realizar uma monografia regional, quando o movimento das transformações era o que caracterizava o seu objeto de estudo. O estudo de gêneros de vida era, assim, preterido, em favor de um estudo de uma “sociedade em movimento” (Monbeig, 1998; 19).

A introdução da obra dá conta dessa avassaladora dinâmica, mas parece ainda constituir uma justificativa para a impossibilidade do método regional. O impacto do

²⁶ “Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática. Amputada de uma de suas partes, ela poderá proporcionar matéria para elegantes conferências, cheias de erudição, mas jamais contribuirá para a solução de qualquer dos problemas que afligem o homem” (Valverde, 2006; 15).

movimento transcendia, pois, os limites da “região” pioneira, afetando também as cidades e a industrialização. Nesta introdução, Monbeig credita o impulso mais forte da atividade econômica do estado de São Paulo, até os anos 1940, e conseqüentemente de toda a economia brasileira, que tem ali o seu “centro vital”, à expansão agropecuária sobre as terras novas do interior do estado. Ainda, essa territorialização (como compreendemos esse “movimento”) era vista como pautada pela sua instabilidade²⁷.

Mais uma vez, nota-se que a explicação conclui pela justificativa contra a adoção integral do método regional, uma vez que a instabilidade impossibilitaria a definição da região, pelas relações de seus gêneros de vida que fossem minimamente estáveis com o meio fisiográfico: “Por toda parte, na cidade como no campo, sente-se que nada se estabiliza, nada é definitivo, e que economia e povoamento se solidarizam com a marcha pioneira, que inexoravelmente arranca rumo ao Oeste, a centenas de quilômetros” (Monbeig, 1998; 21).

A expansão econômica sobre as novas terras, assim absorvidas, reflete-se, pois, no conjunto da vida social e econômica do estado, afetando a industrialização principalmente de sua capital, que, com ela, abastece-se das matérias-primas das “regiões pioneiras” e dos “operários” provenientes das áreas que vão entrando em decadência. Do mesmo modo, essas áreas (ou zonas, para o autor) mais antigas continuam a ser afetadas, no que se refere ao povoamento, à ocupação agropecuária e à urbanização (“fenômenos”, por assim dizer, aparentemente autônomos uns dos outros), sempre na comparação reiterada com as áreas novas recém-estabelecidas pela própria dinâmica expansionista: fazendeiros, colonos e comerciantes partiam constantemente para buscar melhores oportunidades nas áreas pioneiras. Parece, portanto, que todo o estado procedia como uma imensa “região pioneira”, com a floresta que restara nas áreas já anteriormente ocupadas sendo ainda derrubada antes do começo de uma exploração intensiva do solo: “Incompleta posse do solo que ainda ocorre em centros que foram os maiores produtores de café, há uns trinta anos, como observamos perto de Jaú, onde restam faixas de florestas por abater” (Monbeig, 1998; 22).

Em 1949, quando Monbeig publica sua tese, o “grande movimento que impelia pioneiros e fazendeiros” localizava-se nos e alcançava os limites internos do estado de São Paulo, avançando sobre o norte do Paraná: “Lá é que se surpreende o movimento pioneiro no

²⁷ “O cultivo de terras há pouco recobertas de matas, a avançada constante dos pioneiros, a abertura de novas fazendas são fatores que agem sobre o conjunto da vida paulista. Toda ela se ressentia do contínuo deslocamento da importante massa da população cuja instabilidade, quatro séculos após o desembarque dos primeiros portugueses, persiste como um dos seus traços fundamentais” (Monbeig, 1998; 21).

seu todo e se avalia quanto ele pode pesar sobre a vida paulista e até sobre a economia brasileira” (Monbeig, 1998; 22). Veja-se que as “zonas novas”, que, em 1935, Milliet ainda localizava dentro dos limites do estado, agora transbordavam estes limites e evidenciavam a complicada localização movediça da “região”. O interesse de Monbeig ia além da mera localização das áreas novas e velhas e remetia a uma compreensão do que estava inclusive para além dessas áreas. Ou seja, a compreensão da formação social num sentido amplo:

Tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa. E certamente é isso: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção duma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional, tal o imenso trabalho que ainda prosseguia, aos nossos olhos (Monbeig, 1998; 23).

A alusão a elementos explicativos do método regional²⁸ não é despropositada, porém o que parece distinguir uma formação de outra seria a velocidade com que a zona pioneira imprimia ao processo civilizatório local, ainda inacabado à época, segundo o autor. A analogia entre os processos de formação econômico e social da Europa e de São Paulo sugere, por outro lado, uma comparação que vai além da mera descrição, tão criticada como limite da perspectiva regional²⁹. Algo de abstrato sustentava a possibilidade de se comparar realidades concretas tão diferentes, e o mesmo valia internamente à abrangente formulação da “região pioneira” englobando também as “zonas velhas” e as cidades, posto que se colocavam em relação com o que estava efervescendo.

O processo de expansão do capital que aqui é determinante será, no entanto, analisado sobretudo pelas suas formas mais concretas, e isso constitui uma importante contribuição da análise de Monbeig, que começa com a apresentação de números gerais da produção e da população do estado (procedimento, aliás, aparentemente igual ao de Milliet), para depois

²⁸ Não é sem fundamento alegar a proeminência histórica de um método. Pasquale Petrone (1984) reitera a marca da Geografia francesa nas décadas de 1930 e 1940, relacionando-a a uma perspectiva política e democrática que se fazia imperiosa para os alunos e membros da AGB, especialmente num contexto marcado pela guerra e suas oposições: “Sob tal aspecto foi de grande significado o papel que se atribuiu ao que foi denominado de método geográfico. A pesquisa deveria ser refletida, elaborada e expressa segundo determinados padrões. [...] O ‘fazer’ Geografia implicaria na abordagem do presente antes de mais nada. Jamais elaborar qualquer estudo de Geografia Regional sem obedecer um determinado roteiro segundo o qual o ‘quadro físico’ deve preceder o ‘povoamento’ e este deve ser sucedido pela população, pelas condições econômicas, e assim por diante” (Petrone, 1984; 11-12).

²⁹ “Sempre nos casos mais radicais, a rigidez do método geográfico, expressa no plano, nem sempre implicava na articulação entre as partes e, portanto, nem sempre significava que a temática de uma parte pudesse ser melhor compreendida pela temática das que a precediam” (Petrone, 1984; 12). O professor Petrone estava, nessa citação criticando a ausência, em geral, de relação entre as partes internas de um estudo regional, porém a sua crítica era semelhante àquelas que viam na circunscrição de uma região a ausência de elaboração dessa parte (a região) com a totalidade. Monbeig, assim, não parece se intimidar com qualquer dogmatismo do método e se dá a liberdade de considerações tão amplas como esta que acima apontamos.

“regionalizá-los”: certo roteiro do café também aqui transparece.

O fato da economia cafeeira praticamente se auto-centrar no próprio estado de São Paulo é, entretanto, algo construído pelo caminho seguido pela expansão das plantações e de seus pressupostos infra-estruturais, sendo que o percurso tem início nas montanhas do interior do Rio de Janeiro, vindo em direção ao sul e só depois virando, de fato, para o chamado Oeste, para o interior de São Paulo. Nas décadas de 1870 e 1880, o movimento se intensifica, com as plantações se expandindo para os planaltos ocidentais. As impressionantes cifras da produção de café ao longo dos anos são cotejadas com as estatísticas populacionais para dar uma breve noção introdutória da amplitude do processo de expansão e povoamento. De 165.468 habitantes em 1811, a população do estado de São Paulo sobe para 837.354, em 1872. Daí em diante, os censos mostram a escala da aceleração do processo: 1.384.753, em 1890; 2.282.279, em 1900; 4.592.188, em 1920, e 7.239.711, em 1940³⁰.

As cifras, todavia, totalizam os números do estado e, por isso, deixam de ver o movimento interno, que precisa ser analisado comparativamente, de uma área em relação às outras do estado. De todo modo, um crescimento absoluto dessa ordem da produção leva à necessária conclusão de ter havido uma “conquista do solo” (Monbeig, 1998; 25). Essa noção remete-nos à compreensão do processo como uma territorialização, que se deu no geral sobre áreas de florestas, com as características do sertão que já abordamos anteriormente e que não são menosprezadas como se fossem um “vazio” (Monbeig, 1998; 27), ainda que com matizes diferentes, sobretudo para a área do norte do Paraná, menos ocupada pela expansão da pecuária do que o restante do estado (Monbeig, 1998; 29-30).

A partir de então, o Livro I da tese de Monbeig é dedicado aos condicionantes naturais e históricos do objeto de estudo que é a “marcha pioneira”. A maneira como aparecem como suporte do evento estudado, evitando incorrer-se em “determinismos”, também, de certo modo, aproximam-no da Geografia regional e, quanto a isso, também da posição de Valverde, como já mostramos. Por outro lado, ver-se-á que Monbeig subordina a apresentação do “quadro físico” à explicação da “marcha pioneira”, deixando de analisá-lo de maneira estanque, por imposição do método³¹, e relacionando os elementos que constituem

³⁰ “Entre a primeira cifra citada e a de 1872, o crescimento foi de 506%; mas entre 1872 e o último recenseamento, atingiu 864,5%. Nas últimas décadas do século XIX, o número de imigrantes desembarcados em Santos, elevava-se a cada ano, ultrapassando a cifra de 100.000, por duas vezes. Tudo indica que o surto demográfico de São Paulo se desenvolve a partir dessa época, amplificando uma tendência que começou a manifestar-se, desde o meado do século” (Monbeig, 1998; 24).

³¹ Mais uma vez, é o depoimento de Pasquale Petrone que indica que costumava prevalecer o continente (ou a

condicionantes para as etapas da expansão da cafeicultura e do povoamento.

Assim, o estudo do relevo se articula ao da composição dos solos, e a identificação daqueles de “terra roxa” e os de arenitos, com fertilidade secundária, indicará os caminhos preferenciais do movimento de expansão da cafeicultura. Isto é, as melhores terras serão as mais desejadas. Quanto ao relevo, ainda, seu breve estudo indica a descontinuidade do chamado Planalto Ocidental paulista, conectado ao Paraná. Os cursos dos rios formam os chamados “espigões” (que são divisores de águas), cuja ocupação marcará um elemento da territorialização acima apontada, que diz respeito à partilha da influência sobre os melhores solos pelas companhias ferroviárias, interessadas na circulação da mercadoria café neles produzida. De todo modo, conclui Monbeig que: “O traço essencial são mesmo os longos espigões, que influenciaram de maneira decisiva o povoamento, fixando as vias de comunicação” (Monbeig, 1998; 41). Assim, são menos as altitudes que separaram os grupos de pioneiros, e mais os vales profundos, que supostamente configuram pequenas “unidades regionais”.

Quanto ao clima, sobressai a posição do território paulista numa zona intermediária, meridional, como “área de contato” (Monbeig, 1998; 44). Dessa maneira, o clima se apresentou, de maneira geral, como propício à colonização branca (não tão quente) e ao desenvolvimento da agricultura (nem tão úmido, nem tão seco). Veja-se a influência ainda marcante de um componente racial eurocêntrico na explicação do autor, algo que viria a ser questionado a partir de estudos como os de Gilberto Freyre (2000). Por sua vez, a influência das massas de ar e, principalmente, dos regimes pluviométricos, ainda que com as suas irregularidades, condicionaram o calendário agrícola. O cuidado com o cafezal, articulado com as culturas alimentares, complementando-se alternadamente o trato mais intenso num e noutro conforme as florações e colheitas têm obviamente que ver com a variação das chuvas e o desenvolvimento das diferentes espécies de plantas (Monbeig, 1998; 61). Como também o tem a produtividade dos cafezais e, com ela, o lucro dos plantadores (Monbeig, 1998; 62), o que o autor indica de maneira suficientemente elaborada.

Ao tratar das temperaturas, Monbeig incorre numa crítica à abordagem das mesmas pelas médias (como a feita por Valverde, aliás), que sugeriam uma uniformidade climática dos

forma) sobre o conteúdo, numa adesão, em geral, acrítica ao método: “Assim, era possível a divulgação de um estudo regional no qual a necessária presença de uma parte inicial dedicada à estrutura geológica, a morfologia, manto vegetal, condições climáticas, em praticamente nada contribuía para a compreensão das demais partes, dado que entre elas não ficava explicitado qualquer liame” (Petrone, 1984; 12).

planaltos que não era real, inclusive com a diversidade local se intensificando com o processo de colonização e a consequente derrubada das matas. Se, por um lado, esse processo tendia a tornar o clima mais seco, por outro, facilitava a rápida expansão das geadas, que, por seu turno, não ficavam registradas no procedimento de cálculo das médias, embora fossem extremamente prejudiciais aos cafeeiros. Ao ocupar as encostas, baseando-se na experiência, o cafeicultor tendeu a evitar as baixadas, mais suscetíveis às geadas. De todo modo, Monbeig parecia indicar um limite à expansão da cafeicultura exatamente pela maior incidência das geadas no norte do Paraná: “Tudo indica que se trata de um limite à marcha do café, que está para ser atingido, se é que já não o foi” (Monbeig, 1998; 69).

Será num capítulo posto à parte que Monbeig tratará do elemento condicionante natural mais decisivo, os solos (e as paisagens vegetais). Mais do que caracterizá-los como contendo vegetações de clima tropical ou sub-tropical, a relação com o “movimento” da expansão cafeeira é o que lhe importa e o uso extensivo relativiza a expressão anteriormente utilizada de uma conquista do solo, que seria antes uma “devastação sem freio”, porque “os solos frágeis são um capital rapidamente dissipado pelos pioneiros” (Monbeig, 1998; 75), posto que a oportunidade de ocupar uma nova terra, com fertilidade superior, superaria os investimentos na recuperação do desgaste do solo já ocupado³². Assim, ainda que se aponte os tipos de solo e sua fertilidade, Monbeig mostra como todos foram utilizados pela cafeicultura, e de uma maneira agressiva que acabava por minar essa fertilidade em poucos anos de uso. Por sua vez, algo de semelhante ocorreu com a vegetação, em larga escala substituída por cafezais, pastagens ou outras plantações: “Empobrecimento da vegetação e pobreza dos solos caminham juntos” (Monbeig, 1998; 84).

As conseqüências dessa intervenção humana são, em princípio, a de uma homogeneização das condições naturais, de maneira sobretudo negativa, enquanto solos desgastados e desmatados, mas que voltam-se contra os ocupantes também. Por exemplo, a falta de lenha torna-se um problema em alguns municípios, quando ainda não se tinha passado ao consumo de combustíveis fósseis. Ainda, a derrubada das matas fazia rebaixar os níveis dos lençóis freáticos e a umidade relativa do ar. Além de aumentar o nível de córregos, levando à lixiviação e empobrecimento dos solos, logo transformados em pastagens, com uma maior compactação dos mesmos.

³² “Estes estão mais apressados em fazer fortuna do que desejosos de se fixarem e menos satisfeitos com a posse de uma terra sua, do que fascinados pelos vastos espaços verdes” (Monbeig, 1998; 75).

A solução viria com novos métodos “mais audaciosos”, que, aos poucos, diz Monbeig, começavam a ser implantados. Caso as práticas de intensificação do capital agrícola (note-se que essa terminologia não era usada pelo autor) se generalizassem, outro elemento constitutivo da análise do método regional cairia por terra, o da fertilidade do solo: “ter-se-á a prova de que a solução do problema dos solos é de ordem econômica e que também depende da educação dos agricultores” (Monbeig, 1998; 92). O otimismo do autor advinha, principalmente, da constatação do limite que se impunha à expansão (“eis que se divisa o final dos espaços ilimitados”), o que exigiria uma nova postura produtiva.

Nisso, Monbeig compreende bem que as implicações da expansão extensiva só cessam com o final da possibilidade da mesma, numa motivação doravante econômica sobre as práticas da colonização e sobre o chamado “quadro físico”. Algo semelhante já se apontou para a consideração sobre a possibilidade de acumular capital na fronteira, ao tratar do trabalho do caboclo na abertura das fazendas. Dessa maneira, uma vez que assalariar o formador de cafezal seria, por assim dizer, antieconômico (dado o alto salário que limitaria a acumulação), também intensificar a produção agrícola (com uso de máquinas e insumos diversos como fertilizantes e pesticidas) perdia, no cálculo feito ou subentendido, para o “custo” de abrir uma nova fazenda na expansão da fronteira. Enquanto houvesse essa oportunidade, compreende Monbeig, não se cuidaria de resolver o problema dos solos. Completaremos a mesma lógica, observando, no capítulo seguinte, que, enquanto houvesse a expansão, não se completaria o assalariamento do “trabalhador rural”.

Sem nos determos na análise que Monbeig faz das condições históricas e dos tipos sociais que habitam a zona pioneira, analisamos a metodologia que adota para fazer uma periodização e uma “regionalização” da marcha pioneira.

Quanto a isso, Monbeig diz que cabe ao geógrafo localizar as fases da expansão da cafeicultura e questionar se as influências, em cada momento, vêm das condições naturais ou econômicas. Já indicamos que apenas a fertilidade do solo será tomada pelo autor como fator realmente condicionante das etapas e da localização da “marcha pioneira”, mas que o uso degradante dela também é visto como decorrente de uma condição econômica do contexto.

Interessante será a maneira como a crise da cafeicultura entra como fator de qualificação dessa expansão, apontada como efeito da superprodução. Dessa forma, o autor parece reconhecer a contradição de um desenvolvimento que gera sua própria crise, mas vai além na proposição de uma ocupação diferenciada do território pela cafeicultura e de um

impacto também diferenciado da crise sobre as diferentes “zonas”, de modo que aí já fica claro que o método consiste em analisar a produção, a população e os meios de transporte, porém perpassados pela influência dos momentos de abalo econômico – os principais sendo 1900-1905, 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A crise, enfim, é vista como elemento dinâmico de transformação social e, portanto, também da paisagem agrícola:

Abalando toda a vida econômica, a crise reduz as exigências de mão-de-obra, pois só as regiões verdadeiramente prósperas são ainda capazes de atrair o imigrante. Se é verdade que, a qualquer momento, não importa que zona pioneira deve ser estudada sob o triplo aspecto da produção, da mão-de-obra e dos transportes, em tempo de crise esses problemas são singularmente mais graves. A crise também marca, como já vimos, uma desaceleração do avanço pioneiro e, ao mesmo tempo, traz os germes de nova fase (Monbeig, 1998; 166).

A metodologia³³ adotada será colocada em prática na análise dos três momentos acima apontados, na tentativa de “apreender os pormenores do mecanismo que liga a crise econômica à marcha do povoamento” (Monbeig, 1998; 166). Vejamos como essa preocupação altera, e até que ponto, a análise do roteiro do café.

Assim, procurando fazer uma imagem da franja pioneira em 1900-1905, o autor, ao localizar as plantações do café, distingue quatro zonas. A primeira delas, o vale do Paraíba aparecia como a zona com os piores rendimentos, sofrendo com a erosão e o esgotamento dos solos e com a falta de trabalhadores, intensificada após a abolição: “Nada mais se poderia esperar dessa região, pelo menos para o café” (Monbeig, 1998; 168). Veja-se que Monbeig sugere a mesma alteração da nomenclatura que fizera Waibel, ao passo que aponta a mesma tendência de Milliet para a crise dessa “zona”.

Os contrafortes da Mantiqueira compunham o que poderia ser considerado o norte da “zona central” de Milliet, aqui desmembrada de maneira semelhante ao que propunha Waibel, segundo critérios de fertilidade e relevo. Porém, nessa área, os rendimentos dos cafeeiros eram superiores aos do vale, mas começavam a declinar. A expansão aí se encontrava limitada pelo relevo montanhoso, na opinião de Monbeig.

A próxima zona, em direção ao Oeste, correspondia à área da Depressão Periférica, mas a cafeicultura se dava sobretudo nas “manchas” de terra roxa, que haviam sido preferencialmente já ocupadas com cafezais que apresentavam bons rendimentos. A fertilidade do solo aparece como condicionante do lucro (adiante concluiremos, entretanto,

³³ “Procurando localizar, ao mesmo tempo, as culturas, os focos de atração de imigrantes e as vias de circulação em cada período de crise, ter-se-á uma imagem correta da franja pioneira em determinado momento. Essa imagem precisa ser comparada constantemente com o mapa dos solos e deve ser analisada levando em conta a evolução dos rendimentos agrícolas. Em um só golpe de vista será possível, então, apreender os pormenores do mecanismo que liga a crise econômica à marcha do povoamento” (Monbeig, 1998; 166).

representar um sobrelucro, acima do lucro médio).

Uma quarta zona correspondia ao chamado “reverso da *cuesta*” e ao Planalto Ocidental, apresentando os melhores rendimentos da produção dos cafeeiros, as maiores plantações. Era esta, à época, a zona pioneira de fato e estava distribuída por três maciços. Dois maciços desiguais separados pelo rio Mogi-guaçu, apresentavam as enormes plantações ao redor de Ribeirão Preto, de um lado, e outras que se expandiam a partir de Araraquara, São Carlos do Pinhal, Descalvado até Jaboticabal, Bebedouro e Pitangueiras, com mais de 100 milhões de cafeeiros. Adiante, havia um terceiro maciço com manchas de terra roxa menos extensas ou em fase de desmatamento, no que inclui a área de Olímpia³⁴. Essa distinção nos é muito importante porque aproxima a ocupação das terras correspondentes aos municípios de Bebedouro e de Olímpia, relacionando-os a uma só zona de Ribeirão Preto, Araraquara e São Carlos (algo semelhante ao que fizera Waibel), mas também coloca a ocupação, sobretudo de Olímpia, como mais “nova” do que a desses municípios, ainda que com extensões mais limitadas de terras de primeira qualidade.

Uma quinta zona, ao redor de Brotas e Jaú, começava também a ser coberta por cafezais e, juntamente com uma sexta zona, ao redor de Botucatu, preparavam uma segunda guinada sobre o Oeste Paulista, porém do outro lado do rio Tietê.

De todo modo, a conclusão parcial reitera a importância da terra roxa na expansão da cafeicultura, mas sublinha a diferente ocupação do solo, indicando a existência de uma região cafeicultora e outra pecuarista, e de regiões cafeicultoras separadas geograficamente pelas pastagens e rios, numa espécie de caracterização que parece partir do tipo de produção e ocupação do solo:

Assim, no limiar do século XX, entram em plena produção gigantescas plantações, cuja distribuição geográfica corresponde, de maneira flagrante, à das terras roxas. Os fundos de vale, que ficavam reservados às pastagens, assinalavam-se como corredores de separação entre agrupamentos em bloco das culturas de café, favorecendo dessa forma a formação de regiões econômicas distintas (Monbeig, 1998; 171-172).

Subentende-se, com isso, a explicação dessa expansão (e sua conseqüente produção de mercadorias) como a causa da crise (de superprodução) que delimita a periodização proposta. Por outro lado, restaria ainda localizar o destino dos fluxos dos imigrantes e a posição das estradas de ferro.

³⁴ “Abundância na produção e rendimentos elevados eram os sinais da juventude que se encontrava também em outras zonas cafeicultoras, no início do século. Mas da região de Araraquara-São Carlos para oeste e noroeste, a importância dos cafezais diminuía. Pouco a pouco passava-se da área dos cafezais compactos para uma série de pequenas manchas de cultivo, não só porque as terras boas passam a ser menos contínuas, como porque as derrubadas apenas se iniciavam” (Monbeig, 1998; 171).

Não será novidade encontrar uma maior concentração destes nas cidades com maior produção de café e maior número de cafeeiros³⁵, de modo que, se declinava o número de imigrantes que iam para o vale do Paraíba ou para a Depressão Periférica, a ida para municípios além dos principais centros cafeeiros na zona pioneira era praticamente nula. Esta afirmação indica uma correlação entre o imigrante e o trabalho no cafezal como colono, em oposição ao trabalho de formação de cafezais, preferencialmente atribuído aos trabalhadores nacionais, justificada tal distinção pelo autor por conta da adaptabilidade às condições de trabalho na fronteira.

Quanto às estradas de ferro, Monbeig observa um processo de expansão regulado pela garantia da ocupação das terras ser suficiente para gerar bons fretes, no que aponta uma falta de planejamento³⁶ e sobretudo uma determinação dos traçados segundo os interesses particulares³⁷. Resta lembrar que essas companhias estavam também em formação e que eram, em geral, sociedades de ações dos próprios cafeicultores. De todo modo, cabe reter dessa passagem, que, nesse momento, a “frente pioneira” chegava a Bebedouro e começava a se deparar com uma relativa escassez de terra roxa³⁸, ao passo que outras zonas já se apresentavam estagnadas ou em decadência, conforme o estágio da degradação da sua fertilidade (lembrando que, de início, já havia diferenças dessas fertilidades) e pela minimização da influência da localização sobre os custos de produção, possibilitada pela expansão das ferrovias.

A conclusão desse capítulo, que aborda a existência de uma nova paisagem, tem para nós um interesse especial, no entanto. Para além de localizar a produção cafeeira, o destino da imigração e a expansão da malha ferroviária, o autor incorre numa comparação da paisagem da cafeicultura no vale do Paraíba e no Oeste Paulista, sugerindo uma diferenciação qualitativa, ainda que, em linhas gerais, ambos os tipos de fazenda se caracterizassem pela

³⁵ “Enumerar os municípios mais procurados pelos imigrantes seria simplesmente repetir a lista dos centros cafeicultores, na ordem de sua importância” (Monbeig, 1998; 172).

³⁶ “O desenvolvimento das estradas de ferro não obedecia, portanto, a um plano sistemático, antes foi conduzido pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes de café” (Monbeig, 1998; 175).

³⁷ “As novas linhas são as ferrovias do café. Seu traçado, por vezes tão caprichoso, que mais tarde será necessário corrigir ou suportar de qualquer forma, dependeu da posição das maiores fazendas e da localização das cidades do café” (Monbeig, 1998; 176).

³⁸ “Seus pontos extremos eram, então, os arredores de Bebedouro, de São José do Rio Preto, de Bauru e de Campos Novos, onde o arroz, o milho e o fumo tinham maior importância do que o café e eram vizinhos da criação de gado. Já nesse momento, o mapa revela o esboço de novas formas da ocupação: aos agrupamentos e manchas dispersos, correspondentes às áreas de terra roxa, começa a suceder a faixa estreita do espigão, já nos arenitos Bauru” (Monbeig, 1998; 176).

monocultura e pelo latifúndio. Essas mudanças, mais do que promovidas por um quadro natural que era distinto, são relacionadas às transformações das relações sociais³⁹. Talvez seja o tratamento mais cuidadoso dado a essa passagem o que melhor diferencia Monbeig (1998) de Waibel (1979).

A descrição da fazenda de café no vale do Paraíba e nas zonas mais antigas mostra uma paisagem em que está a casa, em geral suntuosa, do fazendeiro, morador aí, posta num nível acima das demais construções. Se a explicação pode se enveredar por ver nisso uma necessidade dada pelo relevo mais acidentado da “zona”, Monbeig sugere uma expressão de uma sociedade aristocrática rural. O fato de morar na fazenda e ali passar a maior parte do tempo, e o fato de controlar e dirigir o trabalho dos escravos, revela-se pela proximidade das construções (senzalas e terreiro) e da centralidade da casa principal, ao mesmo tempo que indica a existência de relações mais próximas entre todos (não por isso anulando a hierarquia)⁴⁰.

Por outro lado, a fazenda cafeeira dos planaltos parece exprimir uma realidade na qual os elementos fundidos na produção anterior vão sendo dissociados. O fazendeiro vai deixando de habitar a fazenda, que, tornada empresa, passa a dispersar o que antes encontrava concentrado ao redor da casa principal, que passa a ser cercada por jardins e freqüentada sobretudo nas férias escolares, tornando-se mais uma casa de campo. Aparecem os pequenos escritórios ao lado do terreiro e, com eles, os serviços administrativos e de contabilidade, em detrimento da vigilância sobre os trabalhadores⁴¹. A dissociação, derivada do aumento das mediações nas relações sociais, é apontada, por Monbeig, como ocasionando uma dispersão espacial dos elementos que compõem a nova fazenda, expressa na separação de colônias por

³⁹ “Tratava-se ainda da continuação do movimento iniciado nas terras montanhosas do Estado do Rio de Janeiro. Mas o quadro físico não era o mesmo e, o que é mais significativo, tendo as instituições sociais evoluído, as marcas deixadas pelo homem na paisagem haviam mudado” (Monbeig, 1998; 177).

⁴⁰ “O velho fazendeiro raramente ia à cidade e sua numerosa família habitava permanentemente essa espécie de castelo. Era ele que dirigia o trabalho dos escravos. [...] O fazendeiro comandava pessoalmente a colheita, assim como o transporte dos grãos de café, sua secagem e preparação. Relações de amizade estabeleciam-se entre o senhor e sua família com os escravos e, depois, com os colonos e todos achavam-se ligados à terra. A concentração das construções junto à casa do fazendeiro, se facilitava a vigilância, concretizava e consolidava os laços que se formavam” (Monbeig, 1998; 178).

⁴¹ “Mas a fazenda pioneira dos planaltos é bem diferente: é uma empresa ao mesmo tempo agrícola, industrial e comercial. A massa instável dos colonos renova-se quase todos os anos. Como homem de negócios, o fazendeiro do século XX deve habitar tanto a cidade como a fazenda. Sem negligenciar completamente o trato da terra, ele delega esse cuidado, cada vez mais, a um administrador, empregado de sua confiança. Os laços que unem as pessoas afrouxam-se, como se afrouxam as relações diretas entre o proprietário e a terra” (Monbeig, 1998; 178).

diferentes setores da mesma⁴². Para o autor, a perda da medida das coisas era fruto da descoberta de um mundo pioneiro que não parecia ter, até então, limites: “o pioneiro descobriu agora espaços que estavam na medida de suas esperanças, isto é, desmesurados” (Monbeig, 1998; 179).

Retomaremos, ao tratar especificamente das relações de trabalho, a nossa compreensão, que muito se nutre dessa alusão a um processo de dissociação, de um processo de autonomização do capital, ao longo dessa expansão da cafeicultura. Monbeig, com essa descrição comparativa delineou duas “regiões” a partir de relações sociais de produção particulares e indicou, de maneira sucinta e relevante, suas implicações sobre a configuração espacial das fazendas.

Essa análise dá outros contornos à caracterização do roteiro do café, mostrando uma continuidade da expansão, porém uma ruptura no modo como ela se deu numa e noutra região. A perspectiva da humanização da paisagem ganha, com isso, outro significado, para além da crítica que Valverde (2006) fizera. Porém, ao mesmo tempo, Monbeig apresentava essa ruptura como interconectada com um movimento global de expansão de relações sociais específicas, que ele compreendia como uma espécie de processo imperialista europeu⁴³, ou um “aspecto da exploração do planeta pelos brancos” (Monbeig, 1998; 94).

A crise, que ressaltamos como elemento fundamental da perspectiva analítica de Monbeig, foi, para este primeiro período (1900-1905), todavia mais tratada a partir das suas causas internas. Isto é, a superprodução, nessa nova forma de produção, com novos patamares de fertilidade dos solos de terra roxa, seria a causa da mesma. As conseqüências aparecerão na análise da franja pioneira em 1929, a retomada dos plantios que seria estimulada pela política

⁴² “A rigorosa segregação social que correspondeu ao esplendor da antiga unidade, baseada na escravatura, e os laços que uniam outrora todas as partes da fazenda, foram, uns e outros, dissociados” (Monbeig, 1998; 179).

⁴³ Assim, aquela mudança já assinalada no crescimento da população e no da produção de café, com um impulso avassalador se dando a partir de 1870, que caracteriza a distinção de regiões, é na citação abaixo retomada como a convergência de fatores econômicos de escala mundial a movimentar a ocupação dos planaltos ocidentais, segundo as condições locais naturais e as sociais do contingente de “desbravadores” que realizou essa transformação. Trata-se, pois, de procurar entender a conjunção de causas, que não são apenas locais, mas também de um movimento universal de expansão da economia, a suscitar a conquista dos planaltos ocidentais. O geral e o particular juntos na regionalização da área dos planaltos ocidentais paulistas e do norte do Paraná: “A conjuntura só tornou a ser favorável por volta de 1870 e é nessa época que discernimos as verdadeiras causas do movimento de conquista dos planaltos ocidentais. Essas causas não são apenas paulistas, nem somente brasileiras. A marcha ininterrupta da frente de povoamento, não passa de um aspecto da exploração do planeta pelos brancos. Tanto em suas origens, como em sua continuidade, ela se prende, por sobre os oceanos, às condições técnicas, econômicas e políticas do mundo. Complexo jogo de circunstâncias locais, de ordem natural e social, e de oportunidades muito mais gerais, que é preciso deslindar, se se quiser compreender por que os paulistas invadiram os planaltos ocidentais, ao findar o século XIX, e por que, desde então, não se deteve essa arrancada” (Monbeig, 1998; 94).

de valorização dos preços, estipulada no Convênio de Taubaté, fora minimizada pelas secas de 1907-1908, garantindo o sucesso das medidas, acompanhadas pela proibição de novos plantios, que não teve esta última muita efetividade. A queda da produção garantia bons preços nas cotações da Bolsa de Nova Iorque, a partir de 1909, porém a ascensão dos preços, que estimulava novos plantios, culminava numa nova e grave crise, com a Primeira Guerra Mundial. O fim dos conflitos seria seguido pelas desastrosas geadas, ocorridas no inverno de 1918. O desespero individual que esse evento podia representar para os fazendeiros, ao fim de um longo período de recessão, consistia na possibilidade de um novo impulso à expansão.

Essa breve análise representa uma sofisticada maneira de mostrar a influência do meio natural na produção cafeeira, articulando a contradição entre os capitais individuais dos fazendeiros e a reprodução do capital cafeeiro como um todo. Natureza, economia e política estão nela contraditoriamente imbricados. Porém, a crise, com causas econômicas e naturais, que, ao destruir capitais, possibilitava a continuação da expansão e formação de novos capitais, apresentava algumas transformações nessa marcha pioneira.

Por um lado, a expansão se via limitada pelo estreitamento natural dos espigões, com menores manchas de terra roxa, encontrando, próximo à divisa com Minas Gerais e o Mato Grosso, vastos campos com pastagens. O desenvolvimento da pecuária, inclusive dentro do município de Olímpia, terá uma nova dinâmica a partir das instalações de frigoríficos em Barretos, assim como pelo crescimento do consumo de carne, principalmente na crescente cidade de São Paulo, e pela expansão da ferrovia. Por outro lado, o governo federal, estratégica e politicamente, empreendera a abertura da ferrovia da Noroeste, de Bauru em direção ao Mato Grosso, estimulando à ocupação de terras virgens, e, com isso, uma nova expansão da cafeicultura.

Entretanto, Monbeig atribui ao desenvolvimento da pequena propriedade no estado, juntamente com o desenvolvimento da pecuária, as principais transformações derivadas da inflexão proposta pela crise para a expansão cafeeira. Muito mais efetivo do que os núcleos de colonização instalados pelo governo seria o loteamento particular de propriedades, feito por fazendeiros “muito abalados pela crise”, na “região de Araraquara e Jaboticabal”, o que aceleraria “o processo de coexistência da grande com a pequena lavoura na franja pioneira” (Monbeig, 1998; 183). Não seria algo tão diferente do que apontaram Milliet e Waibel, porém com a localização do início do processo de fragmentação nas crises do começo do século, e não apenas a partir de 1929.

Quanto à cafeicultura, o autor retoma o procedimento de sua metodologia. Na zona do vale do Paraíba confirmava-se a decadência, com a diminuição do número de cafeeiros: “Toda a velha zona está sonolenta e a cafeicultura não passa de uma boa lembrança” (Monbeig, 1998; 184). No que seria a zona central para Milliet (1982), começava a “regressão”, ainda que houvesse ainda crescimento na direção aberta pela Companhia Ituana. Enquanto na Depressão Periférica havia estabilidade, em cafezais já velhos, no Planalto Ocidental, localizava-se um panorama mais variado.

Ribeirão Preto tinha um recuo de cerca de 10 milhões de cafeeiros, algo semelhante ao que experimentava São Carlos, ao passo que Araraquara e Jaboticabal tinham progredido nos números de arbustos. De todo modo, seria o começo do “final de conquista da terra roxa em São Paulo”, e o da completa ocupação dos espigões (Monbeig, 1998; 185), que incluía a área de Bebedouro até Olímpia⁴⁴, mas que, a partir daí, encontrava uma séria limitação das terras “boas”. Na direção de São José do Rio Preto e adiante de Mirassol, no entanto, ainda havia terras a serem “conquistadas” pela cafeicultura. Por fim, o grande “progresso” da expansão se dera “ao sul do Tietê”, sobretudo nas zonas da Noroeste e da Alta Sorocabana, ainda que ali tampouco as manchas de terra roxa fossem contínuas, quando se começava a atingir as terras do norte do Paraná.

Embora pareça ser apenas a continuação da expansão a partir de 1905, o autor mostra que a queda dos rendimentos dos cafezais das zonas “velhas” passa a ser um fator decisivo de estímulo para a expansão, algo que não podia ser apontado para o período pré-1900, quando duas formas de produzir conviviam. Assim, os mesmos fazendeiros da primeira expansão para o Oeste paulista se viam diante do dilema de abrir novas fazendas e de manter as já abertas. Embora o motivo pudesse ser a danificação causada pela geada de 1918 ou o aparecimento da broca do cafezal, o empobrecimento do solo é que determinava a tendência. O replantio de cafeeiros era uma medida que agiria como elemento de contra-tendência à queda tendencial da produtividade, mas apenas a ida para as novas áreas podia fazer o fazendeiro reencontrar rendimentos já experimentados, apesar da fertilidade dos espigões de Barretos-Olímpia não poder ser comparada à que fora encontrada em Ribeirão Preto, na década de 1880. Com exceção do que se encontraria no Paraná, precisar-se-ia ser mais seletivo dada a escassez

⁴⁴ “Os planaltos em que a altitude ultrapassa freqüentemente 600 metros, de Bebedouro, Colina e Barretos, e os que se estendem até Olímpia, foram recobertos pela onda do café, abrigando agora cerca de sessenta milhões de pés” (Monbeig, 1998; 185).

relativa de terras excelentes⁴⁵. O otimismo e o movimento imperialista, nas palavras do autor, davam lugar agora a um estado de apreensão, às vésperas da grande crise. Começava-se a ter que repensar a atitude com relação à maneira de se produzir, ao menos era isso o que Monbeig tanto esperava.

Ao lado da localização do destino dos imigrantes, o autor ressalta um crescimento, no período, de uma migração interna para as zonas novas. Migração essa de fazendeiros, em busca de melhores produtividades, e de trabalhadores imigrantes já previamente assentados nas zonas velhas e brasileiros de todo o país. Desse modo, a julgar pelos dados de produção e pelas levas de migração e imigração, embora direcionados para as zonas novas, poder-se-ia pensar numa constante expansão. Monbeig logo faz a ressalva: “Entretanto, essa normalidade é aparente e não se poderia julgar até que ponto seria satisfatória” (Monbeig, 1998; 195). Veja-se que a introdução do elemento de crise na análise do autor possibilita-lhe ter essa desconfiança com relação aos dados, e cremos que esse ceticismo é um ganho dessa perspectiva. Porém, a posituação de técnicas de produção intensivas, localizando sobretudo na utilização predatória do solo o problema, deve ser criticada como falta de crítica também a essa forma de produzir mercadorias. Ainda, a migração interna é pouco elaborada e pensaremos nela adiante como um processo de constituição de um mercado de trabalho nacional, não sem importância é claro.

De todo modo, Monbeig apresenta um panorama de reprodução do capital cafeeiro modificado pela crise. Nele estavam impressos elementos de uma diversificação que incluiu novas produções de mercadorias agropecuárias, principalmente pela pecuária; pela possibilidade do trabalhador se transformar em sitiante, num processo de fragmentação das fazendas, mas logo também pela constituição de companhias de colonização que passam a ter nos loteamentos sua expectativa de ganhos; pela abertura de estradas e a chegada de caminhões, aumentando o acesso a novas áreas e o escoamento de suas produções (diminuindo um pouco, pois, a importância das ferrovias); e pelo aumento da migração interna, sobretudo de trabalhadores brasileiros. O autor via, com tudo isso, uma paisagem mais complexa: “Dessa forma, a paisagem pioneira tornou-se incessantemente mais heterogênea e o mundo pioneiro mais complexo. [...] a crise iria explodir e deveria, por suas

⁴⁵ “Na fase anterior da marcha pioneira, era fácil descobrir terras roxas e plantar com segurança. Já os solos dos espigões são difíceis até para reconhecer e as plantações mais incertas. A não ser em fazendas particularmente bem dirigidas, jamais os rendimentos atingiram os das primeiras plantações nas terras roxas” (Monbeig, 1998; 192).

consequências, complicar ainda mais a paisagem e o mundo pioneiros” (Monbeig, 1998; 203-204).

A *diversificação da paisagem* seria a tendência que Monbeig procuraria confirmar no mundo pioneiro da época do pós-guerra. Essa ganharia outra conotação, positiva para o autor, com a constatação da limitação quase absoluta das possibilidades de expansão, o que deveria levar a uma intensificação do capital agrícola expresso nessa paisagem. Mais do que constatar que “o problema do limite colocar-se-á em pouco tempo” (Monbeig, 1998; 207) ou, em termos mais poéticos, que “o espaço rareia” (Monbeig, 1998; 211), o autor quer indicar as transformações ocorridas após a crise de 1929, que passam principalmente pela limitação do acesso à terra.

Por um lado, a ocupação da base fundiária pela pecuária, por outro, a ação insistente de grileiros: em 1948, Monbeig afirmava que todas as terras do estado eram propriedade particular, fossem florestas, campos ou já fazendas e sítios. A especulação com a terra tornara-se um negócio autonomizado da expansão cafeeira, mas obviamente na relação com esta. A criação de grandes empresas colonizadoras particulares é a concretização desse movimento: comprando terras, griladas ou não, de florestas, essas empresas incorriam em grandes projetos de criação de infraestrutura (ferrovias, rodovias, e mesmo cidades) para possibilitar a venda de lotes. Os sitiantes tornavam-se uma categoria social relevante e numerosa, lutando contra o isolamento, as dívidas com tais companhias e com comerciantes e banqueiros, e contra o empobrecimento do solo (em geral, menos fértil de saída, quando da compra do sítio, na comparação com as terras melhores das grandes fazendas). A pecuária se expandia sobre terras arrasadas e sobre aquelas “naturalmente” impróprias para a cafeicultura. A crise impulsionara as plantações de algodão, mas as plantações de alimentos (seja de colonos, meeiros ou sitiantes) também tinham um mercado crescente, sobretudo na exponencialmente crescente população de São Paulo.

Enfim, a descrição dessa realidade foge do método proposto, porque já não bastaria localizar cafeeiros, imigrantes e ferrovias. Tudo se complica e os elementos da análise deixam de significar tanto.

Não se quer dizer, com isso, que o café deixara de ser a “riqueza” da zona pioneira. Pelo contrário, apesar de os preços terem, num primeiro momento pós-1929, despencado, junto com os tratos dos cafezais e os seus rendimentos. A entrada em produção de enormes cafezais plantados antes da crise levou, entretanto, o governo de Getúlio Vargas a tomar

medidas que levavam às últimas conseqüências a lógica da política de valorização iniciada em 1906 (além da proibição de novos cafezais em decreto de 1932, de altos impostos sobre o produto, os fazendeiros passavam a bancar a “quota de sacrifício”, para financiar a queima dos estoques acumulados). Muito deixou-se de plantar novos cafeeiros e mesmo passou-se a cortar os menos produtivos (Monbeig, 1998; 257-258). A retomada só viria após 1945, sobretudo com o aumento dos preços, mas principalmente por plantios de fazendeiros paulistas em terras de fertilidade excelente do Paraná, no que Monbeig considera como a última fuga na tentativa de reconstituição desses capitais: “A diminuição dos rendimentos, a destruição de cafezais e também a concorrência de outros produtores foram tais que se tornou urgente reconstituir o capital que são os cafeeiros. Assim, o avanço para oeste não é mais uma progressão, mas uma espécie de fuga” (Monbeig, 1998; 261).

Essa compreensão do cafeeiro como capital mereceria a crítica de não compreender o capital como relação social, mas viemos mostrando como o autor não incorre numa tal coisificação. Desse modo, ele parece estar compreendendo o cafeeiro antes como capital *constante*. Nisso aproxima-o de um maquinário, ou em linhas gerais, observa-o como trabalho morto (pretérito, coagulado), o que bem ou mal permitiria a constatação, tanto de Monbeig (1998) como de Waibel (1979), de que o agricultor “intensifica” o uso da paisagem. Tomando a fazenda como uma unidade produtiva (que aliás não era apenas isso), a analogia com a indústria precisa levar em conta o processo de trabalho (e de reprodução da força de trabalho) para compreender o seu processo de valorização. O mesmo deve ser feito com o sítio e o sitiante, na relação com o todo do capital cafeeiro. Reservaremos essas análises fundamentais, entretanto, para o próximo capítulo. Lembremo-nos, todavia, que Monbeig não se utiliza de tal referencial teórico e, se sua análise indica a possibilidade desse diálogo crítico, temos apontado a limitação de sua crítica à de uma forma extensiva de reprodução do capital, não fazendo portanto uma crítica radical ao fundamento da forma abstrata de sociabilidade pautada pela mercadoria e tampouco ao processo de reprodução ampliada do capital, pautado na extração de mais-valia relativa. Esses elementos negligenciados são, entretanto, positivados na busca de um “sistema agrícola” que, com técnicas apropriadas, não esgote o solo e, assim, reproduza-se localmente, sem o abandono da paisagem.

Por fim, cabe-nos apontar brevemente o que deve ser retido da análise de Monbeig para não estender muito mais a já prolixa recapitulação de seu estudo. Desse modo, indicamos a contribuição do autor no aprofundamento da análise da expansão da cafeicultura. Monbeig

torna essa análise mais detalhada e complexa ao tomá-la em sua contradição elementar, de gestar continuamente sua própria crise. Essas crises, no entanto, levam a transformações do núcleo dinamizador fundamental dessa expansão, isto é, o tripé da mercadoria café, da unidade produtiva da fazenda e da exploração do trabalho do colono imigrante.

A inserção de novas mercadorias (Monbeig cita o algodão e o gado, depois a cana, a seda e a menta; incluiremos agora a laranja), a fragmentação das propriedades e a especulação da terra, e o incremento das migrações internas de brasileiros, conjuntamente com o aparecimento de outros “tipos” de trabalhadores (meeiros, sitiantes, operários urbanos, comerciantes e, cada vez mais, trabalhadores temporários) amplia os elementos daquela “reprodução ampliada” da expansão extensiva do capital. Não são apenas novos tipos de capitais que aparecem, mas, ao tratar das relações de trabalho, retomaremos a imagem proposta pelo autor de um processo de dissociação, de elementos que estavam condensados no interior daquela unidade produtiva e reprodutiva que era a fazenda, cada vez mais “reduzida” a uma função especificamente produtiva. Obviamente, trata-se de um longo processo de dissociação, não acabado ainda quando Monbeig escrevia⁴⁶, mas talvez já hoje quando escrevemos.

De todo modo, podemos simplificar dizendo que Monbeig (1998) viu na crise o elemento positivo da diversificação da paisagem, como também o aspecto que lhe parece negativo de aumento da instabilidade. A sua conclusão, dessa maneira, seria a retomada da questão do método regional, que inicialmente apontamos, com a pergunta de se o quadro esboçado constituiria regiões ou meras redes de comunicação estabelecidas pela expansão das ferrovias, remetendo pois ao fundamento da regionalização de Milliet (1982), retomada por Waibel (1979).

Buscando a diferenciação de áreas dentro dessa grande “região pioneira”, por fim, Monbeig parece não encontrar, a partir dos três elementos que aqui recorre para a análise (cultura, imigração e vias de comunicação), traços suficientes para achar regiões se formando dentro da “região pioneira”. Viu “certos matizes, mais que os contrastes” (Monbeig, 1998; 375) diferenciando o norte e o sul da “franja pioneira”.

⁴⁶ “Entretanto, a grande propriedade agrícola não desapareceu e o fazendeiro continua sendo um tipo social atual. O industrial, o banqueiro e o criador lhe disputam a riqueza e o poder, mas ainda precisam contar com ele. E isso porque, com um senso agudo de realidade, o fazendeiro compreendeu que não mais podia tirar tudo do café e passou a ser, ao mesmo tempo, plantador de algodão ou de cana-de-açúcar, ou criador de gado. A economia agrícola diversificou-se, ao mesmo tempo em que o aproveitamento do solo tornou-se mais complexo. A franja pioneira paulista atual não é mais a de um região de estrutura econômico-social simples” (Monbeig, 1998; 279).

A distribuição desigual dos imigrantes pelas cidades do interior paulistas não foi suficiente para imprimir “marca distinta à paisagem de um espigão, nem com isso uma região se constitui” (Monbeig, 1998; 378). Mais uma vez, chega a atribuir às relações sociais de produção a *abstração* dos próprios traços culturais desses imigrantes, entrando eles nessas relações como vendedores de força de trabalho e cidadãos: “A fazenda e o colonato dissolveram italianos, espanhóis e portugueses na coletividade brasileira” (Monbeig, 1998; 379). Porém, essa perspectiva, de certo modo, envereda-se por outros meandros, ao focalizar a assimilação cultural⁴⁷. Buscando pensar o “gênero de vida” particularizado, procurou também nas habitações de cada área dentro daquela “região” os elementos de diferenciação e também não os encontrou suficientemente.

Por fim, a partir da existência e do papel das capitais regionais chegou à conclusão de que a importância relativa delas decorria, antes, da localização privilegiada que tinham com relação às linhas de escoamento das mercadorias. Ou seja, as companhias ferroviárias, com suas zonas tributárias, é que determinavam o máximo que se podia encontrar de diferenciação entre as áreas, a ponto de caracterizar essa regionalização como “regiões ferroviárias”, e não geográficas ou econômicas⁴⁸, não havendo, disso, qualquer meio de emergir, até então, um sentimento de pertencimento a uma região entre os seus povoadores. Isto porque, e mais uma vez poderia ter chegado ao foco do processo de personificação das relações sociais de produção, cada classe social, segundo seus interesses, inclinar-se-ia a um sentimento distinto:

Agora, o sentimento de pertencer a uma região, o desejo de fixar-se nela, de enraizar nela a família, a emulação que o espírito regional pode desencadear, não passam de noções confusas. O pequeno pioneiro passa da tentação dos grandes espaços ao orgulho municipal. Só para os fazendeiros e os comerciantes, cujos interesses materiais os tornam solidários com a ferrovia, são providos de sentidos os nomes de regiões. Estão eles em relações constantes com a estrada de ferro: pedem-lhe melhores tarifas, vagões mais numerosos, horários mais cômodos; seguem

⁴⁷ “Espantoso poder de assimilação de São Paulo e do seu movimento pioneiro, que levava a dizer um dos espíritos mais finos do Brasil, o saudoso Paulo Prado: ‘Meu país é antropófago’. Um processo de amálgama tão ativado rouba às cifras boa parte do seu valor humano. Compreende-se, assim, que não seja possível basear-se na presença de contingentes estrangeiros para caracterizar uma região” (Monbeig, 1998; 380).

⁴⁸ “Terra sem passado, não viu a franja pioneira desabrocharem regiões, mas está dividida em redes de comunicação e essa divisão, que se apóia na topografia, será talvez o germe das regiões vindouras. Criam os trilhos a unidade, porque asseguram o escoamento da produção e porque o sucesso individual, tanto quanto o das empresas colonizadoras, depende da expedição fácil, contínua e regular dessa produção. A distância é sempre inimiga do pioneiro: pesa sobre a economia dele, aumentando-lhes os preços de custo e diminuindo os de venda. Como ele avança sempre mais para oeste e sudoeste, cresce incessantemente a distância entre o seu desbravamento e os grandes centros consumidores e exportadores da região atlântica. Malgrado o desenvolvimento dos transportes rodoviários e a despeito da circulação aérea, de que se vale uma minoria de plantadores e ricos comerciantes, ainda é o trem o melhor auxiliar do pioneiro. Mede-se o valor de um espigão menos em função do seu solo e dos seus desbravadores, que em função da qualidade de sua ferrovia. (...) Até hoje é mais exato falar de regiões ferroviárias, que de regiões geográficas ou econômicas da franja pioneira” (Monbeig, 1998; 385).

com atenção os progressos dela, que são também os deles. Deve-se reconhecer que tudo isso era muito distante para o sitiante. Fica-se inclinado a ver no sentimento regional, tal como se manifesta atualmente, a expressão de interesses comuns de classe. Nada há que incita o sitiante à solidariedade regional, pois a sua fixação é temporária e os interesses, como as dívidas, são de curto prazo (Monbeig, 1998; 387).

Em síntese, a “região da expansão da cafeicultura” não podia ser considerada uma “região” na concepção que a caracterizasse a partir do seu gênero de vida, porque este não se consolidara aí. Não era a particular cultura de seu povo, com seu modo de pensar e de produzir, remetendo a certo “equilíbrio” o que a caracterizava, mas pelo contrário a sua instabilidade, o seu constante desequilíbrio. Mais preciso ainda seria o autor ao atrelar a causa dessa instabilidade à busca do lucro, ou o “desejo de ganho”⁴⁹.

Retomaremos, para encerrar essa parte da exposição, a noção bastante reiterada da localização da força motriz desse movimento nas zonas novas, nas zonas pioneiras, que “fornecem o essencial da produção cafeeira” (Monbeig, 1998; 391), já tendo deixado claro que a perspectiva do autor não se restringe a uma mera localização. Localizamos, a cada momento, ainda assim, além de importantes considerações sobre as transformações gerais, as zonas velhas, as de produtividade intermediária e as novas. Elaboremos, rapidamente, sobre essa gradação, com outra terminologia.

Para a cafeicultura, como um todo, a renda diferencial de produtividade parece atingir o seu pico nessas zonas pioneiras, possibilitando uma espécie de sobrelucro sobre o lucro médio do “setor” para os cafeicultores que aí plantam. Porém, à medida que avança para o noroeste e para o sudoeste, elas estão cada vez mais longe, o que implica em custos adicionais de frete e investimentos adicionais na construção de infra-estrutura (rodovias, ferrovias, etc.). Portanto, as zonas “intermediárias” se valem de uma renda diferencial I (de localização), por estarem a “meia distância” do porto de Santos. A zona velha do vale do Paraíba parece ter chegado a tal ponto de baixa produtividade, que passa a se reproduzir abaixo do lucro médio. É bom lembrar também as dificuldades da transição do trabalho escravo para o do colono, especialmente para esta zona, tradicionalmente escravista. Enfim, não só a fertilidade e a localização podem ser computadas nesses cálculos, feitos em abstrato aliás. As relações de trabalho, em contexto de formação de um mercado de trabalho, são também determinantes e Monbeig já reiterou o aspecto da migração de colonos para as zonas novas, aumentando a pressão sobre os fazendeiros das outras zonas, o que detalharemos mais à frente. De todo

⁴⁹ “A mola propulsora da marcha para o oeste reside no tenaz desejo do ganho. [...] Impôs a economia do mundo pioneiro uma técnica agrícola devastadora àqueles homens por demais apressados” (Monbeig, 1998; 390).

modo, o autor indica, como Furtado (2000), que “ainda não apareceram culturas capazes de substituir o café” (Monbeig, 1998; 390). Todavia, o próprio autor mostrou o começo do surgimento dessas alternativas, após as crises, principalmente a de 1929, juntamente com o da pequena propriedade.

Porém, algo há de específico no movimento que inclui a zona do vale do Paraíba e sua crise. De acordo com a teorização marxiana sobre a renda fundiária (Marx, 1986, l. III, t. 5, seção VI), este seria o pior solo a pautar pelo seu preço de produção os diferenciais de rendimento dos demais solos, melhores. Se novas e melhores terras eram constantemente incorporadas, teoricamente a parcela de renda da terra estaria aumentando, na comparação com a produção no pior solo. Veja-se que isso vale até certo ponto, pois as condições da produção cafeeira implicam em relações sociais de produção, que analisaremos mais detidamente no próximo capítulo, em que o colono tinha parte dos meios de produção e, com isso, seu “salário” dependia também da fertilidade do solo. Assim, Monbeig chama atenção para a migração de colonos para a zona pioneira, o que deveria encarecer os custos de produção das zonas “velhas”, numa época em que a mecanização da lavoura estava distante da realidade em questão.

A substituição de cafezais pouco produtivos por pastagens era uma decisão que não passava unicamente pela comparação entre os preços de mercado do café e do gado, mas pelos preços de produção de ambos. Nisso, o investimento de capital na pecuária e os gastos com a força de trabalho dos vaqueiros eram imensamente menores do que os da cafeicultura. Prado Jr. (2000), aliás, indicara a maneira como cerca de dez vaqueiros conseguiam, no período colonial, cuidar de um rebanho de cerca de 2.000 cabeças⁵⁰, o que significava ser uma força de trabalho com alta produtividade, sem grandes investimentos em capital constante (currais, casa de morada, cercas, cavalos, celas, sal, etc.). As “cidades mortas” a que Milliet (1982) alude, provavelmente citando a obra de Monteiro Lobato, talvez escondessem uma zona rural com pastagens bastante vivas, ainda que tocadas de fato por uma população de trabalhadores muitíssimo reduzida, de modo que o despovoamento da “zona” não parece ter sido um completo abandono econômico das fazendas, nem sequer uma “regressão econômica” à uma economia de subsistência. Com tudo isso, entretanto, gradativamente o pior solo da cafeicultura passava a se localizar adiante no roteiro do café.

Pensaremos, a partir de agora, no entrelaçamento do “roteiro da laranja” com toda a

⁵⁰ “O vaqueiro recebe assim, de uma vez, um grande número de cabeças” (Prado Jr., 2000; 194).

complexidade desse outro do café, buscando apresentar a localização da expansão da citricultura nas zonas velhas e intermediárias. O estudo de Valverde (2006) já havia sugerido isso, ao chamar a atenção para a localização da citricultura da Baixada Fluminense, perto do porto do Rio de Janeiro, como atributo da instalação dessa produção nessa área (posto que tinha um “objetivo da produção” voltado para o mercado externo), apesar também de relacionar essa explicação com a expansão da cafeicultura para outras áreas e a modificação do “meio físico” pelo Estado.

Partimos, portanto, da hipótese de que é a partir da “queda tendencial da produtividade do solo” (sobretudo nessa expansão extensiva do capital) que se aproxima a possibilidade do plantio de uma cultura que pode chegar apenas, ou ao menos, perto do lucro auferido pelo café no seu pior solo. Desse modo, essa hipótese se desdobra com a procura por ver se houve plantação comercial de laranja em áreas da zona pioneira da cafeicultura, o que não acreditamos ter ocorrido (e não por casualidade). Começamos, todavia, com um estudo que parece só se importar com uma expansão quantitativa da citricultura, para depois qualificá-la melhor com outros.

A expansão extensiva do capital pelo ponto de vista da expansão da citricultura

O estudo da expansão citrícola pela geografia agrária estatística e seus claros limites

A geógrafa Ligia Celoria Poltroniéri (1976) estuda a *Difusão espacial da citricultura no estado de São Paulo*, num momento em que essa expansão atingia uma “velocidade” extrema, impulsionada pelas instalações de indústrias de suco de laranja concentrado. Trata-se de uma pesquisa realizada pela professora da FFCL de Rio Claro junto ao extinto Instituto de Geografia da USP, sob orientação da professora Léa Goldenstein, com uma apresentação resumida publicada (Poltroniéri, 1976b) no *Boletim de Geografia Teorética*. Sua análise retoma a referida “difusão espacial”, desde os anos 1930, tabulando os dados estatísticos dos censos agropecuários de 1938, 1950, 1960 e 1970, e produzindo mapas da localização da produção de laranja, que, comparados na série histórica, mostram o movimento da expansão da citricultura rumo ao noroeste do estado.

Resumido dessa maneira, essa pesquisa parece rapidamente se enquadrar no que Valverde descreve como uma Geografia agrária estatística. Segundo este autor, Waibel criticava a pretensão científica dessa prática por não achar suficientes os mapas de distribuição a partir dela produzidos (ou a delimitação das “zonas agrícolas”) como caracterizando um estudo de sistema agrícola. Diz Valverde, seguramente apoiado em Waibel: “Não é a distribuição de uma cultura o que interessa à geografia, mas sim saber como se distribui todo um conjunto de atividades agrícolas” (Valverde, 2006; 2). Pensando na abrangência do termo “como” aí usado, podemos todavia retomar a ressalva que a própria Poltroniéri faz à sua pesquisa. A autora aponta na introdução de seu estudo se tratar de uma análise que não tem a pretensão de explicar os motivos da expansão da citricultura, porque estes seriam muito “complexos”. Então, o “porquê” da distribuição da laranja pelo estado é que será evitado, mas, na opinião da autora, não o “como”, o que é justificado aí por uma inserção naturalizada da pesquisadora numa espécie de “divisão intelectual do trabalho”⁵¹. Apresenta-se, assim, uma pesquisa com objetivos eminentemente descritivos, em que a solicitada relação com “todo um conjunto de atividades agrícolas” parece ser atendida no terceiro objetivo:

1. identificar as regiões citrícolas em São Paulo, não só com respeito à sua localização, mas também quanto aos padrões de ocupação espacial por elas criados.
2. identificar aspectos gerais relativos à expansão do citros em São Paulo, o que nos leva a uma ideia de *como* o item citros se expandiu no espaço paulista, num determinado período de tempo.
3. identificar de que modo o citros está combinado com um conjunto de outras variáveis agrícolas (Poltroniéri, 1976; 3-4).

Antes de apresentar a crítica à perspectiva teórica da autora, mostraremos a maneira como ela indica o movimento da expansão da citricultura no estado, para depois voltar às suas hipóteses do que influenciou a direção desse movimento. Pensemos, pois, nos quatro panoramas da citricultura delineados a partir dos dados dos referidos censos.

Poltroniéri (1976) indica que, em 1938, a citricultura paulista já apresentava a consolidação de alguns importantes municípios produtores. A centralidade era apontada como estando na Depressão Periférica, com Limeira sendo o principal município produtor, com outros de importância secundária ao seu redor. Sorocaba também merecia destaque nos

⁵¹ “[...] considerando que a pesquisa do *porquê*, como já foi dito, seria para nós extremamente complexa, decidimos dar maior atenção ao *como* ou ao modo pelo qual a citricultura se expandiu em São Paulo e ao conjunto de condições com as quais ela se encontra atualmente relacionada, esperando que estas respostas possam servir de orientação ou de sugestão para futuras tentativas acerca de pesquisas sobre o *porquê*” (Poltroniéri, 1976; 2).

números, que apontavam, ainda, municípios produtores no chamado Planalto Cristalino, ao redor da capital. Por fim, a autora aponta o “aparecimento de áreas citrícolas embrionárias no Planalto Ocidental Paulista” (Poltroniéri, 1976; 24-25), mais precisamente em São Carlos, Ribeirão Preto e Bebedouro.

Em 1950, Limeira seguia como o principal município produtor, e Araraquara e Bebedouro se consolidavam como importantes centros, com municípios próximos também estruturados (Rincão, Matão e Boa Esperança do Sul). Entretanto, a autora afirma que os dados mostravam que a produção em escala comercial significativa dos municípios do Vale do Paraíba e do Planalto Cristalino tinha desaparecido, com São José dos Campos como “área residual”.

Dez anos depois, os dados mostravam duas centralidades isoladas entre si, que a autora chama de “duas importantes zonas citrícolas” (Poltroniéri, 1976; 25), uma na Depressão Periférica, ao redor de Limeira, e outra no Planalto Ocidental Paulista, ao redor de Bebedouro, principalmente.

O censo de 1970 confirmava esse panorama, todavia indicando a liderança de Bebedouro dentro da produção estadual de laranjas. Entre os dois centros, reitera a autora, seguia havendo uma separação, com alguns municípios de menor importância produtiva entre eles.

Apresentado, até aí dessa maneira, de um modo, por assim dizer, estático, o próximo passo do estudo em questão seria o de apontar a dinâmica da expansão. Assim, a explicação apresentada dessa expansão remete brevemente à crise da cafeicultura e ao suporte técnico proporcionado pelo Estado, com a criação da Estação Experimental de Citricultura, em 1928 (Poltroniéri, 1976, 29). Porém, é mais interessante retomar as hipóteses da autora para evidenciar seu procedimento teórico, que culminará na explicação histórica que dá para essa expansão.

A principal hipótese da autora é a de que a barreira fitossanitária, erguida pelo governo paulista, contra a propagação da doença do cancro cítrico, em fins da década de 1950, determinou a expansão do citros para a “zona de Araraquara-Bebedouro”, impedindo outras “zonas” de plantarem, e que, suspensa a barreira, nos anos 1970, essa zona já se reproduzia como liderança⁵².

⁵² Segundo a autora, suas hipóteses são: “1. num determinado período de tempo, em que prevalecia a barreira fitossanitária, o citros se expandiu na zona de Araraquara-Bebedouro, considerada como área livre para a expansão citrícola e não se expandiu pelo restante do Planalto Ocidental, em consequência da barreira imposta a

Mais do que apontar a incoerência de atribuir a essa política, de maneira tão determinante, o direcionamento de uma expansão que a própria autora apontara que já vinha paulatinamente se dando desde a década de 1930 (portanto, vinte anos antes), é bom refletir no que a leva a pensar assim.

A teoria que embasa sua pesquisa, segundo Poltroniéri (1976), é a da “difusão espacial de inovações”, para a qual um “item” se propaga pelo “espaço”, a partir da “energia” irradiada por um “centro de turbulência”. Caso não encontre barreiras de quaisquer tipo, essa energia fará com que o item se propague em todas as direções. Caso encontre, a velocidade da difusão perde força naquela direção⁵³, ou muda de direção. Claramente, percebe-se uma certa semelhança com o que Valverde (2006) expôs sobre a teoria de von Thünen. Porém, mais do que tratar de um “item” se deslocando com dada energia, numa imagem derivada da teoria física, ao menos a motivação de von Thünen incorria sobre a determinação da localização sobre os custos de produção e o estímulo à intensificação do capital empregado, como o resumiu Valverde (2006). No estudo de Poltroniéri (1976), por outro lado, não se trata de pensar em relações de produção, mas aparentemente apenas no deslocamento do “item” citros sobre o “espaço” do estado de São Paulo e com qual velocidade e direção.

Esse procedimento nos permite retomar a crítica que Jean-Paul de Gaudemar (1977) faz às chamadas teorias neoclássicas sobre a migração, que têm como pressuposto, de acordo com Gaudemar, uma “mobilidade perfeita do trabalho”, que, se não é apenas idealizada, é também projetada, na busca de uma “empregabilidade” completa da força de trabalho, boa para a acumulação do capital. O mesmo vale para a teoria da “difusão espacial de inovações”, a qual aparentemente deseja uma “mobilidade perfeita *do capital*”. Porém, as relações sociais de produção estão tão naturalizadas e coaguladas na mercadoria laranja (ou “citros” em geral) que se tornam um mero item a se deslocar daqui para lá, mais rápido ou mais devagar, e de preferência rápido e para qualquer lugar. Nesse sentido, ao menos a crítica de Valverde

estas áreas.

2. suspensão a barreira fitossanitária, em parte ou no todo, o citros continuou a expandir-se com grande ímpeto nas áreas anteriormente citadas, por meio de um processo típico de 'feedback'. Isto é, criadas as condições de infraestrutura sócio-econômica em consequência da própria expansão do citros, estas condições deram às atuais zonas citrícolas, forte dinâmica, a qual se responsabilizou pela atração de nova expansão citrícola” (Poltroniéri, 1976; 2).

⁵³ “De acordo com os princípios da Teoria da Difusão, a transmissão de um item através de um espaço, gera um movimento semelhante à difusão de vagas, cuja energia tende a diminuir a distância do 'centro de turbulência', ou seja, do ponto de onde partiu a inovação. A presença de vários tipos de barreira (naturais e sócio-econômicas), bem como a função que elas desempenham (absolutas, permeáveis e refletoras), é responsável pela maior ou menor velocidade com que um item se expande no espaço” (Poltroniéri, 1976; 3).

encontrou as “barreiras” para tal perfectibilidade nas relações de produção, ainda que tenha procurado as piores ou melhores, o que sequer se dá em Poltroniéri.

Assim, para a perspectiva teórica da autora, é fundamental apontar as barreiras para a difusão da citricultura, porque são elas que explicam como o movimento desse “item” se deu. Entretanto, notemos que elas são sobretudo ou do “meio natural” ou “biológicas”.

Parte-se da afirmação de que a citricultura não é uma lavoura muito “exigente com relação aos atributos naturais” (Poltroniéri, 1976; 14), o que por si ampliaria a “força” da sua difusão contra barreiras menos graves, ou mais “permeáveis”. Desse modo, a análise indicará que um clima muito quente ou muito úmido afeta a quantidade de fungos e doenças e a antecipação da maturidade das frutas. Além disso, os solos deviam ser de preferência permeáveis para a oxigenação das raízes, mas não necessariamente muito férteis. Não haveria, assim, grandes restrições à citricultura no “meio natural paulista”⁵⁴. De brinde, nossa posição geográfica, com as estações climáticas inversas às do hemisfério norte, possibilitavam uma colheita (no inverno daqui) bem no momento de maior demanda pela fruta e seu suco (no verão de lá), no mercado europeu. A “vantagem climática” sub-repticiamente lembrava a existência de uma relação econômica para a difusão do item, remetendo a certo “sentido da colonização”⁵⁵, infelizmente nada elaborado pela autora.

Quanto aos recursos e restrições do “meio biológico”, os primeiros se referem às muitas variedades de frutas cítricas plantadas no estado, que possibilitavam maiores combinações de plantio, resistência e colheita, e diminuía, com isso, as restrições naturais. A autora indica que estas variedades foram desenvolvidas ao longo dos anos 1930 e 1950, provocando um aumento da “elasticidade” da atividade⁵⁶. As restrições seriam as pragas e doenças. Enquanto a “tristeza” teria ocasionado uma “difusão retroativa” para a citricultura

⁵⁴ “Pode-se admitir amplamente que o espaço paulista apresenta condições naturais favoráveis ou, como preferimos, relativamente poucas restrições à atividade citrícola. [...] Para nós, as condições de temperatura e pluviosidade são consideradas como inteiramente favoráveis; por enquanto, as restrições de fato seriam as relacionadas à disposição local de declividade, movimentação do relevo, solos pouco desenvolvidos e pouco férteis” (Poltroniéri, 1976; 15).

⁵⁵ “Somente o Brasil e a África do Sul têm a oportunidade de exportar laranjas no período de meados de abril a início de novembro, período este que corresponde à época de verão nos países do hemisfério norte, os quais constituem os principais mercados de consumo. O Brasil tem, portanto, oportunidade de exportar numa época do ano em que cessam as exportações da Espanha e Israel, países citrícolas importantes, sendo beneficiado ainda, pelo fato de ser esta exatamente a época de maior consumo” (Poltroniéri, 1976; 11).

⁵⁶ “No passado, quando predominava na citricultura paulista, a variedade Baía (fruta de inverno), o verão quente e chuvoso podia ser considerado como um período restritivo à atividade citrícola. O desenvolvimento tecnológico que provocou, concomitantemente, a adoção de um maior número de variedades, tornou a atividade mais elástica, diminuindo, evidentemente, as restrições do meio natural. Isto significa que o agricultor passou a perceber as restrições de maneira mais subestimada” (Poltroniéri, 1976; 18).

em geral, nos anos 1940; o “cancro-cítrico”, nos 1950, teria se dado localizado em áreas marginais aos principais centros citrícolas. Reiterando a hipótese da autora, as barreiras do Estado teriam protegido exatamente esses centros, delimitando, com isso, a difusão, ainda que não tenham sido tão severas no sul e no leste do estado: “[...] apesar disso, a área citrícola comercial e de exportação concentrou-se num eixo com sentido sudeste/ noroeste, desde o município de Campinas até o Vale do Rio Grande, na altura de Guaraci, Olímpia, Colômbia e Barretos” (Poltroniéri, 1976; 24).

Retomemos, para concluir a discussão sobre tal estudo, sua exposição da história do “estabelecimento das áreas pioneiras de turbulência”. Veja-se o uso da noção de pioneirismo, atribuída à consolidação da citricultura de Limeira, na Depressão Periférica, sem que haja qualquer formulação sobre isso como um processo civilizatório ou outra qualificação que seja; é tão somente a alusão a uma primeira centralidade, uma primeira “área de turbulência” no estado. Esse “pioneirismo” difere obviamente da relação estabelecida por Monbeig e Waibel de uma transformação qualitativa da paisagem agrícola ou de um processo de territorialização do capital, embora a autora afirme, sem desenvolver as implicações disso, que os centros de Limeira e da Baixada Fluminense estivessem separados econômica e tecnicamente. A mera menção anterior de que a citricultura foi uma substituta da cafeicultura já seria suficiente para questionar a noção de área pioneira, tomada aqui de uma maneira esterilizada conceitualmente.

Essa área de Limeira, bem como a da capital e de Sorocaba teriam “recebido” certos aspectos de uma citricultura da Baixada Fluminense; elementos esses, aliás, tampouco qualificados. Na intenção única de descrever o movimento, a autora, notando não ter sido uma expansão da citricultura em terras contíguas da primeira área até as demais, chama esse deslocamento de um “processo de relocação”. O mesmo processo se verificaria na expansão para o Planalto Ocidental Paulista, em que a extensão desde Limeira até Bebedouro não ficara totalmente ocupada pela citricultura⁵⁷. Por outro lado, a expansão que se deu a partir desses centros para as áreas vizinhas é denominada como um “processo de contágio”⁵⁸.

⁵⁷ “A área residual de São Paulo – Sorocaba, bem como o importante centro de turbulência de Limeira e arredores, receberam o citros por meio de processo de relocação, principalmente da Baixada Fluminense. Tudo faz crer que estes centros se encontravam relativamente isolados um do outro, do ponto de vista da economia e das técnicas de cultivo. Já a área residual do Planalto Ocidental havia se desenvolvido na dependência da zona de Limeira, mas o processo principal, responsável pela difusão citrícola, foi também o de relocação; pode-se notar na figura 8, o considerável espaço vazio entre estes dois resíduos” (Poltroniéri, 1976; 35).

⁵⁸ A conclusão do capítulo anterior é resumida em quatro pontos que já apresentam a terminologia adotada:

“1. que o citros se difundiu no Planalto Ocidental por meio de um processo de *relocação* e que a área

De todo modo, pouco se desdobra da explicação desse estabelecimento da citricultura paulista e logo se conclui a análise de um período, que julgamos ser o correspondente aos dados de 1938, com a crise provocada pela Segunda Guerra Mundial e pela doença da “tristeza”. Essa crise teria desorganizado a economia citrícola e diminuído os processos de difusão, de modo que, nas palavras da autora, os centros de turbulência (os do Planalto um pouco menos) “tiveram seu potencial de energia bastante diminuído” (Poltroniéri, 1976; 39). Note-se a utilização de uma terminologia que não decorre apenas do campo semântico da física (nos termos como relocação e difusão), como também do da biologia (contágio, energia) ou de ambos, num procedimento que claramente naturaliza a expansão de relações sociais de produção.

Retomando as fases descritas pela autora, nos anos 1950, o processo de difusão ganharia outra espécie de “injeção de energia”, dada pelo progresso geral da economia paulista, com o incremento de novas técnicas agronômicas e de prevenção de pragas e com a ampliação de mercados (interna e externamente) para as frutas. A autora deixa de lado a elaboração acerca das mudanças na forma de se produzir a mercadoria em questão, importando-se tão somente com a retomada da expansão: “A retomada do processo de difusão é, portanto, a característica principal desta década” (Poltroniéri, 1976; 43).

A difusão, então, teria se dado nas direções leste, noroeste e sul, a partir da referência da centralidade na Depressão Periférica, principalmente em Limeira, o que corroboraria a hipótese da barreira fitossanitária contra o cancro-cítrico, que se instalara nessa época e, com isso, direcionava a expansão para “zonas” não vetadas ou pouco controladas. A principal “onda de difusão”, entretanto, era aquela da direção noroeste. Na descrição da expansão, a autora chama atenção para um corredor de difusão que corresponderá à área por onde mais tarde passaria a “rodovia da laranja”, partindo de Bebedouro em direção a Olímpia, até os limites do estado, nas áreas que Monbeig chamou de espigões da Paulista⁵⁹. Mas a explicação

difundidora, a partir de então, foi a Depressão Periférica;

2. que os municípios de Limeira e Bebedouro são os centros difundidores ou de turbulência, respectivamente da Depressão Periférica e do Planalto Ocidental. Chegamos a esta conclusão, baseados no fato de que, entre as duas grandes zonas citrícolas, existem extensos vazios, não ocupados pelo citros;

3. que a partir de Limeira e de Bebedouro o citros se difundiu pelas áreas circunvizinhas, por meio de processo de *contágio*;

4. que as áreas difundidoras ou de turbulência de menor importância, tanto na Depressão quanto no Planalto (por exemplo: Araras, Araraquara e Matão), reforçaram o processo de difusão por contágio nas zonas em que se localizam” (Poltroniéri, 1976; 30).

⁵⁹ “A expansão citrícola que se verificou na área de turbulência da Média Depressão Periférica foi digna de destaque, podendo-se perceber a ocorrência de 'ondas de difusão' nos sentidos oeste, sul e leste, em direção a Laranjal Paulista, Mairinque e Amparo, respectivamente. Interessante será notar que uma destas 'ondas de

dessa expansão para essa área é, para a autora, como dissemos, mais relacionada ao controle do cancro-cítrico do que a qualquer formulação que passe pela relação entre a fertilidade do solo, a crise da cafeicultura, as mudanças na forma de produzir, ou pela relação entre as cidades e sua história, atrelada ao zoneamento econômico da ferrovia.

Não que essas relações não entrem na explicação da “difusão da citricultura” proposta pela autora, mas são citadas como explicação auxiliar àquela principal acima apontada. Assim, ao falar da “área de turbulência de Limeira” e a expansão que daí segue em direção ao noroeste do estado, certa “superfície de transporte”, proporcionada pelos “dois grandes troncos ferroviários Mogiana-Araraquarense”, é apontada como uma das possíveis causas dessa difusão, bem como o “vácuo deixado pela decadência do café nessas áreas” (Poltroniéri, 1976; 45). Por outro lado, ao falar da “área de turbulência de Bebedouro”, apontada como mais “nova” do que a de Limeira, o uso de técnicas modernas de produção é indicado como generalizado, na comparação com a hesitação da adoção de tais técnicas pelos citricultores de Limeira⁶⁰. Por fim, uma “área de turbulência de Araraquara” se formava também segundo esses “moldes mais modernos” e difundia o “item citros” pelos municípios ao redor, “contagando-os”⁶¹.

Veja-se que, ao final, a relação dicotômica entre uma forma atrasada e uma moderna de produzir é o que explica a “difusão”, enquanto a questão das barreiras organizava inicialmente a explicação. O uso de um advérbio que remete a um procedimento de naturalização do processo social iniciando a frase não nos pode passar despercebido:

difusão' tomou direção noroeste, atingindo extensa área do Estado até as proximidades do Vale do Rio Grande, apesar de se consistir num corredor bastante estreito. Pode-se correlacionar a ocorrência deste corredor à presença das barreiras impostas pelo cancro-cítrico, ou seja, às guaritas de fiscalização que impedem a passagem de frutas e mudas cítricas do oeste do Estado de São Paulo para o leste, como já tivemos oportunidade de ressaltar no capítulo anterior. Esta fiscalização é importante, uma vez que a infestação das áreas citrícolas comerciais de São Paulo provocaria sérios problemas econômicos, em virtude da existência de severa proibição de exportação de frutas em todos os países onde ocorre o cancro-cítrico” (Poltroniéri, 1976; 43).

⁶⁰ “Não se pode deixar de considerar o fato de que a citricultura do Planalto Ocidental tenha sido sempre praticada nos moldes mais modernos, fazendo com que a área fosse se expandindo cada vez mais. Isto não é de difícil compreensão, pois os agricultores da Depressão, comumente denominada 'área velha de citricultura', depois de sofrerem incalculáveis prejuízos, na década de quarenta, hesitaram em seguir os conselhos dos técnicos que sugeriam mudanças nos porta-enxertos e utilização de clones novos, isentos do vírus da 'tristeza'. [...] na região de Bebedouro, chamada 'zona nova', os citricultores acataram prontamente as inovações sugeridas pelos técnicos, implantando a lavoura citrícola em bases inteiramente novas, o que propiciou o desenvolvimento de um novo centro citrícola, em áreas do Planalto Ocidental Paulista” (Poltroniéri, 1976; 47).

⁶¹ Note-se, mais uma vez, o uso de termos provenientes do campo semântico da biologia, como “embrião” e “contágio”: “Definida nesta década, apresenta uma importância bastante reduzida em relação às anteriores. Apesar disto, Araraquara pode ser considerado como um embrião de novo centro difundidor do item citros que já iniciava, nesta época, seu processo de difusão por contágio, uma vez que sua influência não se restringe somente ao próprio município, mas atinge outros [...]” (Poltroniéri, 1976; 48).

“Naturalmente, as áreas que se inovaram com maior rapidez, cultivando o citros segundo técnicas mais modernas (como as do Planalto Ocidental em torno de Bebedouro e Araraquara), responderam aos estímulos de consumo com maior eficiência” (Poltroniéri, 1976; 48).

A análise da dinâmica de difusão da citricultura, para os anos 1960 e 1970, não apontará grandes mudanças de direção, mas uma consolidação dos centros citricultores. Mais uma vez, a caracterização passa por outra metáfora da dinâmica física, apontando um “ganho de energia” (Poltroniéri, 1976; 49) não qualificado, apenas quantificado, para um processo de expansão de uma relação social de produção, que tampouco é qualificado. A “novidade” do período será o surgimento de indústrias produtoras de suco concentrado. Entretanto, elas não apareceram em todas as áreas, mas sobretudo nos municípios do Planalto Ocidental, que com isso garantiam a liderança da produção do estado, com uma nova “área de turbulência” (a de Taquaritinga), além das outras duas (Bebedouro e Araraquara). Assim, Limeira se via em desvantagem à época, restando-lhe especializar-se no mercado interno (Poltroniéri, 1976; 50-51). Enquanto a liderança de Bebedouro era atribuída à maior produtividade de sua citricultura, o desenvolvimento de Araraquara e Taquaritinga era atribuído à industrialização das frutas cítricas. O resumo final só reitera os principais pontos que aqui retomamos do “*como*” a citricultura se expandiu, de acordo com a autora:

1. as principais áreas citrícolas do Estado localizavam-se na década de trinta, na Média Depressão Periférica Paulista: zona de Limeira; áreas embrionárias apareciam, nesta época, na zona da capital do Estado e no Planalto Ocidental;
2. na década de quarenta, devido à retração dos mercados externos e internos, houve uma desorganização completa da citricultura, mas pode-se notar, entretanto, um avanço da lavoura citrícola em direção ao Planalto Ocidental;
3. no período correspondente à década de cinquenta, a citricultura já se encontrava totalmente reorganizada: além da expansão vertiginosa na área de Limeira, verificou-se a relocação para o Planalto Ocidental, definindo-se claramente dois importantes centros citrícolas: Bebedouro e Araraquara;
4. a década de sessenta caracterizou-se, principalmente, pela difusão do citros em virtude da industrialização do suco concentrado. Como as principais indústrias localizaram-se no Planalto Ocidental, o processo de difusão por contágio foi, nessa área, muito intenso, gerando a definição de mais um centro citrícola importante: Taquaritinga (Poltroniéri, 1976; 57).

Esse “roteiro da laranja”, embora tenha a utilidade de sintetizar um processo de expansão da citricultura pelo estado, foi, por nós, criticado por ressaltar sobretudo as variações de números de produção da mercadoria e de área, dentro dos municípios, sendo estes os “elementos empiricamente significantes” (Hartshorne, 1969) da autora. Outras considerações explicativas perpassaram a análise, mas estiveram subordinadas à hipótese que

afirmava o papel das barreiras fitossanitária do Estado contra o cancro-cítrico.

Dessa maneira, no resumo acima, tanto a desorganização completa dos anos 1940, como a reorganização dos anos 1950 e a mudança do sentido da produção dos 1960, não são tão importantes quanto os dados de *quanto* e *onde* se produziu laranja em São Paulo. Trata-se, portanto, de uma “explicação” mais descritiva do que analítica da “difusão”. Assim, relações sociais de produção são equiparadas, na busca por descrever o movimento da expansão da citricultura, sendo que não lhe parece estranho o uso de termos que naturalizam o processo.

Embora os elementos da construção desse estudo sejam os mesmos do de Milliet (1982), a intenção deste autor de pensar no processo de fragmentação das propriedades levou-lhe a uma abordagem das estruturas fundiárias, que sequer são mencionadas no estudo de Poltroniéri (1976), que, por isso, fica aquém daquele primeiro estudo aqui abordado. Passamos, pois, a indicar essas estruturas e, com isso, preencher as “ausências” do estudo de Poltroniéri (1976) e melhor qualificar a expansão da citricultura, com uma pesquisa que aborda a produção citrícola em Limeira, para depois fazer o mesmo com outra que aborda a utilização da terra em Bebedouro. Ironicamente, ambos autores dessas pesquisas posteriormente fariam parte do grupo que desdobrou a chamada Geografia Teorética em Rio Claro, juntamente com a própria Poltroniéri.

Um estudo de Geografia agrária sobre a citricultura em Limeira

Antônio Olívio Ceron realizara uma pesquisa de doutorado, orientada pelo Professor Pasquale Petrone, na FFCL da USP, publicada em fins dos anos 1960. Afirmando não realizar um estudo regional, Ceron focalizava a utilização da terra e sua estrutura agrária num município específico, abordando a citricultura como o principal elemento caracterizador de ambas na referida localidade. A escala municipal e a restrição de combinações de análises pareciam ser os elementos que determinavam a não confirmação da pesquisa no âmbito da Geografia regional, senão que no da Geografia agrária ou sistemática, que, tal qual preconizava Valverde, centrava sua análise na estrutura agrária e nas formas econômicas de utilização da terra⁶².

⁶² “A nossa preocupação constante foi a de oferecer, e de modo mais ou menos pormenorizado, uma contribuição à problemática dos estudos da estrutura agrária, de utilização da terra e da combinação resultante de

Dito isso, o autor apresentava a citricultura como o “substituto ideal” para a lavoura cafeeira local, mas sua análise contradizia em parte esse caráter, ao mostrar que a laranja não substituiu, geralmente, o café nas fazendas de Limeira, mas foi plantada em áreas antes subutilizadas das mesmas. Em realidade, o próprio autor mostra ser antes a cana-de-açúcar, em geral, a substituta real dos cafezais nas áreas de melhor solo daquele município, ao menos até o período por ele estudado. De todo modo, quanto à importância econômica da citricultura para o município, que o autor sugere constituir um “ciclo econômico”, ela se enraizou de tal modo na reprodução social local que parecia sempre ter existido:

A economia agrícola do município de Limeira encontrou na cultura da laranja o substituto ideal, talvez para as condições da época em que isso se deu, da lavoura cafeeira, não somente porque ela possibilitou o aproveitamento das terras até então consideradas como pouco aptas para a prática das lavouras, como também substituiu a grande lavoura, em termos econômicos, de caráter comercial em decadência, por outra de igual importância. [...] A cultura da laranja implantou-se e desenvolveu-se tão bem no município, apesar de todos os percalços, que parece ter sempre existido (Ceron, 1969; 1-2).

Essa citricultura, no entanto, é comparada com o que compunha a cafeicultura, de modo que o autor mostra não concordar com a aparência da existência eterna da mesma no município e faz uma interessante abordagem das formas de se produzir ambas mercadorias agrícolas, mostrando uma transformação de elementos constitutivos das unidades produtivas e da circulação dessas mercadorias, que merece ser retomada.

O autor descreve duas realidades contrapostas, levando a mudanças do processo de trabalho na cafeicultura, com as práticas da derriça e da abanação do café, e na citricultura, com a enxertia das mudas, a borbulha, a poda e a coroação da árvore; mudanças da estrutura física (a bem dizer, do capital constante) da fazenda, na primeira, com o terreiro de secar o café, a máquina de beneficiamento e a tulha para armazená-lo dentro da fazenda, e na segunda, com o barracão ou o “packing-house” para a seleção e embalagem das frutas cítricas, em geral fora da fazenda; além de mudanças na personificação dos tipos de atividades, com o caseiro, o empregado e o colhedor substituindo o camarada e o colono da fazenda cafeeira.

Fica apresentada também uma nova realidade em que o fazendeiro mora na cidade, bem como o trabalhador temporário recrutado para as tarefas agrícolas de trato dos laranjais e colheita das frutas. Enfim, relações sociais de produção distintas são, de início, apresentadas. Ceron ressaltava também, doravante, os aspectos do maior grau de assalariamento, da maior

ambos os estudos na caracterização dos tipos de propriedades agrícolas. A citricultura, como forma de utilização da terra e como atividade econômica, constitui atualmente, em mais ainda quando considerada como causa, a base da explicação da maior parte dos problemas referentes à mencionada combinação” (Ceron, 1969; 1).

presença de proprietários absenteístas e da diminuição das parcerias, em favor da exploração direta da propriedade rural (Ceron, 1969; 2). Porém, tal apresentação comparativa indicava a necessidade de uma compreensão histórica dessa passagem e, para isso, o autor retomaria a história econômica de ocupação do solo do município de Limeira. Esse importante procedimento inseria a citricultura local na história local que estava para além dela, mas que a pressupunha, algo bastante distinto do que Poltroniéri (1976) fizera ao tomar apenas a “difusão espacial da citricultura”, como algo em si.

Com isso, Ceron (1969) retomava um capítulo da história local atrelado ao chamado “quadrilátero do açúcar”, que em fins do século XVIII e início do XIX transformou a “rede fundiária” local, com latifúndios canavieiros e pecuaristas, de maneira que o autor considera este imenso “sertão de Piracicaba” como a “frente pioneira de ocupação do solo” na época. Em 1818, três das divisões desse “sertão”, mais precisamente da grande sesmária de Toledo, foram arrematadas em hasta pública por Nicolau Pereira de Souza Vergueiro: dois estabelecimentos de criação sem escravos, e um com engenho e 400 escravos. Note-se que o entendimento de Ceron dessa área como uma “frente pioneira” deriva do encontro da expansão da pecuária com a canaveira, o que aproxima-o da compreensão de Waibel e Monbeig, de certa maneira.

Por sua vez, a influência do senador Vergueiro será determinante para a constituição de Limeira como vila e depois como município, emancipado de Rio Claro e de Araras⁶³. Em sua célebre fazenda Ibicaba, aí localizada, ocorreram as primeiras experiências de parcerias no trabalho nos cafezais, que aos poucos haviam substituído as plantações de cana-de-açúcar. Aliás, parcerias estas que se mantiveram até a década de 1870, quando se consolidaria o sistema do colonato, que o autor aproxima a de um assalariamento, e que adiante pensaremos mais como uma transição na direção a essa forma. De todo modo, como para Monbeig (1998) e Waibel (1979), a transformação da paisagem parece também ser um importante critério que organiza a análise de Ceron: “A economia cafeeira deixara suas marcas na paisagem rural” (Ceron, 1969; 33).

A rápida retomada histórica, entretanto, permite mostrar logo o fim desse “ciclo” como acontecendo por volta da década de 1920. A explicação atrelada principalmente à queda da

⁶³ “A presença de Vergueiro e o fato de ser ele importante figura política foram de grande significado para a emancipação de Limeira como município, e para o desenvolvimento do povoado da área. Em 1842, a capela é elevada a vila e, dois anos mais tarde, é criado o município que iria estabelecer a liderança, embora por tempo curto, de uma vasta região posteriormente desmembrada nos municípios de Rio Claro e Araras e, mais tarde, nos municípios de Cordeirópolis e Iracemápolis” (Ceron, 1969; 30).

produtividade do solo permite a correlação com autores que já expusemos, e Ceron descreve Limeira, em 1920, como uma “zona velha” da cafeicultura, algo semelhante ao que Milliet, Waibel e Monbeig haviam proposto, embora a considerassem como de rendimentos intermediários, superiores em comparação com os da zona do vale do Paraíba, ou “zona norte”, e inferiores em comparação com os de áreas mais a oeste e sudoeste do estado. Entre 1900 e 1920, na descrição de Ceron, o número de cafeeiros havia mais que dobrado, mas a produção era menor em 1920 do que em 1886. A crise de 1929 levaria a uma diminuição também do número de cafeeiros, o que seria um *continuum* até a década de 1950⁶⁴.

A substituição do plantio do café pelo do algodão, da cana e da laranja é analisada pelo autor de maneira particularizada para cada cultura, apontando uma expansão mais rápida do algodão e da laranja após a crise, com o algodão tendo um declínio igualmente rápido, e a cana se expandindo mais no período durante e após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Quanto ao algodão, que também fora analisado por Monbeig, Milliet e Waibel como se expandindo após a crise, Ceron indica uma expansão dessa “cultura” no “aproveitamento das terras menos férteis, [...] onde a rubiácea não era bem sucedida” (Ceron, 1969; 35). Isso pode ser muito bem articulado com o que Monbeig afirmara a respeito de uma incompleta conquista do solo. Ou seja, lembremos que este autor dizia que, mesmo nas zonas intermediárias, ainda, em 1948, a floresta ia sendo gradualmente derrubada. A utilização dos solos mais férteis para o plantio do café, motivando a expansão da fronteira pela busca desses melhores solos, ao passo que mostrava a existência de uma “fronteira” que se expandia internamente aos limites do estado, mostra aqui, com a utilização para o plantio de algodão de terras de fertilidade secundária no interior das fazendas, uma expansão de uma “fronteira” agrícola dentro da “fronteira” agrícola. Isto é, dentro da fazenda cafeeira.

Trata-se de uma espécie de colonização (dentro) da colonização e, visto dessa forma, algum “pioneirismo” também poderia ser atribuído a esses plantios. Esse processo de um gradual uso mais integral dos solos foi visto por Milliet (1982) e por Waibel (1979) como uma “intensificação” da agricultura (termo cujo uso procuramos especificar e, com isso,

⁶⁴“O aumento do número de cafeeiros nesse período [1900-1920] foi de 119%, ou de 4.000.000 de pés, para 8.760.000. Entretanto, houve uma queda da produção cafeeira em virtude da vertiginosa queda dos rendimentos porque os cafezais já se encontravam, na grande maioria, esgotados ou atacados pela broca. Em 1886, a produção de café do município fora de 200.000 arrobas, ao passo que, em 1920, fora de 162.240. Depois de 1929, quando a crise cafeeira se abatia sobre São Paulo, a importância da economia do café, para o município de Limeira, descia a níveis mínimos. Cafezais eram cortados e substituídos pela cana-de-açúcar, laranja e algodão. Em 1940, o número de cafeeiros plantados caía para 5.800.000 e, em 1950, para 1.318.000” (Ceron, 1969; 34).

questionar), e por Monbeig (1998) como uma diversificação da paisagem agrícola, estimulada pela crise fomentada pela própria “marcha pioneira”. Ceron (1969) parece, por sua vez, enxergá-lo como um processo de substituição econômica gradual da cafeicultura⁶⁵, no que a cana e a laranja também participariam.

Quanto a essas duas outras produções, de acordo com o autor, a cana nunca deixara de estar presente na “paisagem agrária” de Limeira, mas a sua expansão, após a crise de 1929, teria sido mais lenta do que a da citricultura, que apresentaria um “boom” e se tornaria a principal produção agrícola do município. A partir disso a noção de uma substituição da cafeicultura pela citricultura é matizada. Isto é, embora economicamente os números de área cultivada e de valor de produção apontassem a citricultura sobrepujando a cafeicultura, o próprio Ceron indicará que o plantio dos laranjais era feito sobretudo nas áreas de plantações de alimentos e nas de pastagens, permanecendo os cafezais nos solos de terra roxa, até os anos 1940, quando seriam aí substituídos principalmente pelos canaviais.

O citrus foi, portanto, o produto comercial e de exportação que substituiu de imediato a economia cafeeira. Dizer que houve também a substituição da cultura do café pelo citrus não deixa de ser uma afirmação correta, contanto que ela não seja exagerada. Os pomares substituíam os cafezais, sem dúvida, mas a expansão dessa cultura dava-se vertiginosamente em detrimento das lavouras anuais e das pastagens. Os cafezais ainda continuavam em grande parte e sobre as terras roxas localizadas no noroeste e norte do município, principalmente. Foi sobre essas áreas que a cana iniciou a sua grande expansão após os anos de 1940, mais ou menos. Nas áreas situadas nas partes central e sul do município, constituídas pelos solos arenosos originários dos terrenos do Grupo Tubarão, expandia-se o citrus e, durante um curto período, o algodão (Ceron, 1969; 36).

Essa explicação tem o mérito de relacionar as produções à fertilidade do solo e, numa escala reduzida aos limites do município, mostrar um processo que se assemelha ao que Monbeig descrevera para a escala mais ampliada da “região da expansão da cafeicultura” como um todo. Ou seja, mesmo com a crise, a cafeicultura se manteria nas áreas de fertilidade superior por um bom tempo, ao passo que as de fertilidades inferiores passavam a proporcionar “lucros” que equivaliam ou superavam os dos cafezais em decadência. Note-se que a substituição mais direta dos cafezais em Limeira, nos anos 1940, ocorre no momento em que as terras de produtividade “máxima” do norte do Paraná entram em produção, mas isso não explicaria tudo, requerendo um estudo também das condições de produção e expansão da cana-de-açúcar nessa época, o que foge aos nossos objetivos. Nesse mesmo momento em que se expandiam os canaviais, a citricultura enfrentava uma grave crise, como já salientara o estudo de Poltroniéri (1976), mas Ceron (1969) afirma que, mesmo durante

⁶⁵“Pelos dados referentes aos anos de 1924 e de 1937, a expansão da lavoura algodoeira deu-se com o decréscimo da produção cafeeira e em substituição a esta cultura” (Ceron, 1969; 36).

essa crise, as áreas de cana e de laranja seguiriam, em geral, diferenciadas⁶⁶, com as referidas terras ocupadas pela cultura canavieira inclusive sendo desmembradas de Limeira, pela criação dos municípios de Cordeirópolis (em 1948) e Iracemápolis (em 1953).

Explicado, assim, de maneira geral, o percurso da expansão da citricultura no município e sua ocupação particular do solo, o autor passaria, então, a detalhá-lo em suas diversas fases e características. Parte, para tanto, de um panorama que apresentava a existência de laranjeiras para o consumo próprio e para o comércio local, plantadas em pequenos pomares dentro das fazendas cafeeiras e comercializadas as frutas em feiras locais por “fruteiros”. Essa produção inicial aparece, à maneira como fizera Sylvio Moreira (1980), como uma espécie de economia de excedente, subordinada à cafeicultura. O quadro indica um cenário em que a mercadoria laranja ainda não organizava a vida dentro da fazenda, como o fazia a mercadoria café. Ainda assim, o autor indica uma primeira experiência de exportação de laranjas para Buenos Aires (fracassada aliás, devido à deterioração das frutas no percurso), em 1911, realizada por “donos de bancas do mercado de São Paulo” (Ceron, 1969; 39).

O referido panorama começaria a mudar com os plantios de pomares maiores, destinados à comercialização das frutas, pelos fazendeiros de Limeira Mário de Souza Queiroz e José Levy Sobrinho, na década de 1920. O sucesso posterior das tentativas de exportação para a Europa (as exportações paulistas passam de 16.900 para 119.227 caixas, entre 1926 e 1928) e a boa adaptabilidade das laranjeiras aos solos mais arenosos e pouco férteis, levaria a um rápido crescimento das plantações no município, estimulado também pela criação da Estação Experimental de Citricultura de Limeira, em 1928.

Veja-se que tais eventos antecedem à crise de 1929, mostrando um processo de mudança paulatino. Diferente da maioria dos autores que estipulam essa última data como a do fim da hegemonia cafeeira, o autor se aproxima de uma análise como a de Monbeig (1998), que observa o papel da crise do começo do século já começando a esboçar as transformações da paisagem que se intensificariam na década de 1930. A queda dos rendimentos dos cafeeiros estimulava, de um lado, a fragmentação das propriedades, para obtenção de dinheiro com a venda de sítios; e de outro, o investimento de capital (na forma de dinheiro, antes de 1900, segundo a periodização de Monbeig, preferencialmente direcionado

⁶⁶ “Não queremos dizer que, com a crise por que passou o comércio citrícola, tenha havido uma substituição, em larga escala, dos laranjais pelos canaviais. E a expansão dessa cultura efetuava-se principalmente em outras áreas, mormente nas terras roxas, o reduto dos cafezais. Somente os laranjais situados nas terras ótimas para a cana, e em decadência, foram substituídos por essa cultura” (Ceron, 1969; 37).

ao plantio exclusivo de cafezais) para o uso produtivo dos solos de fertilidade inferior, com as pastagens e a pecuária ocupando as partes baixas e mais arenosas dos terrenos. Além disso, como mostra Ceron (1969), também a laranja vai surgindo como alternativa para essa ocupação, pela maior resistência das laranjeiras às baixas temperaturas⁶⁷.

Entretanto, o real incentivo para tal expansão viria dos menores custos de produção em Limeira, na comparação com a citricultura da Baixada Fluminense, que, como Valverde (2006) mostrou, já se encontrava consolidada na virada do século XIX para o XX. Apesar da maior distância para o porto de Santos (e os custos maiores com frete, portanto), estes custos de produção inferiores representavam maiores lucros para os exportadores de laranja de São Paulo⁶⁸. Assim, logo as firmas exportadoras do Distrito Federal abriam estabelecimentos de seleção e embalagem em Limeira.

Quanto às causas desses menores custos de produção, enquanto certos autores destacaram ora a fertilidade do solo, ora as técnicas de cultivo e trato dos pomares, Ceron (1969) atribui a vantagem da citricultura de São Paulo sobre a da Baixada Fluminense à pressão econômica sobre os produtores rurais, face à crise da cafeicultura, e à experiência produtiva dos fazendeiros paulistas. Essas seriam as causas dos maiores cuidados destes com os seus pomares, em comparação com a suposta “inexperiência” dos produtores fluminenses, que teriam entrado no ramo por “improvisação” e para “especular”:

As lavouras de cítrus constituíam para os agricultores de Limeira, sem dúvida, um meio de vida e um patrimônio que exigiu o emprego de capital e trabalho e que, portanto, deveria ser bem cuidado. O fato dos proprietários agrícolas possuírem tradição ou conhecimento agrícola deve, evidentemente, ter influído grandemente na obtenção de melhores rendimentos, e portanto no maior êxito da citricultura (Ceron, 1969; 42).

Não nos parece uma explicação que dê conta da realidade da citricultura do Rio de Janeiro, posto que, ainda que fossem eventualmente “inexperientes nas fainas agrícolas”, os citricultores fluminenses também haviam despendido dinheiro para mobilizar capital e

⁶⁷ “Verificava-se assim a implantação de uma cultura comercial que viria substituir totalmente a força econômica do café já em decadência no município e que seria responsável pela total transformação da sua paisagem agrária, através de uma mudança das formas predominantes de utilização da terra, no tipo de mão-de-obra agrícola e no regime de exploração fundiária. A laranjeira, melhor do que o cafeeiro, iria adaptar-se aos solos mais arenosos e pouco férteis, grande parte dos quais considerados como exclusivamente próprios para pastagens. Mais do que o cafeeiro, a laranja iria mostrar a sua maior resistência às quedas de temperatura verificadas durante o período mais frio do ano” (Ceron, 1969; 39).

⁶⁸ “Apesar das maiores despesas efetuadas com o transporte da laranja de Limeira até o porto de Santos, uma caixa de laranja chegava a Londres a um preço médio que equivalia a 35\$344, enquanto que as exportadas pelo porto do Rio de Janeiro chegavam a 38\$812. Como o preço de revenda de uma caixa de laranja em Londres era então de 43\$200, conclui-se que o lucro obtido pelos exportadores da laranja de São Paulo era maior que aquele alcançado pelos exportadores situados no Rio” (Ceron, 1969; 41).

trabalho num “patrimônio” que, de um modo ou de outro, podia ser compreendido como um “meio de vida” para eles. Ainda assim, faltam-nos até aqui elementos para uma melhor contraposição que explique, de maneira mais satisfatória, o “maior êxito da citricultura” de Limeira, embora estejamos sugerindo que estas causas tenham que passar pelas relações de produção e pela questão da fertilidade diferencial dos solos.

De todo modo, a citricultura paulista superaria a produção do Distrito Federal a partir do ano de 1936, e, dentro dessa citricultura paulista, Limeira era o principal município produtor desde o princípio.

A instalação de firmas exportadoras em Limeira trazia um esquema de custeio da produção, que muito lembrava o adiantamento que as casas comissárias, sobretudo do Rio de Janeiro, faziam aos cafeicultores do vale do Paraíba na primeira fase da expansão da cafeicultura, conforme o estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco (Franco, 1997; 170-192). O poder econômico que materializavam e que permitia pagar adiantado por uma parte da produção futura faria quebrar firmas menores, de “capitais procedentes do próprio município” (Ceron, 1969; 43).

Apesar do aparente “êxito” da citricultura em Limeira, o autor apresenta dois “erros” fundamentais dessa primeira fase, vista como um período de implantação e expansão da citricultura, antes da Segunda Guerra Mundial. Estes erros correspondiam ao plantio da variedade de laranja-baía, que não era a mais bem aceita no mercado europeu, e ao descuido com o mercado interno, na opinião de Ceron derivados da “falta de planejamento”. Este último, que não fora organizado e eficientemente estruturado, recebia apenas o chamado *refugo* da produção para exportação, evidenciando certo descaso por parte dos produtores e exportadores (Ceron, 1969; 46-47).

Por outro lado, a laranja de Limeira não atendia, pelas características da variedade mais plantada, a uma suposta preferência europeia por frutas mais ácidas e de tamanho médio a pequeno⁶⁹. A laranja-baía brasileira só era tolerada pelo europeu, devido à desorganização da citricultura espanhola, em virtude da Guerra Civil naquele país. Era, ainda, uma variedade menos resistente a quedas e que ficava menos tempo no pé, estragando mais rapidamente;

⁶⁹ “O consumidor europeu preferia laranjas com teor de acidez relativamente elevado e, quanto ao tamanho do fruto, os médios ou pequenos. Frutos com estas características alcançavam maiores cotações nos mercados estrangeiros. Entretanto, as laranjas produzidas em Limeira preenchiam características exatamente contrárias àquelas apontadas. A maior parte da produção e das exportações efetuadas por Limeira eram da variedade ‘baía’, frutos, portanto, com alto teor em açúcares e de tamanho grande” (Ceron, 1969; 44).

com as dificuldades decorrentes da falta de um transporte regular para as frutas (em trens que atendiam preferencialmente às exigências do transporte de café), estas chegavam aos mercados europeus em péssimas condições (Ceron, 1969; 45). Apesar de tudo isso, além da crise espanhola, a aceitação da laranja brasileira advinha sobretudo da diferença das estações dos hemisférios norte e sul (como já argumentara Poltroniéri), sendo que a laranja brasileira entraria no mercado europeu durante o verão, época de maior consumo⁷⁰.

Antes de entrar nos eventos que levaram à crise dessa citricultura inicial (devido à Guerra e à “tristeza”), Ceron mostra a liderança de Limeira entre os municípios produtores em São Paulo e um quadro de grande disseminação da citricultura pelo estado, dando ênfase para uma força da mesma nos municípios do vale do Paraíba, algo semelhante ao apontado por Poltroniéri. Este cenário seria radicalmente transformado com aqueles eventos.

A crise irrompeu no momento em que a produção atingia um recorde e uma queda brusca nas vendas afetaria a produção brasileira em geral, com um cenário um pouco menos catastrófico para a citricultura voltada para suprir o mercado platino. Curiosamente, Ceron aponta que a solução aventada à época era a industrialização da laranja, e inclusive algumas tentativas foram feitas, principalmente com a industrialização do óleo essencial de laranja. Será interessante adiante repensar o fracasso dessas tentativas, em comparação com o retumbante “êxito” da industrialização do suco concentrado, vinte anos depois. Com o mesmo intuito, o incentivo ao consumo interno foi tomado como uma possível saída, sendo subsidiado o transporte para São Paulo e o preço da fruta, pela Secretaria de Agricultura paulista, comandada pelo citricultor limeirense Major Levy. Se a solução não fora imediata, uma indicação da transformação do sentido da produção da laranja de Limeira estava dada.

As conseqüências mais imediatas da crise foram as falências de inúmeras firmas menores, sobretudo de embalagem e exportação de laranjas, em Limeira, tendo sobrado apenas três das doze que existiam até 1940. Por outro lado, entre 1940 e 1945, barracões para o preparo da fruta para a venda no mercado interno proliferaram, com sete novos estabelecimentos no município. Paralelamente à Guerra, a doença “tristeza” se alastrava pelos pomares paulistas, e a epidemia se beneficiava do descuido ocasionado pela crise. Assim, boa

⁷⁰ Sugere-se, nessa passagem, que os ingleses compravam a laranja brasileira para revendê-la nos outros países: “A Europa era abastecida em laranjas por países localizados no Hemisfério Norte, dentre os quais se destacavam a Espanha e a Palestina. Como a laranja é uma fruta de inverno, havia abundância da fruta nessa estação do ano até mais ou menos meados da primavera. Os ingleses que dominavam o comércio de laranjas brasileiras aproveitavam-se das diferenças que existem entre as estações nos dois hemisférios e colocavam a laranja brasileira na Europa em pleno verão, que é, aliás, a estação do ano em que mais se consomem laranjas em qualquer parte do mundo” (Ceron, 1969; 45).

parte dos pomares de laranja foram dizimados (mais de três milhões de caixas foram jogadas fora, apenas no ano de 1940) e muitos municípios produtores deixaram de produzir, como Sorocaba e os do Vale do Paraíba⁷¹. Portanto, semelhante centralização de capital que se dera nas firmas exportadoras, com a crise, dar-se-ia geograficamente, com a redução dos municípios produtores.

Se a citricultura fora uma alternativa à crise da cafeicultura, as plantações de cana e de mandioca seriam uma alternativa à crise da citricultura, ao menos no município de Limeira. Ceron chega a indicar que a mandioca fora largamente plantada entre os laranjais, numa prática que remetia ao plantio intercalar de alimentos que costumava ocorrer entre os cafeeiros, enquanto a cana passava a substituir os cafezais na terra roxa. Com o plantio intercalar, evitava-se a retirada dos laranjais, ao menos daqueles que haviam resistido à “tristeza”, e esperava-se a recuperação dos preços⁷², mas uma e outra plantação competiam pelos nutrientes da mesma parcela do solo.

A recuperação da citricultura de Limeria durante a década de 1950 é relativizada por Ceron (1969) que considera o padrão técnico dessa “nova” citricultura como “atrasado”. Isso será importante para a explicação posterior do autor para a decadência de Limeira frente aos novos municípios produtores, por exemplo de Bebedouro e Matão⁷³. Assim, embora argumente que a citricultura paulista tenha se firmado e se sobressaído sobre a citricultura fluminense, nos anos 1930, por ser feita por cafeicultores que entendiam da produção agrícola; para 1950 esse conhecimento já é considerado como “tradicional”, no sentido pejorativo do termo, a partir de uma perspectiva de certo modo dualista.

Outra questão importante para o período da retomada, tal qual apontada pelo autor, é a da generalização da variedade “pera”, algo que vinha sendo todavia prescrito desde os anos 1920. Outras variedades também serão plantadas, aumentando o período de atividades de

⁷¹“Além da diminuição no total exportado pelo Estado, o número dos municípios exportadores reduziu-se de cerca de 17 entre 1932 e 1936, fora aqueles não especificados nas estatísticas, como notamos, para 5 em 1944 e 5 em 1950” (Ceron, 1969; 53).

⁷² “A expansão da cana-de-açúcar se dava nas manchas de terra roxa, ao passo que a mandioca, na sua maior parte, era cultivada intercaladamente nos laranjais ou em rotação com o arroz, milho e algodão. As pesquisas de campo mostraram a prática desses dois sistemas agrícolas, nos quais a mandioca e o algodão constituíam os produtos comerciais básicos. Os citricultores resistiam em destruir os laranjais, não somente porque neles empregaram capital e mão-de-obra, durante a sua formação, mas também porque tinham esperança no retorno breve das exportações, como as realizadas antes de 1939” (Ceron, 1969; 55).

⁷³“De 1950 a 1960, entretanto, vencida a tristeza, e com a ampliação cada vez maior das exportações e das demandas do mercado interno, tivemos uma fase de grande expansão e recuperação da citricultura. O termo recuperação, no caso, encerra um sentido relativo, pois que, como veremos posteriormente, se recuperou uma citricultura tradicional em padrões de técnicas também tradicionais” (Ceron, 1969; 55).

trato, colheita e comercialização da laranja para praticamente o ano todo.

Ampliava-se o período de colheitas de março até novembro e, com isso, o de utilização da força de trabalho. Para tanto, subentende-se uma especialização de trabalhadores na colheita, bem como na seleção e embalagem. Não se podia mais, desse modo, contar com a disponibilidade ocasional de trabalhadores, “liberados” das atividades de trato dos cafezais ou de culturas alimentares, como parece ser o que ocorria antes, quando só havia a necessidade de colheita da laranja-baía, que se dava antes da colheita do café. A partir desse período, com as novas variedades, as colheitas passavam a coincidir.

Reflitamos todavia um pouco à nossa maneira. Pensando somente no caso da laranja, as novas variedades implicavam uma ampliação “extensiva” da jornada de trabalho (estendida para nove meses do ano) e, portanto, um aumento da extração de mais-valia absoluta. Esta, por sua vez, reverter-se-ia num aumento do lucro e da renda da terra, fundidos no caso em questão, uma vez que o fazendeiro personificava tanto o capital como a propriedade da terra. Por outro lado, passava a ser possível haver a especialização da produção citrícola nos estabelecimentos agrícolas. Ao mesmo tempo, o trabalho de seleção e embalagem dos “barracões” se estendia ao longo do ano e, com isso, podia ser melhor organizado. Uma força de trabalho residente na “zona urbana” podia ser recrutada para todas essas necessidades, e isso, embora o autor não comente, também era uma “novidade”. Embora aqueles ganhos estivessem na relação com os rendimentos de outros produtos agrícolas na área (sobretudo, a partir do estudo de Ceron, o café, o algodão, a cana, a mandioca e o gado), provavelmente derivava daquela possibilidade de ampliação da exploração do trabalho o sentimento de maior “segurança” que o autor afirma se generalizar, na opinião dos produtores⁷⁴. Diante do exposto, não compreendemos o que possa ser considerado de “tradicional” nessa citricultura, por demais modificada, a não ser que o autor esteja restringindo esse caráter de atraso ao uso (ou falta de uso) de maquinários e insumos e técnicas agrícolas “modernos”.

Por fim, nesse período de retomada, a “conquista” do mercado interno é outro fator de grande relevância, porque irá caracterizar o “segmento” em que a citricultura de Limeira irá se assentar e o “nicho” (termos hoje muito em voga, mas não usados pelo autor) em que pareceria se manter, em contraposição à “conquista” do mercado externo de suco concentrado

⁷⁴ “Na opinião dos produtores, o citricultor se sente mais seguro com o cultivo de um maior número de variedades pelo fato de alcançarem as laranjas tardias e precoces maiores cotações no mercado e, no caso da laranja pêra, pelo fato de poderem optar por um ou por outro comprador que ofereça melhores preços” (Ceron, 1969; 56 – grifo do autor).

pela citricultura de Bebedouro, no momento seguinte. O aumento do consumo interno da laranja produzida em Limeira é também atribuído, por Ceron, a mudanças estruturais da circulação interna de mercadorias, principalmente com a construção de rodovias asfaltadas e a generalização do uso do caminhão, mas o surgimento de “barracões” especializados no preparo da fruta para remetê-la para São Paulo parece indicar a concretização desse mercado interno para a mercadoria em questão⁷⁵. A personificação do lucro comercial, particularizada para um segmento do comércio específico, delimita a autonomização que o autor enxerga. Embora tenha havido uma tentativa de retomada das exportações, entre 1955 e 1960, era Bebedouro que, a partir de 1959, impunha-se como principal centro exportador de frutas cítricas do Estado, e a instalação das indústrias de suco só aumentaria essa tendência.

Com a maior atenção de Limeira para suprir e estimular o mercado interno e com as novas variedades plantadas, os “erros” da primeira fase da citricultura, atribuídos a esses fatores, pareciam estar assim solucionados, de acordo com a exposição de Ceron (1969). Porém, essas soluções não seriam suficientes para impedir a expansão da citricultura para outros municípios. Uma nova centralidade da citricultura paulista confirmava-se agora em Bebedouro, ainda mais com a mudança das grandes firmas de exportação de frutas para aquele município. Diferente do quadro anterior de uma produção citrícola muito difundida por vários municípios, agora, a concentração em alguns poucos era patente, algo também sumariamente apontado por Poltroniéri (1976). Com isso, Ceron (1969) descreveu a mudança como a do “centro de gravidade” da citricultura se transferindo para o Planalto Ocidental Paulista, numa nova fase “áurea” que se iniciava por volta de 1954. Será nessa conjuntura que o autor especificará melhor como sendo o padrão técnico de produção agrícola e as condições de fertilidade e drenagem do solo o que diferenciavam a citricultura centralizada em Limeira da de Bebedouro⁷⁶.

⁷⁵ A caracterização dos barracões como empreendimentos de pequenos é realçada; interessantes são a datação e a explicação da diferenciação entre *barracões* e *packing houses*; interessantes também são as aspas no termo indústria: “A conquista e grande expansão do mercado de consumo interno criou condições para a volta dos pequenos comerciantes, de modo que a ‘indústria’ de beneficiamento acabou por se definir em dois grandes tipos: os ‘barracões de beneficiamento de laranjas exclusivamente para mercado interno’ e os ‘barracões de exportação’ que também beneficiam laranja para o consumo interno. Em 1945, Limeira possuía 12 barracões de beneficiamento de laranja; 9 dos quais voltados exclusivamente para o mercado interno. Em 1966, o número desses estabelecimentos elevava-se a 37” (Ceron, 1969; 58).

⁷⁶ “Informações obtidas junto aos órgãos técnicos e confirmadas pelas nossas pesquisas de campo dão conta de que os citricultores de Limeira são, em relação aos citricultores dos municípios citrícolas novos, os mais apegados ao emprego de técnicas agrícolas já ultrapassadas. Não se realiza, naquele município, o combate adequado à erosão dos solos, adubações suficientes nos seus laranjais e o combate generalizado às doenças dos cítrus. Por outro lado, praticamente não existem no município grandes áreas constituídas de solos profundos,

A estrutura fundiária de Limeira, com o predomínio de pequenas propriedades, e as maiores dificuldades dos sítiantes de investirem um capital que não possuíam numa reestruturação dos pomares e no emprego de fertilizantes agravavam as condições de fertilidade dos solos locais, já naturalmente menos férteis de início do que os do Planalto Ocidental Paulista, ao redor de Bebedouro⁷⁷. Com essa explicação de embasamento econômico e social, a suposta mentalidade mais tradicional que impedia a melhoria da produção e da produtividade da citricultura de Limeira é minimizada e atrelada às condições dos pequenos produtores de realizarem-na naquela época.

A partir do acima exposto, podemos subentender aí a existência de um diferencial de rendimento para o investimento de um mesmo montante de capital na atividade agrícola em questão, comparativamente entre Limeira e Bebedouro, bem como internamente em Limeira. Tratava-se, como era de se esperar, da extração de uma renda fundiária diferencial oriunda da fertilidade natural diferenciada entre os solos dos municípios e internamente às áreas dos municípios. Ainda, o autor sugere (com outro referencial teórico é claro) outro diferencial que passava a existir advindo do emprego também diferenciado de técnicas agrícolas (de formas de plantio e trato, e de evitar a erosão do solo), bem como de uso de adubos e fertilizantes, incidindo sobre a produtividade do solo.

Essas *rendas diferencial I e II* (Marx, 1986, l. III, t. 5) representavam a possibilidade, em termos lógicos, de extração de uma espécie de sobre-lucro por parte das fazendas melhor localizadas e capitalizadas dentro de Limeira e, mais ainda talvez, para as de mesmo “porte”, localizadas no Planalto Ocidental sobre o lucro da citricultura paulista realizada nas piores condições. A ferrovia existente (junto com a expansão das rodovias asfaltadas e o uso de caminhões) e a instalação de firmas exportadoras em Bebedouro minimizavam a questão da distância maior para o porto de Santos, na comparação com Limeira.

Feita essa exposição, devemos indicar que a pesquisa da estrutura fundiária, do uso do solo e das relações de produção seguiu um caminho mais descritivo e localizado no decorrer da apresentação do estudo de Ceron (1969). As partes seguintes detalhariam, à sua maneira,

bem como drenados e férteis e dispostos em topografia suave que facilite ao máximo o emprego da mecanização” (Ceron, 1969; 62).

⁷⁷ “O não emprego de técnicas modernas e mais recomendáveis para a cultura de laranja não se deve simplesmente a um apego dos citricultores a uma tradição agrícolas. Convém adiantar (...) que predominam em Limeira as pequenas propriedades agrícolas, exploradas pelo agricultor e sua família e destituída de grandes recursos para o replantio dos seus laranjais, já esgotados, para o emprego de adubos e inseticidas em doses mais volumosas e para o combate à erosão de maneira eficiente. Os fatores de ordem natural (mormente a pobreza dos solos da Depressão Periférica) contribuem para agravar os fatos mencionados” (Ceron, 1969; 62).

essas questões para a totalidade dos estabelecimentos do município, estratificando-os em categorias de propriedade, de emprego e de uso dos solos, mas não entraremos nesse nível de detalhamento para não desviarmos de nossos objetivos. Antevê-se, contudo, nesse procedimento, a tríade da Economia Política clássica *terra – trabalho – capital* organizando o estudo dos “sistemas agrícolas” para cada tipo de empreendimento na estrutura fundiária, nessa Geografia agrária.

De nossa parte, já criticamos em Valverde (2006) a maneira como essa retomada da Economia Política pela Geografia hierarquizava “modos de produção”, sem problematizar os mais “modernos”, tal qual podemos fazer para a maneira como a dicotomia entre “tradicional” e “moderno” organiza a explicação da expansão da citricultura por Ceron (1969). Vê-se, em outros momentos, também uma busca pela compreensão das transformações da paisagem nesse estudo, o que o aproxima de outros autores que já apresentamos. Por outro lado, a exposição dessa expansão da citricultura ganha em profundidade na qualificação das fases e nas descrições feitas, na comparação com a metodologia mais reificante empregada por Poltroniéri (1976).

Por fim, a retomada histórica feita pelo autor, apesar de se centrar no município de Limeira, e nos “aspectos geográficos” de sua citricultura, viu-se obrigada a falar de outras localidades, bem como de outros tempos históricos passados, e também de outras produções agropecuárias. Esse transitar por outros aspectos revela relações que não podem ser desprezadas na busca de realizar pesquisas centradas nesse município ou naquele produto, de modo que o geral e o particular se articulam.

De maneira semelhante, a nossa intenção de abordar a citricultura em Bebedouro e em Olímpia tem se deparado com a necessidade de tratar de aspectos mais relacionados às expansões prévias da pecuária e da cafeicultura, em São Paulo e além deste estado, ou da citricultura na Baixada Fluminense e em Limeira. Igualmente, temos sugerido a necessidade de pensar a citricultura anterior à fase da industrialização do suco concentrado de laranja para entender os seus pressupostos. Porém, temos tentado retomar essa amplitude de relações, pensando simultaneamente na maneira de elaborar as referidas pesquisas. Continuaremos a fazê-lo, agora abordando um estudo sobre o papel da citricultura na utilização da terra em Bebedouro.

Um estudo de Geografia agrária sobre a citricultura em Bebedouro

Sílvio Carlos Bray também se juntaria a Poltroniéri e Ceron no grupo coordenado por Antônio Christofolletti que personificaria a controversa “revolução quantitativa”, na FFCL de Rio Claro, nos anos 1970. Antes de aí se especializar como professor nas áreas de História do Pensamento Geográfico no Brasil e de Geografia Agrária, Bray realizou uma pesquisa de mestrado, orientada pelo Prof. Dr. José Ribeiro de Araújo Filho, pela FFLCH-USP, na qual abordou a influência da citricultura na estrutura fundiária de sua terra de origem, Bebedouro, num trabalho que se auto-proclama como sendo de Geografia agrária.

Antes de tratar da estrutura agrária do município e dos aspectos “funcionais” atrelados às condições naturais, sociais e econômicas, que levavam a determinados usos da terra, o autor localiza o seu objeto de estudo, tomando de apoio estudos científicos e técnicos. Assim, tomando o que seria a maneira de “regionalizar” de Pierre Monbeig (1998), Bray diz que este autor apontaria a localização de Bebedouro no espigão principal do norte paulista, que corresponderia à Serra de Jaboticabal, o divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Pardo e Turvo. Estava, portanto, o município no *norte paulista*, na “porção meridional da sub-região de Barretos de acordo com Monbeig” (Bray, 1974; 1).

Veja-se que essa utilização do estudo de Monbeig (1998) para meramente localizar o município perde bem a dimensão fundamental para este autor de uma “instabilidade” própria da expansão cafeeira. De acordo com a nossa leitura do estudo de Monbeig (1998), a localização do município deveria estar continuamente sendo pensada na relação com as “zonas novas” em cada fase.

Bray (1974) ainda se vale de outros referenciais para localizar sua área de estudo. Ao tratar do “norte paulista”, caracteriza-o como tendo quatro “polos sub-regionais importantes”, que disputariam entre si a influência sobre a área, compostos por: Barretos, Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia. Indica, com isso, uma importância de Bebedouro advinda, primeiramente, do entroncamento de ferrovias, sendo em sua estação o encontro de ramais que se dirigiam a Jaboticabal e a Nova Granada, e que destes ali se assomavam à Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Com a extinção desses ramais e a construção de rodovias, nos anos 1960, o município se tornaria um “importante nó rodoviário regional” (Bray, 1974; 2). Portanto, após uma localização que englobava características referenciadas na ocupação do “meio físico” dos espigões, agora o autor mobiliza outras que se remetem à infra-estrutura de circulação de mercadorias.

Por fim, ainda aludiria a outra que diria respeito à produção de mercadorias que caracterizava uma “região” centralizada em Bebedouro. Trata, com isso, das regionalizações oficiais que incluíam o município, de acordo com o IBGE (nos “Subsídios à Regionalização”), como pertencente à “Região Fruticultora de Bebedouro”, que abarcava outros 21 municípios: Ariranha, Barrinha, Cajobi, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Guariba, Jaboticabal, Matão, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Paraíso, Pirangi, Pitangueiras, Pradópolis, Severínia, Taiacu, Taiúva, Taquaritinga, Terra Roxa, Viradouro, e Vista Alegre do Alto. Embora alguns desses municípios realmente tivessem relações mais próximas com Bebedouro, tais como Cajobi, Monte Azul Paulista, Paraíso, Pirangi, Pitangueiras, Severínia, Terra Roxa ou Viradouro, outros pareciam se relacionar mais a outras centralidades, lembrando que Poltroniéri (1976) considerava Taquaritinga como uma outra “área de turbulência da citricultura”, algo que talvez também pudesse ser atribuído a Matão, município vizinho a Araraquara, outra “área de turbulência” naquele estudo.

De todo modo, evidencia-se pela própria existência de categorias oficiais e de pesquisas prévias que o estudo de Bray (1974) pertence a uma segunda ou terceira geração de pesquisadores, em que o processo social de expansão da cafeicultura e do povoamento já aparece de tal maneira consolidado que permitem apenas um enquadramento do caso nas categorias previamente construídas. Ainda assim, o autor não deixará de incorrer numa abordagem da história do município, mas não se valerá dela para questionar aquelas categorias de localização, que ficam, por isso, de certo modo “naturalizadas” por um uso como que utilitário das mesmas para a delimitação do objeto de pesquisa.

Alegando realizar uma “abordagem funcionalista”, para “descrever e interpretar o processo de mudança que ocorreu e ocorre no espaço agrário do Município de Bebedouro”, a abordagem histórica tem o seu potencial de crítica ao *fetichismo da mercadoria* (Marx, 1985, l. I, cap. 1) diluído porque não organiza a interpretação, sendo mais um elemento mobilizado entre “todos os elementos possíveis, a fim de interpretarmos melhor a realidade” (Bray, 1974; 3).

Do mesmo modo, a citricultura será mais um dos elementos que contribuem para “um comunicado” sobre a “problemática de utilização da terra”, ainda que um elemento muito importante. Esta citricultura será caracterizada como uma “cultura de especulação”, como desenvolvendo no município “outro tipo de paisagem”, em substituição à paisagem “da maior riqueza paulista – a cultura do café”, embora ambas tivessem a mesma finalidade “visando o

mercado mundial” (Bray, 1974; 3-4). A comparação de paisagens, tal qual fizera Ceron, indica, por sua vez, uma estrutura fundiária diferenciada, com uma citricultura mais realizada em propriedades médias e pequenas, evidenciando um processo de fragmentação das propriedades cafeeiras frente às crises, bem como apresenta relações de trabalho modificadas, com um predomínio da “exploração direta” por trabalho familiar e assalariado na citricultura.

Uma utilização da terra, com sua particular estrutura fundiária e suas formas de “exploração” do solo, entrara em declínio a partir da década de 1930, embora o autor aponte que a produção do café seguira sendo a principal atividade econômica do município até a década de 1950. Esse declínio seria a causa do chamado “êxodo rural” observado nessa década, com a “mão-de-obra” passando “a ser recrutada cada vez mais na zona urbana e cidades vizinhas, sob a responsabilidade dos proprietários, empreiteiros e comerciantes de citrus” (Bray, 1974; 5).

Além da comparação feita entre a citricultura e a cafeicultura, Bray também discorreria sobre a existência antiga de uma pecuária no município. Seriam sobre as áreas dessas pastagens que a citricultura passaria a avançar na época que o autor escreve, nos anos 1970, o que ele considera como o “fato mais marcante da atualidade, modificando as paisagens do norte, nordeste e leste do município” (Bray, 1974; 5). Entretanto, ao fazer essa comparação entre a citricultura e a pecuária, o autor, talvez pela primeira vez, explicita uma opinião que as hierarquiza, deixando-se entrever um elogio aos aspectos “mais modernos” da citricultura e uma crítica ao “molde extensivo” da pecuária⁷⁸, algo semelhante às posturas já comentadas de Monbeig (1998), Waibel (1979), Valverde (2006) e Ceron (1969).

Também de maneira semelhante àquela destes autores, Bray (1974) passa por uma breve análise do “quadro natural”, o qual compreende como “palco onde se estabeleceu a ocupação do homem” (Bray, 1974; 11). Apontando a simplicidade das condições geológicas e geomorfológicas do município, inteiramente dentro do Planalto Ocidental, com relevo pouco acentuado e altitudes médias, além de uma densa drenagem, Bray (1974) diferencia três setores neste “quadro”, todos com relação aos *espigões*, ou seja, primeiramente quanto ao relevo. Não seria uma escolha ao acaso, pois seriam nesses espigões em que se consolidariam primeiramente a cafeicultura, depois a citricultura, antes desta começar a se expandir para as áreas de pastagens das baixadas do município. Também a descrição dos tipos de solos

⁷⁸ “O contraste se faz marcante, pois ao lado de uma cultura como a laranja, com excelentes aplicações de técnicas, grandes investimentos e ocupando mão de obra numerosa, ainda persiste na área uma criação em molde extensivo” (Bray, 1974; 5 – grifos do autor).

localizaria nesses espigões a ocorrência daqueles mais férteis, denominados tecnicamente de “solos podzolizados”, nas suas variações Lins e Marília.

Porém, convém lembrar a descrição que Monbeig (1998) fez da expansão da cafeicultura. Como procuramos mostrar, este autor mostrou a ocupação das terras desse município, dando-se logo na época da primeira grande crise da cafeicultura, na virada para o século XX. Portanto, comparativamente às gigantescas plantações sobre o “maciço” da outra margem do rio Pardo, centralizado em Ribeirão Preto, a ocorrência de manchas de terra roxa ia diminuindo nos espigões que derivavam dos divisores de água do Pardo e do Turvo, na direção de Jaboticabal a Bebedouro e Barretos. Esses espigões mostravam-se mais estreitos. A limitação para a expansão da cafeicultura nessa direção também se mostraria mais grave pela proximidade dos limites naturais do estado, nos rios Grande e Paraná, onde as pastagens já dominavam os solos de qualidade inferior.

Esse processo remete ao encontro da cafeicultura com a pecuária, que já analisamos. Por outro lado, Monbeig ainda reforçara o aspecto de diversificação da paisagem, após a crise de 1900-1905, com o início das fragmentações de propriedades e a força que a pecuária começava a ter, estimulada pela urbanização de São Paulo e pela abertura do frigorífico em Barretos.

Assim, a limitação dos espigões na área correspondente ao município se evidencia pela ocorrência do “latossol vermelho escuro”, “fortemente árido e óxido” além de muito ácido, em 55,3% da área total. Ou seja, mais de metade da área do município era mais propícia às pastagens. A relação da pecuária com a cafeicultura vinha não só do “pioneirismo mineiro” que por ali se espraíara e criara os pressupostos para a consolidação das fazendas cafeeiras, mas elas haviam se desenvolvido paralelamente, como apontava um panorama da utilização das terras, em 1920:

Neste mesmo ano o município possuía 11.003.269 cafeeiros ocupando uma área de 13.754 ha., isto é, 18% da área total do município, e 73% das áreas de cultivos. Dos 417 estabelecimentos agrícolas existentes, 228 propriedades cultivavam o café. [...] Ao lado das fazendas de café, dominavam no município as fazendas de criação de gado para corte e leite, e as de exploração mista, com criação de gado e cultivo de café (Bray, 1974; 19-20).

A crise de 1929 fortaleceria a importância da pecuária no município, sendo que o autor atribuí-a sobretudo a ela, segundo depoimentos de fazendeiros, a diminuição dos impactos da crise, bem como daí derivava uma resistência destes a se dedicarem mais à citricultura⁷⁹. As

⁷⁹ Na nota 1 do autor: “Atualmente em Bebedouro, podemos explicar porque grandes áreas de pastagens ainda se mantêm. Com a crise econômica de 1929, muitos fazendeiros com cafezais velhos e decadentes, conseguiram

consequências, da década de 1930 à de 1950, seriam uma subordinação da economia de Bebedouro à centralidade da atividade pecuarista em Barretos, bem como a migração de boa parte da população para áreas novas do Planalto Ocidental Paulista e do norte do Paraná.

Esse esboço de história remete à caracterização de Milliet (1982) e, melhor ainda, à de Monbeig (1998), que elaboraram sobre a relação das zonas novas sobre as de fertilidade intermediária e baixa, durante a expansão cafeeira. Desse modo, em 1929, Bebedouro iniciava já uma fase de declínio de produtividade de seus cafeeiros, plantados na virada do século e nos seus primeiros anos. A crise teria, de fato, um impacto sobre a economia local, mas note-se que Bray (1974) observa um período de outros 20 anos até a decadência mais completa, dentro do qual outra grave crise afetaria a cafeicultura, durante a Segunda Guerra Mundial. Mostramos ser comum apresentar a completa ruína da cafeicultura do Vale do Paraíba. Em contraposição, o estudo de Valverde (2006) apontara uma decadência muito mais radical da cafeicultura da Baixada Fluminense ainda no final do século XIX, enquanto o estudo de Ceron (1969) indicara uma decadência da cafeicultura da Depressão Periférica também gradual, com a citricultura, a cotonicultura, a pecuária e outras plantações em terras de fertilidade pior, permitindo a permanência dos cafezais nas melhores terras até os anos 1940, quando a cana-de-açúcar começaria a substituí-los.

Desse modo, Bebedouro se encontrava numa situação de fertilidade intermediária para a cafeicultura, ao irromper da crise. Por sua vez, a pecuária já estabelecida se fortaleceria e, com isso, consistia uma contra-tendência para a falência local do capital cafeeiro, sendo que muitos cafeicultores eram também pecuaristas. A proximidade de Barretos proporcionava a possibilidade de um rendimento diferencial para essas áreas de pastagens na comparação com outras mais distantes. Outros estudos (por exemplo, Monbeig, 1998) mostrariam que a fertilidade desses solos era superior a de outras “regiões” pecuaristas, sendo que enormes boiadas eram trazidas, por “estradas boiadeiras” de Goiás, do Mato Grosso e do Triângulo Mineiro para serem engordadas nas “invernadas” de Bebedouro, Olímpia, Barretos e São José do Rio Preto.

De todo modo, Bray (1974) não elabora sobre essas gradações e estipula 1929 como um marco para a decadência cafeeira, apesar de indicar de passagem a existência de um processo. Ao fazê-lo, deixa de relacionar, de maneira profunda, a história local aos processos

vencer a crise econômica, graças à criação de gado. Daí os mais tradicionais, venerarem a criação de gado e alegarem ser esta mais segura, em relação à citricultura. A criação de gado para estes, significa estabilidade econômica” (Bray, 1974; 21).

mais amplos de expansão da pecuária e da cafeicultura. Deixa de compreender como o que vem acontecendo desde antes da crise de 1929 (como a fragmentação das propriedades e o fortalecimento da pecuária) também era fruto de outras crises, como o fizera Monbeig (1998) para cafeicultura e Caio Prado Jr. (2000) para a pecuária. A novidade maior para o município, mas atrelada também à crise, será o surgimento das primeiras plantações de pomares de laranja. Bray (1974) apresentará, assim, de maneira breve, uma história da implementação local da citricultura que retomaremos de maneira sucinta.

O “pioneirismo” é atribuído a Francisco Medeiros, que trouxera mudas de Viçosa para um pomar na chácara de propriedade de sua família, em 1929, e ao principal coronel da cidade, Raul Furquim, que, a partir de mudas do pomar do Sr. Medeiros, plantara-as em substituição a cafeeiros decadentes em sua fazenda. Não precisaremos retomar a discussão sobre esse conceito de “pioneiro”, que, novamente, aparece sem qualquer qualificação, senão que pretende indicar os primeiros a tentarem o cultivo de laranjeiras. Paralelamente, em Pitangueiras, município vizinho de Bebedouro, os proprietários ingleses de um grande frigorífico de Barretos iniciavam o plantio de pomares, com mudas importadas da Flórida. Em 1932, Pitangueiras exportava 2.000 caixas, enquanto Limeira já respondia por quase metade da exportação de laranjas do estado.

Em 1936, a prefeitura de Bebedouro passou a incentivar o plantio e criou o *Departamento de Fruticultura de Bebedouro*, nomeando o Sr. Francisco Medeiros o responsável. Fazendeiros locais e prefeitos dos municípios vizinhos foram em trem especial a Limeira, onde a prefeitura local “alugou um terreno próximo à cidade onde formou um viveiro de mudas de laranjeiras que foram vendidas aos fazendeiros e sitiantes de Bebedouro, ao preço de mil réis por muda” (Bray, 1974; 24). Além disso, o sr. Medeiros foi em busca de outras variedades de laranjas para plantar nos pomares bebedourenses. Instaurava-se, assim, a “Campanha pela Citricultura”:

Além dos Srs. Francisco Medeiros e Cel. Raul Furquim, o Sr. Alcindo Paolieto e o Dr. Oscar Werneck, lideraram de 1937 a 1940, a Campanha pela Citricultura, no município e região. Nessa época o Planalto Ocidental possuía três centros de exportação de frutas cítricas: Pitangueiras, Ribeirão Preto e Araraquara. [...] Os laranjais cultivados nessa fase, eram constituídos de: laranja baiana, baianinha e pera-coroa (Bray, 1974; 25).

Porém, a campanha se dava no momento em que eclodia a II Guerra Mundial e em que os pomares começavam a ser infestados pela doença da “tristeza”. Bebedouro e sua produção seriam seriamente afetados, a partir de 1941 e durante os anos seguintes, conforme o texto de Sylvio Moreira (1980) citado por Bray:

A crise de sub-consumo determinada pela guerra, e logo depois a destruição das plantas pela 'tristeza', causaram alterações nessa situação. As zonas de Caraguatatuba, Taubaté e Sorocaba desapareceram como centro de produção. De Bebedouro pouco ficou, mas Limeira, graças aos seus velhos laranjais enxertados em laranja caipira e limão cravo permaneceu como único centro produtor (Bray, 1974; 26).

Ainda que a “salvação” de Limeira pareça se dar com uma solução fitossanitária quase ao acaso, é importante salientar que a quebra dos demais centros produtores terá sido importante na manutenção dos capitais locais daquele município que, em meio à crise centralizada na Europa, com menos concorrência na produção, poderia manter uma baixa oferta para a menor demanda que deve ter continuado a existir no período. A “solução” técnica para a “tristeza” seria confirmada apenas posteriormente, segundo Bray, depois, portanto, do fim da Guerra. Os plantios em Bebedouro seriam retomados, desse modo, em 1947, mais uma vez pelo esforço de Francisco de Medeiros e outros⁸⁰, mas só tomariam vulto alguns anos depois.

Em 1950, o município ainda estava longe dos números de Limeira, mas já se aproximava dos de Araras, o segundo maior produtor do estado. Nove anos depois a situação era outra e Bebedouro tornava-se o maior produtor do estado. A instalação de firmas exportadoras⁸¹ se dera nesse ínterim, bem como a adoção de novas técnicas de plantio, como forma de não “repetir os erros do passado”⁸². Ao afirmar isso, Bray retoma os argumentos de Poltroniéri e Ceron, mas indica uma interessante explicação para as mudanças decorrendo da crise da citricultura anterior que praticamente dizimara os pomares locais, o que Limeira não teria “sofrido” por ter se mantido graças ao plantio prévio de boa parte de seus pomares com enxertos resistentes à “tristeza”.

Embora realizada sobre esses “moldes mais modernos”, de acordo com o autor, essa

⁸⁰ “No ano de 1947, após a II Guerra Mundial, e a descoberta dos porta-enxertos resistentes à 'tristeza', o Sr. Francisco de Medeiros em colaboração com o Sr. Aderval Marques – proprietário da Fazenda Sta. Alice, construíram um viveiro de 180.000 mudas de laranjas, com porta-enxertos de limão cravo e laranja caipira. Nessa mesma época, em jornal da cidade, artigos do Sr. Alcindo Paolieto incentivavam os agricultores a desenvolverem novamente o plantio do citrus” (Bray, 1974; 27).

⁸¹ “Bebedouro como o 'terceiro município citrícola paulista', começou após 1950 a atrair firmas de packing-houses com matriz em Limeira, como a Goldwin-Cocozza, Citrobrasil S/A, Fisher S/A, em decorrência da ampliação do mercado externo de frutas cítricas. Passou o município, a partir dessa mesma década, a se transformar num importante centro produtor, comercial e exportador citrícola do Estado de São Paulo” (Bray, 1974; 28).

⁸² “A área de Bebedouro cresceu com pomares bem cuidados, obedecendo técnicas modernas e procurando não cair em erros cometidos no passado (servindo como alerta as áreas citrícolas mais antigas da Baixada Fluminense e da Depressão Periférica Paulista). Passou a existir entre os citricultores de Bebedouro uma preocupação com as variedades de citrus que melhor atendessem à preferência dos mercados Internos e Externos” (Bray, 1974; 29).

citricultura ainda não realizara as transformações que se desejava, ainda que já substituísse em larga medida os cafezais no município. Isto é, esse período de recuperação ainda não implicara num avanço dessa forma alegadamente mais “moderna” de utilização do solo sobre a forma supostamente mais atrasada, porque extensiva, de utilização pela pecuária⁸³, embora constituísse o pressuposto da fase seguinte quando isso se confirmaria.

Apenas a partir da instalação das primeiras indústrias de suco concentrado e o estímulo que daria a novos plantios que aquele movimento de expansão da citricultura sobre áreas de pastagens no município ocorreria. Com isso, aumentava-se a produção de laranja no município e, pois, a área plantada, embora as exportações das frutas *in natura* caíssem na medida em que aumentavam as de suco concentrado.

Não tardaria a ocorrer a “ocupação” citrícola das áreas de pastagens. Assim, a principal tese de Bray retorna, com a relação estabelecida entre a industrialização da citricultura e o avanço dos laranjais sobre as áreas de pastagens no município: “A citricultura a partir dos 1960, penetrou nas tradicionais áreas de pastagens, dominando atualmente quase 50% da área total do município. Atualmente a cultura da laranja ocupa o dobro da área que foi ocupada pelo café na década de 1920” (Bray, 1974; 35).

Feito este histórico, o autor delinear a estrutura fundiária local, mostrando uma concentração fundiária, ainda que maior para a pecuária do que para a citricultura, bem como uma maior especialização do norte e do leste do município na primeira atividade e do sul e do oeste na segunda, obviamente devido a localização dos espigões⁸⁴. Também as formas de “exploração” desses solos estariam relacionadas a tais atividades e áreas. Isto é, parceiros e arrendatários eram comuns nas grandes fazendas pecuaristas, ao passo que diminuía de número nas médias propriedades citricultoras. O uso do trabalho familiar, por sua vez, era mais comum nas pequenas propriedades, também em geral citricultoras, enquanto o de trabalhadores assalariados prevalecia nas médias propriedades citricultoras.

A organização do estudo de Bray revela, no entanto, mais uma vez a “fórmula trinitária”, à maneira como a Economia Política clássica a abordava. Ou seja, depois do

⁸³ “A citricultura cresceu no município em função da ampliação do mercado externo e da instalação dos Packing-house. Ela veio substituir parte das áreas cafeeiras e de pastagens. Mas a penetração da citricultura sobre as áreas de pastagens foi pequena, pois estas ainda ocupavam 52,35 por cento da área total, com rebanho bovino (20.000 cabeças)” (Bray, 1974; 32).

⁸⁴ “Ao observarmos o mapa de utilização da terra, podemos notar que o citrus aparece em todo o município, mas domina numa paisagem contínua, os espigões a oeste, centro, centro-sul e centro-oeste. Os tipos de propriedades existentes nesses setores são os mais variados possíveis; mas há um predomínio das médias e pequenas propriedades. Os laranjais menos contínuos aparecem entre os pequenos trechos de culturas anuais e pastagens, principalmente a leste e sudoeste” (Bray, 1974; 66).

histórico vinha uma consideração sobre a estrutura da distribuição fundiária (portanto, discorrendo sobre a “terra”); depois dessa, os tipos de “exploração”, ou os tipos de trabalho agrícola; e, por fim, as formas de utilização da terra, em que se elaborava sobre os produtos e os fazendeiros (portanto, abordando o “capital”). Quanto a estes últimos, o dualismo que já apontamos fica mais explícito:

Observamos que esses grandes proprietários criadores são tradicionalistas e não possuem muita confiança no mercado citrícola. Eles sentem-se mais seguros com uma criação em moldes extensivos, do que com uma moderna propriedade citrícola. Nesses estabelecimentos plantam a laranja em pequenos pomares, pois suas áreas são essencialmente destinadas à criação de gado para corte e leite (Bray, 1974; 67).

A conclusão do estudo será a especificação dos “aspectos funcionais” da citricultura no município, o que, de certo modo, é uma recapitulação do que já fora apresentado. Além das condições naturais e do elogio do planejamento dentro desse empreendimento agrícola, a “função” de cada atividade na produção será destrinchada: a formação das mudas, o seu plantio, a adubação, o trato e suas despesas, o número de capinas, o controle de pragas, a colheita, seus equipamentos e custos, a comercialização e seus tipos e sobretudo a industrialização.

Analisado cada um desses pontos, a conclusão é de que as mudanças nas fazendas⁸⁵ levaram a um tipo completamente novo de infra-estrutura para a citricultura⁸⁶, o que, substituindo a cafeicultura e parcialmente a pecuária, dado o êxito econômico daquela atividade, conferia uma centralidade econômica a Bebedouro. Uma centralidade embasada num uso agrícola moderno do seu solo.

Apesar do elogio que viemos apontamos, numa ou noutra passagem algumas considerações fazem transparecer algumas críticas do autor às mudanças. Ao falar do planejamento necessário na nova atividade, por exemplo, Bray vale-se de termos que remetem a uma maior “dependência” dos fazendeiros para com as técnicas, gerando maiores

⁸⁵ “As sedes das propriedades citrícolas não possuem o arcabouço que foi exigido pela cultura do café. As colônias que abrigavam grande parte de trabalhadores fixos para o trato e colheita do café, foram abandonadas e grande parte, destruídas. As casas que restaram das colônias de café hoje servem como depósitos para adubos, inseticidas e demais implementos agrícolas exigidos pela cultura do citrus. O terreiro do café, as máquinas de benefícios, existem somente em algumas propriedades que continuaram o cultivo da rubiácea” (Bray, 1974; 85).

⁸⁶ “A cultura da laranja dispensou a infra-estrutura estabelecida pelo café nas propriedades, devido às diferenças entre ambas, quanto ao aspecto funcional. Pois, o sistema de compras e colheita, estabelecido nos pomares sob a responsabilidade dos comerciantes, indústrias de citrus e os cuidados com os pomares, são as características fundamentais da citricultura. [...] Além desses aspectos, cada vez mais, aumentam os trabalhadores que moram na cidade e vivem do trabalho agrícola” (Bray, 1974; 86).

“preocupações”⁸⁷. Em outra passagem, atribui à citricultura em parte o “êxodo rural” e, de certo modo, também o desemprego, ao necessitar de menos força de trabalho no seu trato e ao “terceirizar” a colheita⁸⁸. Porém, um tom realmente de crítica apareceria apenas nas últimas considerações. Nestas, Bray observa uma excessiva dependência da citricultura brasileira das indústrias e do mercado internacional, podendo sujeitar os citricultores às crises vindas “de fora”, por assim dizer⁸⁹. A culpa seria a acomodação dos citricultores e a falta de incentivo ao mercado interno. Apenas o último parágrafo alude às péssimas condições de vida dos trabalhadores, oriunda de uma distribuição desigual da “riqueza” gerada pela citricultura.

Essas críticas remetem ao “desequilíbrio” da distribuição dos rendimentos dessa produção, bem como a crítica à pecuária extensiva remeteria a certo desequilíbrio do uso do solo. O ideal de equilíbrio, porém, não questiona o fundamento da exploração do trabalho na “valorização econômica regional”, quando tão somente pede melhorias das condições de vida e de trabalho. Assim como tampouco questiona a *forma social* pautada na produção e troca de mercadorias como organizando essa realidade. Com isso, a produção de mercadorias e o trabalho nesta produção seguem não questionados e, portanto, “naturalizados”.

De todo modo, trata-se de um autor que elabora sobre a produção citrícola no município de Bebedouro e que nos permite retomar aspectos da expansão da pecuária, da cafeicultura e da citricultura, e a maneira como a particularidade local os organiza. Sua pesquisa, ainda que numa perspectiva teórica que não compartilhamos, aborda localmente “elementos empiricamente significantes” que compõem relações sociais de produção, embora aparentemente sejam todos postos lado a lado como partes somadas numa interpretação do todo da utilização do solo no município. Criticamos, ainda, sua hierarquização de formas de

⁸⁷ “A lavoura de citrus, está na dependência das técnicas agrícolas empregadas, desde o início da formação de um pomar até nos sistemas de colheitas. Da formação de um pomar até a sua primeira produção, deve haver uma preocupação muito grande por parte dos proprietários, desde os aspectos de natureza ecológica, até os técnicos e comerciais. [...] Para a formação de um pomar é necessário que se observem as condições climática e pedológicas, proximidade dos mercados consumidores, packing-houses, indústrias de suco e mão de obra suficiente e especializada para o trato do citrus” (Bray, 1974; 67).

⁸⁸ “A citricultura, devido às suas condições próprias de trato do pomar, colheita, e a mecanização, em parte também veio contribuir com a não necessidade de um grande número de empregados fixos residentes, porque um número modesto de empregados fixos controlam o estabelecimento agrícola, e em casos de aumento de serviços, como: capina, pulverização e adubação, são utilizados os serviços de trabalhadores volantes. Por outro lado, os comerciantes e as indústria de citrus sendo responsáveis pela colheita da fruta, possuem funcionários para esse tipo de serviço, ou fazem contratos com empreiteiros, que recrutam os trabalhadores da cidade para o serviço de colheita. Quando os empreiteiros fazem contrato com os proprietários, os volantes praticam os serviços, desde a capina, poda até a pulverização e adubação” (Bray, 1974; 47).

⁸⁹ “Mas a dependência do município e região com as indústrias e mercado externo, coloca em perigo a comercialização da grande produção de citrus, como já tivemos experiência com a II Guerra Mundial, outras crises temporárias a partir de 1950, e a atual crise de 1974” (Bray, 1974; 87).

utilização do solo, evidenciando nela um elogio à expansão intensiva das relações sociais de produção, mais pautadas por uma composição orgânica mais elevada do capital, e, com isso, extraindo mais-valia relativa.

Partiremos, agora, para um estudo para finalizar a discussão sobre a expansão da citricultura, concluindo com uma perspectiva crítica dentro da Geografia agrária. Ali, a explicação em torno dos preços de produção e de mercado ganhará contornos críticos, que indicarão o sentido da acumulação de capital na atividade.

Uma perspectiva crítica para a Geografia agrária

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira escreveu um artigo em que estuda o que chama de apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. Retomá-lo será importante para apresentar um contraponto mais crítico à maioria dos textos anteriormente apresentados (que seguidamente positivaram um ou outro aspecto da expansão do capital), embora não compartilhemos completamente os fundamentos da teoria que o embasa.

Nele, Oliveira começa citando um texto de José de Souza Martins, cujo título e referências não são explicitados. Nessa citação, Martins desenvolve sua compreensão de uma acumulação primitiva, na qual a produção do capital se faz de uma maneira não capitalista, isto é sem a relação entre capital e trabalho assalariado na produção de mercadorias: “A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado” (Oliveira, 1986; 26). Nesse *ser e não ser* da produção e reprodução do capital, Martins inclui a produção familiar camponesa e a propriedade capitalista da terra, ambas estando além da relação estrita entre capital e trabalho assalariado, mas compondo a acumulação de capital.

Ariovaldo U. de Oliveira, então, amplia a compreensão do que Martins estava dizendo na citação, questionando uma visão da acumulação primitiva como algo já ocorrido, mostrando uma concepção teórica que a vê sendo constantemente reposta, na chamada “produção do capital”⁹⁰. Essa produção do capital precisa criar a classe burguesa que o

⁹⁰ “E não como podem pensar alguns autores, que o modo capitalista de produção já cumpriu esta missão histórica na sua fase da acumulação primitiva do capital. [...] Continua, no processo de produção do capital, a sua acumulação primitiva, para que o capital esteja acumulado, para então poder explorar o trabalho na forma assalariada” (Oliveira, 1986; 26).

personifique; isto é, “a sua base social”, que se amplia com a ampliação do processo de produção do capital. Nele, Oliveira inclui mesmo frações dos camponeses proprietários que podem ascender à condição de pequenos capitalistas: “E esse processo aparece em todo o campo brasileiro, aparece pois, também, e particularmente, na citricultura paulista” (Oliveira, 1986; 26).

Porém, outra e mais importante maneira de se produzir o capital, na concepção de Oliveira, advém da extração da renda da terra pelo capital, que dela se apropria ou disputa a sua apropriação. É isso que Oliveira enxerga na disputa entre citricultores, que começavam a se organizar em “pools”, e industriais produtores de suco concentrado de laranja, que formavam cartéis, brigando pelos preços da mercadoria laranja. A luta pelo sobrelucro, expresso em preços relativos, indicaria uma guerra pela renda da terra:

É na luta pela apropriação da renda da terra pelo capital, que os capitalistas da citricultura têm travado guerra ao cartel da indústria da indústria de suco. Uma guerra que tem estratégias próprias. [...] É a constatação inequívoca de que está se processando na citricultura paulista uma transferência de excedente, renda da terra (é preciso desmistificar esta palavra excedente) para a indústria (Oliveira, 1986; 26).

O autor, porém, não explica o fundamento teórico da renda capitalista fundiária que o orienta, ao menos não de maneira explícita. Ainda na introdução do artigo, Oliveira (1986) afirma que não só a indústria de suco concentrado estaria se beneficiando dessa apropriação da renda fundiária, como boa parte da mesma estaria sendo transferida para as indústrias norte-americanas, numa espécie de imperialismo. Nesse momento, a base da renda fundiária é atrelada pelo autor à exploração do trabalhador do campo, de modo que renda fundiária e mais-valia parecem aí se confundir:

E cabe esclarecer que este processo de transferência não termina na indústria brasileira, mas, sim, nas indústrias de suco norte-americanas e do restante do mundo industrializado, unificando de forma contraditória o capital internalizado. São as frações da renda da terra, portanto da mais-valia dos trabalhadores do Brasil a garantir a produção do capital, dentro e fora do país (Oliveira, 1986; 26).

Novamente, Oliveira se vale de um texto de Martins, que reitera que os momentos da produção de mais-valia relativa, da subordinação da circulação à produção e da produção de mercadorias à circulação se dão articulados num único processo, “embora possam estar disseminados por espaços diferentes” (Martins, 1981, apud Oliveira, 1986; 26). Com isso, Oliveira (1986) parece indicar que, no Brasil, a extração sobretudo de mais-valia estaria mais restrita à indústria enquanto os monopólios ora sobre a produção ora na circulação regeriam a produção de capital no campo. No que se refere particularmente ao artigo em questão, a citricultura é inserida como “apenas uma das muitas atividades no campo”, porém uma em

que o monopólio estaria se dando preferencialmente na circulação, privilegiando as indústrias brasileiras e norte-americanas, numa acumulação que ocorria na disputa pelos preços da matéria-prima⁹¹.

Para justificar isso teoricamente, Oliveira retornará a Marx, alegando estar assim tratando da “transformação da renda da terra em capital” (Oliveira, 1986; 27), particularmente para o caso das indústrias de suco. Porém, escolhe um caminho por demais abrangente, em que retoma a teorização da formação da taxa de lucro n'*O capital*, para mostrar como a flutuação dos preços, sobretudo dos de matérias-primas, implicam em aumento ou diminuição da taxa de lucro.

Essa taxa de lucro, para qualquer produção, seria o resultado da relação entre a mais-valia extraída e o capital investido, sendo que a própria mais-valia é a relação, em linhas gerais, entre o capital variável e capital total. Enfim, uma alteração no preço da matéria-prima, implicaria numa alteração no grau de investimento do capital constante, que está na relação inversa com a taxa de lucro. Isto é, aumentando o preço da matéria-prima, obviamente aumentam os gastos com capital constante e diminui a taxa de lucro. Disso derivaria o interesse dos países industrializados em aumentar sua taxa de lucro pela diminuição do preço das matérias-primas produzidas principalmente nos países não-industrializados, decorrendo daí parte da importância do comércio exterior na acumulação global.

Além disso, conforme o próprio processo de industrialização e a concorrência entre indústrias levam ao aumento da composição orgânica do capital, gradativamente a produtividade do trabalho aumenta. Isto implica numa maior quantidade de capital constante sendo trabalhada por uma menor quantidade relativa de capital variável. Ou seja, altera-se a importância da matéria-prima, que são as mercadorias que serão transformadas no processo de trabalho industrial, com as devidas maquinarias e outros pressupostos, sendo crescente a capacidade de transformar essas mercadorias em mercadorias industriais, de modo que estas matérias-primas adquirem uma porcentagem crescente no valor do produto final, conforme decresce a parcela relativa de capital variável necessária para essa produção e porque o valor do capital fixo (máquinas, instrumentos, prédios, etc.) só se transfere aos poucos para o produto final pela sua depreciação a médio e longo prazo (para a reprodução do qual é

⁹¹ “Agora, este trabalho, tratando de apenas uma das muitas atividades no campo brasileiro, procura desnudar esta relação onde o monopólio capitalista não está na produção e, sim, na circulação do produto agrícola. E talvez, ir um pouco mais além, ou melhor, procurar mostrar as duas frações deste monopólio, ou melhor, as duas frações deste monopólio na circulação, uma em terras brasileiras, outra em terras norte-americanas, particularmente” (Oliveira, 1986; 26-27).

necessária a constituição de fundo). As matérias-primas, por sua vez, têm que ser constantemente repostas no processo produtivo e, em geral, de maneira ampliada, conforme amplia a produção ou a capacidade produtiva, de modo que a alteração de seu preço pode ter um impacto direto e quase imediato (na ausência de estoques).

Ora, essa explicação apenas evidencia a importância particular desse componente do capital circulante no processo de acumulação de capital, mas pouco ou quase nada esclarece sobre a renda capitalista fundiária, ao menos não sem as devidas mediações teóricas que Oliveira parece não fazer ainda, concluindo a passagem assim:

É dessas lições de MARX que tiramos o fio condutor para entendermos o processo de transferência da renda da terra na agricultura e de como ela é apropriada pelo capital. Pois, como podemos verificar, a laranja, ao se transformar em matéria-prima para a indústria do suco, traz consigo, produto de relações estabelecidas nas negociações entre produtores e industriais, fração ou mesmo a renda total da atividade, e mesmo em alguns casos até fração de lucro médio, senão ele por inteiro, gerando a crise no setor. A questão é saber como ela foi produzida e como ela foi adquirida pelas indústrias (Oliveira, 1986; 28).

O que procuraremos argumentar no terceiro capítulo é exatamente a dificuldade, apontada de passagem na citação acima, em se verificar o que é renda da terra e o que é o lucro do capital investido na produção agrícola em questão, uma vez que essas categorias estão, no caso, fundidas na *persona* do fazendeiro, que é proprietário da terra e do capital. Seu rendimento é, de alguma forma, uma mistura de remuneração por ambas as categorias, que se encontram fusionadas. Na ausência do arrendatário, ao menos nesse período que estamos analisando, que personificaria apenas o capital e, por isso, receberia o *lucro*, a remuneração do fazendeiro não é apenas a renda fundiária, mas também o *lucro* pelo investimento de capital que faz na propriedade. Oliveira não entra nessa discussão e parece enxergar toda diferença entre o preço de produção e o preço de mercado como configurando apenas uma renda da terra, algo que veremos melhor adiante na exposição de seu artigo. No terceiro capítulo tentaremos compreender isso a partir da discussão sobre a diferença entre o preço de produção e o preço de custo, caracterizando melhor a divisão social da mais-valia.

Antes, entretanto, de melhor desenvolver essa sua posição, Oliveira (1986) delineará a citricultura paulista, sua expansão e transformação com o desenvolvimento das indústrias de suco, e o impacto disto na estrutura fundiária e nas relações de trabalho.

Para caracterizar a citricultura paulista, Oliveira (1986) comparava o volume da produção de caixas de laranja no estado com os demais e com o total do país, mostrando como, entre 1950 e 1960, São Paulo (30,96% do total) passaria a produção da Baixada Fluminense (22,76%). Essa expansão da citricultura em São Paulo só aumentaria nas décadas

seguintes, com um aumento simultâneo da produtividade, o que confirmaria uma expansão intensiva da referida produção⁹².

Concomitante a essa expansão, Oliveira procurava abordar uma “profunda alteração nas estruturas de produção” (Oliveira, 1986; 29), o que condiria com os preceitos de uma Geografia agrária fisionômica, tal qual a teorização de Orlando Valverde. Assim, apontava que, em 1960, os minifúndios (com menos de 10 hectares) eram 50,78% dos estabelecimentos produtores de laranja, em São Paulo, e 74,37% no Brasil. As pequenas e médias propriedades, entre 10 e 100 hectares, representavam outros 43,66% dos estabelecimentos. Apesar de comporem mais de 90% dos estabelecimentos, representavam pouco mais de metade da área plantada com laranjais: os minifúndios com apenas 7,44% da área plantada com laranja no estado, e as pequenas e médias propriedades com 44,20%. Por sua vez, as grandes propriedades (entre 100 e 1.000 hectares) eram 5,41% dos estabelecimentos, mas tinham 41,21% da área plantada.

Essa estrutura fundiária apresentaria uma concentração muito maior em 1980. Os minifúndios haviam caído para 24,53% do total de estabelecimentos no estado (35,23% no Brasil); e, em área, para 2,35% do total (tendo subido no Brasil, de 15,06% para 24,68%). As pequenas e médias propriedades subiram, em número, para 59,04% e, em área, para 54,78%. As grandes haviam tido o maior aumento, saltando para 15,17% do número total, com 44,83% da área. Por fim, os latifúndios (com mais de 1.000 hectares), ainda que fossem apenas 1,26% dos estabelecimentos produtores de laranja, tinham 11,52% da área. Desse modo, o autor concluía por uma concentração crescente da estrutura fundiária em que a citricultura se assentava, algo ainda mais acentuado no estado de São Paulo⁹³.

O mesmo se daria com o crescimento da produção, concentrado sobretudo nos estabelecimentos com mais de 100 hectares, representando 58,62% do aumento da produção de laranja do estado, no período. Por fim, para averiguar adequadamente o uso do solo pela

⁹² “Essa expansão significativa citrícola em São Paulo fez com que apenas o Estado de São Paulo fosse responsável por 77,41% do crescimento do volume da produção brasileira, 71,19% do número de pés plantados no país e 71,25% da área ocupada pela citricultura brasileira. Cabe ressaltar também o aumento da produtividade por hectare da cultura da laranja em São Paulo, que passou de 136 caixas por ha em 1950 para 269 caixas em 1960, para 304 caixas em 1970 e para 371 caixas em 1980. Já para a safra 83/84 estava prevista uma produtividade de 395 caixas por ha, correspondente a uma safra esperada de 200 milhões de caixas de laranja” (Oliveira, 1986; 28).

⁹³ “O que nos revela esta participação no crescimento total entre 1960/1980 é que cai negativamente a participação dos estabelecimentos com menos de 10 ha na participação da área plantada e que 64,13% do crescimento desta mesma área plantada se fez nos estabelecimentos com mais de 100 ha, cujo aumento ficou com apenas 17,28%” (Oliveira, 1986; 29).

citricultura, o autor mobilizava dados sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos produtores de laranja, em 1970, em que se pode comparar a composição do estado com a dos citricultores no Brasil. Dessa maneira, os dados indicavam que o trabalho familiar compunha 78,27% do emprego na citricultura brasileira, exceto em São Paulo, onde representava 48,99% do pessoal ocupado. Os assalariados eram 19,60% no Brasil (12,71% de empregados permanentes e 6,89% de temporários) e 46,58% em São Paulo (30,56% de permanentes e 16,02% de temporários). O número de parceiros era mínimo em ambos. Com esses dados, o autor concluía por uma preponderância do trabalho familiar como sendo a regra, que começava a ser questionada por um processo de assalariamento apenas no estado de São Paulo.

Acerca da expansão territorial da citricultura pelo estado, Oliveira (1986), valendo-se do estudo de Bray (1974), reafirma a passagem, entre os anos 1950 e 1960, de uma centralidade da citricultura em Limeira para Araraquara e Bebedouro, sendo que este último município passaria, em 1968, a responder por 54,6% da produção paulista. Porém, as mudanças eram mais profundas e deixavam de se relacionar exclusivamente à expansão dos mercados interno e externo para a fruta *in natura* passando a produção a se direcionar para a indústria de suco, com o produto final voltado principalmente para o mercado externo.

No que diz respeito às fábricas abertas, a partir de 1977, houve um processo de “concentração de capitais” (a rigor, de centralização de capitais), levando a que as oito existentes pertencessem a apenas 4 grupos, sendo que metade delas pertencia à Cutrale, que, junto com a Citrossuco, representavam 80% da capacidade industrial instalada. Esse processo se intensificaria nos anos 1980, apesar do estabelecimento de algumas pequenas fábricas, levando pois a uma *cartelização do setor*: “[...] em 1982, três empresas (Cutrale, Citrossuco e Cargill) controlam 90% da produção de suco concentrado, sendo que a Cutrale detém sozinha 60% do mercado” (Oliveira, 1986; 33).

A produção de laranja estava, com isso, subordinada à produção de suco concentrado⁹⁴, e a territorialização das indústrias acompanhava ou estimulava a expansão da citricultura, estabelecendo-se, de acordo com Oliveira (1986), nas “regiões citrícolas do

⁹⁴ “Assim, o cartel da indústria de suco projeta sua dominação também espacial na citricultura paulista, pois na região citrícola de Limeira, hoje, praticamente a Cutrale e a Citrossuco dominam a região. Na região de Araraquara, também a dominação anterior aparece apenas com o acompanhamento de 4 indústrias menores, que tentam sobreviver. Na região de Bebedouro, a Cutrale e a Cargill ficam com a maior fatia e as rebarbas ficam com a Frutesp-Coopercitrus. Na novíssima área de São José do Rio Preto, também a Cutrale e a Cargill controlam a área e a Brascitrus inicia este ano a luta pelas farpas do mercado” (Oliveira, 1986; 34).

Estado” de Limeira (6 fábricas), Araraquara (6), Bebedouro (3) e São José do Rio Preto (3), num total de 18 indústrias. O processo de expansão, aqui brevemente descrito, ecoa os estudos já indicados de Poltroniéri e Martinelli Jr., mas essa descrição constituiria apenas uma etapa da elaboração da crítica de Oliveira ao processo, o que o distancia de uma mera descrição do movimento ou de uma positivação do mesmo:

Essa distribuição territorial do cartel das indústrias de suco, fez com que a distribuição territorial da cultura da laranja expandisse em direção à região de São José do Rio Preto, na região de Araraquara, e por todo o vale do Rio Mogi Guaçu, na região de Campinas [...]. O que podemos verificar pois, é que se vão definindo quatro grandes áreas produtoras de laranja no Estado: uma comandada por Limeira, a região de Campinas; duas outras na região oeste de Ribeirão Preto, nucleadas por Araraquara e Bebedouro; e a quarta em processo recentíssimo de formação em São José do Rio Preto. Já, entretanto, está havendo a ampliação da laranja na região da Sorocabana, em função do abastecimento do mercado interno paulista (Oliveira, 1986; 34).

Tendo situado a realidade da produção citrícola e indicado o caminho de sua constituição, Oliveira aborda brevemente a teoria da renda fundiária, ao indicar o fundamento de que a produção no pior solo determina a renda, na medida em que a taxa de lucro deve cobrir os custos de produção, incluindo um lucro para o produtor, nessas condições menos favoráveis, ao menos em termos lógicos. O que significa que todas as demais produções em condições mais favoráveis podem obter um diferencial advindo da localização ou da fertilidade, ou do investimento de capital no solo: “Como sabemos, na agricultura não é o preço médio (quantidade de trabalho socialmente necessária) que regula o valor, mas, sim o preço de produção no pior solo” (Oliveira, 1986; 34).

Dada essa máxima, o autor passaria a comparar a produção de laranja na Flórida com a da citricultura paulista, para averiguar as condições de mercado e ver onde a renda da terra estava sendo extraída. Afirmando um sentido da produção paulista de exportar boa parte da laranja para os EUA, Oliveira indica brevemente que o setor citrícola naquele país possuía uma menor concentração na área industrial e uma forte organização dos citricultores. Além disso, os preços estavam então elevados pelo impacto de seguidas geadas no início dos anos 1980, que teriam afetado bastante a oferta da matéria-prima. A partir disso, o autor começaria a apresentar o quadro da composição dos preços por tonelada de suco na citricultura da Flórida, para depois compará-los com a situação da citricultura brasileira, sempre buscando na diferença entre preços de produção e preços de mercado a parcela que se referiria à renda da terra⁹⁵.

⁹⁵ “Como podemos verificar, a situação no início do ano era de um preço ao produtor na faixa de US\$ 6,00 [por caixa – CAB], o que equivale dizer em janeiro Cr\$ 6.400,00. Desse total separa-se os US\$ 2,00 referentes ao

A diferença que o autor encontra entre o preço de mercado da tonelada de suco de laranja produzida na Flórida e do preço do equivalente brasileiro importado sugere uma apropriação pela indústria processadora americana de uma renda da terra da citricultura paulista, numa espécie de imperialismo atuando na imposição das leis do mercado internacional de suco.

Entretanto, se o preço de produção da tonelada de suco na Flórida é de US\$ 3.100, o preço alcançado pelo suco importado é de (na média) US\$ 1.800,00, o que vale dizer que o preço recebido pela tonelada de suco, exportado pelo Brasil, é igual ao preço médio da laranja para se produzir igual tonelada de suco na Flórida. Esta situação é um forte indicador da transferência de renda da citricultura paulista para os industriais americanos (Oliveira, 1986; 35).

Por sua vez, o mesmo procedimento feito para a citricultura brasileira indicava que também havia uma apropriação de uma renda da terra pelo citricultor paulista, uma vez que o preço local de produção da tonelada de laranja estava em torno de US\$ 627,00, enquanto o preço de mercado da laranja para a indústria, em São Paulo, estava, na média, em US\$ 789,45/tonelada. Com isso, a diferença (US\$ 162,55) era apontada como uma renda da terra que ficava com esses citricultores. Porém, no quadro seguinte, Oliveira mostrava que, para a indústria, a tonelada de suco concentrada tinha um preço de produção de US\$ 1.600,00, mas era vendida no mercado norte-americano por US\$ 1.900,00, sendo a diferença uma renda da terra retida pelos industriais, que podia ainda ser acrescida pelas políticas governamentais.

Resumindo, temos o preço do suco chegando aos EUA por 50% do total do preço de produção do suco americano, fazendo com que o setor industrial americano compute em seus [custos-CAB] 50% a menos do que ele realmente deveria ser. Assim, se na estrutura industrial a matéria-prima suco deveria (como efetivamente custa lá na Flórida) custar US\$ 3.970, paga-se por ele vindo do Brasil apenas US\$ 1.900, havendo pois a transferência de US\$ 2.070 por tonelada de suco, referente à renda da terra prisioneira, incorporada no suco produzido no País que ao ser vendido no mercado americano se realiza em mãos estranhas (dos industriais norte-americanos). [...] Neste sentido o industrial [norte-americano- CAB] tem uma fonte segura de produção de parte de seu capital, através da transferência da renda da terra e a sua conversão em fração do capital constante (Oliveira, 1986; 35).

Outras frações de renda da terra seriam ainda incorporadas nas produções secundárias da indústria processadora: bagaço para a produção de ração, óleo da casca da laranja, laranja entregue para os revendedores no mercado interno. Enquanto isso, o trabalhador brasileiro recebia um quarto do trabalhador norte-americano⁹⁶.

preço de produção, sobrando outros US\$ 2,00 por caixa referentes à renda da terra, carreada para os citricultores americanos. Tudo indica que lá a renda não é drenada para a indústria, pois dos US\$ 10,33 referentes ao custo no atacado de uma cx/ton/suco, US\$ 6,000 refere-se ao preço da laranja ao produtor” (Oliveira, 1986; 35).

⁹⁶ “Nessa rede de extração da renda da terra o único explorado é o trabalhador brasileiro da citricultura, a quem nem o bagaço da laranja sobre, pois o mesmo é transformado em matéria-prima para a produção de ração animal. Sobre a situação deste trabalhador devemos lembrar que, pelo acordo de Bebedouro, ele receberá um total de Cr\$ 210,00, por caixa (27,5 kg) de laranja colhida, ou seja, um total de US\$ 0,19 por caixa de 40,8kg. No

Após essas considerações mais amplas, o autor passa a comparar os rendimentos entre municípios da citricultura paulista, mostrando o volume de produção por hectare nos mesmos, o volume de produção total, a área cultivada, o preço de produção por hectare, por caixa e geral, para compará-los ao preço de mercado por caixa. Com os cálculos feitos, a diferença é considerada, pelo autor, como representando a renda fundiária. A análise acaba por concluir que as regiões novas (apontadas como estando nos municípios de Mogi-Guaçu e Olímpia) é que tinham as maiores produtividades e, com isso, maior renda diferencial. Bebedouro encontrava-se numa posição intermediária, ainda que tivesse a maior área plantada (35.520 hectares) e o maior volume de produção (13.090 toneladas), enquanto Limeira e Araraquara estavam declinando⁹⁷.

Para concluir, o autor mostra dados dos plantios de pés novos, evidenciando um crescimento das plantações nas áreas ao norte de Limeira, na DIRA de Campinas, e sobretudo ao redor de Olímpia, na DIRA de São José do Rio Preto. Ao mesmo tempo, mostra a organização de produtores de Monte Azul Paulista conseguindo preços melhores, o que Oliveira considera como a obtenção de uma “fração da renda de monopólio na citricultura” (Oliveira, 1986; 37). E finaliza:

A crise que atinge a citricultura americana está abrindo espaço para a expansão da cultura da laranja em São Paulo, ao mesmo tempo que abre espaço às lutas intraclases capitalistas dominantes, e no vácuo desta luta entre capitalistas da laranja e capitalistas do suco, tem sobrado uma fatia razoável da renda da terra para os pequenos produtores familiares ainda com presença marcante na citricultura paulista e que, através da possibilidade do acesso a essa fração da renda da terra, vão acumulando esta renda e, certamente, produzindo o capital que lhes é fundamental para a ascensão social na classe dominante, tornando-se pequenos, médios e até grandes capitalistas no campo, estão portanto realizando as suas acumulações primitivas (Oliveira, 1986; 37).

Veja-se que a explicação parte da crise da citricultura americana para encontrar, no desenvolvimento da citricultura paulista, uma situação de “produção de capital” tal que os sobrelucros podiam representar a acumulação de todos no setor, exceto é claro os

momento, o trabalhador americano está recebendo hoje US\$ 0,80 por caixa colhida na citricultura da Flórida. O trabalhador brasileiro está recebendo pois um quarto do que recebe o trabalhador norte-americano do setor. Um tratorista recebe nos EUA cerca de US\$ 3,50 por hora, já o brasileiro recebe cerca de US\$ 0,80 por hora” (Oliveira, 1986; 36).

⁹⁷“O que se observa é que as chamadas regiões novas (Mogi-Guaçu e Olímpia) estão na dianteira do processo produtivo, logrando uma produção em torno de três caixas por pé, ou 750 caixas por hectare, fazendo com que sua fatia de renda diferencial seja expressiva; além do que, é na frente de expansão da citricultura que estão as mais elevadas taxas de renda da terra.

O município de Araraquara, ao contrário, face à baixa no rendimento, vem assistindo a uma substituição da laranja pela cana-de-açúcar, pressão esta que também ocorre em Limeira e começa agora a ocorrer em Bebedouro.

É pois através da composição da renda da terra que podemos entender os extremos do processo de desenvolvimento de uma atividade agrícola: a expansão ou a regressão” (Oliveira, 1986; 36).

trabalhadores, que continuavam sem desfrutar de qualquer parcela dessas “gordas rendas da terra” (Oliveira, 1986; 37) e que começavam a se rebelar contra as péssimas condições de trabalho e os baixos salários, no que o autor via a possibilidade de contestação do processo de produção do capital⁹⁸.

Com isso, o autor sugere uma compreensão que procura um elemento além da mera exploração do trabalho e obtenção da mais-valia, o que caracterizaria o *modo de produção propriamente capitalista*. Esse elemento extrínseco à acumulação capitalista era apontado como sendo a propriedade da terra e a renda fundiária dela decorrente, proporcionando rendimentos superiores sobretudo para aqueles que produziam nas terras de melhor fertilidade.

Porém, a denúncia em que se concentra o autor é sobre o monopólio da circulação da mercadoria suco de laranja, que fazia transferir essas rentabilidades superiores em parte para as indústrias brasileiras, mas principalmente para as norte-americanas. O poder de cartéis e “pools” de produtores agiria na deliberação dos preços para a matéria-prima da indústria e a mercadoria final dos citricultores, isto é, a laranja.

Essa luta intraclasse era o que Marx chamava de “expropriação de capitalista por capitalista”, mas não podemos concordar que se tratasse de uma acumulação primitiva (conceito que fica implícito no de “produção de capital”), uma vez que a violência que parece ditar as regras aí é puramente econômica, com os preços afirmando uma relação contratual entre compradores e vendedores e escondendo os mecanismos de acumulação. Do mesmo modo, não se pode concordar que qualquer “ascensão social” seja tomada como “acumulação primitiva”, tal qual sugere a citação acima para a possibilidade de pequenos produtores se tornarem capitalistas.

Por fim, um procedimento semelhante se repete na explicação da reposição do campesinato nas áreas de expansão da citricultura:

Aqui, mantido o processo de expansão das exportações de suco, o desaparecimento dos pequenos produtores familiares entra num movimento dialético, de desaparecimento em uma região, aquelas onde a atividade está consolidada, mas reaparecem fortemente nas áreas de expansão. Aí também acaba surgindo para os camponeses proprietários pobres a possibilidade de romperem o rumo à proletarianização e inverterem o caminho, agora rumo à burguesia (Oliveira, 1986; 37).

⁹⁸ “Neste setor abre-se agora um novo tipo de luta, a luta intercapitalista, que apenas torna nu a realidade da exploração a que estão submetido os trabalhadores rurais deste País. E a eles é dada a tarefa de, juntos com os demais trabalhadores do País, imporem um basta a este processo. O grito ecoado no dia 15 de maio em Guariba e no dia 16 em Bebedouro foi o sinal de alerta para o campo paulista. Certamente esta luta está-se iniciando” (Oliveira, 1986; 37).

Que exista uma tendência à expropriação do povo da sua base fundiária é o que procuraremos analisar no próximo capítulo, mas a citação sugere uma reposição das condições de “fronteira”, ou de “frente de expansão” em áreas que já haviam sido territorializadas e moldadas para a produção e circulação de mercadorias, na expansão que analisamos na primeira parte dessa exposição. O aparecimento de “pequenos produtores familiares” parece ter, de fato, ocorrido, como vimos, ao longo da crise da reprodução da cafeicultura, agravada após os anos 1930. Porém, a expansão da citricultura para a área de São José do Rio Preto, por exemplo, ocorrendo em fins dos anos 1970, pode ter encontrado uma realidade em que a concentração fundiária já tivesse reincorporado boa parte das terras desmembradas de fazendas cafeicultoras anteriormente.

Aliás, a maneira como Oliveira (1986) apresentou os dados sobre a estrutura fundiária em São Paulo e suas transformações não sugeriam qualquer movimento de ressurgimento de terras para esses “pequenos produtores familiares”. Mesmo se tivesse ocorrido, é bom pensar que foi a acumulação de capital na expansão cafeeira que gestou essa crise, ao passo que transformou as relações de produção dos “sertões” e da Colônia. O que ocorre depois da crise não parece ser, na nossa opinião, uma “regressão econômica” que necessite de uma nova “acumulação primitiva”.

Feitas essas ressalvas, entretanto, é importante indicar, para finalizar, que a perspectiva de Oliveira parece ser uma das únicas que olha com ceticismo a expansão da citricultura, sem se empolgar com o seu “progresso” ou com as divisas geradas, e procura os fundamentos da acumulação e da exploração. Terminamos esse primeiro capítulo da exposição, todavia, sugerindo que a acumulação primitiva e a extração da renda fundiária ainda não foram satisfatoriamente pensadas, o que tentaremos realizar a partir de agora.

Capítulo II

A busca do sentido em distintas formas de colonização e a falta de sentido da busca

PARTE I

Colonização em três sentidos?

A discussão anteriormente elaborada sobre a expansão da citricultura, relacionando-a à da cafeicultura e procurando suas diferenças qualitativas, solicita que nos voltemos agora para as relações de trabalho que fundamentam as referidas relações sociais de produção que as caracterizam. Para tanto, propomos um percurso que recupera a proposta de compreensão do “sistema” ou “regime” de trabalho do colonato na cafeicultura e sua “crise”.

Nessa retomada, semelhante ao que fizemos na dissertação de mestrado, procuraremos pensar na distinção que há entre o “sentido da colonização” (Prado Jr., 2000), próprio do Antigo Sistema Colonial (Novais, 2005), e o que passa a se propor como alternativa à reprodução social das ex-colônias, ao longo do século XIX, naquilo que circunscrevemos como “colonização sistemática” (Marx, 1986, l. I, t. 2, cap. 25). Trataremos, com isso, de pensar a assim chamada “acumulação primitiva” (Marx, 1986, l. I, t. 2, cap. 24), para o contexto pós-Revolução Industrial, em que um padrão social de reprodução do capital já está em vigor e que se impõe como modelo a ser perseguido para os Estados-nações em formação. Essa passagem que configuraria a discussão de uma “modernização retardatária” (Kurz, 2000) será importante para se pensar nas condições de expropriação em que a expansão da cafeicultura ocorreu e como o colonato se apresenta como possibilidade de acumulação de capital nessas condições. Com isso, estaremos re-formulando a noção de pioneirismo nessa expansão, finalmente embasando-a na discussão de se aquelas expansões da cafeicultura e da citricultura configurariam uma acumulação primitiva ou não.

Ao fazer essas passagens, procuraremos levar simultaneamente uma discussão sobre o papel do Estado nessas transformações, ao passo que tentaremos sublinhar as condições de existência desse mesmo Estado nas referidas condições.

Terminada a re-interpretação desse caminho interpretativo, num prosseguimento da revisão bibliográfica que este texto pretende inicialmente fazer, passaremos à análise de um caso das transformações locais das relações de trabalho do colonato, no momento da dissolução desse sistema de trabalho em fazendas do antigo município de Olímpia. Para tanto, analisaremos um caso particular, a partir da contabilidade de um ex-camarada, e das mudanças na remuneração de ex-camaradas e ex-colonos

Será necessário, por fim, retomar alguns estudos hoje clássicos sobre o surgimento do

trabalho do “boia-fria”. Sendo essa categoria social historicamente formada e relacionada à crise da reprodução extensiva da cafeicultura (e de seu correlato “regime” de trabalho), alguns dos autores desses estudos propuseram uma compreensão desse surgimento como decorrente da formação de uma “superpopulação relativa” (Marx, 1986, I.I, t. 2, cap. 23), à maneira como também o fizemos. Por fim, tentaremos ressaltar certa diferença de nosso procedimento analítico pela centralidade que damos ao entendimento da “autonomização do capital” (Marx, 1986, I. 3, t. 5, cap. 48), o que nos permite evitar incorrer em dualismos de qualquer tipo.

Será importante, ao final e ao longo da análise da contabilidade acima apresentada, também indicar uma discussão mais centrada no regime de trabalho do “boia-fria”, mais particularmente ao caso do colhedor de laranja, concluindo uma análise da dimensão crítica em que se reproduz a força de trabalho na citricultura.

A colonização como sistema e como ascensão de um sistema que a critica

É bastante conhecida a introdução da *Formação do Brasil contemporâneo* (Prado Jr., 2000), em que o seu autor propõe que a história da colonização do que viria a se tornar o “Brasil” devesse ser compreendida pela intenção fundamental da “empresa colonizadora” de se produzir mercadorias tropicais para o nascente mercado consumidor europeu. Nós mesmos já aludimos a essa passagem no início do capítulo anterior, sugerindo que ela seja um importante passo no questionamento de uma dicotomia entre moderno e atrasado. Isso porque tal procedimento colocava a difícil questão de começar a “história colonial” a partir de sua inserção no “mundo moderno”, ao passo que articulava as histórias de Portugal e “Brasil”, e também da Europa e suas Colônias, num mesmo processo de integração: “Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte” (Prado Jr., 2000; 8-9).

Porém, veja-se que a construção da frase indicava algo não consumado de imediato, mas em processo de constituição. A colonização, desse modo, aparecia na obra citada como apenas podendo ser entendida como tal (ou, por assim dizer, como sistema) no seu momento final, em sua síntese, quando de fato o questionamento de alguns de seus fundamentos permitiria compreender o sentido que esteve pautando a sua reprodução⁹⁹. Porém, esse momento de síntese era também o momento de instituição de um império desvinculado da metrópole e, assim, um momento decisivo da formação do Brasil contemporâneo. A autonomização de um Estado *brasileiro* em relação ao capital europeu significava, ao menos formalmente, que aquele deixava de ser uma colônia de um Estado absolutista europeu. Em suma, o processo só se apresentava como tendo sido quando começava a deixar de sê-lo e, assim, permitia uma análise *a posteriori* do que ocorreu “às costas” dos agentes do processo.

Para uma melhor compreensão da questão, retomemos a formulação do autor. Parte do todo, portanto, a colonização portuguesa na América não se reduzia, no entanto, aos seus

⁹⁹ “Não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia. E se escolhi um momento dela, apenas a sua última página, foi tão-somente porque [...] aquele momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior. A sua síntese. Não se compreende por isso, se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, o seu *sentido*” (Prado Jr., 2000; 8).

aspectos mais abstratos e amplos, como mera necessidade cumprida para um projeto preestabelecido de acumulação, mas, antes, fez-se por um sem número de circunstâncias particulares no seu desenrolar, e por antecedentes “acumulados” anteriormente a elas. Derivava, assim, na acepção de Prado Jr., de uma longa história do comércio continental europeu e o particular desenvolvimento das rotas marítimas deste, principalmente após o século XIV, através da sua costa. Esse desenvolvimento das rotas marítimas teria levado a um deslocamento da acumulação comercial do centro do continente, onde estava a velha rota terrestre com o Oriente, para os territórios da fachada oceânica, algo que se consolidaria no século XV.

O novo equilíbrio que daí surgiu e a forma com que as relações comerciais passaram a depender dos meios marítimos para a circulação das mercadorias, e sua consequente acumulação comercial nesses territórios, explicavam, em parte e sumariamente, a grande expansão europeia que teria Portugal como “pioneiro”, o primeiro destes territórios a se unificar em Reino, seguido pela Espanha.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu (Prado Jr., 2000; 11).

“Colonização” deixaria, com a experiência portuguesa, de se ater meramente ao estabelecimento de simples feitorias como até então se havia procedido no Mediterrâneo, Oriente e em outras partes. Na ausência inicial de uma população estabelecida e produzindo o que se pudesse transformar em mercadorias comercializáveis no mercado europeu, Portugal deu os primeiros passos na organização da produção e no povoamento em suas ilhas do Atlântico. Nisso, para o caso das colônias recém-descobertas no novo continente, da extração de alguns poucos produtos (pau-brasil, no Brasil, peles e pesca nas colônias do Norte, e metais preciosos no México e no Peru), passar-se-ia a uma colonização diferenciada.

Assim, Prado Jr. (2000) distinguia, além daquela colonização impulsionada pela descoberta de metais preciosos nas colônias espanholas, as colonizações das áreas temperadas das de áreas tropicais e semitropicais. Via-se, portanto, uma espécie de *divisão territorial do trabalho*, na qual a “natureza” parecia agir como particularizadora da especialização das mercadorias produzíveis. Porém, outros elementos não exatamente “naturais” viriam a ser acionados para explicar as diferenças estabelecidas.

Dessa maneira, a “colonização” da hoje denominada América do Norte, também após um primeiro momento de extração de uns poucos produtos, peles e pesca, seria impulsionada

pela situação social da Europa, em especial as lutas religiosas da Reforma, após o século XVII. Paralelamente a estas, uma profunda modificação na base da reprodução social da população inglesa constituiria uma forte corrente migratória para a América do Norte. Aos colonizadores, suas motivações seriam de ordem totalmente diversa das dos portugueses e espanhóis; como resultado teriam criado uma sociedade relativamente semelhante à que tiveram que abandonar¹⁰⁰, e que assim cumpria mal o “sentido da colonização”.

Motivos diversos teriam que impelir o colonizador europeu às empresas dos trópicos, particularmente em condições ainda mais adversas às que lhes eram usuais, porém, também isso acarretaria numa particularização do colono branco nos trópicos. E mais, a diversidade das condições proporcionaria a possibilidade da obtenção de mercadorias que não se poderiam produzir na Europa e que eram especialmente atrativas, tais como o açúcar, a pimenta, o tabaco, o arroz, o algodão e muitos outros¹⁰¹.

O estímulo assim se explicava; porém, a obtenção de tais produtos só se concretizaria com a exploração do trabalho de homens escravizados para isso. O português não se punha como trabalhador, ao contrário do que parece ter sido o colono da América do Norte, e, nisto principalmente, operava uma diferenciação essencial entre uma e outra colonização; sendo que nos trópicos, e nas colônias inglesas do sul da América do Norte, a empresa tomaria a forma das grandes unidades produtoras, em especial as grandes plantações. A escravização de índios e negros seria a saída para a efetivação dessa produção, sendo que sequer se poderia cogitar o emprego exclusivo de trabalhadores portugueses, quando o próprio Reino ressentia-se de tal contingente, escasso.

Assim, é dessa breve apresentação que se depreendem as características essenciais que constituíram a colonização dos trópicos, na formulação de Prado Jr. (2000). Seu caráter de grande empresa decorria, pois, da extensão das intenções de exploração que já se verificavam na própria expansão do comércio europeu e que, na América do Norte, teriam ficado “atrofiadas” pela possibilidade de apenas se produzir o que também se podia produzir na

¹⁰⁰ “São assim circunstâncias especiais, que não têm relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros, que promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona temperada da América. [...] O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas” (Prado Jr., 2000; 15).

¹⁰¹ “Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao séc. XV, isolada dos trópicos, só indireta e longinquamente acessíveis, e imaginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje, pela sua banalidade, parecem secundários, eram então prezados como requintes de luxo” (Prado Jr., 2000; 17).

própria Europa e pelas motivações dos seus colonos. Por seu lado, a grande empresa produtora de mercadorias tropicais para a Europa, conformar-se-ia, principalmente, com a grande plantação ou a mineração dessas mercadorias em grandes extensões de terra e com a exploração do trabalho escravo. O sentido de produzir mercadorias para o exterior levava, pois, a uma estruturação social para realizá-lo e desta decorreria a nossa sociedade colonial e mesmo aquela que se colocaria após a Independência¹⁰².

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (Prado Jr., 2000; 19-20).

Dessa maneira, os elementos ressaltados na análise inicial de Prado Jr. (2000) dessa colonização eram a grande propriedade pertencente a colonos, sobretudo portugueses, a produção de mercadorias tropicais para o mercado europeu e a escravidão. A articulação desses elementos constituiria, de certa maneira, o núcleo por onde aquela sociedade se reproduzia, sendo que outros elementos como a pecuária, as posses e pequenas produções de alimentos e a população de trabalhadores livres, que existiam aparentemente para além desse núcleo, também eram por ele articulados e mesmo subordinados a ele, num procedimento reiterado pelo autor no desenrolar da obra.

Com isso, ao seu modo, Prado Jr. (2000) parecia retomar a tentativa de compreensão da *forma social* da mercadoria, colocando-a no centro da relação social que instituiu a colonização. Disso advinha o estatuto do seu processo como parte da modernidade, *a priori*.

Ao mesmo tempo, as críticas que recorrentemente foram feitas a esse procedimento analítico reclamaram certa falta de importância dada àquilo que aparentemente era marginal àquele núcleo da sociedade colonial. Porém, sugerimos que, aparentemente, teria sido o próprio processo de colonização que os colocou à “sombra” do lado mais abstrato da mercadoria e de sua produção (Scholz, 1994). Isto é, uma acumulação interna, o mercado interno, a família de escravos ou de homens livres, a pequena produção, as “artes” ou a “cultura” tiveram um papel na reprodução de uma sociedade que era todavia declarada e

¹⁰² “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país” (Prado Jr., 2000; 20).

oficialmente uma colônia de Portugal, que produzia mercadorias preferencialmente em larga escala e para o mercado *européu*, de modo que o trabalho escravo se fazia necessário para cumprir tais tarefas, ao mesmo tempo em que o consumo de escravos também significava importantes receitas para a Metrópole.

Por sua vez, é importante evitar simplesmente uma aceitação da marginalização efetivamente imposta às formas que não se puseram como centrais na organização social do processo em si de colonização, criticando uma similar “marginalização” no nível da ciência. Mariza Correa (1982) parece criticar a subordinação direta, por exemplo, de outras formas de ser da família à centralidade da família patriarcal no período colonial, na obra de alguns dos cânones acadêmicos.

Essa maneira de olhar achata todas as possibilidades imaginadas e tentadas, reduzindo-as a extensões de um núcleo homogêneo que não teria feito mais do que se expandir e progredir através do tempo e do espaço, vindo afinal a ocupar o lugar que sempre lhe esteve reservado. Escamoteando as alternativas, tornando-as invisíveis, este olhar alinha-se ao lado do modelo dominante, ignorando que foi através de uma luta suja, de infinitos pequenos conflitos e manipulações, e da violência, que este modelo, afinal, impôs-se (Corrêa, 1982, p. 15).

Embora possa fazer, realmente, tabula rasa de muitas “possibilidades imaginadas e tentadas”, enfim, dessas formas alternativas, parece-nos importante também o movimento de *crítica* à totalidade que a perspectiva de Prado Jr. (2000) possibilita, ao partir da forma-mercadoria como elemento fundante da sociedade colonial. Por ora, nos restringiremos parcialmente à formulação do fundamento dessa crítica, ainda que concordemos com a elaboração conjunta dessas possibilidades com a compreensão de mecanismos diversos de relação, compondo uma espécie de *totalidade concreta* (Sholz, 2005), bem como com a preocupação do resgate de inúmeras formas de conflitos da “luta suja” para a concretização do próprio “modelo” dominante¹⁰³ (Benjamin, 2005).

Do ponto de vista do *sistema* criado, entretanto, as mercadorias que mediavam a relação entre colônia e metrópole pareciam estar, de fato, no “centro”. No entanto, não seria

¹⁰³ Pensamos aqui na importante crítica de Walter Benjamin ao historicismo, que aponta, na tese VI de seu *Sobre o conceito de história*, para o perigo iminente e constante do historiador “deixar-se transformar em instrumento da classe dominante” (Benjamin, 2005; 65). Para tanto, o autor apresenta a seguir uma contundente compreensão, no fundo semelhante à de Corrêa (1982) de que: “Não há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 2005; 70). Com isso, não estamos enquadrando Prado Jr. (2000) como um historicista de modo nenhum, de modo que estamos o recuperando como materialista histórico. No entanto, sua própria canonização na historiografia talvez tenha, de algum modo, também deturpado a recepção do potencial de sua crítica à forma social que nos embasa.

esta apresentação exatamente igual à da forma mercadoria, tal qual delineada em *O capital*: aquela em que, na troca de mercadorias, tem-se pressuposta uma divisão do trabalho, com uma mobilidade do trabalho especializado acionada por certo “poder difuso” da mercadoria de comandar o trabalho alheio. Isto é, ali Marx (1985, L. I, t. 1, cap. 1) parecia teorizar sobre as implicações da troca, em seu sentido mais abstrato, que parece pressupor a relação entre proprietários de mercadorias distintas trocando-as voluntariamente no mercado.

No sistema colonial, ao se conformar as trocas entre colônia e metrópole, estas eram pautadas por relações explícitas de monopólio, mas, ainda assim, eram coisas concretamente distintas (mercadorias tropicais e mercadorias europeias) que estavam sendo igualadas¹⁰⁴, bem como o trabalho concreto nelas coagulados. Era essa a *abstração real* (Marx, 1985, l. I, t. 1, cap. 1), nesse momento já presente, que abstraía os conteúdos concretos das relações de produção seja nas colônias, seja na Europa.

Por isso, o próprio procedimento de troca de mercadorias relegava a um plano obscuro aquilo que não vinha ao mercado, mesmo que fosse fundamental na existência das mercadorias em si. Com isso, o “sistema colonial” já fazia parte do “sistema mundial produtor de mercadorias” (Kurz, 2000), mas também de um patriarcado que organizava tal produção.

Sua forma social tendia a esconder, mais do que a revelar esses seus mecanismos de reprodução. A particularidade dos “mecanismos” de produção e circulação de mercadorias do sistema colonial, no entanto, seria a explicitação de elementos que viriam a se tornarem escondidos nas relações sociais de produção do chamado “centro” do que viria a ser o capitalismo.

Com essa afirmação, não se está, entretanto, concordando com a reiteração, no plano da análise, da obscuridade do controle patriarcal no sistema colonial, nem ignorando que este controle tenha constantemente se deparado com resistências diversas. Mesmo Mariza Corrêa (1982) não parece querer negar a existência de uma dominação patriarcal, quando antes apontar sua hegemonia apenas relativa perante outras formas de sociabilidade¹⁰⁵. De todo

¹⁰⁴ “Suas propriedades corpóreas [das mercadorias] só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada” (Marx, 1985, l. I, t. 1, cap. 1; 46-7).

¹⁰⁵ “Neste sentido, não podemos nem sequer imaginar a possibilidade de escrever a história da família brasileira, mas apenas sugerir a existência de um panorama mais rico, a coexistência, dentro do mesmo espaço social, de várias formas de organização familiar; a persistência desta tensão revelando-se, não naquela 'quase maravilha de acomodação' que é para Gilberto Freyre o sistema da casa grande e da senzala,

modo, indicaremos antes elementos constitutivos dessa dominação, já reforçando a seguir sua falta de uma suposta homogeneização completa de um padrão de sociabilidade.

O historiador Fernando Novais (Novais, 1969) aprofundaria essa discussão, ao seu modo. Num artigo anterior à publicação de sua tese, o autor retomava autores da geografia e da história para pensar nos conceitos de “colonização” que estes mobilizavam e para afirmar uma perspectiva histórica que acabava por explicitar o que de essencial estava já em Prado Jr.¹⁰⁶, numa tentativa de circundar uma “totalidade histórica e dinâmica” que corresponderia ao sistema colonial do Antigo Regime. Esse período de transição, entre os séculos XVI e XVIII, mostrava, na opinião de Novais, elementos ainda de uma sociedade estamental, com nobreza e servidão. Nele, somados a estas o capital comercial e a política mercantilista, as colônias, constituídas pelo Estado e o constituindo, realizavam a expansão do mercado e a acumulação primitiva das metrópoles, como apontou Marx. Dessa maneira, colonização ganhava um sentido bastante específico, teoricamente circundado.

Assim, a ampliação do conceito do sentido de uma colonização em torno da produção de mercadorias tropicais para a Europa se daria com a compreensão de que, ao mesmo tempo, essa produção e a forma como ocorreu permitiram a acumulação primitiva da metrópole: “*A aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna” (Novais, 1969; 63).

A noção de *sistema* colonial é que aparecia afirmada como “categoria fundamental de toda esta análise”, uma vez que era o “conjunto de mecanismos” (“processos econômicos e normas da política econômica”) que permitia aquele processo de acumulação primitiva.

O conjunto desses mecanismos – processos econômicos e normas da política econômica – constituem o sistema colonial que integra e articula a colonização com as economias européias; tal sistema de relações torna-se portanto a categoria fundamental de toda esta análise. Reformulando agora: a colonização do Novo Mundo dá-se nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, o sistema colonial do Antigo Regime. A colonização portuguesa no Brasil se desenrola dentro desse sistema de relações, que lhe imprime a sua marca, determinando as linhas definidoras da estrutura sócio-econômica que aqui se instaura, dando sentido às expressões “Brasil-colônia” e “período colonial” (Novais, 1969; 64).

mas na constante invenção de maneiras de escapar ou de melhor suportar aquela dominação” (Corrêa, 1982, p. 35-36).

¹⁰⁶ “Portanto: *colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização de novas áreas (Sorre); historicamente, na época moderna, entre a expansão ultramarina e européia e a revolução industrial, *exploração* e *povoamento* (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização do mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, a pouco e pouco, através da crítica dos conceitos, vamo-nos aproximando da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos esses elementos, revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica” (Novais, 1969; 59).

Mas não seria o caso também de se constatar, conforme antecipara Prado Jr. (2000), que uma tal conclusão só poderia ser feita retroativamente?

O estudo de Luiz Felipe de Alencastro (Alencastro, 2000), a princípio, parecia indicar que sim. Nele, o autor trilhava um caminho que começava com a autoatribuição do rei Dom Manuel, em 1499, de todas as terras por onde o navegador Vasco da Gama passara, comunicando ao papa o novo “território”. Porém, o domínio de fato dessa área, compreendendo “Etiópia, Arábia, Pérsia e [...] Índia”, estava longe de ocorrer, de modo que o autor indicava que: “Tudo se tornará bem mais complicado quando a Metrópole tentar pôr em prática sua política no ultramar” (Alencastro, 2000; 11).

As condições da colonização é que estavam em questão. Logo a situação indicaria casos de colonos se levantando contra tributos, colonos desviando para si os tributos cobrados, colonos se africanizando (ou se cafricanizando, como se dizia), forças políticas se criando sem a devida subordinação à Coroa, rotas comerciais não sendo domadas, o comércio reforçando o poder de uma classe nova (e não necessariamente nobre) de comerciantes na Metrópole e nas conquistas, etc. De certa maneira, esses movimentos em sentidos diversos à acumulação colonial colaborariam com a forma de conceber a história como não sendo linear e unívoca¹⁰⁷, como apontamos na crítica de Mariza Corrêa (1982). Como chamar a isso, nesse momento, de um *sistema colonial* do Antigo Regime?

Do ponto de vista do comércio de que a Coroa pretendia se beneficiar, não se tinha a garantia da obtenção do excedente, e do ponto de vista da dominação imperial, o poder monárquico não tinha a garantia de ser reforçado¹⁰⁸. Daí Alencastro retomar uma distinção

¹⁰⁷ Mariza Corrêa parece, entretanto, ir além de Alencastro (2000), na tentativa de abarcar relações, por assim dizer, domésticas e diversas, como não inteiramente redutíveis à lógica da abstração e à da colonização: “Em suma, se há um controle externo da sociedade colonial brasileira, agenciado pelos representantes da Coroa e da Igreja, e ao qual resistem constantemente os que decidem aqui se fixar, o controle interno agenciado pelos senhores parece ter sido também contestado em detalhe, especialmente porque seu ponto de apoio formal era muito mais ambíguo do que o daqueles. As desconfianças teóricas a respeito desses lares tão bem organizados em torno de um *pater familias*, servindo de modelo da sociedade, tendo em vista a extrema mobilidade, especialmente dos homens, mas também das mulheres, nesse período inicial de conquistas e de guerras, começam a ser recompensadas por evidências concretas em algumas áreas” (Corrêa, 1982, p. 33).

¹⁰⁸ “Ocorria de o excedente econômico regional ser consumido pelos próprios colonos ou trocado fora dos mares singrados pelos navios das metrópoles. Possuir e controlar nativos não garantia a transformação do trabalho extorquido em mercadorias agregadas aos fluxos metropolitanos, nem afiançava o surgimento de economias tributárias no ultramar. Uma segunda circunstância sobrevém, agora no plano político. Ainda que o eventual excedente econômico das conquistas fosse captado pelas teias ibéricas, a expansão mercantil não conduzia necessariamente ao reforço do poder monárquico. As transações oceânicas e o ascenso dos comerciantes faziam emergir novas forças sociais nas metrópoles e nas conquistas, alterando o equilíbrio das monarquias européias. De maneira que o domínio ultramarino nem sempre desemboca na exploração

entre *dominium* e *imperium* para lidar com as condições em que ambos procedimentos de colonização podiam se impor¹⁰⁹.

Nesse sentido, o autor salientaria uma passagem em que se percebe a necessidade de “colonizar os colonos”. Tratava-se de quando o chamado “exclusivo colonial” passava a ser definido, após 1580¹¹⁰, tendo a Coroa começado a restringir as concessões anteriormente feitas a seus súditos que dispunham de capitais e a editar leis para tolher as liberdades dos colonos e os submeter aos governadores.

É o processo de colonização dos colonos: a Coroa aprende a fazer os rios coloniais correrem para o mar metropolitano; os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol. Só assim podem se coordenar e se completar a dominação colonial e a exploração colonial (Alencastro, 2000; 22).

Enquanto a ortodoxia do clero da Igreja Católica e particularmente a Inquisição reforçaram um processo de padronização do processo de colonização, o tráfico negreiro instituiria uma nova centralidade articulada à nova forma de colonização que se ia estabelecendo na América portuguesa, pautada na produção de mercadorias tropicais. Articulava-se, assim, um comércio particular entre o Brasil e a África Ocidental, estipulando um novo eixo no chamado *Atlântico Sul*, obviamente articulado ao “sistema náutico do Atlântico Norte” e subordinado aos mecanismos do monopólio metropolitano, e pouco a pouco mostrando-se até mais lucrativo do que o comércio asiático. Com isso, lentamente o autor vai sugerindo um processo gradativo de constituição de um modo de fazer comércio e de produzir mercadorias, no qual o tráfico negreiro ganha uma importância para além da simples realização comercial de negros¹¹¹, mas na consolidação de uma nova forma de

colonial, como também não instaura de imediato a obediência do colonato e dos negociantes ao poder metropolitano” (Alencastro, 2000; 12).

¹⁰⁹ “Esse resumo mostra as borrascas surgindo no horizonte colonial quando a Coroa, indo além do poder de domínio (*dominium*), reivindica também o direito de propriedade sobre as terras a conquistar e a tutela dos povos conquistados (*imperium*)” (Alencastro, 2000; 21).

¹¹⁰ “Unido ao trono espanhol, Portugal será arrastado para os conflitos europeus e, por ricochete, atacado no ultramar. Para combater as heresias, mas também por ser 'contra toda razão e bom governo' o fato de que mercadores estrangeiros causassem danos ao comércio do Reino, a ida destes às conquistas é proibida a partir de 1591. Todo o intercâmbio não metropolitano nas conquistas ultramarinas sofre embargo em 1605. Os estrangeiros residentes na América portuguesa tinham o prazo de um ano para retornar ao Reino” (Alencastro, 2000; 22).

¹¹¹ “Realizando a reprodução da produção colonial, o tráfico negreiro se apresenta como um instrumento da alavancagem do Império do Ocidente. Pouco a pouco essa atividade transcende o quadro econômico para se incorporar ao arsenal político metropolitano. Dessa sorte, a problemática apresentada nas páginas precedente investe-se aqui de todo o seu significado: o exercício do poder imperial no Atlântico – como também as trocas entre o Reino e as colônias – equaciona-se no âmbito do trato negreiro. [...] De conseqüências decisivas, na formação histórica brasileira, o tráfico extrapola o registro das operações de

colonizar:

Logo, se patenteia a superioridade do sistema atlântico, baseado na pilhagem dos povos africanos e na agricultura escravista americana. Tirando proveito do exemplo lusitano, as potências marítimas européias montam, nos séculos XVII e XVIII, sistemas similares entre os portos da África e o Caribe (Alencastro, 2000; 30).

Com essa indicação, Alencastro (2000) reforçava a ideia de um “sistema” que não existia de antemão, mas que foi sendo gradativamente testado e implantado. Nele, o comércio com africanos ligaria Portugal às rotas do interior do continente e do Oriente Médio e das Índias, onde se ia à busca de metais preciosos e estabelecia trocas. Além disso, Portugal entrava no comércio de escravos, colocando-se também como “exportador” de negros, a despeito da grande demanda portuguesa de escravos, sobretudo na América portuguesa. As receitas régias passavam a se valer desse comércio e, até certo ponto, a produção escravista reproduzia a acumulação metropolitana.

É a partir desse imbróglio que Alencastro (2000) se perguntaria se era a demanda por escravos para a produção de mercadorias tropicais ou a oferta de escravos pelo tráfico para essa produção o que fundamentaria a acumulação em questão, ou o cumprimento do sentido da colonização. Mais do que um trabalhador cativo, o escravo era também um patrimônio e até um objeto de consumo de luxo, que representava a riqueza do seu proprietário, especialmente quando transformado em escravo doméstico, o que também ressaltava o papel do tráfico no suprimento desses.

Nisso, a organização de uma oferta “regular e flexível” de escravos africanos também se valeu de um investimento reinol (e de capitais europeus) e gradativamente superou a oferta de escravos indígenas, no que a alta mortalidade destes contribuíra sobremaneira para a imposição do tráfico negreiro nesse nascente *sistema*¹¹². O autor parece sugerir que o tráfico se organizava e se articulava ao mercado atlântico antes mesmo de se articular à produção (sobretudo açucareira) da América portuguesa, mas a partir disso ganharia um impulso maior: “Longe de se contradizerem, os acontecimentos que se desenrolam nas terras africanas e americanas do Atlântico se esclarecem por meio de um jogo de efeitos recíprocos” (Alencastro, 2000; 34).

compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa” (Alencastro, 2000; 28-29).

¹¹² “Isto posto, é somente no terceiro quartel do século XVII – na seqüência da reconquista de Angola (1648), da captação dos circuitos negreiros lusitanos até então empreitados pela América espanhola nos contratos dos *Asientos*, e do declínio da população indígena – que o trabalho escravo africano afigura-se irreversível no Brasil” (Alencastro, 2000; 40).

De todo modo, além de ressaltar o processo de constituição do sistema de colonização, o estudo de Alencastro ainda nos sugere pensar em articulações territoriais do mercado colonial distintas daquelas que Novais (1969) aparentemente sugere, na medida em que este último focava sobretudo a colonização do Brasil fomentando a acumulação europeia. A centralidade do comércio do Atlântico Sul, de acordo com Alencastro, sugere que pensemos também a centralidade do comércio do Índico, que inicialmente motivaria a expansão marítima. Ou, nos termos do autor, tudo isso “impõe uma interpretação aterritorial da formação do Brasil” (Alencastro, 2000; 42).

Assim, nesses circuitos era também difícil pensar na existência de uma unidade colonial que remetesse minimamente ao que conhecemos hoje como Brasil, sendo que a “integração” interna dessas “conquistas” era relativa, naquilo que Manuel Seabra e Lea Goldenstein afirmavam constituir “arquipélagos” produtores de mercadorias (Seabra & Goldenstein, 1982). A discussão sobre tais “arquipélagos” e as suas produções subsidiárias fomentaria divergências tais quais as críticas que já apontamos que foram feitas à Prado Jr. (cf. Petrone, 1973; 53-54). Não obstante a negligência a aspectos obscurecidos da reprodução dessas *regiões*, a formulação permite “desnaturalizar” a existência de instituições historicamente formadas, tais como o Estado-nação e o seu mercado interno. Assim, podemos reter uma noção de que estas “regiões” produtoras de mercadorias tropicais tendiam a se articular mais diretamente com o mercado externo do que com um mercado interno, supostamente pouco “integrado”. Dessa maneira, mais uma vez, seria mais nos “capítulos finais” desse processo de colonização que poderia ser vislumbrado o entendimento dele como sendo o de “formação do Brasil contemporâneo” ou mesmo de “acumulação primitiva da Inglaterra”.

Mas voltemos rapidamente, para encerrar essa parte da exposição, à tese de Fernando Novais (2005). Nela, a sugestão, por assim dizer, “metodológica” de Prado Jr. (2000) era adotada quase integralmente. Isto é, o estudo em questão pretendia analisar o que ocorreu com Portugal e sua principal colônia exatamente no momento de síntese, ou de “crise do antigo sistema colonial”, que teria ocorrido entre a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1777) e a vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808).

Esse período de transformações radicais marcaria a ruptura com o absolutismo, especialmente por meio das grandes revoluções liberais e da independência das colônias, de modo que autor afirmaria que “é efetivamente uma nova fase da história que se inaugura”

(Novais, 2005; 4). Portanto, havia dois níveis de análises, que estavam articulados nessa perspectiva, um correspondendo à crise do Antigo Regime e dentro desta o outro correspondendo à crise do sistema colonial, que seria o elemento priorizado na pesquisa do autor. Como Prado Jr.(2000), mais uma vez, a inserção de ambos na chamada “Época Moderna” já ocorreria desde o início, mas a passagem para o capitalismo industrial marcaria uma ruptura dentro desta, exigindo adaptações mais profundas¹¹³.

Assim, Novais (2005) buscava uma compreensão, a princípio, do que foi o próprio sistema de colonização que seria um componente fundamental da acumulação de capital da época mercantilista, para depois procurar entender a sua crise. Tratava-se, portanto, de uma crise entendida como imanente do complexo das relações do Antigo Regime, do qual o sistema colonial era parte.

Uma concepção que ressaltava a crise como capítulo final de um “desenvolvimento” não poderia, assim, ser considerada como historicista, na acepção pejorativa de Benjamin (2005) da palavra, ainda que o nível da análise não permitisse exatamente uma particularização da vivência da contradição em processo, por aqueles que a vivenciaram num mais plano cotidiano. Sua elaboração, por assim dizer, “macro-histórica” permite, no entanto, uma aproximação importante a uma intrincada forma de acumulação de capital e de organização estatal, cujo funcionamento se projetaria violentamente também sobre o “atípico” e o “peculiar”¹¹⁴.

Para conhecer o projeto básico da colonização e seus desvios na aplicação, Novais (2005) se reportaria assim ao quadro mais amplo em que estava inserido, o do *mercantilismo*,

¹¹³ “Antigo regime, política mercantilista, sistema colonial monopolista são portanto elementos da mesma estrutura global típica da Época Moderna, dinâmica no seu funcionamento que se reajusta passo a passo. As revoluções inglesas do século XVII foram, como procuraremos indicar adiante, um momento decisivo desses reajustamentos, colocando bases para a Inglaterra se aventurar na competição com as demais potências; conquistando um corpo institucional mais flexível – mas, quanto a nós, ainda dentro dos quadros de possibilidades do antigo regime, – a Grã-Bretanha se equipa nesta fase para acionar mais vigorosamente seu desenvolvimento, e gradualmente vencer as competidoras. Tal processo de desenvolvimento adquire, no entanto, um ritmo substancialmente mais rápido com as transformações da segunda metade do século XVIII inglês, que deram lugar à constituição do capitalismo industrial: a concorrência econômica e as relações internacionais passam a configurar um quadro de agudas tensões a exigir adaptações mais profundas” (Novais, 2005; 14).

¹¹⁴ Novais parece antever a crítica que, em geral, uma perspectiva marxista passaria a receber, sobretudo da historiografia atualmente hegemônica: “A história real porém se desenrola mais no plano do atípico e do peculiar do que no quadro dos modelos”; “Seria, contudo, desconhecer os mecanismos profundos do processo, e ficar na superfície dos eventos, ignorar aquele *projeto* básico, que por vários séculos informou a política ultramarina das nações européias, e que faz portanto parte dessa mesma e complexa realidade” (Novais, 2005; 59-60).

ancorado especialmente no metalismo e numa noção de acumulação pelo comércio que exigia, pois, uma balança comercial favorável, no que se denotava uma concepção de *entesouramento*. Reiterando o que já apresentamos da maneira como Novais (1969) procurava ancorar a noção de “sentido da colonização” no processo de acumulação primitiva¹¹⁵ do capital industrial e de formar os Estados nacionais, o autor “sistematizaria” os mecanismos desse sistema, sendo eles, o “exclusivo” metropolitano, o escravismo e o tráfico negreiro; obviamente subentendia-se que a produção de mercadorias tropicais permeava todos esses mecanismos.

Assim, naquele “plano mais amplo” do mercantilismo, o “exclusivo” colonial era o elemento principal do monopólio explícito da metrópole sobre o comércio colonial, visando extrair dele o máximo de lucro possível, algo modelado inicialmente pelo exemplo monopolista holandês da Companhia das Índias Orientais¹¹⁶. Gradativamente testado e implementado nas colônias, o monopólio¹¹⁷ consistia numa espécie de “reserva de mercado para a metrópole”, na qual a tributação e a exclusividade garantiriam sobrelucros tanto na compra de mercadorias das colônias como na venda das mesmas para outras metrópoles e na venda de mercadorias metropolitanas para as colônias, assim como nas trocas entre as colônias. Não se tratava, claramente, de haver uma concorrência nessas trocas, no que a troca desigual entre metrópole e colônia estava declarada, beneficiando primeiramente os comerciantes metropolitanos.

¹¹⁵ “Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo, inter-agem reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo o termo da tradição, *Antigo Regime*. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo em curso, para a constituição do modo de produção capitalista. Nesta fase intermediária, em que a expansão das relações mercantis promovia a superação da economia dominial e a transição do regime servil para o assalariado, o capital comercial comandou as transformações econômicas mas a burguesia mercantil encontrava obstáculos de toda ordem para manter o ritmo de expansão das atividades e ascensão social; daí, no plano econômico, a necessidade de apoios externos – as economias coloniais – para *fomentar a acumulação*, e no nível político a centralização do poder para unificar o mercado nacional e mobilizar recursos para o desenvolvimento” (Novais, 2005; 66-67).

¹¹⁶ “[...] tentando, o livre comércio ultramarino revela-se ineficaz para as necessidades do capitalismo mercantil europeu carente de estímulos externos; o fracasso da tentativa leva, na prática, à adoção do esquema monopolista” (Novais, 2005; 76-7).

¹¹⁷ “No conjunto, portanto, é possível divisar o movimento geral que caracteriza a montagem da colonização moderna dentro dos mecanismos do sistema colonial: povoamento inicial, com produção para o consumo local; em seguida, entrosamento nas linhas do comércio europeu, e pois nos mecanismos da economia reprodutiva européia. Ao passarem a produzir para o mercado externo, articulavam-se no sistema pois o regime desse comércio é como já vimos o nervo do sistema. Destarte, ajusta-se a colonização do capitalismo mercantil: através da exploração das áreas ultramarinas promovia-se a originária acumulação capitalista na economia européia” (Novais, 2005; 96).

Por sua vez, na produção dessas mercadorias foi gradativamente se impondo a escravidão, e o tráfico negreiro se tornava um dos “setores mais rentáveis do comércio colonial” (Novais, 2005; 98). Porém, não só o comércio de escravos justificava a escravidão, como as condições em que a produção colonial se dava exigiam “formas compulsórias de trabalho”. Na situação encontrada em que havia uma abundância de terras para se colonizar, a utilização de trabalho assalariado poderia levar ao aumento de salários a ponto de inviabilizar a acumulação. Isto porque, compreende bem Novais a formulação marxiana, o trabalhador poderia “transformar-se em produtor independente” (Novais, 2005; 101-102), ocupando uma gleba de terras para si. O sentido era de promover a acumulação da metrópole, ou de “colonizar para o capitalismo”, e não de promover a acumulação para os colonos ou para os trabalhadores¹¹⁸, sendo que, se isso ocorria, apenas se evidencia a dificuldade de impor o sentido da colonização nas dadas condições de expropriação e de institucionalização e estruturação do Estado.

Porém, Novais (2005) insistiria ainda que o escravismo dependia do tráfico negreiro, que se colocava como talvez mais apropriado à lavoura e à mineração coloniais do que o trabalho compulsório do indígena, exatamente porque permitia fazer fluir tributos para a metrópole, enquanto o comércio de “aborígenes” tendia a realizar uma acumulação dos próprios colonos empenhados no seu apresamento. Por isso, afirmaria que “esse talvez seja o segredo da melhor ‘adaptação’ do negro à lavoura... escravista. Paradoxalmente, é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário” (Novais, 2005; 105).

Enfim, indicamos que, a partir dos estudos de Prado Jr. (2000), Alencastro (2005) e Novais (2005), podemos compreender um processo de acumulação, com um sentido voltado para uma centralidade europeia que se constituía. Essa acumulação foi tratada em termos

¹¹⁸ “Tratava-se, porém, naquele momento da história do Ocidente, de *colonizar para o capitalismo*, isto é, segundo os mecanismos do sistema colonial, e isto impunha o trabalho compulsório. A colonização da época mercantilista conforma-se ao sentido profundo inscrito nos impulsos da expansão, ou seja, é o elemento ‘mercantilista’ – quer dizer, mercantil-escravista – que comenda todo o movimento colonizador. Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias européias exigia formas compulsórias de trabalho, do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo), ou se se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem trabalho, os custos de produção seriam tais que impediriam a exploração colonial, e pois a função da colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (os salários dos produtores diretos tinham de ser de tal nível que compensassem a alternativa de eles se tornarem produtores autônomos de sua subsistência evadindo-se do salariato: como poderiam, então, funcionar os mecanismos do ‘exclusivo’ comercial?)” (Novais, 2005; 102-3).

modernos pelos autores, mas se dando em condições nas quais a violência e as trocas desiguais eram explícitas, deixando clara a diferença entre os participantes e corroborando o fundamento de se tratar de uma acumulação primitiva europeia¹¹⁹. Gostaríamos, assim, de ressaltar cinco elementos do mecanismo dessa acumulação reiterados pelos autores: a produção de mercadorias agrícolas e minerais tropicais, a predominância do latifúndio nessa produção, o monopólio (ou “exclusivo”) colonial, o escravismo e o tráfico negreiro.

O período de transformações sociais, acima aludido por Novais, começaria a questionar um desses elementos, o “exclusivo” colonial. Em realidade, as Revoluções Liberais e os processos de Independência das colônias questionavam fundamentos do Antigo Regime como um todo, mas com eles também o monopólio colonial. Assim, o questionamento do “exclusivo” era, ao mesmo tempo, o questionamento da Metrópole, ou do Estado Absolutista.

Paralelamente a estes acontecimentos, um processo de industrialização avançava particularmente na Inglaterra, mas em parte também nas colônias que cumpriam mal o sentido da colonização, futuramente unificadas nos EUA. Neste processo, como mostrou Marx (particularmente para o caso inglês), a constituição de uma classe de trabalhadores livres e assalariados fora se dando concomitantemente à articulação da colonização como sistema na qual o escravismo era um de seus fundamentos. Mas essa liberdade dos trabalhadores ingleses decorria de um processo de expropriação, que os separava dos meios de produção¹²⁰, sobretudo da terra, e assim os impelia a trabalhar em troca de um salário para mediar o seu acesso a mercadorias que lhes mantivessem vivos e aptos a seguir trabalhando (Marx, 1986, l. I, t. 2, cap. 24).

A liberdade positivada no discurso liberal daquelas Revoluções se sustentava pela

¹¹⁹ “O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As ‘sociedades *monopolia*’ (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital” (Marx, I, t. 2, 1990, cap. 24; 372).

¹²⁰ “A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. [...] Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24; 262).

libertação “negativa” em relação aos meios de produção, tornando o trabalho livre também compulsório, uma vez que as condições de expropriação forçavam o trabalhador a trabalhar por “livre iniciativa”. Ainda assim, um padrão contratual de relação entre trabalhadores e capitalistas se generalizava e afirmava-se como uma relação entre proprietários de mercadorias. De um lado, proprietários da mercadoria força de trabalho; do outro, proprietários dos meios de produção. Nesse nível, uma certa igualdade formal prevalecia. Daí Marx sugerir que as Revoluções Liberais consolidavam em discurso e politicamente uma generalização de um preconceito popular de igualdade¹²¹.

Aquela mesma industrialização, entretanto, consolidava uma distinta forma de produção de mercadorias, que viria a se tornar um padrão de reprodução para a acumulação de capital. Nela, o trabalhador assalariado se impunha como *categoria social*, nas palavras de Maria Sylvia de Carvalho Franco (Franco, 1986), porque embasava uma forma de acumular, em que este concordava em assumir um papel ativo nessa acumulação.

O padrão contratual e a distinção entre o salário e o que o trabalhador realmente produzia, implicavam num trabalho não-pago, acumulado e escondido exatamente pela aparência de trocas de equivalentes (tempo de trabalho por salário). O re-investimento dessa mais-valia e as alterações técnicas gradativamente implantadas na produção passavam a sugerir uma nova forma de acumulação, que podia se intensificar constantemente. Assim, a forma de produção das mercadorias, sua qualidade e quantidade, iam-se transformando. Mercadorias industrializadas passavam a se comparar com mercadorias agrícolas e minerais, que, por sua vez, inserir-se-iam no processo como matérias-primas das primeiras ou como componentes da “cesta básica” do trabalhador industrial.

Por isso, João Manuel Cardoso de Mello (Mello, 1982) afirmava que o capitalismo industrial e a produção colonial passariam a entrar em contradição, embora o primeiro tenha sido resultado da acumulação permitida pela segunda. Ao gestar a acumulação primitiva que permitia a Revolução Industrial, o sistema colonial criava as bases para a sua crise e superação.

Entrando como matéria-prima da produção industrial ou componente da “cesta básica”

¹²¹ “O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante” (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 1; 62).

do trabalhador industrial, a produção colonial passava a se converter em parte do capital constante ou do variável das indústrias inglesas. Seu preço, portanto, representava um custo que encarecia a mercadoria industrial final. Também por essa razão, os mecanismos do monopólio colonial passariam a ser questionados, uma vez que passavam por uma intermediação necessária feita pela Metrópole detentora do “exclusivo”.

Ademais, o tráfico negreiro influía também nos preços das mercadorias tropicais, encarecendo a produção das mesmas, ao passo que o próprio escravismo representava um limite interno ao mercado consumidor nessas colônias, dado que os escravos não entravam, a princípio, na relação como “sujeitos” das trocas de mercadorias, embora pudessem marginalmente participar das mesmas. Enfim, o monopólio colonial, de uma maneira geral, impedia que se produzisse aparentemente “livre” das restrições e dos preços fixados com base nas taxações régias (Mello, 1982; 44-45).

Porém, a contradição da prática, por exemplo, da política externa inglesa, não se resumia a isso. Tendo sido uma metrópole que não conseguiu, a princípio, tirar vantagem de uma colonização como alguns de seus pares, a Grã-Bretanha deixara de voltar suas forças para colonizar os colonos de suas colônias, deixando-as, de alguma maneira, à margem do próprio sistema¹²², porque, localizadas em áreas de clima temperado, não poderiam produzir mercadorias tropicais e diferentes daquelas que a própria Europa podia produzir, como já havíamos dito.

As colônias chamadas *de povoamento* (também porque para lá convergiram emigrantes ingleses fugindo das tensões religiosas e políticas do século XVII), no entanto, aparentemente colônias que não cumpriam bem a função de gerar a acumulação primitiva europeia, seriam aquelas em que o exclusivo metropolitano se mostraria mais frouxo, havendo, pois, uma brecha para a sua paralela industrialização (Novais, 2005; 113). Também, produzindo mercadorias agrícolas similares às europeias, instaurariam uma concorrência com estas, comercializando com outras colônias.

Sem as suas próprias colônias de exploração, a Inglaterra incorreria numa política de concorrência com a Companhia das Índias Orientais principalmente, e muitas vezes pautada

¹²² “... de exploração são as colônias mais ajustadas aos quadros do *sistema colonial*, de povoamento as que ficam relativamente à margem do sistema. Mas, a ser verdadeiro o esquema explicativo que vamos construindo, e gerando-se ambos os tipos de colônias no bojo do mesmo processo colonizador, é a partir do sistema e portanto da exploração colonial que se pode entender o conjunto e pois também as colônias de povoamento, e não o contrário” (Novais, 2005; 71).

pelo contrabando com as colônias ibéricas. Logo, isto não seria suficiente para “escoar” a produção inglesa. A concorrência se acirraria com enfrentamentos contra a França (Guerra dos Sete Anos – 1756-1763) e com a Espanha, saindo-se como potência vencedora. A tensão, no entanto, estava no cerne da própria potência que também se industrializa de fato¹²³.

Ao procurar reforçar, a esta altura, o seu “exclusivo” metropolitano, irromperia a Guerra de Independência, que conduziria à criação dos Estados Unidos, em 1776, com o reconhecimento pelos britânicos em 1783. Assim, a mesma metrópole que iria capitanear pressões por questionar o sistema colonial nas décadas seguintes também tentara tardiamente instaurar seus monopólios coloniais. De todo modo, todo o Antigo Regime entraria de vez em crise, a partir desse momento.

Era a primeira vez que uma colônia rompia o pacto, mostrando o caminho às demais, e mesmo renunciando, com sua forma republicana, a crítica ao Estado absolutista na própria Europa. Ao mesmo tempo, internamente, como dissemos, uma nova forma de acumular se impunha, e a *valorização do valor*, na reprodução ampliada do capitalismo industrial se mostraria aparentemente mais eficaz e moralmente mais “justa” do que o entesouramento monopolista da acumulação de capital do sistema colonial, ao passo que exigia a contestação do mesmo para se impor. A conclusão de Marx sobre a passagem histórica vai, assim, fazendo mais e mais sentido:

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava então. Era o ‘deus estranho’ que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra. Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade (Marx, 1990, I, t. 2, cap. 24; 373).

Entraremos no emaranhado dessa discussão aos poucos e nem sempre com a necessária profundidade que o tema requereria. Queremos aqui apenas indicar um processo de questionamento dos pilares do “sistema colonial”, apontando de antemão uma crítica que passaria a ser feita ao monopólio colonial e ao Estado Absolutista. A seguir circunscreveremos apenas alguns caminhos interpretativos para a crítica ao tráfico negreiro e ao escravismo, que

¹²³ “Nem é pura coincidência que a *Inglaterra* seja ao mesmo tempo a potência que levava de vencida a concorrência colonial e a nação que dá os primeiros passos no industrialismo moderno: sem se desprezar os fatores internos de seu crescimento econômico na rota da industrialização, a supremacia colonial permitiu-lhe carrear para dentro de suas fronteiras, mais que as outras potências, os estímulos advindos do sistema colonial. Em torno da década de 60 de Setecentos convergem a consolidação da preponderância inglesa e a abertura da Revolução Industrial. [...] Tudo isso era decorrência da supremacia política e do desenvolvimento industrial. Ao funcionar plenamente, portanto, o sistema engendra tensões de toda ordem. Quanto mais se avançava nesse processo, menos a potência podia suportar o comércio ‘independente’ de suas colônias americanas” (Novais, 2005; 115).

se colocarão ao longo do século XIX. Mas também já indicamos com o parágrafo acima que a imposição de um padrão industrial de produção também de produtos agrícolas se colocaria no fim do processo.

Antes de finalizar, temos que pensar no próprio limite da teorização de Fernando Novais, uma vez que este restringia a sua pesquisa ao marco da vinda da família real para o Brasil. Apontando esse episódio como determinando o fim do monopólio colonial português, ao mesmo tempo subentendia-se um momento de constituição do Estado nacional no Brasil, ainda que a Independência só fosse ocorrer em 1822.

A “inversão do pacto”, conforme veremos adiante, poderia marcar o questionamento de um dos pilares do sistema colonial, mas não seria suficiente para questionar os demais. Assim, podemos compreender que a “política”, que teria imposto o fim do monopólio, era ressaltada pelo autor, adquirindo-lhe centralidade explicativa. Dessa maneira, precisamos ir além do seu estudo para compreender um processo que não se resumiu a esta passagem, seja ele o de formação de um Estado nacional, seja o de formação das condições de existência do trabalho assalariado (e, pois, da forma propriamente industrial de acumulação de capital).

Por outro lado, como o próprio Novais (2005; 59-60) afirmara que “a história real, porém, se desenrola mais no plano do atípico e do peculiar do que no quadro dos modelos”, o autor antecipou (sem, contudo, resolver a questão) parte da crítica que receberia por ter incorrido numa formulação extremamente modelar. Ainda que a abstração da “história real” e das suas peculiaridades se dê por meio do próprio mercado que se interessa apenas nas mercadorias e lucros, tem-se que minimamente questionar uma teoria que, por mais que crítica ao próprio mecanismo do mercado, não se propõe a abarcar o que está constantemente sendo ignorado e violentamente reduzido por ele. Desse modo, a crítica de Corrêa não pode ser menosprezada, como tampouco absolutizada, sob pena de também se perder “os mecanismos profundos do processo” e o seu “*projeto* básico” (Novais, 2005; 59-60). Uma difícil equação está, assim, colocada e, seguramente, não somos capazes de dar-lhe uma resposta metodológica definitiva.

Seguiremos, portanto, nesta primeira parte do capítulo numa aproximação crítica de uma linha interpretativa do processo de colonização, para, na segunda parte, tentar uma abordagem mais detida e pormenorizada em torno da vivência de alguns trabalhadores num processo de crise de uma forma de colonização que se colocará como alternativa à colonização aqui sintetizada esquematicamente.

A longa liquidação de fundamentos do sistema colonial

Não cabe a essa apresentação repassar passagens da tentativa frustrada da Coroa portuguesa em manter o sistema colonial e se industrializar, num primeiro momento, para depois, face à pressão revolucionária instaurada pelo exército de Napoleão Bonaparte em todo o continente europeu, fugir para a colônia, invertendo o “pacto colonial”, retomando o percurso de Novais (Novais, 2005). Em poucas palavras, podemos dizer apenas que a crítica que se impunha contra o Estado Absolutista se “resolvia” formalmente na aplicação de um Estado de direito, burocratizado e policialesco, por meio das conquistas napoleônicas, até 1815 (Tilly, 1996; 157-160).

A crítica que, por sua vez, voltava-se contra os monopólios coloniais, para o caso inglês, “resolvia-se” na Independência norte-americana, enquanto, para o Brasil, “resolvia-se” parcialmente com a vinda da família real, em 1808. A abertura dos portos, que seguiria a essa vinda, representava um importante marco na queda do monopólio e “abriria inteiramente os mercados latino-americanos ao capital industrial inglês” (Mello, 1982; 46).

O questionamento do tráfico negreiro, entretanto, iria por outro e intrincado rumo. De acordo com a descrição feita por Caio Prado Jr. (Prado Jr., 1969), a intenção de extinguir o tráfico negreiro para o Brasil já havia sido formalizada no acordo feito entre a Inglaterra e o Brasil, em 1810. Daí até a sua efetivação em 1850, passando pela Independência, pelo período de Regência (1831-1840) e num contexto de transformação das produções coloniais e de início da expansão cafeeira pelo Vale do Paraíba, seria preciso pensar brevemente no que teria levado ao fim do tráfico.

Retomando o que expusemos em nossa dissertação de mestrado (Boechat, 2009, seção II), podemos contrapor uma abordagem que via o fim do tráfico negreiro como imposição da política externa inglesa, conforme expôs Caio Prado Jr., em sua *História econômica do Brasil* (Prado Jr., 1969), com outra que o via como resultante sobretudo das relações econômicas internas entre as “regiões escravistas” do Império, tal qual a proposta de Paula Beiguelman, em seu *Formação do povo no complexo cafeeiro* (Beiguelman, 2005).

Para Prado Jr. (1969), aquela intenção inglesa de questionar o tráfico seria gradativamente intensificada ao longo do referido período até se tornar insustentável a manutenção do tráfico e o Império ceder à pressão, em 1850.

Em poucas palavras, a sucessão dos eventos poderia ser assim resumida. A política

explicitada em 1810 no acordo já citado teria sido reafirmada no acordo de Viena, de 1815, que selava a paz continental europeia, ao incluir nele a proibição do tráfico negreiro ao norte do Equador. Em 1817, um novo acordo permitiria a inspeção inglesa aos navios em alto-mar. Cinco anos depois, a potência industrial assumiria um papel de intermediadora entre o Brasil, Portugal e a chamada Santa Aliança, a união dos principais países ou reinos europeus, no sentido de viabilizar o reconhecimento da Independência brasileira. Em troca disso, exigiria medidas definitivas contra o tráfico, em acordo de 1826. Conformando-se a este, em 7 de setembro de 1831, o Brasil promulgava uma lei proibindo o tráfico. A abdicação de D. Pedro I ao trono, no mesmo ano, levaria a enfraquecer o acordo e a lei seria ignorada no período regencial e após a coroação de D. Pedro II.

Seguiam, entretanto, as apreensões inglesas em águas internacionais, e aumentava, de um modo geral, a insatisfação interna da sociedade agrária a tais medidas repressivas; ao mesmo tempo, as aportações de escravos atingiam números anuais máximos. No entanto, ao renovar o direito de inspeção que expiraria em 1845, o Parlamento inglês promulgaria o famoso *Bill Aberdeen*, que permitia a apreensão de qualquer embarcação que os próprios ingleses julgassem como promovendo o tráfico. A ingerência nos assuntos brasileiros adquiria, a partir do ato, feições de uma guerra declarada ao tráfico. Assim, impotente frente ao poderio bélico da marinha inglesa e diante da desorganização econômica decorrente, o governo imperial brasileiro cederia, proibindo o tráfico em 1850 (Prado Jr., 1969; 145-157).

Essa noção já consagrada dos referidos acontecimentos pode ser mais bem problematizada a partir do debate proposto por Paula Beiguelman (2005), sendo que Prado Jr. (1969) parecia ressaltar de maneira bastante acentuada o papel da potência inglesa na imposição do fim do tráfico. O estudo de Beiguelman, por outro lado, mostrava como o debate interno e a polarização política entre os partidos Conservador e Liberal e o jogo de força entre a Coroa e a sociedade agrária levavam a um resultado final que ia além das expectativas da própria Inglaterra, que não esperava ver o tráfico de fato cessado, mas antes forçava o reconhecimento de seu poder de inspecionar o comércio atlântico (cláusula dos indícios).

De acordo com a autora, na conjugação dos três principais “setores” escravistas da economia nacional estava a explicação da extinção do tráfico. Para a decadente agropecuária cearense, a extinção do tráfico representaria apenas a elevação do preço dos escravos que já dispunha prontos para o tráfico interprovincial. Para a economia açucareira endividada, a

questão se mostrava mais complexa, não havendo, em princípio, qualquer vantagem da extinção do tráfico, sendo que interromperia a especulação que reinava. Porém, essa mesma especulação mostrava-se, ao mesmo tempo, prejudicial e imposta aos fazendeiros pelos traficantes.

O papel do tráfico levava a um controle maior dos traficantes sobre os fazendeiros. Numa economia, por assim dizer, consolidada e estagnada, o escravo representava o patrimônio preferencial para concretizar a acumulação, o que, ao longo do tempo, implicava num endividamento caso a produção não se mantivesse em patamares elevados. A escravaria tendia a ser abundante. O traficante, manipulando o preço desta mercadoria, podia, assim, desvalorizar o patrimônio acumulado pelos fazendeiros, ao mesmo tempo, que aumentava suas vendas, havendo a possibilidade inclusive de assumir as propriedades de fazendeiros endividados¹²⁴.

Assim, não deveria haver muita resistência ali à extinção do tráfico, porque esta levaria a uma valorização da propriedade dos fazendeiros¹²⁵. Isto, sem maiores problemas, poderia ser expandido para todo o Brasil: ainda que dificultasse a expansão das lavouras, a extinção do tráfico trazia o benefício da rápida “valorização” da propriedade de escravos, permitindo a sua escassez relativa. Estava, pois, em jogo aí um patrimonialismo contraposto ao uso realmente produtivo do escravo, numa dupla lógica operando em torno da mesma mercadoria.

Por fim, a terceira “região” tratada era o Centro-Sul, para onde os escravos trazidos das demais províncias afluíam após a cessação do tráfico, evitando uma interrupção do suprimento de “braços”. Passava a ser mais vantajoso para as províncias do Norte e Nordeste a venda do que a conservação dos escravos. Mesmo o “setor” açucareiro passava a dispor de seus excedentes de escravos, vendendo-os para o “setor” cafeeiro em expansão. Isto, em

¹²⁴ “Com efeito, enquanto na fase de expansão da agricultura a demanda se faz essencialmente em função do quadro de trabalho requerido, na economia amadurecida ela tem como motivo precípua a norma que define a riqueza como proporcional à escravaria. Em consequência, endividando-se sem contar com uma correlata produção agrícola, o fazendeiro fica mais facilmente à mercê do credor traficante e do especulador em escravos. Complementarmente, alternam-se os termos da discussão sobre a quantidade de braços introduzidos pelo tráfico: enquanto na fase de expansão o fazendeiro reclama da escassez, posteriormente passa a temer as manobras pelas quais o traficante, importando em larga escala, provoca uma desvalorização do capital empregado na lavoura. Esses conflitos, porém, não redundam em antagonismo ao próprio tráfico, cuja extinção paralisaria a especulação em escravos que se praticava” (Beiguelman, 2005; 22).

¹²⁵ “Nessas condições, dado o grau de suprimento já atingido, a extinção do tráfico, sem ter sido reivindicada por nenhum dos setores da economia açucareira, não tendia contudo a provocar considerável resistência” (Beiguelman, 2005; 22).

última análise, acabava por representar uma redistribuição dos proventos propiciados pelo café para tais províncias, ao passo que representava uma diminuição da capacidade produtiva e do patrimônio delas. Assim, poder-se-ia avaliar que o tráfico internacional de escravos era, de certo modo, dispensável, quando sua extinção foi concretizada, e a pressão inglesa só teria feito trazer à tona um conflito que se afigurava nas relações internas dos “setores” escravistas¹²⁶.

Com isso, Beiguelman fugia do esquema, de certo modo, teleológico da necessidade do fim da escravidão após a Revolução Industrial e de sua imposição pela Inglaterra, buscando na conjugação dos três principais setores escravistas da economia imperial a explicação da extinção do tráfico, concluindo da maneira que já apresentamos acima: “Podemos, pois, considerar que, ao efetivar-se a proibição da entrada de novos escravos em território nacional, o tráfico já podia ser dispensado como fator de crescimento da economia” (Beiguelman, 2005; 23).

Podemos observar que a explicação da autora não ignorava que tivesse havido uma pressão inglesa para as referidas transformações, mas indicava antes que a desorganização da produção colonial no Norte e Nordeste levava a uma espécie de “superpopulação relativa” de escravos, que sendo patrimônio de seus fazendeiros, face à crise que se vislumbrava, estes últimos tendiam a optar, ante o seu uso produtivo requerido nas províncias do Centro-Sul, pela realização da venda do próprio patrimônio para as mesmas, que começavam a se engajar na produção de café.

O estancamento do tráfico faria por “valorizar” esse patrimônio, apontando para o risco de uma escassez futura de escravos. Isso se tornava uma preocupação para a produção cafeeira que se expandia, uma vez que os altos preços dos escravos eram o único fator que poderia afetar a sua expansão¹²⁷, na opinião de Celso Furtado (2000), uma vez que a demanda pela mercadoria café crescia com a industrialização europeia (ao passo que era estimulada

¹²⁶ “Em resumo, temos que a política repressiva inglesa à época em que o comércio negreiro para o Brasil se encerrou visava exclusivamente à assinatura de um tratado consignando a pesquisa de indícios – cuja inoperância para afetar estatisticamente o tráfico, aliás, já se podia antecipar. Entretanto, essa exigência, em si pequena, assumiu tal relevância que acabou fornecendo o terreno onde encontraria expressão, no plano político, um passo já inscrito estruturalmente, uma vez preenchidas condições determinadas. Ou seja, uma vez amadurecido, o problema do encerramento da especulação em escravos encontra no contexto das relações anglo-brasileiras o conveniente e já preparado quadro que o traz à tona” (Beiguelman, 2005; 43).

¹²⁷ “Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras” (Furtado, 2000; 119).

pela própria expansão da produção)¹²⁸. Por sua vez, existia certo capital para o investimento na formação de novas fazendas, entre os produtores de açúcar e comerciantes de gado do interior paulista¹²⁹ e também as terras a serem ocupadas a custos ínfimos estavam largamente à sua disposição.

Como já indicamos no início do capítulo, entretanto, ainda que os escravos fossem se tornando mais caros, no tráfico interprovincial que se instaurava, seu papel na economia era mais amplo do que seu uso na produção de mercadorias, e o estudo de Beiguelman (2005) já indicava uma das facetas suplementares de uma economia realmente *escravista* (a de ser patrimônio, força de trabalho e objeto de especulação), enquanto Prado Jr. (2000), Alencastro (2005) e Novais (2005) já haviam insistido que a realização do lucro comercial com o escravo ocorria antes mesmo de sua utilização produtiva, conquanto o tráfico (que agora vinha sendo questionado) era um dos mais importantes negócios coloniais. De um modo ou de outro, o tráfico se internalizava no período e seus altos lucros fluíam agora para traficantes internos e fazendeiros do Norte e Nordeste.

Quanto ao seu uso produtivo, apontamos anteriormente como Novais (2005) compreendera que o escravo se tratava de uma necessidade, diante da abundância de terras e da possibilidade de não se conseguir atingir qualquer patamar de acumulação nessas condições adversas para a expropriação de uma população que fosse eventualmente “livre”. Aliás, Maria Sylvia de Carvalho Franco (Franco, 1984) aprofundaria esse caminho interpretativo, compreendendo o escravo como o trabalhador “moderno” mais expropriado, aquele que não tinha sequer a propriedade de sua própria força de trabalho.

Devemos, neste momento, todavia, apontar a crítica de Sidney Chaloub (2011) a tais formulações, que, de um modo ou de outro, acabavam por reduzir de maneira quase definitiva o escravo à condição de mercadoria. Assim, este autor compreende tais estudos, em geral de origem marxista, como ancorados numa “teoria do escravo-coisa”. Dialogando com a proposta de Franco (1984) poderíamos sugerir um entendimento inicial da contradição do

¹²⁸ Segundo João Manuel C. de Mello: “A demanda externa, por conseguinte, não foi mero fator independente e inerte, sobre o qual a economia brasileira não teve a menor ação. Ao contrário, é a própria expansão da oferta brasileira que permite, em última análise, que a demanda se amplie constantemente e, ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta” (Mello, 1982; 56-7).

¹²⁹ De acordo com o estudo de Zélia M. C. de Mello: “Nas primeiras décadas do século XIX, portanto, o dinamismo da economia paulista advém da cultura canavieira e do sempre presente comércio de gado e mulas, a constituir-se estas no único meio de transporte entre as áreas produtoras e o porto de Santos” (Mello, 1990; 52).

escravo: mesmo não tendo a propriedade de sua força de trabalho, sua posse, porém, não podia lhe ser retirada, tendo que haver mecanismos para se realizar o uso desta mercadoria força de trabalho comprada junto com o corpo do trabalhador. Enquanto, em geral, assim, se ressaltou o papel da violência direta e explícita no sentido de obrigar o escravo ao trabalho e de controlar a intensidade desse trabalho, Chaloub (2011) buscaria outros meandros da relação assim estabelecida.

Sua pesquisa procura, a partir de autos criminais da segunda metade do século XIX, no Rio, mostrar uma relação entre senhores e escravos constantemente pautada por “negociações” das condições de exploração do trabalho escravo, ou de “escolha” parcial destas condições pelo escravo, por exemplo, no momento da venda do escravo para outro dono, havendo ainda a perspectiva da “alforria” como horizonte distante de libertação passível de ser alcançado¹³⁰ (além da fuga, como se sabe).

Em dadas condições, aparentemente mais em situações de uso urbano e de relativo excedente de escravos, Chaloub (2011) observava mesmo a abertura para certa “acumulação” monetária pelo escravo em atividades comerciais, principalmente na figura do “escravo de ganho”, alugado pelo seu proprietário para o uso por outro senhor ou em determinadas atividades. Este trabalhava para terceiros ou por si, e pagava espécie de renda ao seu proprietário, podendo reter parte do ganho, visando, principalmente, à compra futura da alforria.

No caso particular do tráfico interprovincial fomentado pela expansão cafeeira, Chaloub (2000) indicava o acirramento daquelas formas de “acomodação” doméstica e de relações mais negociadas. Aí a “coisificação” real do escravo, ao se impor na obrigação da venda do escravo para seu uso produtivo e extenuante nas fazendas cafeeiras do interior, encontrava formas radicais de resistência escrava, registradas nos autos, principalmente com crimes contra as pessoas dos proprietários, capatazes e autoridades. Nestes casos, Chaloub via o limite da negociação se estreitando e forçando o escravo a medidas extremas.

O estudo de Chaloub (2011) é importante não só por trazer casos da assim chamada “história real” e das suas “peculiaridades”, mas para questionar a visão estereotipada de que a

¹³⁰ Chaloub não pretende igualar a consciência de liberdade do escravo à do trabalhador assalariado, mas apontar-lhe suas particularidades diante das condições de sua inserção social: “A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém” (Chaloub, 2011; 98).

imposição cruel do trabalho escravo se dava unicamente pela violência extra-econômica¹³¹. A atribuição de uma consciência ao escravo e a busca pela interpretação de suas “visões da liberdade” remetem a uma importante dimensão da contradição da personificação da força de trabalho nas condições escravistas de sua realização, o que em si deveria contribuir também para a crítica das nossas próprias visões da liberdade¹³².

Observemos, entretanto, outras possíveis “visões da liberdade” contemporâneas àquelas. Assim, a população livre que realmente existiu nessa “ordem” de coisas esteve na relação com a existência do trabalho escravo, ocupando o que Prado Jr. (2000) chamou de “interstícios” da sociedade colonial. Franco (1997) ressaltou, por isso, a maneira como estes homens estiveram subordinados, por relações de dominação pessoal, à grande propriedade produtora de mercadorias tropicais, participando, quando necessário, nas colheitas e na proteção da família proprietária, mas sendo também compadres e afilhados desta, o que ressaltaria a noção de uma unidade contraditória, a partir do ponto de vista destes “homens livres”

Vemos que se tratava de pessoas que podiam teoricamente ocupar terras para si mesmo, mas que paradoxalmente se mantinham dentro dos limites das grandes propriedades. Os meandros dessa socialização escapam à lógica que indicaria que, tendo condições de acesso aos meios de produção, a tendência seria abandonar a relação com a grande produção e com a família de proprietários¹³³. Tendo a possibilidade de sair da relação societária, que corriqueiramente requeria a exploração do seu trabalho, permaneciam, todavia,

¹³¹ Ainda que não se queira negar tal violência: “A constatação da violência na escravidão é um ponto de partida importante, mas a crença de que essa constatação é tudo o que importa saber e comprovar sobre o assunto acabou gerando seus próprios mitos e imobilismos na produção historiográfica. Podemos, por exemplo, fazer uma breve história de um dos mitos mais célebres da historiografia: a coisificação do escravo” (Chaloub, 2011; 40).

¹³² “A violência da escravidão não transforma os negros em seres ‘incapazes de ação autônoma’, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis. Acreditar nisso pode ser apenas a opção mais cômoda: simplesmente desancar a barbárie social de um outro tempo traz implícita a sugestão de que somos menos bárbaros hoje em dia, de que fizemos realmente algum ‘progresso’ dos tempos da escravidão até hoje. A idéia de que ‘progredimos’ de cem anos para cá é, no mínimo, angelical e sádica: ela supõe ingenuidade e cegueira diante de tanta injustiça social, e parte também da estranha crença de que sofrimentos humanos intensos podem ser de alguma forma pesados ou medidos” (Chaloub, 2011; 49).

¹³³ Como possibilidade de compreensão de uma relação aparentemente não centrada na troca de mercadorias, podemos remeter ao estudo de Roberto Schwarz, em que o *favor* aparece como mecanismo de prestação que atava os participantes da relação: “Não há exagero portanto em afirmar que o favor pessoal, incluída a parte inevitável e já então imperdoável de capricho, vem colocado em primeiro plano pela estrutura social do país ela própria” (Schwarz, 2000; 88).

contraditoriamente atados a ela¹³⁴.

Uma *sociedade* escravocrata que incluía homens livres não-proprietários seria, assim, sintetizada por Franco (1984) ao enxergar na fazenda uma *unidade contraditória*, que era simultaneamente unidade produtiva e lar, de modo que proprietários, escravos e uma população livre de agregados conviviam para além do aspecto materialmente produtivo do lugar em que estavam inseridos¹³⁵. Essas considerações, entretanto, não anulam a compreensão do sentido da colonização e do seu sentido profundo, mas permitem vislumbrar uma abstração real das mesmas relações para além da produção de mercadorias e de lucros monopolizáveis.

Retomemos brevemente, todavia, a questão do encarecimento do escravo nessa passagem. Aludimos, no início do capítulo anterior, que José de Souza Martins (Martins, 1998) indicava que o escravo era a garantia com que eram feitos os empréstimos e o crédito hipotecário nesse momento. O encarecimento do escravo, assim, tinha um duplo efeito. Embora representasse um aporte de dinheiro maior que o fazendeiro tinha que realizar na sua compra (tendo Martins o considerado como uma *renda capitalizada*), sendo mais caro representava, entretanto, um patrimônio maior adquirido, o que proporcionava ao seu proprietário garantia para um maior acesso ao crédito. Assim, a mudança na legislação, que, na década de 1870, permitiria o “lastro” dos empréstimos em propriedades fundiárias estaria no bojo de inúmeras mudanças que possibilitariam o rompimento dos esquemas de reprodução do escravismo, mesmo após o fim do tráfico. De certo modo, entretanto, ela

¹³⁴ Ainda assim, a reiteração de uma “caboclicização”, temida por Monbeig (1998) e por Waibel (1979), também parece ter passado pela ocupação recorrente de terras “livres”, não tendo se restringido às parcelas de terras relegadas a um segundo plano pela grande produção para a exportação, dentro das próprias sesmarias. A terra no período colonial estava quase completamente destituída da condição de equivalente de mercadoria, sendo concedida ou apossada. Procuramos mostrar isso no primeiro capítulo, lidando com o que Martins (1975) chamava de *frentes de expansão*. Procuramos, de nossa parte, compreender a dinâmica desses posseiros não como se isolando da produção de mercadorias, mas viabilizando-a localmente. Não precisamos aqui retomar os argumentos desenvolvidos, sobretudo no estudo da ocupação da base fundiária onde viria a se formar o município de Olímpia.

¹³⁵ “Surge, pois, uma formação social integrada por homens engajados precipuamente numa produção especializada e obrigados, ao mesmo tempo, a auto-suprirem-se. [...] Na situação brasileira, essas duas práticas são *constitutivas uma da outra*. [...] Concebendo desse modo o vínculo entre a produção direta de meios de vida e a produção mercantil – como práticas que se negam e se determinam –, não se correrá o risco de perder o significado histórico da economia e da sociedade coloniais. Não se correrá o risco, por exemplo, de encará-las como uma *dualidade integrada*, que conjuga aspectos feudais e capitalista, mas se estará em condição de captá-las como uma *unidade contraditória*” (Franco, 1984; 179-180).

No primeiro capítulo, vimos semelhante análise sendo feita por Pierre Monbeig (1998), ao tratar da paisagem agrícola de uma fazenda cafeeira do Vale do Paraíba, contraposta à “dispersão” que passaria a caracterizar uma fazenda do Oeste Paulista.

mantinha uma noção patrimonialista, ainda que gradativamente desviada do escravo para a terra, que se convertia também em importante patrimônio para as famílias proprietárias.

Dentre as medidas que contribuíram para minimizar a importância social da escravidão, podemos ainda indicar uma preferência por trabalhadores “nacionais” na abertura de fazendas, como já analisamos no primeiro capítulo, de modo que a “caboclicização” esteve cumprindo um significativo papel de expansão da fronteira nessa sociedade ainda escravocrata. Ademais, o estudo de Emília Viotti da Costa (1998) estava repleto de exemplos de tentativas de substituir o escravo por máquinas, tocadas por diaristas, no beneficiamento do café. Algo semelhante seria tentado para a abertura e conservação das estradas da província paulista, tarefa majoritariamente imputada pelo Estado aos fazendeiros, que tinham que desviar escravos do eito para cumprir as exigências, segundo Costa. Apenas com a expansão das ferrovias o crônico problema da circulação das mercadorias começaria a ser minimizado, de acordo com a autora. No entanto, mesmo com as ferrovias, a maior parte dessa circulação seguiu dependendo do trabalho de tropeiros (em geral, “livres”), o que reforça o panorama de alguns dos papéis sociais existentes para além daqueles cumpridos majoritariamente por escravos.

Pensemos, por fim, brevemente no Estado neste contexto. Vimos, portanto, a partir de Prado Jr. (1969) e Beiguelman (2005) que um Estado autonomizado como independente passava a se interpor, ainda que precariamente, nas relações com o capital europeu. Isso ficava indicado na preocupação inglesa de estabelecer acordos para fazer valer sua política, o que incluía até mesmo o reconhecimento desse mesmo Estado como um igual, ao menos formalmente. A intenção declarada, em 1810, de abolir o tráfico somente seria efetivada em 1850, seja como decorrência da pressão inglesa, seja como da possibilidade interna para tal. Veja-se, entretanto, que, de 1831, quando da instauração da Regência (1831-1840), até 1850, vão-se quase vinte anos de idas e vindas no debate. E o fim do tráfico não viria a significar o fim do escravismo, que levaria ainda quase outros 40 anos para se dar.

Porém, a existência de um Estado autonomizado, por mais fraco e conturbado que pudesse ser, indicava a possibilidade de gestar políticas e, como passaremos a ver, de acionar o capital financeiro internacional e gestar o seu próprio capital financeiro. Com isso, gradativamente a metodologia de Prado Jr. (2000), para a qual o processo devesse ser compreendido *a posteriori*, ganharia um componente de uma intenção de *sujeito social*, personificado no Estado em questão. Dado o “modelo” de acumulação de capital que se

reproduzia após a Revolução Industrial, a existência do Estado tenderia a começar a buscar meios de conduzir o processo histórico, pensando *a priori* em medidas modernizadoras, concretizadas sobretudo por aqueles dois instrumentos acima mencionados e inter-relacionados: gestar políticas e gestar crédito.

Tentaremos pensar melhor no que consistiam tais medidas e como se portava esse Estado, focalizando a passagem que culminaria no “sistema” de trabalho do colonato na cafeicultura que começava a se expandir para o Planalto Ocidental paulista.

O outro “sentido da colonização” na colonização sistemática

Enquanto a proibição do tráfico, em 1850, constitui um importante marco no questionamento de um dos pilares da reprodução das relações sociais de produção, próprias do “sistema colonial”, sugerimos que o papel do Estado na sua promulgação poderia evidenciar uma espécie de fraqueza, em termos de poder social, dessa instituição. Formulemos melhor.

Por um lado, a “fraqueza” aparece como um Estado que se subordinava ao Estado imperialista inglês, que exigia acordos e se colocava no direito de inspecionar e mesmo apreender as embarcações que pertenciam ao primeiro, até o ponto de exigir o fim do tráfico. Por outro lado, tinha-se a descrição de um cenário em que as “regiões escravistas” é que determinaram quando o tráfico negreiro tornara-se dispensável, porque podiam suprir umas às outras com os escravos que já possuíam. Do ponto de vista externo, o Império brasileiro aparecia como se rendendo aos preceitos da Inglaterra; do interno, rendendo-se às oligarquias regionais.

Abandonemos aos poucos essa noção de fraqueza, para antes pensar numa ausência de autonomização desse Estado com relação ao capital, ou num processo de autonomização entre ambos. Isto é, a princípio, ao se constituir a colonização como *sistema colonial*, procuramos mostrar como a sintetização do sistema correspondia à ascensão do Antigo Regime. Isso queria dizer que o “exclusivo” colonial que se estabeleceu atrelava-se à constituição de Estados absolutistas que, personificando estes monopólios, personificavam um processo que, às suas costas, constituía uma acumulação acelerada de capital que permitiria a superação tanto do próprio Estado absolutista como do sistema colonial. Nesse processo, capital e Estado apareciam como que “fusionados”. A propriedade dos meios de produção não-

produzidos pertencia aos reis, que a concedia a “empresas” (a bem dizer, a súditos reinóis ou estrangeiros cristãos) que, pagando o tributo exigido, podiam realizar a acumulação de seus capitais juntamente com os do reino. Assim, faz sentido dizer que o Estado absolutista se fortalecia com o fortalecimento de uma classe burguesa de comerciantes, que gradativamente personificaria um capital que poderia mais tarde se autonomizar do mesmo Estado.

Desta perspectiva, as Revoluções Liberais e as Independências marcaram uma tentativa de separação entre capital e Estado, no sentido em que o monopólio do rei era duplamente questionado e em que se clamava por um Estado de direito que passasse a impor ou confirmar relações contratuais que, ao mediar as trocas, impunham o estatuto de igualdade formal de condição entre os contratantes.

As transformações iam além disso, mas não se davam por mero decreto: embora se pudesse formalmente reconhecer a colônia como um Estado autonomizado, sua capacidade para se portar como tal esbarrava nas condições de reprodução do capital internamente à mesma. Em suma, o escravismo ainda se fazia “necessário” (para a acumulação de capital) e não poderia considerar a inserção desse trabalhador como se dando numa relação de troca de equivalentes, sequer formalmente¹³⁶. Ao mesmo tempo, o Estado imperial não parecia ter meios (ou até interesse) de imediatamente impor instituições que se sobrepussem às relações estabelecidas regionalmente.

Pelo contrário, pedir isso para um Estado recém-egresso do sistema colonial, em que a colonização era vista, sobretudo, como uma empresa régia, e em que conselheiros, senadores e deputados eram largamente fazendeiros e comerciantes e, assim, aqueles mesmos que, portanto, personificavam tanto o Estado como o capital, seria incorrer numa projeção para trás de uma configuração construída historicamente pelo próprio processo de modernização, apresentado aqui como processo de autonomização.

Victor Nunes Leal (Leal, 1976) assim o fez, ao tratar o Estado como se subordinando à “arrogância do senhoriato rural” e deixando de estabelecer um código eleitoral que evitasse

¹³⁶ Há que se fazer a ressalva, antes já indicada, de que havia trabalho livre simultaneamente ao trabalho escravo, de modo que se pode alegar que havia produção de mercadorias para além da que era realizada com trabalho escravo. Neste sentido, talvez seja sempre importante ter em mente o papel central do tráfico negreiro como fonte importante de lucros no período. De todo modo, poder-se-ia alegar, olhando retrospectivamente o curso da história, que o escravo já poderia ter se transformado antes num “parceiro” ou num “agregado”, como de fato viria a ocorrer após 1888. Porém, não se pode reduzir os “camponeses” ou agregados existentes à época a meros trabalhadores formalmente subordinados ao capital, uma vez que a mediação da exploração de seu trabalho parecia passar por intrincados mecanismos de dominação pessoal, como sugeriu Franco (1997).

que esta oligarquia se reproduzisse no poder. Isso se explicava, para o autor, por uma “insuficiência do poder público, incapaz de exercer a plenitude das suas funções” (Leal, 1976; 252). A Constituinte de 1823 e a Assembleia Geral, de um modo geral, manteriam isso com o sufrágio sendo pautado por um censo econômico e vetado às mulheres; isso sem contar o fato de que a maioria da população era escrava e outra boa parte era composta por agregados. Fraudes freqüentes e políticos e burocratas nomeados compunham o cenário, que seria reforçado com a criação da Guarda Nacional, que atribuía funções teoricamente do Estado aos mais iminentes “cidadãos”.

Por sua vez, Raimundo Faoro (Faoro, 2008) analisou as concessões de sesmarias, durante a Colônia, como reiterando um “potentado rural”, que se estabelecia em enormes latifúndios, algo distinto do que a legislação originalmente procurara fomentar em solo português, visando, sobretudo, a pequena propriedade camponesa. A “autonomia” desse “potentado” e a sua aparência de feudalismo foram, pelo próprio autor, entretanto, questionadas, quando observava a aplicação dos “foros”, como instrumento régio para uma acumulação europeia¹³⁷.

Trata-se de pensar, dessa maneira, a naturalização da separação entre esferas pública e privada, algo passível de ser questionado mesmo quando a separação parece consumada pelo processo de modernização mais consolidado, uma vez que Estado e capital continuarão inevitavelmente a depender mutuamente¹³⁸. Daí o alargamento da noção de autonomização do capital (Marx, 1986, l. 3, t. 5, cap. 48) que estamos sugerindo.

Ela foi usada por Karl Marx (1986) para tratar da aparência de autonomia das esferas que compõem o capital, enquanto relação social pautada pelo fetichismo da mercadoria. Isto

¹³⁷ “Opõe-se ao feudalismo a própria natureza dos favores concedidos aos donatários, favores de estímulo a uma empresa que o rei engordava para colher benefícios futuros – é o capitalismo politicamente orientado em ação. O rei delimitou as vantagens da colonização, reservando para si o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias e das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos. O governo português não punha no negócio o seu capital, ao tempo escasso e comprometido em outras aventuras. Servia-se dos particulares – nobres e ricos, com suas clientelas e parentes sem cabedal acenando-lhes com a opulência e o lucro fácil, móveis de ação tipicamente capitalistas, como capitalista seria a oferta aos pobres da fácil vida americana. A propriedade rural brasileira tomou fôlego e se expandiu para a exploração de artigos exportáveis, ligados ao mercado mundial, via Lisboa” (Faoro, 2008; 155-156).

¹³⁸ Assim Carlos de Almeida Toledo (2008) compreendeu o procedimento de Nunes Leal (1979): “Tendo percebido o processo contraditório da formação institucional do Estado brasileiro, o autor parte da oposição público-privado sem criticá-la como historicamente determinada pelo processo de modernização. Neste processo, o Estado – face pública – autonomiza-se, até certo ponto, da acumulação do capital; e o capital autonomiza-se, de maneira relativa, do uso direto da violência por sua face privada. O autor parece crer na possibilidade de uma esfera pública legalmente regulada, apesar da menção à *poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado*” (Toledo, 2008; 218).

é, as esferas diziam respeito aos rendimentos e suas fontes, nos quais a propriedade fundiária permitia ao seu proprietário acessar uma renda fundiária, ao passo que a propriedade do capital gerava lucro ou juros ao seu proprietário e a da força de trabalho, salário ao trabalhador, o seu proprietário. O processo de modernização seria o de imposição dessa aparência fetichizada de autonomia, em que os membros de uma relação social de produção e de acumulação apareceriam como proprietários de mercadorias (terra, capital e trabalho), que lhes davam rendimentos. As mercadorias, assim, surgem como mais importantes do que seus proprietários, do ponto de vista do mercado e mesmo de seus proprietários, e assumem o papel de agentes da relação social (no sentido, de gerar rendimentos e de permitir a realização das necessárias trocas no mercado), o que esconderia a centralidade do processo de trabalho e do processo de valorização, segundo a formulação de Marx.

Enfim, incluir o Estado nessa formulação seria procurar os meandros de um processo de modernização em que este gradativamente apareceria como relativamente autônomo com relação ao capital, entendido como essa relação social reiterando o fetichismo da mercadoria. Essa aparência de autonomia não seria observada de início, mas construída historicamente e cada vez mais com uma importância crescente para os processos de reprodução social. Procurar quem personificava o Estado a cada momento poderia ser um procedimento de método a ser perseguido no intuito de reconstituir o processo em questão. Sugerimos que a existência de personificações do Estado, autonomizadas das personificações do capital e da propriedade fundiária não devessem estar presente quando da autonomização do Estado brasileiro em relação à metrópole portuguesa, impondo-se como Estado nacional, em 1822.

Retomemos os marcos que identificamos como fundamentais no processo de transformação social no período. À Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro, somava-se a Lei no. 601, consagrada como a Lei de Terras, ambas de 1850. Esta última estabelecia a compra e venda de terras como forma primordial de acesso à base fundiária. As posses deveriam ser registradas nas paróquias locais até 1854 e o que restasse seria considerado “terra devoluta”, pertencente ao Estado, que as revenderia e formaria um fundo para fomentar uma política de imigração de colonos europeus.

A exigência de um registro paroquial indicava que o Estado não dispunha de um aparato burocrático instalado para proceder à formalização das posses. Nessas condições, a Igreja Católica assumia uma função que deveria ser, do ponto de vista lógico, do Estado. Por outro lado, a transformação legal da terra em propriedade fundiária indicava um projeto de

modernização, visando alterar o fundamento da reprodução das relações sociais de produção. Nele, o questionamento do tráfico de escravos articulava-se à intenção de promover uma imigração de trabalhadores europeus para substituí-los. Esboçava-se, com isso, a passagem necessária (para a nova forma visada de acumular capital) de um monopólio que recaía sobre o trabalhador para um que devesse recair sobre os meios de produção.

Os estudos de Emília Viotti da Costa (Costa, 1999) e Rui Cirne Lima (Lima, 1990) identificavam um debate sendo travado no Congresso, durante a década de 1840, em que distintas formas de se estabelecer uma nova forma de colonização estavam em questão, até culminar nas referidas legislações. A mediação de uma esfera legislativa nacional na adoção do projeto a ser assumido pelo Estado reitera a autonomização em processo do próprio Estado e da política. No que se refere ao projeto em questão, os preceitos da teoria do economista E. G. Wakefield teriam sido amplamente discutidos e posteriormente implantados. Neles a oposição *terra livre - trabalhador cativo* ou *terra cativa - trabalhador livre* já aparecia claramente formulada:

O projeto baseava-se nas teorias de Wakefield e inspirava-se na suposição de que, numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas (Costa, 1999; 176-177).

Ao mesmo tempo, um senador que participava desses debates, tratava de colocar em prática, já na década de 1840, um projeto particular de imigração, trazendo colonos alemães e suíços para a sua fazenda em Limeira, no chamado primeiro *Oeste Paulista*. A famosa experiência do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, na fazenda Ibicaba, foi brevemente mencionada no primeiro capítulo, quando tratamos da pesquisa de Antônio Olívio Ceron (Ceron, 1969) sobre a citricultura em Limeira. Entre 1840 e 1847, Vergueiro chegou a constituir uma colônia com 423 imigrantes, que trabalhavam junto com escravos no trato e na colheita dos cafezais da referida fazenda. A partir de 1847, o senador fundaria a firma Vergueiro & Cia. para “importar” colonos para outros fazendeiros paulistas, retendo uma comissão de 12%, como preço do serviço. Assim, em 1855, os trabalhadores imigrantes já eram 3.500 na província de São Paulo (Stolcke, 1986; 20).

Dessa maneira, em meio à discussão preparativa para as legislações, tentativas de se encontrar uma alternativa na prática ao escravismo iam sendo formuladas. Com isso, a forma de acesso à base fundiária estava em questão e indicaria modelos distintos de colonização. Paula Beiguelman (2005) mostraria experiências de “núcleos de colonização”, organizados

pelo Estado, cedendo pequenas parcelas de terras de qualidade inferior a imigrantes. Estes núcleos gradativamente espalhados pelo Império eram normalmente justificados como estimulando a formação de “reservas” de trabalhadores “livres”, a serem eventualmente usados nas fazendas e nas cidades.

Por sua vez, Costa (1999) compararia a Lei de Terras, no Brasil, com o *Homestead Act*, nos Estados Unidos. Neste, uma formulação da teoria de Wakefield, distintamente aplicada, consistiria numa venda, a preços módicos, de títulos de propriedade em abstrato do vasto território a ser colonizado no Oeste daquela federação. A concretização da propriedade previamente adquirida dar-se-ia pela ocupação de uma gleba que ainda não tivesse sido ocupada, instaurando-se uma verdadeira corrida pelas melhores terras. O fundamento dessa medida era a produção de uma escassez relativa da base fundiária pela sua rápida ocupação. A escassez de trabalhadores não seria consequência da fuga dos mesmos para o Oeste, conquanto a imigração suprisse continuamente o Leste com novos contingentes, o que efetivamente vinha ocorrendo.

No Brasil, a doação de pequenas propriedades havia tido um caráter estratégico no Primeiro Império, com o intuito de assegurar sobretudo o território no Sul, principalmente diante das disputas que levariam à guerra e ao desmembramento da província da Cisplatina, em 1830, e também, posteriormente, ao final da Guerra do Paraguai.

Finalmente, na legislação de 1850, pelo contrário, prevaleceria o projeto em que as posses prévias seriam prontamente regularizadas e as possibilidades das próximas passariam teoricamente pela sua venda, quando em realidade seriam antes griladas ou posteriormente perdoadas, como vimos pelo estudo de Lígia Osório Silva (Silva, 1996). Porém, Rui Cirne Lima (1990), admitindo essa dificuldade de impor o fim das posses, via a Lei de Terras como, ainda assim, acabando legalmente com o chamado regime de “posses livres”, e, com isso, o autor compreendia que o conteúdo da lei que realmente lhe interessava era aquele de um projeto modernizador, que buscava operar uma transição¹³⁹, ancorado na teoria da *colonização sistemática*¹⁴⁰.

¹³⁹ “A Lei de 1850, por conseguinte, embora reconhecesse, de plano, a aquisição da propriedade pela ‘posse com cultura efetiva’, cuidou de corrigir os excessos havidos nesse particular, fugindo, porém, por outro lado, de decretar uma expropriação em massa, cujos efeitos seriam imprevisíveis, atenta a repercussão que teria sobre a nossa economia e a nossa própria organização social. Instituiu-se, pois, a formalidade da legitimação, a ser solicitada, sob pena de comisso, pelos posseiros nessas condições [...]. Com a Lei de 1850, entretanto, termina o regime jurídico das posses no Brasil” (Lima, 1990; 58-59).

¹⁴⁰ “Fiel à morfologia do sistema territorial norte-americano, a Lei de 1850 incorporou, contudo, à sua

Assim, a lei aparecia não como a eliminação, de fato, do problema da livre ocupação de terras abundantes, mas, tornado este mesmo “problema” (do ponto de vista da acumulação de capital) ele mesmo um crime contra a propriedade do Estado (as terras devolutas), mostrava-se a lei como uma forma institucional do próprio Estado de lidar com o problema, ao criminalizá-lo. Claro que quem personificasse o Estado personificava a condução da resolução (sempre parcial) da tensão instaurada, no caso aqui pela realidade de abundância efetiva de terras, transformada em problema jurídico e legal pela própria lei. Nisso, o coronelismo e a grilagem adquirem centralidade no processo, como forma de ser do Estado e de agir do capital que lidam com o problema posto (e alçado à sua nova qualificação formal). Por isso, observamos que essa questão era tratada *regionalmente* no período, sendo a região essa forma particular de reprodução do capital, aqui lidando com o questionamento do escravismo.

A questão da imigração, entretanto, seria o que daria uma especificidade para a transformação e ela não estava, de maneira alguma, desvinculada da questão fundiária. Voltemos para a parceria na cafeicultura, proposta na fazenda de Vergueiro.

A fórmula aplicada pela fazenda e reiterada pela firma de Vergueiro consistia em pagar a passagem do imigrante de sua origem até a fazenda, fornecer-lhe gratuitamente uma residência dentro da mesma, alimentos para um primeiro momento, antes das primeiras colheitas, e engajá-lo na produção cafeeira. Além disso, o imigrante podia plantar o que quisesse em áreas disponibilizadas e criar animais. Não havia uma quantidade especificada de cafeeiros que devesse tomar conta e, o que é mais importante, seu rendimento, tratando-se de uma parceria, daria direito à metade (ou outra parcela previamente acordada) dos ganhos finais. Embora pudesse parecer vantajoso para o trabalhador, a contrapartida advinha do endividamento inicial do fazendeiro que era cobrado do imigrante: a passagem, a comissão da companhia de Vergueiro, os alimentos e roupas e os juros. Embora a firma de Vergueiro cobrasse os primeiros itens diretamente dos fazendeiros que a contratavam, estes fazendeiros

substância todas as sugestões cabíveis, dentre as constantes dos postulados de Wakefield. [...] O artigo 18 autorizava o governo a importar colonos livres – ‘para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias, nos lugares, em que estas mais convierem’. O artigo 14 autoriza a venda das terras devolutas, e o seu § 2 fixa o preço dessas vendas – preço que é, aliás, segundo Varnhagen, ‘mui elevado comparativamente ao das terras particulares’. O artigo 19, enfim, determina que o produto dos direitos de chancelaria e da venda de terras seja exclusivamente aplicado à ulterior medição de terras devolutas e à importação de colonos. De resto, francamente wakefieldianos se haviam já mostrado o anteprojeto da Secção do Império e o projeto Rodrigues Torres” (Lima, 1990; 83-84).

repassavam os custos para os trabalhadores contratados.

O que podia parecer ser um acesso do trabalhador a parte considerável do produto de seu próprio trabalho acabava sendo retido nas cobranças do “investimento de capital” feito para trazer e instalar o trabalhador nas fazendas. As queixas não se restringiram às dívidas, como também a fraudes nas contabilidades do armazém e da fazenda, às condições de moradia e às condições das terras disponíveis para as roças de produção de alimentos. Uma série de revoltas passou a ocorrer nas fazendas, sendo as maiores no ano de 1856. Fugas de colonos das fazendas também foram registradas, bem como a qualidade no trato dos cafezais foi decaindo. Por isso, Verena Stolcke (1986) apontava para o fracasso dessas primeiras tentativas, indicando que o investimento privado na formação da força de trabalho talvez não fosse um caminho viável para a colonização:

Antes, a introdução do trabalho livre requeria um desembolso de capital cuja amortização exigia um nível de exploração que os fazendeiros não tinham condições de impor. O contrato de parceria não encaminhou adequadamente o problema de se criar uma força de trabalho confiável (Stolcke, 1986; 24).

Paula Beiguelman (2005; 97) acrescentaria que o próprio modo como a parceria era proposta desagradava ao trabalhador. O principal elemento de descontentamento, segundo a autora, era a separação espacial entre o cafezal e a roças, o que dificultava o trabalho, exigindo como que uma “dupla jornada”, nas palavras de José de Souza Martins (Martins, 1989), embora este autor estivesse tratando de outra situação em que essa separação também teria se dado.

Mais do que desagradar ao trabalhador (o que do ponto de vista do capital é, a princípio, irrelevante), a parceria passaria a desagradar também ao fazendeiro, quando o trabalhador passou a se “desviar” do cuidado com os cafeeiros para se dedicar mais ao cuidado com os *seus* plantios de culturas alimentares, de acordo com Stolcke¹⁴¹. Somente essa possibilidade já seria o bastante para constatar uma situação, por assim dizer, adversa para a acumulação de capital nas referidas condições. Diferente do que observou Wakefield (apud Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25) para o caso do capitalista inglês que, trasladando sua fábrica e seus operários para os EUA, viu os seus trabalhadores desaparecerem, tratava-se não tanto de

¹⁴¹ “O contrato deixava em aberto o número de pés de café a serem tratados por cada família e o tamanho da sua roça de subsistência, que inicialmente seriam de decisão dos próprios colonos. Isso permitiu que, à medida que os imigrantes se desinteressavam em quitar suas dívidas no prazo esperado, eles desviassem cada vez mais seu trabalho para as culturas alimentares. Embora muitos observadores tenham chamado a atenção para a alegada preguiça e falta de interesse dos imigrantes, o que de fato ocorria era, não tanto, uma subutilização absoluta da capacidade de trabalho, mas sim uma alocação alternativa de trabalho nas culturas alimentares” (Stolcke, 1986; 29).

uma fuga dos imigrantes das fazendas cafeeiras, mas uma “fuga” dos mesmos dentro da própria fazenda. Ao invés de irem acessar os meios de produção e trabalhar para si na fronteira agrícola, faziam-no no interior da fazenda mesmo, trabalhando em “suas” roças e abandonando o trato dos cafezais.

Tentando corrigir as “falhas” (também aqui, é claro, do ponto de vista da acumulação de capital) da parceria, os fazendeiros procuraram substituí-la por um contrato de locação de serviços, ancorado numa lei de 1837. Entre as medidas adotadas, havia a especificação do número de cafeeiros a ser cuidado por cada trabalhador, e, ao invés de repartir ao meio os lucros, passava-se a estipular um pagamento fixo pela colheita, a fim de evitar as fraudes na contabilidade. Ademais, a lei em que se embasava era declaradamente punitiva contra o trabalhador que não pagasse suas dívidas, prevendo prisões e trabalhos forçados e criminalizando a fuga do trabalhador endividado. A medida entre o trabalho escravo e o trabalho livre ia sendo, assim, testada. E, novamente, a criminalização pela lei se mostrava como forma do Estado de lidar com o “problema”, mas, como veremos, não de exatamente eliminá-lo.

O que levou, entretanto, também o novo contrato a fracassar era que, se o trabalhador continuasse na fazenda, mesmo que endividado e cuidando dos cafezais conforme o prescrito e até se interessando um pouco mais pela colheita do café, nada o parecia levar a cuidar bem dos cafeeiros. Assim, a qualidade do trabalho seguia não sendo assegurada contratualmente, sobretudo no trato dos cafezais, e a produtividade seguia sendo baixa¹⁴².

Dessa maneira, modelos de forçar o trabalhador a trabalhar passavam a ser debatidos. A mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) evidenciava aí o seu caráter de mobilidade sempre forçada do trabalho. Por outro lado, mostrava que a mobilidade do trabalho não se restringia ao seu aspecto, por assim dizer, mais geográfico. Os imigrantes, portanto, já haviam sido mobilizados nesse aspecto, tendo emigrado, e estavam no interior das fazendas, mas a qualidade dessa mobilidade demonstrava certa falta de “aptidão” destes para um trabalho que permitisse bons níveis de acumulação de capital. Poderíamos, desse modo, retomar a ideia de

¹⁴² “O número médio de cafeeiros cultivados por um trabalhador variava de 566 a 813 pés. Quanto maior a capacidade produtiva da família (famílias com uma proporção c/p entre 1,0 e 1,4) menor o número de pés de café tratados por cada trabalhador na família. A produtividade no café por trabalhador era baixa, especialmente quando comparada à média usual de 2000 e 2500 pés tratados, a partir da década de 1890, por trabalhadores que também produziam simultaneamente culturas alimentares. Além disso, as famílias que dispunham de uma capacidade produtiva comparativamente maior eram as que menos se empenhavam no cultivo do café” (Stolcke, 1986; 35).

Alencastro (2000) e pensar que era preciso, do ponto de vista do fazendeiro, “colonizar o colono”, mas também ressaltando que o “aprendizado da colonização” adquiria outra qualidade, exigindo uma nova postura também dos fazendeiros.

Paula Beiguelman (2005), lembrando que o trabalho escravo permanecia ocorrendo lado a lado ao trabalho desses imigrantes, remetia a opiniões que, na época, chegaram a afirmar que o escravo era mais produtivo do que o imigrante, na cafeicultura. Os representantes dessa corrente chegaram a vislumbrar a possibilidade de, cessado o tráfico, passar a reproduzir internamente o contingente necessário de escravos para manter a escravidão. Entretanto, João Manuel C. de Mello (1982) via que, economicamente, nos moldes em que o uso produtivo do escravo se dava, a “reprodução” visada implicaria em custos proibitivos. Fosse ou não viável, o debate em favor do questionamento da escravidão ganhava força política, e a alternativa (ao menos teórica) de uma reprodução *sistemática* interna do contingente de escravos seria impedida pela Lei do Ventre Livre, de 1871.

Ao mesmo tempo, como vimos, deixando o escravo de ser a única garantia de empréstimos, com igual estatuto conferido à propriedade fundiária, algo obviamente apenas permitido pela Lei de Terras que constituía juridicamente essa propriedade, o aumento do preço dos escravos, dentro da dinâmica do tráfico provincial, perdia uma importante contrapartida, em termos de investimento de capital assegurado por aquele patrimônio.

Simultaneamente, como estamos apontando, também nos mesmos termos, passava a surgir a alternativa de se “importar” trabalhadores “livres”. As dificuldades, porém, dessa alternativa permitir a acumulação de capital é que precisavam ainda ser solucionadas. Antes de se chegar a um consenso, uma última possibilidade seria discutida no Congresso Agrícola de 1878.

Tratava-se da aplicação da legislação de 1837, para forçar trabalhadores brasileiros livres e escravos alforriados a trabalharem na cafeicultura. Obviamente, essa questão passaria por romper relações com agregados das fazendas ou modificar acordos consuetudinários, algo que seria no mínimo complicado. A formulação da proposta, entretanto, era o bastante para mostrar que as referidas *relações pessoais* subordinavam-se a relações econômicas quando necessário, e o fundamento da acumulação como decorrente da exploração do trabalho poderia conduzir compadres e afilhados à redução a uma condição de meros trabalhadores¹⁴³.

¹⁴³ Não concordamos, como esta passagem procura expressar, com a formulação de José de Souza Martins sobre as “visões de liberdade” (Chaloub, 2011) que supostamente teriam escravos e homens livres da ordem escravocrata em contraposição à liberdade positivada pelo imigrante, supostamente mais propício a certa

Embora essa proposta tenha sido derrotada no congresso por aqueles que defendiam uma sistematização da imigração e buscavam meios de melhorar a qualidade do trabalho dos imigrantes, uma nova lei de locação de serviços foi promulgada em 1879, aumentando a punição a abandonos das fazendas e a greves.

A lei de 1879 e o seu fracasso imediato evidenciavam o problema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Fracassou porque não resolvia a questão que se colocava. Os fazendeiros continuavam a ter que arcar com os custos da imigração e, repassando-os aos trabalhadores, desestimulavam-nos ao trabalho no cafezal. O trabalhador que fosse preso não trabalhava; e as greves e a proibição delas consistiam numa péssima propaganda para o trabalhador europeu que pudesse vir a ser o imigrante no futuro, o que já renunciava a constituição de uma *sociedade do espetáculo* (Debord, 1997) a organizar futuramente as escolhas fetichistas da população.

A “liberdade” do trabalhador estava em questão. Ele tinha que, em algum nível de sua “subjetividade”, escolher trabalhar no cafezal e não ser apenas obrigado a fazê-lo. Entretanto, nas dadas condições, ou se pagava um alto salário para o trabalhador, ou se lhe permitia produzir seus próprios alimentos. Áreas dentro das próprias fazendas, subutilizadas e disponíveis para esses plantios existiam. Estes alimentos eram também mercadorias em potencial e, portanto, possíveis fontes de “lucro” (ou de composição da renda ou do “salário”) para esses trabalhadores. Porém, ao mesmo tempo, o engajamento do trabalhador na fazenda implicava uma dívida e, dentro dessa conjunção de fatores, enquanto fugir tinha o risco das punições previstas em lei, negligenciar o trato do cafezal era uma possibilidade assegurada.

A perspectiva do açoite estava presente, porém cada vez mais se deparava com uma

“ascese intramundana para o trabalho” (Weber, 2005). Nos termos propriamente de Martins temos as seguintes passagens. No caso particular da liberdade dos homens livres, Martins a considera como se dando por oposição à não-liberdade do cativo, a quem este estava referenciado e, assim, diferenciava-se socialmente: “Na verdade, esse homem livre [da sociedade escravocrata, cuja presença era 'complementar e integrativa'] desagregou-se também quando o mundo do cativo se esboroou, porque a sua liberdade era essencialmente fundamentada na escravidão de outros” (Martins, 2000; 12).

Para o escravo, por sua vez, uma explícita formulação da teoria do escravo-coisa seria sociologizada por Martins, a quem a crítica de Chaloub deveria ser direcionada: “Para o escravo, a liberdade não é o resultado imediato do seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não é seu. A liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho; ele passa a ser livre para recusar a outrem a força de trabalho que agora é sua. Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário, o seu trabalho passa a ser a condição da liberdade. É no trabalho livremente vendido no mercado que o trabalhador recria e recobra a liberdade de vender novamente a sua força de trabalho. É claro que se está falando aqui, tanto num caso como no outro, de uma liberdade muito específica: a liberdade de vender a força de trabalho” (Martins, 2000; 17).

realidade contratual, em que o trabalhador não estava ainda tão pressionado pelas condições de expropriação como um assalariado “normal”, e que assim “pressionava” o fazendeiro, reduzindo-lhe as taxas de acumulação. Nessas condições, diferente de no assalariamento, despedir o trabalhador seria um prejuízo para o fazendeiro, que, além de não ter seu investimento inicial (para mobilizá-lo) recuperado¹⁴⁴, teria que realizar outro de mesma monta.

Assim, o próprio Vergueiro já pressionara o Senado, ainda nos anos 1850, a arcar com parte dos custos da “importação” de imigrantes. Lembremos que a criação de um fundo com esse intuito estava prevista na Lei de Terras, o que confirmava o modelo de Wakefield¹⁴⁵. Do mesmo modo como a demarcação e a venda de terras devolutas não viriam a ocorrer, como observou Lígia O. Silva (1996), tampouco esse fundo seria imediatamente criado com o dinheiro oriundo de tais vendas. Um Estado que dependia da Igreja Católica para registrar as propriedades fundiárias, não parecia ter qualquer estruturação para sequer averiguar a imensidão de terras que seriam consideradas devolutas, a partir de 1854, e, portanto, não conseguiria criar o referido fundo.

Um Estado organizado localmente pelo coronelismo e suas estruturas talvez organizasse dessa forma um monopólio regional do acesso aos meios de produção e à constituição do patrimônio familiar, que seria uma maneira bem particular (do ponto de vista autonomizado do que é *público*) de lidar com a lei. Como sugerimos, mais atrás, esse mesmo Estado assim “interessado” em cumprir o rigor da lei não parecia existir na perspectiva de quem o personificava, e isso não era exatamente um erro (por mais que questionável moralmente), mas condizia com a forma de ser do próprio Estado de então. Além disso,

¹⁴⁴ Martins observa, dessa passagem, o parceiro representando uma renda capitalizada para o fazendeiro: “O trabalhador entra no processo produtivo igualmente como renda capitalizada, já que o fazendeiro [...] tinha que custear transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. [...] O trabalho continuava assumindo a forma de renda capitalizada do fazendeiro” (Martins, 2000; 68).

¹⁴⁵ Recuperamos o “modelo” de “colonização sistemática”, a partir de Marx: “Se se quisesse, de um golpe, transformar toda base fundiária de propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia — é verdade — o mal pela raiz, mas também — a colônia. A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada. Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, deveria ser usado pelo governo, por outro lado, para importar, na mesma proporção em que ele cresce, pobres-diabos da Europa para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista seu mercado de trabalho assalariado” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25; 300).

persistia uma região cafeeira ainda majoritariamente escravista, enquanto no Oeste Paulista a expansão das fazendas se dava de forma mais acelerada e com as referidas experiências de parceria com imigrantes.

Por isso, há se ponderar, por exemplo, o discurso então vigente do “abrançamento” da população por meio da imigração europeia como um que também, em certa medida, justificava uma forma de reproduzir o capital cafeeiro contra outra, por mais que tenha tido uma potência real em termos ideológicos e nas estratificações sociais das mais persistentes. Por isso, também deve se tomar cuidado com uma formulação que aceite a compreensão de que negros e agregados não tinham a “necessária” concepção positivada de liberdade, que os imigrantes tinham¹⁴⁶. A recuperação do conflito entre *regiões* cafeeiras sugere que talvez uma dessas resistisse à instauração de um novo mercado de trabalho (este de trabalho *livre*), o que talvez diga pouco do ponto de vista de quem reproduzia aquela região escravista, sobretudo em termos de potencial¹⁴⁷ de assumir novas formas de mobilidade do trabalho em condições que viessem a ser transformadas. Mesmo para o imigrante europeu, como estamos ressaltando, a liberdade positivada do trabalhador não parecia conduzir diretamente à produtividade esperada do trabalho.

Desse modo, passados quase trinta anos depois das legislações de 1850, a questão se resolveria de outra maneira. Após o Congresso de 1878, a sistematização de um novo contrato de trabalho aconteceria, sobretudo nas fazendas do primeiro Oeste Paulista, em torno de Campinas até Limeira. Neste contrato, passaria a estar previsto o número de carpas que o “colono” teria que fazer num número de cafeeiros também já determinado, para o que receberia um pagamento fixo. Além deste pagamento, haveria uma remuneração proporcional para a colheita do café. Pensava-se, com isso, solucionar o problema da qualidade do trabalho realizada, uma vez que os rendimentos seriam repartidos e as tarefas estavam mais bem

¹⁴⁶ Retomamos, assim, mais uma vez, uma formulação encontrada em José de Souza Martins: “As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como virtude da liberdade” (Martins, 2000; 18).

¹⁴⁷ O próprio engajamento posterior de ex-escravos e de caboclos e caipiras nas fazendas cafeeiras, com contratos de parceria ou mesmo como “camaradas” ao lado dos colonos europeus, sugere que a afirmação de Martins seja um tanto perigosa: “Uma sociedade cujas relações sociais fundamentais foram sempre relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido” (Martins, 2000; 18).

determinadas¹⁴⁸. Acrescentava-se a isso, conforme salientava Beiguelman (2007), que o cultivo de alimentos entre as fileiras de cafeeiros estava permitido, o que representaria um estímulo determinante ao cuidado conjunto do cafezal.

Portanto, contra as medidas coercitivas até então tentadas, passava-se a se preocupar em incentivar o colono a trabalhar¹⁴⁹. Era este o *colonato*, que persistiria na cafeicultura com poucas modificações até 1963, portanto por aproximadamente 80 anos.

Porém, sem se resolver efetivamente a questão do endividamento prévio do trabalhador, este “sistema de colonização” não estaria completo. Assim, a Lei no. 2, de 1881, da província de São Paulo, estipulava que o Estado passaria a arcar com os custos das passagens dos imigrantes do porto de origem até as fazendas, acabando com o problema dos endividamentos, na medida em que se incorria num procedimento semelhante ao que Celso Furtado (2000) chamou de “socialização das perdas”. O Estado, dessa maneira, fazia empréstimos junto às casas bancárias inglesas, garantindo o pagamento dos juros, para subvencionar uma imigração que beneficiava principalmente as fazendas cafeeiras do Oeste Paulista. Não era um fundo de dinheiro advindo da venda de terras devolutas, como fora prescrito em 1850, mas um dinheiro mobilizado no capital financeiro inglês, ancorado na dívida pública.

Um procedimento parecido já fora feito, em 1852, quando foi promulgada a Lei Ferroviária, em que o Estado (articulando as instâncias imperial e provincial) garantia juros conjugados de 7% para os capitais investidos nas construções de ferrovias.

O problema do transporte, sobretudo do café, entre as décadas de 1840 e 1860, tornara-se crônico. Emília V. da Costa (1998) afirmava que, entre 1840 e 1862, a descida de

¹⁴⁸ “Com o pagamento de um preço estipulado e separado pelas carpas – uma espécie de salário mínimo fixo –, que garantia aos trabalhadores uma renda estável e independente dos rendimentos do café, esperava-se que eles não negligenciarão os cafezais fora da época da colheita. Além disso, visto que parte da remuneração dos trabalhadores pelo novo contrato dependia diretamente do número de pés tratados, e não mais do rendimento, era de se esperar que eles se sentissem encorajados a cultivar um maior número de pés. Mantendo-se, porém, o sistema de remuneração por produção na época da colheita, os custos de mão-de-obra poderiam ainda ser ajustados às flutuações anuais no rendimento. Além disso, os custos de trabalho por unidade poderiam ser reduzidos, com a intensificação da atividade das famílias dos imigrantes, durante colheita, quando era maior a demanda de mão-de-obra” (Stolcke, 1986; 36-7).

¹⁴⁹ “[...] impunha-se a própria substituição do trabalho coercitivo pelo incentivado. O incentivo consistia na oportunidade de alguma acumulação econômica, oferecida ao imigrante através da atividade intensa da família colona na expansão do cafezal, remunerada na base de um salário fixo anual acrescido de quota por alqueire de café colhido, e, principalmente, com a permissão do usufruto das terras intercafeieiras. Essa última forma de remunerar o trabalho que assim se implantava era na verdade uma possibilidade exclusiva da área em expansão, e pois em processo de abertura de cafezais” (Beiguelman, 2005; 104).

São Paulo a Santos, pelas tropas de mulas, levava entre dez e 12 dias, com inúmeras perdas de cargas. Para complicar, as estradas no interior do estado também eram péssimas e o Estado não tinha “estrutura” para reformá-las e nem construir novas. Tanto era assim que, entre 1843 e 1846, leis obrigavam os fazendeiros a cederem 20% dos seus escravos para construir e reformar estradas (Costa, 1998).

Com base na referida legislação de incentivo à instalação de ferrovias, em 1867 a estrada entre Santos e Jundiaí seria concluída, basicamente com capitais ingleses, construída com engenheiros e operários ingleses e com financiamento de bancos ingleses. Ao passo que se reduzia, drasticamente, o custo, aumentava-se a velocidade e a qualidade do frete, e a ferrovia permitia um avanço das plantações para o chamado Oeste Paulista. Sociedades de ações dos fazendeiros, principalmente dos do entorno de Campinas, também se valeriam da mesma legislação para mobilizar o mesmo capital financeiro inglês e constituir companhias ferroviárias. Não bastava mais o capital de um ou outro fazendeiro, e tampouco a união dos mesmos nessas sociedades seria o bastante para a construção de tais empreendimentos¹⁵⁰. Precisava-se da sustentação dada pelo Estado¹⁵¹, mas a união dos fazendeiros era também decisiva na concretização das medidas¹⁵², que afinal mediavam a ação possibilitada pelo capital financeiro inglês. Este representava a ascensão da “potência inteiramente nova” do sistema de crédito, sendo articulado pelo Estado e mediando a expansão da acumulação capitalista, conforme teorizado por Marx:

Sem levar isso em conta, com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se

¹⁵⁰ “O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos. E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 23; 198).

¹⁵¹ “É indiscutível, também, que o Estado brasileiro, ao conceder garantia de juros aos investimentos externos em ferrovias, assegurando ao capital estrangeiro rentabilidade certa a longo prazo, desempenhou um papel essencial. Em suma, o *entrelaçamento* do capital mercantil nacional com o capital financeiro inglês, tornado possível e estimulado pelo Estado, começa por explicar o extraordinário surto ferroviário da segunda metade dos 60” (Mello, 1982; 80-1).

¹⁵² “O novo investimento estava muito longe da mera organização de tropas, atividade conhecida e exercida por vários dos grandes fazendeiros. A sua dimensão técnica e escala impediam iniciativas puramente individuais. Ao contrário, exigiam o desenvolvimento de um ‘espírito associativo’ que congregasse recursos de várias famílias. Em função disso, diz Saes, a ferrovia surge na forma de grande sociedade por ações, procedimento adotado em vários outros investimentos” (Perissimoto, 1999; 75).

transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais (Marx, 1985, I, I, t. 2, cap. 23; 197).

O sistema de crédito, porém, não se restringia a agir nessa esfera das “grandes obras”, como o caso das ferrovias. O custeio da produção era também “alavancado”, constantemente, pelo crédito mediado, a princípio, pelos chamados *comissários*, que adiantavam dinheiro aos fazendeiros e, em geral, comercializavam a safra com exportadores associados, retendo uma comissão¹⁵³.

Raymundo Faoro (1989, II; 412-413) observou a existência entre fazendeiros e comissários de relações pessoais, que viriam a progressivamente se impessoalizar com o surgimento das casas bancárias, ao longo do século XIX. Ainda assim, afirmou ter havido uma persistência das casas comissárias, pela capilarização com que tinham se organizado pelo interior e pelas mesmas relações pessoais com fazendeiros. Também a expansão cafeeira e o crescimento dos negócios fariam por dissociar da atividade do comissário as tarefas de ensacar e de exportar, que se especializariam. Mesmo com a entrada de grandes exportadores, articulados ao capital inglês, o comissário persistiria na cafeicultura, personificando um crédito direcionado desde o topo do capital financeiro à base da produção cafeeira. A relação pessoal, portanto, e o capital comercial se mostravam completamente entrelaçados com as dinâmicas mundiais do capital, no panorama traçado por Faoro:

Poupa-se a casa exportadora dos riscos do negócio, preservando o comissário, dado que, antes da compra do café, vende-o em Nova Iorque, negócio possível em consequência da sua projeção internacional. De outro lado, o comércio importador, também predominantemente inglês, não engole o comércio nacional, que funciona como agente distribuidor daquele. No topo dessa organização, o capital financeiro – os bancos ingleses – comanda o jogo, sustentando o complexo exportador-importador e os negócios das companhias estrangeiras (estradas de ferro, serviços urbanos, portos, etc.). Essa túnica de crédito, de exportação e importação, tinha efeitos estabilizadores sobre a economia, não só impedindo o alargamento do mercado interno e a elevação industrial, senão desestimulando o artesanato (Faoro, 1989, II; 415).

Nos termos de Faoro (1989), assim, tem-se uma expansão da economia agrário-exportadora subordinada ao movimento do capital financeiro e industrial inglês, que aliás parecia coibir a industrialização nacional, algo que debateremos no capítulo seguinte. De todo modo, observamos a importância do crédito na expansão cafeeira e alguns dos mecanismos que a ligavam ao *sistema mundial produtor de mercadorias* (Kurz, 2000).

No entanto, este crédito tinha como contrapartida um endividamento em potencial dos

¹⁵³ “Este era, na verdade, ao menos no início, uma espécie de agente comercial que atuava em nome do fazendeiro junto aos exportadores, mediante uma remuneração geralmente de 3% sobre o valor do negócio. Teoricamente, ao menos, o comissário agia em defesa dos interesses do fazendeiro, classificando o café, formando ligas, e jogando sempre na alta dos preços” (Martins, 2004; 77).

mesmos fazendeiros. Assim, para encerrar essa questão, deixaremos registrado que, segundo Faoro (1989), já no século XIX, os fazendeiros se queixavam da dependência criada com os comissários, formulando pedidos pela intervenção estatal no suprimento de um crédito rural. Com isso, poder-se-ia confirmar uma compreensão clássica da cafeicultura como subordinada ao capital comercial (tanto do comissário, como do traficante de escravos, e também dos exportadores), embora aqui estejamos tentando fugir às meras classificações. Aquele sonho antigo, que Faoro já ironizava como a criação de uma dependência para com o Estado, viria a ser de fato um elemento determinante da modernização da agricultura nos anos 1960, conforme veremos no capítulo 3. Retenhamos, portanto, os termos de Faoro, que recupera argumentos como os de José de Alencar:

O senhor territorial, agrilhado ao crédito, sofre contínua transformação: não raro é o credor de ontem, como será o devedor de amanhã. [...] O antigo fazendeiro trabalhava para o traficante que lhe fornecia escravos, como o atual trabalha para o correspondente (comissário) ou para o banco que lhe adianta capitais. [...] Quer-se que o Estado, até agora comprometido com o comissário e o exportador, seja mais atuante, guiando, sem esquecer a tutela, para as águas que criem outra nação, não só moderna, mas próspera. [...] Um passo será o apelo geral: o crédito sem o conteúdo mercantil. [...] O remédio será o banco agrícola, ao estilo do Banco do Brasil para o crédito mercantil. A base seriam apólices agrícolas, com o dividendo máximo de 8%, com as quais se expandiriam créditos a 25 anos, resultando na libertação do agricultor. Libertação da lavoura do comissário, não para a autonomia, mas para se atrelar ao Estado (Faoro, 1989, II; 418-420).

Alguns pontos devem ser observados nisso que apontamos. Primeiro, ressaltamos que o Estado não estava suficientemente estruturado para promover por si grandes obras de infraestrutura e de burocratização, ou de juridificação, nos termos de Robert Kurz (1997), como tampouco podia diretamente subvencionar um crédito massificado para a produção, a partir do que propôs Faoro (1989).

No entanto, constituindo-se como Estado autonomizado, a partir da Independência, passaria a dispor de mecanismos para realizar leis e para lidar com um fundo público que se gestava. As leis que incorriam sobre as transformações que estamos ressaltando eram profundamente impactantes sobre a forma social proveniente do período colonial, por mais que nem sempre fossem efetivamente praticáveis ou praticadas. Questionava-se o tráfico negreiro “internacional”, modificava-se a escravidão, transformava-se a terra em propriedade privada e passível de lastrear empréstimos, tentava-se disciplinar a força de trabalho imigrante, e, enfim, davam-se garantias para o investimento de capital em ferrovias para fomentar a expansão das fazendas cafeeiras, agora decididamente tocadas por trabalhadores livres, pelo menos parte delas.

A expansão da cafeicultura para o Oeste Paulista procurou terras de fertilidade

superior, como apontamos no primeiro capítulo. As ferrovias possibilitaram essa expansão, na medida em que reduziram a influência de uma suposta renda diferencial de localização, e, como vimos no estudo de Monbeig (1998), a direção das mesmas seguiu as terras de melhor qualidade, que pertenciam de antemão aos seus diretores. Portanto, esses diretores das companhias ferroviárias eram, ao mesmo tempo, fazendeiros e, muitos deles, deputados e senadores, e mesmo coronéis, conforme rastreou o estudo de Perissimoto (1999). Seu poder na articulação das medidas que beneficiavam suas produções vai ficando mais evidente nesse momento. Um Estado autonomizado era, de alguma maneira, levado a tomar medidas que beneficiavam aos fazendeiros do Oeste Paulista, que personificavam em parte também esse Estado. Assim, poder-se-ia repensar esse Estado como ainda fusionado ao capital, porém um capital que se portava não exatamente como nacional, como sugere João Manuel C. de Mello¹⁵⁴, mas principalmente de uma *região* que instituía uma nova forma de acumular capital na cafeicultura¹⁵⁵.

Assim, a “região” cafeicultora do Vale do Paraíba sabidamente escravocrata via, nesse momento, a fertilidade de suas terras decair, como já expusemos no primeiro capítulo. Porém, via medidas serem tomadas em favor de uma cafeicultura que diferia qualitativamente daquela ali realizada, não só pela qualidade das terras do Oeste. O emprego de imigrantes no trato dos cafezais estava, a partir da década de 1880, sistematizado no colonato e a política de imigração em massa consolidava uma nova forma de reprodução, na medida em que desonerava os fazendeiros (mas, sobretudo os próprios colonos) de pagar as passagens. Majoritariamente escravista e com produção declinante, o Vale do Paraíba não seria um interessante destino para os imigrantes, bancados pelo Estado. Essa relação qualitativamente distinta de duas *regiões* viria a corroborar, por sua vez, a maneira como retomamos o conceito, a partir de Francisco de Oliveira, para quem: “... as regiões seriam definidas pelo

¹⁵⁴ “Neste mesmo momento, a economia mercantil-escravista cafeeira assumiria seus traços definitivos: grande empresa produzindo em larga escala, apoiada no trabalho escravo, articulada a um sistema comercial-financeiro, controlados, uma e outro, nacionalmente. Estava, portanto, estabelecida no Brasil, uma economia nacional. A queda do ‘exclusivo metropolitano’ e, em seguida, a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internacionalizassem as decisões de investir. O momento do surgimento da economia cafeeira, quer dizer, sua simultaneidade com a Revolução Industrial, a precocidade do desenvolvimento do capital mercantil nacional e da formação do Estado Nacional e, ademais, a existência de recursos produtivos, explicam por que se efetivou esta possibilidade mantendo-se o controle nacional do sistema produtivo” (Mello, 1982; 57-8).

¹⁵⁵ “[...] privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (Oliveira, 2008; 145).

caráter diverso das leis de sua própria reprodução e pelo caráter de suas relações com as demais” (Oliveira, 2008; 143).

Lembrando que a fórmula do colonato passava por um estímulo ao trabalhador, este também teria que estar de acordo ao aceitar ir para esta ou aquela fazenda. As fazendas do Vale, dessa maneira, ofereceriam menores rendimentos para esses colonos, de modo que, na prática, a política de imigração em massa privilegiava uma “região” cafeeicultora específica, o Oeste Paulista. Por mais que o preço fixo pelo trato dos cafezais pudesse vir a ser maior no Vale, os rendimentos oriundos da colheita do café e dos plantios de alimentos entre os cafeeiros seriam seguramente menores. Diante dessa explicação das remunerações diversas do colono, temos que a monetarização de parte de seu rendimento estava contraposta ao acesso aos meios de produção, complicando a interpretação dessa forma de trabalho como assalariada ou não, conforme veremos na conclusão dessa parte.

Para completar o “esquema”, a Lei Provincial no. 28, de 29 de março de 1884, aumentava o aporte financeiro para bancar a imigração e privilegiava o subsídio a famílias e, além disso, daqueles que já tivessem parentes e conhecidos que tivessem imigrado para o Brasil. Fomentava-se, portanto, um trabalho concebido como *familiar*, também para, desse maneira, permitir um rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho ou para diminuir uma alta mobilidade de colonos entre as fazendas. Veremos adiante, entretanto, que essa escolha por um trabalho familiar, por mais que direcionada por uma política estatal e subsidiada pelo financiamento do capital, viria a corroborar parcialmente uma interpretação do colonato como um trabalho não exatamente capitalista.

Um ano depois daquela lei, uma modificação na legislação permitia que o subsídio fosse direcionado não apenas diretamente ao imigrante, como também para os fazendeiros. Por conta dessa brecha, em 1886, a iniciativa de Vergueiro ganhava contornos de um esforço de classe, articulado ao Estado provincial, com a criação da Sociedade Promotora da Imigração, capitaneada pelos fazendeiros Antônio Queiroz Telles e Martinho Prado Jr., que nesse momento abriam enormes fazendas cafeeiras nas proximidades de Ribeirão Preto. Essa Sociedade articulava a imigração e reforçaria o controle parcial da mobilidade do trabalho naqueles termos antes suscitados: um trabalhador preferencialmente subvencionado junto com a família e destinado para o trabalho nos cafezais.

Se as próprias condições de emprego eram favoráveis no Oeste Paulista, as determinações acima reforçavam o destino das novas levas de imigrantes para essas

localidades. Por isso, Monbeig (1998) ressaltou que a localização dos imigrantes ia se concentrando nas áreas de maior rendimento dos cafezais, para onde seguidamente migravam os imigrantes. E, por isso, Beiguelman (2005) chegava à seguinte conclusão, no essencial igual à que chegariam Stolcke¹⁵⁶ e Martins¹⁵⁷, mas ressaltando o benefício para uma região cafeeicultora em particular:

Com o imigrantismo em grande escala subvencionado pelos cofres públicos, alterava-se radicalmente o esquema vigente. Enquanto as administrações provincial e nacional encaravam sua tarefa no sentido de uma concessão de auxílios pecuniários aos fazendeiros, o Oeste mais novo, ao invés, passava a interpretar a imigração em termos do estabelecimento de um abundante mercado de trabalho estrangeiro promovido pelo Estado (Beiguelman, 2005; 62).

Em 1887, com a política de imigração já plenamente em prática, o número de imigrantes superava o de escravos no estado de São Paulo. Uma taxa de Rs. 400\$000 por escravo, as agitações abolicionistas que ganhavam força nas cidades próximas a Campinas e tendo um Primeiro Ministro como o paulista Antônio Prado, a formulação da Abolição ia se concretizando.

Desse modo, estamos sugerindo que o “sentido da colonização sistemática” deva ser pensado como, de algum modo, distinto do “sentido da colonização” anteriormente analisado. Tendo sido este último o de promover a acumulação primitiva do capital, mas, ao mesmo tempo, permitindo a superação do próprio sistema colonial e sendo, portanto, um importante passo da formação do Brasil contemporâneo; por outro lado, as transformações que estavam no bojo do projeto de “colonização sistemática” indicavam, todavia, um novo “sentido” a ser buscado para a acumulação de capital.

Estamos assim afirmando que a superação do escravismo dava-se também pela expansão da cafeeicultura, que, por sua vez, articulava-se com novas possibilidades de incorporar produtivamente os meios de produção e a força de trabalho. Porém, ressaltamos que a passagem não teria sido diretamente para uma condição de permitisse a existência de uma forma propriamente assalariada, nem de consolidação definitiva de um mercado de trabalho e de mercadorias propriamente nacional. Ainda assim, sustentamos que o sentido a

¹⁵⁶ “Em 1884, em vez de coagir os trabalhadores diretamente, o Estado procurou obter mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas, inundando o mercado de trabalho com imigrantes subvencionados. Em 1886, o governo provincial havia encontrado uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes, e o resultado foi praticamente imediato” (Stolcke, 1986; 42).

¹⁵⁷ “Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se as condições para que se instituisse o trabalho livre e o mercado de trabalho. A intervenção do Estado na formação do contingente de mão-de-obra para as fazendas de café representou, de fato, o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento cafeeiro” (Martins, 1998; 66-7).

ser perseguido fosse este. Entretanto, mais uma vez, esse processo se daria às costas dos “sujeitos” que personificavam as transformações. Finalizemos a discussão, revelando as bases teóricas que organizaram essa interpretação e uma discussão sobre os fundamentos da expansão do capital.

Em seguida completaremos uma revisão bibliográfica importante sobre o momento de *síntese* do processo de formação da superpopulação relativa, engendrado pela reprodução das relações sociais de produção, na expansão cafeeira, que se tornaria progressivamente crítica. Porém, esta revisão será articulada à apresentação da transição final do colonato para o trabalho propriamente assalariado, no caso particular de fazendas do distrito de Monte Verde do município de Cajobi, desmembrado do antigo município de Olímpia.

A lei geral de acumulação perseguida pela reprodução do colonato

José de Souza Martins (1998; 2000 e 2004), na introdução de seu *O cativo da terra*, compara a escravidão ao trabalho do parceiro e do colono para diferenciá-los sob o aspecto de que na escravidão a expropriação se dá de maneira quase plena para nestas em que a liberdade do trabalhador é pressuposta, de forma que o parceiro e o colono são trabalhadores livres. No entanto, logo o autor equipararia todas estas formas de exploração do trabalho como não estabelecendo relações sociais de produção especificamente capitalistas. Seriam, portanto, relações de trabalho criadas pelo capitalismo, porém, contraditoriamente, não capitalistas.

Para o escravo, Martins (2000) reforçaria um entendimento de um lucro comercial se dando antes mesmo da exploração do trabalho, cuja reprodução não passava, ainda, por uma troca de tempo de trabalho por dinheiro que envolvesse o trabalhador como proprietário de sua força de trabalho. Tinha-se, para este autor, portanto, uma acumulação pautada pela extração de uma suposta *renda capitalizada*¹⁵⁸, que não era exatamente uma renda pré-capitalista, como tampouco uma renda fundiária tipicamente capitalista. Não se tinha, desse

¹⁵⁸ “Entretanto, como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, o seu cativo não representa uma forma pré-capitalista de renda – trata-se efetivamente de renda capitalizada, de forma capitalista de renda, renda que reveste da forma de lucro. Exatamente por isso é que o fazendeiro não pode ser definido como um rentista de tipo feudal, um consumidor de rendas” (Martins, 2000; 16). Ariovaldo Umbelino de Oliveria reproduziria essa mesma compreensão: “O escravo era renda capitalizada, ou seja, seu preço nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele” (Oliveira, 1987, p. 36).

modo, uma valorização do valor, mas um processo de produção do valor¹⁵⁹, o que podemos entender como uma espécie de re-formulação do sentido “profundo” da colonização¹⁶⁰ (Novais, 1969).

Para o parceiro e para o colono, Martins (2004) via uma dissociação, por vezes até espacial, entre trabalho socialmente necessário, materializado nas roças de subsistência, e trabalho não-pago nos cafezais, de modo que a contabilização de ambos por um mecanismo único como o tempo abstrato (a turvar a diferença entre um e outro) levando ao equivalente monetário em salários ficava complicada de ser feita.

Como agravante, para o parceiro, ainda se tinha que entrava na relação de trabalho com um investimento prévio do fazendeiro na sua mobilização. Desse modo, este autor também compreenderia o trabalho no cafezal e a produção de café pelo parceiro como um sobretrabalho acumulado pelo fazendeiro na forma de uma *renda capitalizada*. Já o colono tinha este esquema rompido, embora não se observasse uma monetarização efetiva de seus rendimentos, de modo que o lucro parecia-lhe como uma renda originada da entrega do café pelo colono ao fazendeiro.

O que diferia, portanto, de maneira fundamental, o colono de um assalariado era o acesso parcial aos meios de produção, que era acionado coletivamente pela família do colono: “É, porém, a produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar que impossibilita definir essas relações como relações capitalistas de produção” (Martins, 2000; 19).

Temos, assim, que, enquanto o escravo explicitamente se distinguia do operário industrial clássico, o colono aparecia, nesta explicação, como nem tão diferente do operário por ser igualmente “livre”, mas efetivamente distinto daquele, por não receber apenas um salário em dinheiro pela cessão de sua força de trabalho.

Mas por que o assalariamento determinaria uma mudança qualitativa tão definitiva das relações sociais de produção? Provavelmente essa pergunta já encontrou sua resposta na

¹⁵⁹ “Nesse último [o caso do trabalhador livre], o preço da força de trabalho do operário é medido pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, isto é, o tempo representado pelo valor criado que retorna ao trabalhador sob a forma de meios de vida. Já sob o trabalho escravo, além do tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, é preciso antecipar uma parte do seu trabalho excedente para pagar ao traficante o seu uso, **a sua exploração como produtor de valor**” (Martins, 2000; 16 – grifos nossos).

¹⁶⁰ No sentido de que a colonização fora parte da acumulação primitiva do capitalismo industrial europeu, este sim ancorado em relações de exploração do trabalho assalariado, em que a valorização do valor tem centralidade.

formulação que anteriormente fizemos, especialmente ao contrapor a liberdade contraditória do trabalhador assalariado inglês com o escravismo colonial, embora aqui apresentemos um caso que parece estar a meio caminho entre um e outro, sem querer com isso indicar qualquer gradação evolucionista na comparação feita.

Retomemos, para indicar uma resposta à pergunta, como Marx organiza o entendimento da acumulação capitalista, em geral, centrada na exploração do trabalho assalariado. Este fundamento da reprodução ampliada do capital se encontra sintetizado na formulação de Marx de uma *lei geral de acumulação capitalista* (Marx, 1985, l. I, t. 2, cap. 23).

Já afirmamos anteriormente como, na produção industrial, as matérias-primas passavam a ganhar importância na constituição do preço final das mercadorias, uma vez que entravam como parte do capital constante. Parte essa passível de ser considerada como capital circulante, porque tendia a ser integralmente consumida na produção das mercadorias, ao passo que o capital fixo das máquinas e ferramentas se transferiam paulatinamente para as mesmas, ao longo de sua depreciação. Enfim, semelhante análise de custos, do ponto de vista do capital, seria constantemente feita para o investimento em salários para contratar a força de trabalho, algo que teria que ser renovado periodicamente, sendo este capital *variável*. Porém, para Marx, essa variação dizia respeito antes àquela do valor do capital proporcionada pelo consumo do capital variável que implicava em trabalho não-pago (mais-valia) acumulado pelo proprietário dos meios de produção.

A variabilidade do capital proporcionada pela força de trabalho na composição orgânica do capital era o cerne do debate proposto por Marx no capítulo em questão. Tratava-se de compreender como a modificação do nível dos salários afetava a acumulação de capital, mas também como a acumulação de capital e a modificação da referida composição orgânica poderia afetar o nível dos salários. Enfim, a proporção, no capital, entre meios de produção e força de trabalho é o que importava.

Em suma, tratavam-se de duas situações a serem investigadas. Numa primeira, a relação entre meios de produção (compreendidos pelo capital como o capital fixo mais o circulante) e força de trabalho (o capital variável que, para o capital, seria igualável à condição de capital circulante) permanecia constante, de modo que a produtividade do trabalho permanecia inalterada. Assim, havendo um aumento de demanda por mais mercadorias, o aumento da produção requeria a incorporação de mais meios de produção e

de mais trabalhadores. Não havendo a pronta disponibilidade de emprego destes, a tendência seria de se aumentar os salários, o que, por sua vez, diminuiria a taxa de mais-valia e, conseqüentemente, a taxa de lucro. Estes salários poderiam subir até o limite de inviabilizar a acumulação e, portanto, travar ou mesmo diminuir a expansão da produção. Assim, ainda que se pudesse diminuir a “pressão” sobre as condições de reprodução do trabalhador neste caso, não se anulava que a sua função era a de gerar um excedente de trabalho não-pago. Não gerando esse excedente, deixava-se de aumentar a produção e de requerer novos trabalhadores ou de aumentar os seus salários. Sua função primordial é, portanto, a de promover a *valorização*¹⁶¹ do valor, mais do que produzir mercadorias como valores de uso para outras pessoas.

Numa segunda situação, a modificação da composição técnica do capital, decorrente da incorporação de novas técnicas produtivas e também de maquinários e ferramentas, possibilitaria alterar a composição orgânica do capital, ampliando a proporção do capital constante com relação ao variável. Isto queria dizer que se estava aumentando a relação entre meios de produção para com a força de trabalho empregada e, assim, aumentando a produtividade do trabalho. Com isso, uma força de trabalho dada podia transformar uma maior quantidade de capital circulante, valendo-se de um componente acrescido de capital fixo, para produzir uma maior quantidade de mercadorias, a serem vendidas por um preço de mercado que, agregado, deveria representar um dinheiro maior do que o que foi gasto inicialmente. Porém, inicialmente, como sugerimos, teria sido gasto um dinheiro relativamente menor com salários do que aquele gasto com os demais componentes do capital constante. Um aumento relativo da mais-valia estava, assim, sendo permitido, de modo que, no momento de necessidade de expansão da produção, a necessidade também relativa de trabalhadores para tal aumento tenderia a ser diminuída, contendo o aumento de salários¹⁶².

¹⁶¹ “Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 23; 191-2).

¹⁶² Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se

Era aquela primeira situação a dificuldade a ser enfrentada para a expansão cafeeira para o Oeste Paulista, na iminência do fim da escravidão, ainda que, mesmo com a escravidão, tenhamos apontado que o mercado de escravos também operava sob uma lógica semelhante, aumentando o preço dos escravos após o fim do tráfico (embora os monopólios distorcessem uma suposta concorrência entre traficantes de escravos). Ou seja, a expansão das fazendas de café pelo interior paulista dependia, em termos lógicos, de mais e mais trabalhadores para cuidar do número também em expansão de cafezais e colher seus frutos, em safras com volumes igualmente ascendentes. Nesse contexto, haveria uma tendência ao aumento dos salários, ainda mais lembrando que a mecanização havia se restringido ao beneficiamento do café e ao transporte do mesmo pelas ferrovias, não se podendo, portanto, conter essa tendência por um aumento efetivo e substancial da composição orgânica do capital.

A possibilidade de estabelecer um suprimento constante de trabalhadores imigrantes romperia com essa tendência, mas a existência desse contingente de trabalhadores disponíveis para emigrar para o Brasil e para outras ex-colônias também decorria exatamente do movimento de transformações indicado na segunda situação, descrita por Marx. Tratava-se de uma industrialização que alcançava patamares produtivos e técnicos que correspondiam ao que João Manuel C. de Mello (1982) chamava de Segunda Revolução Industrial.

A partir dessa industrialização, Marx (1985) concluiria, para além do aumento da produtividade do trabalho, que o trabalhador gerava a sua própria exclusão imediata do processo produtivo, gestando uma *superpopulação relativa*. Uma exclusão em termos relativos que dizia respeito àquela produtividade do trabalho, mas se aplicava antes à proporção relativa entre trabalhadores empregados e trabalhadores desempregados. Proporção essa que contribuía para forçar os níveis salariais para baixo e, assim, manter ou aumentar os níveis particulares de acumulação do capital, instaurando também uma concorrência entre esses trabalhadores, ao mesmo tempo em que forçava o trabalhador empregado a trabalhar mais e melhor, sob o risco constante de ser substituído, e que este forçava o desempregado a aceitar condições críticas para sua mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977), que mais uma vez se mostrava como uma mobilidade forçada:

pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção decrescente (Marx, 1985; 199).

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (Marx, 1985; 203).

Por outro lado, as guerras de unificação dos Estados nacionais europeus, a expulsão de camponeses e o cercamento de terras comunais estiveram ocorrendo, ao longo do século XIX. Desse modo, o processo de expropriação simultaneamente seguia ocorrendo também em partes da Europa, como na Itália e na Espanha, onde muitos dos imigrantes para o café foram recrutados (ver Martins, 1989). Esta constatação serve para mostrar que não só a “lei geral” proporcionava parte de suas “fileiras da reserva” para a imigração, como também simultaneamente se “produzia” mais trabalhadores “libertados” dos meios de produção e “livres” para decidir ingressar nas “fileiras da reserva” ou nos barcos a vapor para o “Novo Mundo”.

Com isso, estamos concordando com um argumento de uma espécie de acumulação primitiva constante, embora ressaltemos que ela adquire outros sentidos, e que lida com o padrão já instituído de reprodução da superpopulação relativa também pela reprodução ampliada do capital, portanto numa articulação entre acumulação capitalista e acumulação primitiva.

Seria essa a ressalva principal de Rosa Luxemburgo (1985) ao esquema de reprodução ampliada de Marx. Para Luxemburgo, porém, a reprodução em escala ampliada da lei geral de acumulação capitalista tenderia a produzir meios de produção e mercadorias em excesso, cuja realização dependeria da abertura de novos mercados (pela ruína da economia natural e camponesa nas mais diversas partes do mundo colonial) e da subordinação desses mercados. Contraditoriamente, no entanto, estamos apontando a obtenção de uma força de trabalho na Europa para ser realizada numa ex-colônia, por mais que aquela força de trabalho também fosse parcialmente criada pela ruína da economia camponesa na própria Europa. A explicação luxemburguista, ainda assim, permite um importante entendimento de processos violentos de expansão (apresentados ali como imperialistas) no fim do século XIX, bem como permite a compreensão de uma acumulação de capital se dando pela exploração de formas de trabalho e de produção de mercadorias não exatamente assalariadas. Todos estes fenômenos pareciam ser motivados por uma tendência intrínseca à reprodução do capital de conduzir a uma crise de acumulação.

Por outro lado, Vladimir I. Lênin (1979) permitia uma compreensão de um processo de acumulação de capitais que tendia a se dar de maneira, cada vez mais, centralizada, articulado ao capital financeiro e promovendo a exportação de capitais para novas realidades produtivas. De um lado, isto dizia respeito a uma tendência à superprodução desses capitais, mas, por outro, acabava por generalizar as condições de acumulação de capital, que passavam por uma generalização em processo também do assalariamento.

Diante dessas duas formas clássicas de entender a expansão do capital para um nível mundial, no século XIX e começo do XX, podemos apontar a teorização de David Harvey (2005) do “ajuste espacial” como aparentemente mesclando elementos da formulação de Rosa com elementos da de Lênin. Porém, pensemos finalmente na relação dessa discussão com o caso particular do colonato.

Aqueles processos articulados de mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977) formavam o contingente de trabalhadores europeus expropriados e desempregados, disponível também para emigrar, por exemplo, para as lavouras cafeeiras do Oeste Paulista. O barco a vapor, o telégrafo, as ferrovias e outras importantes “invenções” dessa nova fase do capitalismo apenas facilitavam colocar esses trabalhadores na relação com novas realidades onde pudessem ser empregados (Hobsbawn, 2002b).

Diante disso e do caso anteriormente apontado da exportação de capitais ingleses para as ferrovias e para financiar políticas estatais, poderíamos observar uma exportação de força de trabalho abundante, compondo, ainda, um argumento de uma espécie de superacumulação de capital no capitalismo europeu (Harvey, 2005).

Sua utilização na modernização das relações sociais de produção em São Paulo, por exemplo, indicam uma forma de realização desse capital (fosse ele na forma de dinheiro, ferrovias, máquinas e também na de trabalhadores expropriados acumulados em excesso) que se materializava como uma expansão do capital para novos territórios. Olhando do lado inverso, porém, a expansão cafeeira também pode ser compreendida como possibilidade de mitigação de uma crise iminente da acumulação (em excesso) do capital. Para Harvey (2005), isso constituiria um “ajuste espacial” a solucionar parcialmente a crise da dialética interna do capital.

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados pode mais facilmente ser absorvido, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis. [...] As crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial (Harvey, 2005; 115-

Essa “dialética interna” seria aquela reiteração do excedente populacional (junto com o aumento da composição orgânica do capital, que, no limite, significa a acumulação de capital constante) permitindo a reprodução ampliada da acumulação de capital, na chamada *lei geral de acumulação capitalista*¹⁶³, que proporcionava condições perfeitas para manter elevados os níveis de acumulação, ao menos em termos lógicos. Do ponto de vista do trabalhador, entretanto, ela representava um aumento progressivo da sua miséria, no que também o “ajuste espacial” agiria para minimizar, como veremos adiante.

Por trás da “dialética interna”, portanto, estavam condições acumuladas de expropriação em que os trabalhadores não têm como se reproduzirem a si mesmos, a não ser pelo emprego que lhes renda salários para acessar as mercadorias que os mantenham vivos e aptos a seguir trabalhando. Essas condições de expropriação e, pois, de mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977), como vimos, foram sendo violentamente criadas pela assim chamada *acumulação primitiva*, tal qual Marx elaborou no capítulo assim denominado (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24), que incluía, como vimos, o sistema colonial e, dentro dele, as relações de monopólio e do escravismo.

No plano do primeiro livro desta obra de Marx, porém, este tratamento aparece como certa explicação lógico-histórica da constituição violenta (explícita e, por assim dizer, extra-econômica) das condições originais de reprodução ampliada do capital, sendo esta última sintetizada mais em termos lógicos (ver Marx, 1985, I, t.2, cap. 23), nos quais a violência (implícita nas trocas do mercado, mas expressa, por exemplo, no desemprego, na miséria do trabalhador e na sua exploração no trabalho) assume um caráter, por assim dizer, econômico, aparentemente orquestrado pela lei da oferta e da procura.

A “colonização sistemática” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25), por sua vez, seria um meio, portanto, de promover condições semelhantes de expropriação, onde elas ainda não estavam dadas. O entendimento dessa necessidade já vinha se tornando claro para os fazendeiros do

¹⁶³ “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais macia a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui” (Marx, 1985; 209).

Oeste Paulista, como apontava Verena Stolcke:

Os fazendeiros, de modo geral, já estavam conscientes de que “é impossível ter salários baixos, sem violência, havendo poucos braços e muitos que queiram empregá-los”. A saída para esse dilema e a essência do sistema de imigração de São Paulo foram explicadas por outro membro da Câmara de Deputados, logo após a abolição: “É evidente”, disse ele, “que precisamos de braços... no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e, mediante a lei da oferta e da procura, de diminuir o salário” (Stolcke, 1986; 41-2).

As questões que se colocavam, na “essência do sistema de imigração de São Paulo”, eram: como seguir havendo extração de mais-valia no contexto de “ajuste espacial”, ou como seguir produzindo mercadorias com a obtenção de lucro na ausência relativa de trabalhadores livres para serem explorados, sem poder aplicar a violência característica do trabalho escravo, ou sem aumentar o salário a ponto de inviabilizar este lucro?

Diante disso, observamos, ainda, que o sentido da colonização não era mais o de promover unicamente a acumulação de capital europeia, mas também o de promover uma acumulação de capital, nos moldes da europeia, mas se dando no Brasil, especialmente em São Paulo. Daí a preocupação dos deputados e fazendeiros, grandes interessados eles mesmos em solucionar o “problema”. No entanto, a permanência das relações comerciais, como aquelas que apontamos entre comissários, exportadores e fazendeiros, com as reclamações dos mesmos fazendeiros, e também a permanência de elementos já presentes na produção colonial (como a grande propriedade e a produção para o mercado externo) fariam alguns autores compreender todas essas modificações como visando, antes, a perpetuação do capital comercial, sob novos moldes¹⁶⁴.

Tal qual o trabalho livre parecesse ocorrer ainda sob elementos estruturantes do sistema colonial, de modo semelhante o colonato não era um assalariamento típico, ainda que tivesse parte de sua remuneração se dando sob uma forma monetarizada, com uma espécie de salário prescrito nos contratos, e adquiria, ao mesmo tempo, feições de um campesinato recriado, pelo acesso que lhe era permitido à parte das terras das fazendas para serem trabalhadas pela sua família. Mas, ressaltamos aqui que, junto com a expansão extensiva do capital também por ele possibilitada, promovia as condições de expropriação futuras que

¹⁶⁴ Se, por um lado, Faoro (1989) afirmaria a permanência do patrimonialismo, Martins (2000) assim dizia sobre a passagem ao trabalho livre: “Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária” (2000; 12). Martins se coloca aqui, após tê-lo criticado, como tributário de Caio Prado Jr. (1969), especialmente quando se trata da idéia de uma “longa liquidação do complexo colonial”, como este a tratou em sua *História econômica do Brasil*. Assim, as transformações no regime de exploração do trabalho tinham em vista a preservação da dinâmica do sistema colonial, do nosso “padrão de realização do capitalismo”, definido pela “subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter” (Martins, 2000; 13).

possibilitariam certo assalariamento.

Pensando dessa forma, podemos concluir essa parte da exposição, compreendendo no colonato como formação de uma superpopulação relativa que não se dava pela reprodução interna de uma superpopulação relativa nem pelas formas clássicas da violência da acumulação primitiva.

Com isso, a cafeicultura e o colonato possibilitavam, no seu processo de acumulação e reprodução ampliada, a superação futura de si mesmos, na medida em que construíam, pela sua reiteração, as condições futuras “necessárias” de expropriação. Talvez isso possa ser apenas confirmado, de fato, *a posteriori*, num momento de síntese dessa expansão, porém muitos dos fundamentos dessa superação já vinham sendo teorizados e mesmo declarados antes mesmo da formulação do colonato e da imigração em massa. Sem o saber ou sabendo de antemão, assim, o colonato visava superar o colonato. Era esta a sua contraditória teleologia.

De todo modo, seria interessante pensar como a “lei geral”, que se coloca como meta declarada da “colonização sistemática”, num processo que imporia a generalização da *forma mercadoria*, não estava dada *a priori*. A ascensão do assalariamento pressuposto numa dada “lei” de reprodução social não estava generalizada ainda: embora o próprio imigrante fosse em parte *resultado* da formação da superpopulação relativa, na industrialização europeia e na formação retardatária de seus Estados nacionais, ele seria antes um dos *meios* da mesma “formação” na modernização brasileira. Assim, uma não-simultaneidade ficava evidenciada, enquanto uma modernização retardatária (Kurz, 2000) compunha-se de medidas notadamente estatais que, não obstante os resultados posteriores (que lhes escapariam aos propósitos mais imediatos), visavam possibilitar uma nova forma de acumulação de capital.

Conclusão parcial: As contradições do colonato e a oposição de suas interpretações

Essa tentativa de modernização retardatária acima aludida, no entanto, esbarrava constantemente nas condições de reprodução da expansão da cafeicultura, pautadas pela necessidade de reiteração de pressupostos, diante da potencialidade de “desmobilização” da força de trabalho, no contexto de existência de uma base fundiária em processo de ocupação. A recuperação anterior do processo que, dos “problemas” da parceria levou a sistematização do colonato, procurava dar conta dessa questão. Faltou-nos, entretanto, pensar mais

detidamente nas características do colonato em si e de suas possíveis interpretações.

Como muito se falou, o colonato abarcava formas mistas de remuneração e exploração do trabalho. O colono, empregado na produção da principal mercadoria produzida no Brasil da época, o café, deveria cuidar de certo número de cafeeiros, além de colher seus frutos, para o que ganhava um salário fixo mais um proporcional pela colheita. Além disso, tinha acesso à terra para plantar e criar animais, onde produzia alimentos para consumo próprio e para vendê-los.. Enfim, era um trabalhador aparentemente assalariado, mas, não sendo totalmente expropriado, podia ser e foi visto como camponês, e, ainda, por vender mercadorias e obter com isso algo semelhante a um lucro, podia ser até aproximado a um pequeno capitalista. O problema categorial assim surgia. A passagem para o trabalho livre, com tais políticas de modernização retardatária, instituiu uma força de trabalho não completamente autonomizada dos meios de produção.

O colonato foi, dessa maneira, abordado, por alguns autores, como equivalente ao trabalho assalariado (por Celso Furtado, João Manuel C. de Mello e mesmo por Caio Prado Jr., por exemplo) e como equivalente ao campesinato (por José de Souza Martins e Ariovaldo U. de Oliveira, por exemplo), quando a análise de suas particularidades indicava não ser unicamente nem um modelo interpretativo nem outro¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Essa controvérsia é, assim, bem apresentada por Oliveira: “De uma maneira geral, poderíamos dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção – o assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. No entanto existem discordâncias quanto à interpretação do processo. Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto heterogêneo, o que leva a criar novamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar” (Oliveira, 1987; 6). Residualmente nos dias atuais, porém, houve uma forte corrente de autores que interpretaram a existência de um feudalismo no período colonial brasileiro, e mesmo além dele. Martins, inclusive, parece indicar que a interpretação, por exemplo, de Prado Jr. do colonato como assalariamento, seria decorrência de sua postura (correta, para Martins, aliás) contra os teóricos do PCB, que interpretavam o colonialismo como feudalismo brasileiro: “Como obviamente a classificação de tais relações como feudais violava o conhecimento que se tem sobre o feudalismo, parecendo antes procedimento primário e simplista e, por isso, equivocado, foi quase como decorrência natural que tais situações e relações passaram a ser *a priori* definidas como capitalistas, caindo-se no formalismo oposto e muitas vezes no ardil de considerá-las formas disfarçadas de relações capitalistas. É claro que tais polarizações e equívocos têm muito pouco a ver com a reconstrução histórica da realidade e muito mais com os dilemas e impasses políticos do momento. De fato, à medida que os próprios pesquisadores descrevem as relações de trabalho que predominaram na substituição do escravo pelo trabalhador livre, baseadas na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, já se constata que tais relações não podem ser definidas como capitalistas (nem o trabalho como assalariado), senão através de muitos e questionáveis artifícios. Essa é, na verdade, uma questão de método. O procedimento classificatório descarta a reconstituição das relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho” (Martins, 2000; 11). Mas não teria Martins também incorrido num processo classificatório ao conceber “relações não capitalistas de produção”?

Quanto a abordá-lo como análogo ao “camponês”, Martins retomava uma tradição marxista, derivada da análise de Rosa Luxemburgo (1985) acerca da necessidade do capital de repor uma acumulação primitiva colonial para “fechar as contas” da acumulação capitalista central, conforme adiantamos acima. Naturalizando a mediação da mercadoria¹⁶⁶, hipostasiava-se nessa interpretação a troca de mercadorias feita pelo camponês, no caso o colono, como fundamento de uma reprodução simples da unidade familiar¹⁶⁷, contrapondo-a à exploração do capital, no caso aquela personificada pelo fazendeiro de café, que subsumia o excedente daquela família camponesa, materializado no café, subordinando o seu trabalho apenas parcialmente¹⁶⁸.

Esse elenco de vínculos monetários e gratuitos e o caráter familiar do trabalho do colono não permitem que se defina as relações de produção do regime de colonato como capitalistas. A presença do dinheiro nessas relações obscureceu para os pesquisadores o seu caráter real. Ao produzir uma parte significativa dos seus meios de vida, em regime de trabalho familiar, o colono subtraía o seu trabalho às leis de mercado e de certo modo impossibilitava que esses meios de vida fossem definidos de conformidade com os requisitos de multiplicação do capital (Martins, 2004; 85).

Ontologizando o trabalho¹⁶⁹, pela via do trabalho familiar (relativamente isolado da

¹⁶⁶ Explicitada nesta formulação de Oliveira (1987): “O que podemos deduzir dessas colocações é que a primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo não foi necessariamente uma etapa em que predominaram as relações especificamente capitalistas de produção, mas sim uma etapa principalmente de produção de mercadorias” (Oliveira, 1987, p. 30).

¹⁶⁷ “Na medida em que a existência do colono não era inteiramente determinada pelas condições do mercado, pelo preço dos meios de vida, a sua remuneração monetária podia manter-se baixa, quase sem oscilações, mesmo num período de crise que começava a afetar significativamente as condições de existência do operariado urbano. Entre o rendimento monetário e a cultura intercalar, preferia o colono, aliás, as vantagens desta última” (Martins, 2004; 87).

¹⁶⁸ Nos termos de Martins: “Nessa relação, o trabalho não entra fundamentalmente na qualidade de trabalho social e abstrato, ele entra revestido ainda da forma mercadoria, de trabalho materializado em valores de uso e de troca, com o caráter de trabalho pessoal” (Martins, 2004; 80).

¹⁶⁹ É importante que se afirme, entretanto, que este trabalho não é igualado, pelos autores, a um trabalho supostamente natural, como em relações de produção pré-capitalistas, mas formado pelo próprio movimento do capital como sendo não capitalista: “Foi o que me permitiu desenvolver a análise do regime de colonato nas fazendas de café, constituído de relações de trabalho que foram historicamente criadas na própria substituição do trabalhador escravo, conforme as necessidades do capital, sem que no final viesse a se definir um regime assalariado nos cafezais. Da mesma forma, esse processo não recuperou relações de produção *pré-capitalistas*” (Martins, 2000; 3). Porém, ainda assim, aparece um trabalho pensado como algo *em si*, como totalidade à parte, na relação de exploração feita pelo capital, a compor outra totalidade, de onde se extrai renda da terra: “Estamos, pois, agora, diante de um processo distinto na agricultura: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa” (Oliveira, 1987; 13). Enfim, a produção camponesa é feita pelos camponeses, com suas famílias e conhecidos, numa outra relação com a terra e com o tempo, e o seu produto é que tende a ser apropriado pelo capital, ainda que a renda em trabalho e em dinheiro sejam outras das variações dessa extração, mantendo-se, pois, certa integridade daquela relação face a esta (Oliveira, 1987; 76-78).

reprodução ampliada do capital, ou das “leis do mercado”, como totalidade à parte “subtraída” daquela), a análise assim feita perdia parte do percurso de constituição da forma social posta pelo processo de expansão mundial do capital, que também determinava a formação histórica do próprio trabalho enquanto tal.

No caso particular estudado, como vimos, a existência da disponibilidade do trabalhador era produzida historicamente e a seleção do trabalho familiar era feita pelo sistema de imigração subvencionada, a fim de garantir à região cafeeicultora o suprimento de força de trabalho, ao mesmo tempo em que garantia o rebaixamento da reprodução dessa força de trabalho nas condições adversas de acumulação capitalista.

Martins (1998, 2000 e 2004), aliás, não deixara de apontar esses mecanismos, ainda que reforçasse o seu entendimento de uma conformação não capitalista do colonato, sobretudo pelo acesso aos meios de produção e pelo fundamento do trabalho familiar. Nesta medida, devemos concordar com partes dessa perspectiva, ao mesmo tempo em que a criticamos o fundamento ontológico do trabalho que a mesma pressupõe. A contradição do processo permite compreensões díspares do mesmo.

Dentre as quais, podemos retomar a emblemática posição de Prado Jr. (1979) sobre a *Questão agrária brasileira*. Nela, o monopólio por uma classe de proprietários sobre a base fundiária de praticamente todo o território nacional obrigava a população a vender a sua força de trabalho num mercado de trabalho. Porém, o próprio Prado Jr. (1979) admitia que essa “locação de serviço” não se dava unicamente pelo assalariamento típico, mas também por outras formas que ele considerava como acessórias, que passavam pela seção pelo proprietário de parte do produto para o trabalhador ou de parte da terra para este trabalhador plantar para si. De modo que, haveria três formas básicas de remuneração, assim sintetizadas:

- 1) Pagamento em dinheiro (salário)
- 2) Em parte do produto
- 3) Com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com as suas criações, terras do proprietário onde ele está empregado.

Expondo dessa maneira abrangente, o autor permitia comparar diferentes tipos de emprego da força de trabalho, e a princípio essa não generalização do assalariamento não implicava numa categorização dos mesmos como *pré-modernos, feudais ou não capitalistas*. Assim, os colonos¹⁷⁰ eram comparados aos demais sistemas de moradores e foreiros na

¹⁷⁰ Observemos sua descrição do colonato que até aí em nada difere da de José de Souza Martins: “Na lavoura

lavoura canavieira do Nordeste, aos meeiros do algodão em São Paulo e no Nordeste e aos vaqueiros do sertão nordestino que recebiam a “quarta”. Em todos os casos, Prado Jr. enxergava uma espécie de *locação de serviços*, em que os critérios de “parceria” (com cessões seja de produto seja de meios de produção) eram, antes, meios de manter empregado o trabalhador¹⁷¹.

Assim é na concessão de terras para culturas próprias do trabalhador, o que notoriamente nada mais constitui que um meio de fixar esse trabalhador na propriedade e tornar assim a prestação de serviços de que o proprietário tem necessidade, mais estável e segura. É assim também quando o trabalhador recebe uma parte do produto (Prado Jr., 1979; 62-3).

Essa necessidade de fixar o trabalhador nas fazendas seria a maior evidência da ausência de uma superpopulação relativa nesse contexto. Ainda assim, não se tinha um campesinato no sentido estrito, mas algo distinto, para este autor. Esse algo distinto, Prado Jr. (1979) considerava como muito mais perto de um assalariamento, ou mesmo como um assalariamento disfarçado, que podia se explicitar, nos momentos de expansão da empresa agrícola:

É aliás o salariado que constitui a relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira [nota 21 – ‘para 1.245.557 parceiros, havia 3.729.244 assalariados. (Recenseamento de 1950) – CAB], mas sobretudo pelo fato de ele constituir norma fundamental daquelas relações, de que outras modalidades de pagamento são apenas substitutos eventuais ditados por circunstâncias de ocasião, e particularmente pelas vicissitudes financeiras da grande exploração” (Prado Jr., 1979; 63-4).

Desse modo, conforme o estudo de Faleiros (2004), Prado Jr. (1979) afirmava que numa cafeicultura em crise¹⁷², como a de Minas Gerais, o recurso à meação indicava uma

cafeeira de S. Paulo, o trabalhador residente fixo na fazenda (colono) percebe um salário fixo anual, pago em parcelas mensais, para cuidar de um certo número de pés de café; recebe mais outro pagamento por saco de café por ele colhido. Além disso, tem geralmente o direito de cultivar cereais (feijão, arroz ...) por conta própria, seja intercalando sua cultura na parte do cafezal que lhe compete cuidar (seu ‘talhão’, como se diz), seja aproveitando áreas separadas e especialmente cedidas para esse fim. Tem ainda o direito de manter uma pequena horta em torno de sua habitação, bem como criação miúda (galinhas, porcos, cabras ...), e também algum cavalo ou burro; mais excepcionalmente uma ou outra vaca” (Prado Jr., 1979; 61).

¹⁷¹ “É importante acentuar esse caráter de *locação de serviços* que constitui a real essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira. Efetivamente, aquilo de que essas relações se formam, o fato principal que nelas se configura, é a prestação de serviços. É isso e somente isso que o proprietário procura e obtém do trabalhador; e são serviços unicamente que este último de fato presta ao proprietário, seja qual for o tipo de retribuição que recebe por essa prestação” (Prado Jr., 1979; 62).

¹⁷² O movimento que sugere era de uma maior “sobra” desses meios de produção em momentos de menor intensidade da produção para exportação, em oposição a um “avanço” da grande produção sobre essa disponibilidade em momentos de “pico” da necessidade produtiva. “É que quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou em outras palavras, se torna rendoso ‘negócio’, ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão territorial e força de trabalho. Sobrarão menos espaço e tempo disponíveis para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra” (Prado Jr., 1979; 53). O mesmo seria observável na cafeicultura e no colonato, no que tange à cessão dos meios de produção em tempos de crise,

saída individual, com a cessão parcial de maior parcela do produto ao trabalhador, enquanto numa cafeicultura próspera, como a da frente pioneira, à época no Paraná, várias tarefas eram executadas por diaristas, portanto assalariados (Prado Jr., 1979; 64). Dessa forma, Prado Jr. concluía, de maneira abrangente, com uma afirmação da existência de um assalariado disfarçado, ainda que com aparência de não sê-lo:

certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que se assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro – mas sempre motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza (Prado Jr., 1979; 66).

Diferente, portanto, da concepção de Martins (2000 e 2004), temos em Prado Jr. (1979) uma reiteração do assalariamento como forma generalizada de relação social de produção na agropecuária brasileira, ainda que ocasionalmente este sequer apareça como sendo propriamente um assalariamento. Neste sentido, Prado Jr. (1979) parece forçar uma interpretação de casos particulares num modelo explicativo dado, talvez reduzindo as particularidades por demais.

*

No que aqui se propõe, tratava-se de um processo de acumulação de capital que não podia prescindir completamente do uso da violência direta, que ao mesmo tempo criava as condições de sua superação pela formação de uma superpopulação relativa, articulado pelo Estado, o que representava uma positivação do trabalho, diferente daquela do trabalho escravo colonial. Pode-se argumentar que seria, por isso, uma acumulação primitiva, ao que o conceito de modernização retardatária surgiria como mais apropriado, na relação dessas políticas modernizadoras com realidades europeias de industrialização mais “adiantada”, dando incentivo às populações desempregadas (excedentes e expropriadas) dali para emigrarem para “regiões” ex-coloniais, como São Paulo. A modernização retardatária, portanto, já estava na relação com uma acumulação primitiva central realizada, por mais que processos análogos à acumulação primitiva seguissem ocorrendo.

algo aliás bastante ressaltado no estudo de Stolcke (1986): “Esse fato é particularmente notório, entre outros, na lavoura cafeeira de São Paulo, onde as fases de menor ou maior prosperidade no passado, correspondem respectivamente, em regra, a momentos em que se concedeu ou não aos trabalhadores o direito de manterem culturas próprias e nelas ocuparem parte do seu tempo” (Prado Jr., 1979; 53).

No entanto, entender a reposição do campesinato parece inapropriada para o caso, mostrando-se uma análise que, de algum modo, sociologiza certa “modalidade” de trabalho, por ser familiar e por seu acesso parcelar aos meios de produção, concebendo-o como um trabalho radicalmente distinto do trabalho assalariado; este, sim, propriamente capitalista. A explicação de Luxemburgo (1985) parece ser transformada, dessa maneira, num método de compreensão de um processo eternamente reiterado, ainda que a mesma autora indicasse a limitação desse “mecanismo de compensação” (Kurz, 1995) do capitalismo (ao explorar o mundo colonial). Limitação essa, levando ao colapso da reprodução ampliada do capitalismo, que seria alcançada quando o “partilha do mundo” estivesse completa, algo que talvez Lênin (1979) tenha realmente “forçado a barra” por concluir em fins dos anos 1910.

Do mesmo modo, portanto, chamar isso de um pré-capitalismo, como seguidamente Kurz (2000) parecia fazer, para o que havia no Brasil antes de 1970, incorre num problema parecido. Tratava-se de uma resposta que é reificante, pois, ao derivar os conceitos logicamente, suprime a origem colonial como particularidade ou polaridade negativa do processo de modernização.

Restaria apontar ainda que esse Estado que implementa essa política, privilegiando sobretudo a expansão cafeeira em São Paulo, era o mesmo que, desde o século XIX, fora se formando, como pacto oligárquico do poder formado no momento colonial com as oligarquias, por meio dos títulos de coronéis da Guarda Nacional. O coronel, cujo poder era fundado na violência, geralmente proprietário de terras e escravos, geralmente fazendeiro ou dono de lavras, personificava, assim, o Estado e a polícia localmente. A mesma ausência de autonomização entre (terra, trabalho e capital) apontada para o colono, notava-se aqui evidente, mas também para o Estado personificado na mesma *persona*. O uso de sua influência sobre a cessão dos meios de produção (terra) a agregados e aos colonos, sua propriedade sobre o trabalhador escravo e ainda o poder a ele conferido, dava ao coronel a possibilidade de acionar mecanismos de violência explícita, ou extra-econômica, para ativar a produção nas referidas condições. Ou melhor, era o comando da violência que fazia seu reconhecimento pelo Estado, algo explicitado em Nunes Leal (muito embora com o dualismo que já lhe apontamos).

A “internalização da metrópole”, a partir da Independência, passava por um processo de constituição do capital e do Estado nacionais, que permitiu o questionamento do escravismo, como vimos. No entanto, mesmo após a Proclamação da República, em 1889, o

coronelismo persistiu, articulando concessões de verbas do governo federal às vitórias nas eleições, asseguradas pelas mesmas relações violentas de imposição e de clientela.

Assim, o suprimento de força de trabalho imigrante adicional às lavouras cafeeiras em expansão, contou continuamente com a contrapartida eleitoral assegurada pelos coronéis locais aos políticos do alto escalão. Seria importante reforçar, antes disso, que o coronelismo completava o modo de acumulação de capital nas condições dadas de expropriação, porque assegurava o controle das terras e forçava os colonos a apenas acessarem os meios de produção pelo emprego produtivo nas plantações de café.

Essa política “regional”, aqui explicitada para o caso de São Paulo, deu-se de maneiras distintas para outras regiões brasileiras, apesar de, talvez apenas no curto ciclo de exploração da borracha na Amazônia, na virada do século XIX para o XX, nenhuma ter tido o mesmo “sucesso” da região cafeeira do Oeste Paulista, no cumprimento do sentido de acumulação de capital. Sucesso esse que pode ser, de pronto, questionado pelas sucessivas crises que ele mesmo gerou, mas que foi continuamente exaltado como certo “progresso”.

Este “sucesso” pode trazer um obscurecimento à análise. De fato, não se poderia compreender o processo sem discutir a acumulação na produção cafeeira, mas a industrialização como um todo não se fez sem que cada um dos processos “regionais” fosse acumulando capital, e, portanto, condições nacionais de expropriação. Assim, a mineração em Minas Gerais e na Bahia, o cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste e a produção pecuária em todo o interior do país foram formas variadas de acumular capital que tinham em comum a violência concentrada na mão dos fazendeiros e coronéis locais. Uma efetiva centralização do poder estatal e, com ela, uma articulação nacional dessas diversas formas regionais de acumular capital só seria vislumbrada a partir da chamada Revolução de 1930.

Ainda assim, chamamos a política imigrantista e suas correlatas medidas (de crédito, de ferrovias, de proteção cambial do preço do café, etc.) para viabilizar a expansão cafeeira de uma modernização retardatária, que “cindiou” essa região cafeeira das demais, instaurando uma polarização que posteriormente indicaria, pela formação dos pressupostos, o centro onde se daria o processo de industrialização no país, relegando às demais regiões uma aparência de atraso.

Mas que modernização retardatária foi aquela? De fato, um “planejamento” como o feito, ancorado no projeto de Wakefield de colonização sistemática, apesar de se mostrar possibilitando a exploração do trabalho alheio, na construção da superpopulação relativa, não

se apresenta como uma política de industrialização, como foi feito na União Soviética, por exemplo, apesar de posteriormente possibilitar um processo análogo de industrialização em São Paulo que se daria às costas dos seus agentes. Muitos autores argumentariam que a industrialização brasileira, após 1930, foi decorrência do capital cafeeiro, mas a política em si não visava essa passagem.

Um outro caminho interpretativo pode ser aqui tomado. De modo a tomar uma posição crítica com relação ao sentido ideológico de dicotomias tais como pré-capitalismo-capitalismo, atraso-moderno, rural-urbano, pode-se apontar a modernização como um processo que coloca as categorias do capital em autonomização. Assim, retomando a “Gênese da renda fundiária capitalista” (Marx, 1986, I.III, t. 5, cap. 47), seu autor apontava uma espécie de fusão de renda fundiária, lucro capitalista e salário do trabalhador no produto do trabalho familiar do camponês, anteriormente a e durante a acumulação primitiva – que romperia os laços da população com a base fundiária e colocaria o trabalhador “livre como um pássaro”, proprietário apenas de sua força de trabalho.

O acúmulo de relações capitalistas, que equivale também à acumulação de trabalhadores expropriados, era o que possibilitaria o surgimento de trabalhadores disponíveis no mercado para a contratação por parte do mesmo “camponês” ainda não expropriado, fazendo surgir deste o arrendatário, por um lado, e o capitalista, por outro. Ao longo do tempo, as personificações daquelas categorias iam se dando em agentes (sujeitos sujeitados, nos termos de Kurz) distintos: capitalista, proprietário de terras e trabalhador. A consolidação da autonomização, pela generalização da forma mercadoria, estipulava o apresentado por Marx na “Fórmula Trinitária” (1986, cap. 48 do Livro III).

Indicamos acima que esse “camponês” que parecia ressurgir no Brasil do século XIX era em parte, em termos lógicos, o ex-camponês europeu já expropriado, mas sua inserção na base fundiária não se dava livremente, senão por meio de um contrato de trabalho firmado e pelo pagamento de sua passagem pelo Estado brasileiro, inserindo-o numa produção de mercadorias para o mercado mundial. Enquanto, todavia, não houvesse o referido acúmulo de trabalhadores expropriados e competindo entre si por postos de trabalho – e, com isso, pressionando os níveis salariais ao nível de subsistência –, a cessão de terras para o “autossustento” do colono permitia uma acumulação capitalista que poderia aparecer como sendo “pré-capitalista”. Com isso, mesmo o caso do colonato, aparentemente o mais moderno de sua época, tinha assim uma aparência de atraso, reforçada ainda mais quando, por se tratar

de um capital agrário-exportador regido por relações pessoais próprias do coronelismo, era contraposto ao padrão urbano-industrial e ao modelo democrático e contratual.

Desse modo, estamos sugerindo que o colono não fosse exatamente um trabalhador assalariado, disfarçado ou não, como sugeriram Prado Jr. (1979), Brant (1976), D'Incao (1979), como também Monbeig (1998). Por outro lado, tampouco o equipararíamos a um campesinato, como poderia compreender Martins (1998, 2000 e 2004), mas também Ariovaldo U. de Oliveira (1987). Fosse-se pensar apenas nas condições de sua reprodução poderíamos enxergar ambas as análises, entretanto, sugerimos não enquadrá-lo, mas buscar no processo social a contradição que moveria a sua condição, ao mesmo tempo em que ressaltamos um *sentido* que era buscado, mas que representaria o questionamento posterior dos meios a se obtê-lo.

PARTE II

O colono que virou suco – o fim do colonato em Monte Verde

Essa segunda parte do segundo capítulo constitui uma tentativa de descrição minuciosa de aspectos da transformação das relações sociais de produção, especialmente dos anos 1960 aos anos 1980. Diferente da abrangência do escopo de análise da primeira parte, nesta procuramos uma escala mais ao nível do local, focalizando casos dentro de duas fazendas de um mesmo vilarejo.

Para esse percurso visado, buscamos destrinchar dois tipos de documentos. O primeiro deles diz respeito a uma caderneta de trabalho de um camarada. Nela buscamos detalhes da vida desse trabalhador ali registrados. Isso foi permitido por haver elementos de rendimentos do trabalho deste camarada, como também boa parte de seus gastos, na mesma documentação.

Posteriormente, relacionamos as análises deste trabalhador e de seus rendimentos particulares com os dos demais trabalhadores das fazendas onde aquele trabalhava. Com isso, buscamos colocar em evidência um processo de autonomização do rendimento de membros da família. Também por essa via, procuramos traçar aspectos da desigualdade de reprodução entre um contingente de trabalhadores.

Paralelamente, ao longo das análises desses documentos, buscamos recorrentemente trazer falas de alguns dos envolvidos no processo, a partir das entrevistas que fizemos com os mesmos, para tentar explicar algumas passagens e para indicar outras que a documentação não podia abarcar.

Colonos e camaradas na crise da expansão extensiva da cafeicultura em Monte Verde

Recordando o passado, uma das entrevistadas em nossa pesquisa, afirma em dado momento: “*Meu pai ficou lá uns anos. Aí a gente sabia que aqui tinha café de colono. A gente já tava grande, aí nós viemos para cá.*” A notícia da possibilidade de trabalhar como colono na cafeicultura dos espigões do sul do antigo município de Olímpia corria entre os trabalhadores das fazendas de solos já mais desgastados do município de Bebedouro, nos idos dos anos 1940 e 1950. Porém, o recurso ao trabalho de membros da família parecia ser fator determinante para que esse “tipo” de trabalho fosse, por assim dizer, relativamente vantajoso para o trabalhador. Por isso, os filhos estarem “grandes” aparece como dado importante na fala.

Maria Vassoler, cozinheira da sede da fazenda Monte Verde há mais de 30 anos, autora desse depoimento, é filha de um imigrante português que, antes de se tornar colono na fazenda Boa Esperança, foi meeiro em diversas outras propriedades nos municípios de Pirangi e Bebedouro.

Depois de um período trabalhando na fazenda Boa Esperança, a família voltaria à condição de meeiros em Monte Azul Paulista, ao passo que Maria viria a se casar com Armando Vassoler, filho do colono (imigrante italiano) Eugênio Vassoler, indo definitivamente morar na fazenda Monte Verde, em Cajobi. Antes, porém, de se tornar empregada doméstica na casa dos proprietários da fazenda, Maria trabalhou também como empregada rural, na condição de “empreiteira”, na mesma fazenda. Quando jovem também, antes de se casar, Maria afirma ter trabalhado muito com o pai, assim como os seus demais irmãos:

Pergunta: *Vocês eram em quantos?*

Maria Vassoler: *Que trabalhavam era três. Meu pai, minha mãe e minha irmã, mais eu. Mas tinha três que era menor. Aí a gente chegou aqui e a gente era colono, né. Naquele tempo, tinha hora, tocava a sereia, e tinha hora para ir para a roça, tinha hora para tomar café. A gente era que nem um funcionário por mês e na colheita a gente ganhava um pouco a mais.*

Pergunta: *Você trabalhava na colheita ou eram só os homens?*

Maria Vassoler: *Não, trabalhava. Ia até os pequenos. Foi um tempo muito bom.*

Pergunta: *E antes de vim para cá o seu pai era sitiante?*

Maria Vassoler: *Não, era assim, era empregado. Ele trabalhava por porcentagem, era meeiro. Do que ele fazia, era metade do meu pai e metade do patrão.*

Pergunta: *Lá tinha café também?*

Maria Vassoler: *Não, na fazenda que a gente trabalhava era só plantação de arroz, gado, eucalipto e tirava semente de jaraguia, fazia inverno e criava gado. Aí quando nós viemos para cá, foi quando pegou café de colono.*

Pergunta: *E antes de ser meeiro?*

Maria Vassoler: *Ele sempre mexeu com roça. Plantava arroz, formava muda de eucalipto, de capim jaraguia, depois plantou melancia para vender. Sempre foi assim em negócio de lavoura.*¹⁷³

A descrição de Maria Vassoler indica um trabalho anterior da família como meeiros numa fazenda voltada, principalmente, para a pecuária, no município de Pirangi, vizinho ao de Bebedouro, algo que ela também diria a respeito de outra fazenda em que a família trabalhou no distrito de Botafogo, em Bebedouro. A substituição da cafeicultura decadente pela pecuária naquelas fazendas e o recurso à meação para dividir os riscos da empresa com o trabalhador correspondem à parte das descrições que observamos no primeiro capítulo sobre a crise do café nessa área. A oportunidade de trabalhar em “*café de colono*” nas fazendas do distrito de Monte Verde, do município de Cajobi, aparece, então, como algo positivo para o meeiro.

Vemos na fala de Maria, além da descrição da existência corrente do trabalho familiar, também a descrição de uma concepção do trabalhador como subordinado à condição de “*empregado*” em “*negócio de lavoura*”. Como meeiro, entretanto, parece haver, de fato, uma divisão maior do produto e a possibilidade de um acesso mais amplo aos meios de produção, para, por exemplo, plantar arroz para o sustento ou plantar “*melancia para vender*”. Por outro lado, a relação do colonato, ainda aí não descrita apropriadamente, aparece como pressupondo um maior controle do trabalho, com as horas determinadas para cada atividade. Ainda assim, vê-se uma indicação de que a colheita representava uma ocasião para se obter melhores rendimentos, que advinham de uma espécie de divisão do produto deste trabalho também.

Da fala que aqui inicialmente reproduzimos de Maria Vassoler, vemos um imigrante, seu pai, se engajando ora como colono ora como meeiro nas fazendas que não eram exclusivamente cafeeiras. Ser colono, assim, não era *em si* uma condição melhor do que a de meeiro, sendo que a escolha por voltar a ser meeiro pode representar certa decepção com o colonato:

Maria Vassoler: *Aí nós fomos para Monte Azul, que ele pegou café a meia lá também.*

Pergunta: *Com quem que era lá?*

¹⁷³ Entrevista gravada em 26 de maio de 2007. Trabalho de campo.

Maria Vassoler: *O patrão? Era o Antônio Rodas, da família dos Rodas, que tem fazenda até hoje lá. Lá o meu pai pegou 6 mil pés de café, a meia. E pegou mais 5 alqueires de terra, a meia, para plantar arroz, feijão. Naquela fazenda, a gente ficou lá dois anos. Aí eu casei e vim para cá.*¹⁷⁴

Há que se ponderar, no entanto, de que uma coisa devia ser a condição de meeiro em fazendas pecuaristas e outra bastante diferente na oportunidade de pegar “café a meia”, podendo dividir em maior porcentagem do que no colonato o produto do trabalho no café. De todo modo, é importante termos em conta a opinião de Faleiros (2002) de que a meação constituía numa variação do regime de trabalho numa cafeicultura que estivesse enfrentando uma crise, de modo que assim permitia repassar parte maior dos seus riscos para o meeiro.

Em outra entrevista, Maria Vassoler iria indicar uma concepção sobre o fim do colonato, da qual partiremos para elaborar sobre esta fase de transição final daquela relação de produção. Dizia ela, retomando a questão central do plantio próprio pelos trabalhadores:

Pergunta: *E nessa época ainda tinha uns pedaços de terra para plantar?*

Maria Vassoler: *Tinha, sim, a fazenda dava terra para plantar.*

Pergunta: *O quê?*

Maria Vassoler: *Plantava arroz... Aqui para o lado da rodovia, tinha um terreno ali que era dos Bulle, do seu Augusto. Ali a gente plantava arroz. Plantava, por exemplo, uma tira cada um, mais ou menos uma quadra, uns 50 metros cada um. Todos os empregados tinham um pedaço ali, que plantava arroz. A maioria plantava arroz. Podia plantar milho, outras coisas, né. Podia escolher, mas geralmente o arroz que era mais caro, que gastava mais, então todo mundo preferia plantar arroz.*

Pergunta: *E feijão?*

Maria Vassoler: *Antes, os colonos plantavam no café.*

Pergunta: *E quando acabou o esquema de colono?*

Maria Vassoler: *Aí parou. Quando acabou o esquema de colono, acabou o plantio, aí virou camarada e aí... A fazenda, por um tempo, até dava. Por exemplo, para os empregados, dava um tanto de arroz por mês, uns 30 quilos, 40 quilos, 20 quilos, dependendo as pessoas que trabalhavam na família.*¹⁷⁵

Vemos, desse modo, na fala de Maria Vassoler, que o plantio pelos próprios trabalhadores resultava de uma cessão de parte dos meios de produção que seguiam, entretanto, sendo de propriedade privada daqueles para quem se trabalhava. Com isso, uma relação parcial de posse se dava, não obstante a relação de propriedade se reiterasse mesclada à relação de exploração de trabalho alheio.

Da descrição de Maria, no entanto, vemos a destinação de uma área não aproveitada

¹⁷⁴ Entrevista gravada em 26 de maio de 2007. Trabalho de campo.

¹⁷⁵ Entrevista gravada em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

pela fazenda para esse cultivo pelos trabalhadores, enquanto, durante a vigência do colonato, esse cultivo se dava também na mesma área dos cafezais, algo que teria sido vetado com o fim desse sistema de trabalho. Posteriormente, a partir da fala citada, temos uma indicação da fazenda ainda mediando o acesso a estes alimentos, no entanto agora fornecidos e prontos. Esta descrição, de um modo geral, indica a centralidade do plantio próprio como constitutivo do próprio colonato, tendo ambos sido abolidos simultaneamente. Por outro lado, não se deve passar despercebida a indicação de Maria de que a escolha pelo plantio de arroz passava por sua “cotação” no mercado, como mercadoria mais “cara” entre aquelas de que a família necessitava para o sustento.

Fiquemos, todavia, com a indicação sumária de Maria de que “*quando acabou o esquema de colono, acabou o plantio e aí virou camarada*”. Lembremos, para começar este desenvolvimento, que camaradas existiam paralelamente aos colonos nas fazendas cafeeiras, portanto antes do fim do colonato, sendo majoritariamente remunerados por meio de diárias, conforme a descrição a seguir de Armando Paioli Sobrinho, que antes enumera algumas das atividades cumpridas por camaradas numa fazenda:

Armando Paioli Sobrinho: “*A Boa Esperança era tudo unida, mas foi quando o Arnoldinho separou do seu Augusto. Foi o quê? Eu tinha uns 14 anos, trabalhava com carroça ainda na fazenda. Naquele tempo vinha a carroça e levava os almoço para a turma. [...]*”

Pergunta: *Você além de carroceiro trabalhou de quê?*

Armando Paioli Sobrinho: *Ah, de tudo, tratorista, carroceiro, de riscar. O que eles mandavam nós fazer a gente fazia. [...]*

Pergunta: *Você às vezes era colono?*

Armando Paioli Sobrinho: *Não, eu era sempre camarada.*¹⁷⁶

Observamos na descrição do ex-camarada uma relação de complementaridade do trabalho de camaradas e de colonos. No caso, o jovem empregado, que cumpria o que lhe ordenassem, levava de carroça os almoços recém-preparados pelas suas famílias para os colonos, que estavam a trabalhar nos cafezais, o que em si já os diferencia qualitativamente da condição posteriormente generalizada de trabalhadores *boias-frias*. Mas camaradas não se restringiam a essa tarefa, sendo também tratoristas no relato acima. Mais do que isso, outros relatos mostram uma complexidade maior das tarefas necessárias de uma fazenda cafeeira, conduzidas não exclusivamente por colonos, como mostraria Ademir Miranda, começando por uma importante descrição local:

¹⁷⁶ Entrevista gravada em 27 de janeiro de 2009. Trabalho de campo.

Ademir Miranda: *Eu nasci aqui em Monte Verde. Antigamente, Monte Verde era um vilarejo cercado por duas grandes fazendas. A fazenda Boa Esperança e a fazenda Monte Verde, que eram as fazendas dos Bulle. Então, a cidade era mesmo uma rua assim, com a igreja no meio e a estação de trem, e as casinhas em volta. A linha do trem passava aqui nessa rua inclusive. Isso era o tal do ciclo do café. Foi a época da grande riqueza do café. Eu mesmo fui, desde pequeno, saía da escola e ia fazer balainho pra plantar café.*

Pergunta: *Para fazer as mudas?*

Ademir Miranda: *Isso, é. E plantar também, porque nessa época plantar, colher, nessa época do grande ciclo do café, a gente trabalhava.*

Pergunta: *E os seus pais moravam na fazenda mesmo?*

Ademir Miranda: *Isso, na fazenda Monte Verde. Dentro das colônias. Tinha três colônias lá. Tinha as que a gente chamava de “colônia nova”, “colônia do meio” e “colônia da mina”. E tinha muita gente. Tinha mais de seis casas em cada colônia. E as famílias chegavam a ter dez filhos. Eu mesmo a minha família, nós somos onze.*

[...] Pergunta: *Qual era o serviço do seu pai?*

Ademir Miranda: *Trabalhava na turma assim mesmo. Tudo na lavoura do café. Meu pai foi também responsável pelo terreiro, pelo terreirão. O café depois de colhido ficava ali e tinha a máquina também. Então, ele fazia isso.*

Pergunta: *Como era?*

Ademir Miranda: *Ele ia recolher os sacos de café para lavar, depois juntava e, de manhã, ele esparramava aquilo tudo para secar, depois de tarde ele juntava a pilha. Isso aí era durante semanas, até meses essa secagem do café. Depois que acabava a colheita tinha a hora do benefício. Limpava aquele café para depois ensacar. E aí depois que exportava o café limpo.*

Pergunta: *Aí já era aqui em cima?*

Ademir Miranda: *Aqui em cima, isso, a máquina já era aqui em Monte Verde, para ficar perto da estação do trem de ferro. Era ali para frente nessa mesma rua. Ali ficava a estação e mais pra frente tinha uma pensão e aquele mirante, que é o marco de Monte Verde. E ainda tem o prédio onde ficava a máquina. E o meu pai trabalhava ali. Meu pai, o Sebastião Bessa e o Armando D’Julli. Os três. O ano inteiro trabalhando no café, nessa parte de dentro, e nós na roça. Carpindo, colhendo, limpando.¹⁷⁷*

A descrição de Ademir Miranda se inicia com a relação entre o vilarejo e as fazendas, que na fala de Armando Paioli Sobrinho já eram apontadas estas fazendas como tendo sido separadas por membros da mesma família de proprietários, os Bulle. O vilarejo de Monte Verde, assim, ficava incrustado nas fazendas, centralizando parte das tarefas de beneficiamento do café e de circulação dessa mercadoria, por meio da estrada de ferro, no caso da Companhia São Paulo – Goiás, que depois viria a ser incorporada como ramal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, entre Bebedouro e Nova Granada, passando por municípios como Monte Azul Paulista, Severínia e Olímpia, além de pequenos vilarejos como

¹⁷⁷ Entrevista gravada em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

Monte Verde. A composição da centralidade relativa do vilarejo abarcava, ainda, a igreja, cujo papel social não era nem um pouco desprezível, como sabemos. Porém, a “cidade”, no relato de Miranda, não aparecia como local de moradia principal para os trabalhadores da fazenda. Ainda assim, parte do trabalho do pai “*no café, nessa parte de dentro*” se dava na vila, enquanto os filhos seguiam no trabalho “*na roça*”. Parte desse trabalho dos filhos incluía a produção de mudas de café, realizada preferencialmente por crianças, segundo Miranda. O mesmo entrevistado, no entanto, afirmava ter trabalhado “*na roça*”, trabalho esse que, ressaltemos, não se restringia ao cultivo de café:

Pergunta: *E faziam o quê?*

Ademir Miranda: *A gente fazia as coisas do café, mas a gente plantava feijão também para a gente. Cada casa, naquele tempo, tinha a chamada rua. A rua do café, então a gente plantava entre uma curva e outra. Que nem hoje fala “agricultura familiar”, naquele tempo a gente nem sabia o que era isso. O patrão falava: “nesses tantos pés, vocês plantam o que vocês quiserem”.*

Pergunta: *Plantava no meio do cafezal?*

Ademir Miranda: *No meio do cafezal. A gente era colono, esse era o termo. A gente era chamado de colono mesmo.*

Pergunta: *Por seu pai trabalhar no terreiro, ele não era chamado de camarada?*

Ademir Miranda: *É, é verdade, já ele era camarada mesmo.*¹⁷⁸

Desse modo, vemos a questão do plantio próprio por parte de colonos retornar ao argumento, mais uma vez se ressaltando esta possibilidade como decorrendo de uma “permissão” por parte do proprietário fundiário que era, simultaneamente, o capitalista, ou “patrão”, a empregar essa força de trabalho, conjugada na família. No entanto, vemos uma família de colonos, cujo “cabeça”, o pai, não era exatamente um colono, mas um camarada relativamente especializado, evidenciando múltiplos arranjos e diversas funções e atividades a serem particularmente personificadas pelos trabalhadores dentro das possibilidades de reprodução na cafeicultura.

Vejamos outro caso, antes de concluir essa parte da exposição. Tratava-se de outro serviço essencial para a fazenda de outrora, conduzido por um camarada, que indicará a seguir condições desiguais de acesso aos meios de produção cedidos:

Durvalino Dornelas: *Naquele tempo era 10 carroça com 5 burros cada. Você faz as contas, quantos burros dá?*

Pergunta: *Pelo menos 50...*

Durvalino Dornelas: *Puxava no peito de burro aquilo. Antigamente puxava. Não tinha caminhão, né?*

Pergunta: *Então, tinha que ter uma tropa grande de burros aí?*

¹⁷⁸ Mesma entrevista, ver bibliografia.

Durvalino Dornelas: *Tropa? Tinha 90 e tantos burros.*

Pergunta: *E quantas pessoas para cuidar?*

Durvalino Dornelas: *É, a cada cinco burros numa carroça era um carroceiro que comandava. Mas tinha o capa, né? O capa era o chefe.*

Pergunta: *Quem era?*

Durvalino Dornelas: *Teve uma ocasião que o capa era um preto, que até foi embora para o Paraná. Aí eu era o mais velho da turma. Era mais velho assim, de serviço, mas de idade eu era mais novo. Mas aí puseram eu de capa e eu trabalhei nove anos tomando conta.*

Pergunta: *Onde era?*

Durvalino Dornelas: *Aí na Boa Esperança. Aí depois houve essa repartição, do Augusto Bulle mais do Arnaldo Bulle o seu sobrinho, né. Aí foi quando eu até separei umas quatro carroça com cinco burros cada e mandei para cá, para a Monte Verde. Era divisão da fazenda, então dividiu os burros também.*¹⁷⁹

O patamar de desenvolvimento das forças produtivas de então parecia requerer, como Durvalino Dornelas descreve, a existência de um setor da fazenda destinado à reprodução de animais de carga e de tração para a realização de inúmeras atividades que hoje são realizadas geralmente por meio de tratores, caminhonetes e caminhões. Uma parte da fazenda cafeeira, assim, tinha que ser destinada para pastagens para esses animais e uma parte dos seus trabalhadores para os cuidados dos mesmos animais e pastagens, e para a condução das carroças. Neste sub-setor, uma hierarquia era apresentada entre os seus trabalhadores, na qual o tempo de serviço aparecia como fator de seleção, após o “capa” anterior preferir tentar a vida na fronteira do café, deixando Durvalino no comando.

O relato de passagem sobre a ida do antigo “capa” para o Paraná indica uma real possibilidade dada para os trabalhadores da época, algo que se apresentaria em duas outras ocasiões para o próprio Durvalino:

Durvalino Dornelas: *Quando nós separamos aí, e era dos Bulle, na divisão, eu trabalhava ali. Aí o patrão, o patrão não, a administração disse assim que quem quisesse ir para o Paraná ele levava.*

Pergunta: *Tinha aberto fazenda lá?*

Durvalino Dornelas: *Lá no Paraná, em Londrina. 32 quilômetros lá de Londrina. Era a Fazenda Bulle [...] Ih, isso foi em 44, por aí. Aí quando eu comecei a trabalhar aqui com animal, aí trabalhei todo esse tempo, mais de 10 anos [...]. Aí acabou vendendo para os próprios parentes a parte do Arnoldinho, a Boa Esperança. O Rodolfo, o Sérgio Lisa e o dr. Hernani. E aí venderam e a proposta, para mim, foi essa, que se eu quisesse ir para o Paraná ele me levava. Eu pensei, eu ia jogar a minha família lá no mato, eu falei: “eu não”.*¹⁸⁰

Durvalino Dornelas indica a opção de ir trabalhar no Paraná, quando da abertura de

¹⁷⁹ Entrevista gravada em 17 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

¹⁸⁰ Mesma entrevista, ver bibliografia.

uma propriedade dos mesmos donos da Boa Esperança em Londrina. Na ocasião, nos anos 1940, o futuro cocheiro era ainda criança, órfão de pai, e foi apenas visitar a nova propriedade. Posteriormente, nos anos 1960, já casado, a opção de ir para o Paraná surgia como arriscada para uma vida familiar, na concepção do trabalhador. De todo modo, a fronteira aberta do café ainda se evidenciava como “oportunidade” tanto para os patrões como para os trabalhadores.

No prosseguimento do relato, teríamos algumas confirmações sobre a categorização do trabalho do cocheiro e do carroceiro como trabalhos de camaradas, além de outras características mais gerais:

Pergunta: *Nessa época, seu Durvalino, tinha os camaradas, vocês eram camaradas?*

Durvalino Dornelas: *Nós era camarada.*

Pergunta: *Vocês tinham direito de plantar num canto da fazenda, como que era?*

Durvalino Dornelas: *Você fala plantar roça?*

Benedita Dornelas: *Só uma vez que plantou um pouco de feijão. Deu bastante feijão, mas foi só uma vez.*

Durvalino Dornelas: *Ali onde tem essas canas ali no fundo, na Monte Verde. Aí quando formou essa cana aí, tinha um administrador que falou: “olha, quem quiser plantar um feijãozinho ali, pode plantar, mas carpe a carreirinha de cana”. Você tá entendendo? Então, eu carpia as duas carreirinha de cana e, no meio delas, plantava uma carreirinha de feijão. E colhia feijão, porque naquele tempo dava muito feijão. Quem quisesse plantar plantava, não é que era obrigado.*

Pergunta: *E aí ficava para vocês o feijão?*

Durvalino Dornelas: *É, e nós plantamos porque essa aí gostava de trabalhar.*

Pergunta: *Então, foi só uma vez que teve esse negócio de plantar?*

Benedita Dornelas: *Só.*¹⁸¹

Na entrevista realizada com Durvalino Dornelas, sua esposa Benedita Dornelas esteve presente, completando informações dadas pelo marido sobre a vida do casal. Do relato acima, observamos que, ainda que outros tenham tido acesso parcial aos meios de produção, aparentemente alguns não tiveram acesso sequer parcial e quando muito ocasional a tais meios, indicando uma desigualdade mesmo entre as condições de reprodução de uma mesma categoria de trabalho de uma mesma fazenda, como a dos camaradas da fazenda Monte Verde.

No caso acima descrito, porém, este acesso aos meios de produção implicava na manutenção da lavoura canavieira em formação, numa espécie de parceria que, diferente do colonato, por exemplo, não dava direito a qualquer divisão do produto desta lavoura nem a

¹⁸¹ Mesma entrevista, ver bibliografia.

qualquer remuneração monetária. Esta parceria aparecia como um trabalho à parte e voluntário, algo que o ex-camarada fez questão de ressaltar. A dedicação da mulher para o trabalho, assim, surge como motivação para o trabalho “extra” da família.

Sigamos um pouco mais no traço dessas desigualdades. Quem apresenta outras formas de acesso aos meios de produção pelos trabalhadores aqui é novamente Armando Paioli Sobrinho:

Armando Paioli Sobrinho: *Naquele tempo tinha o mangueirão, naquela parte onde é o açude ali. Então, cada um tinha o seu lugarzinho para você criar umas cinco ou seis cabeças de porco. Tinha direito de ter uma vaca de leite, um cavalo. Naquele tempo tinha tudo isso aí.*

Pergunta: *Mesmo assim comprava carne no açougue?*

Armando Paioli Sobrinho: *É. Ah, porco você matava em casa, né. Engordava e daí a cada três ou quatro meses tinha um porco gordo. Mas carne de vaca não tinha.*

Pergunta: *E o feijão era para comer ou para vender?*

Armando Paioli Sobrinho: *Era para o gasto. Naquele tempo eles cortavam o café, então davam umas ruas para você plantar. Então, davam umas dez ruas. Aquilo ia dar uns três, quatro saco de feijão. Aí você guardava, né. Dava para o ano inteiro.*

Pergunta: *Então não chegava a vender?*

Armando Paioli Sobrinho: *Não, não dava. Agora os colonos sempre vendia, né. Tinha colono aí que colhia 10, 12 sacos de feijão. Conforme a família, né. Tinha família que chegou a colher 20 sacos. Aí dava para vender. Naquele tempo, feijão era Cr\$ 4,00, era baratinho. Porque todo mundo tinha. A cooperativa juntava porque o povo da cidade comprava ali também, né. Não era só o povo da fazenda que comprava ali, era de toda as redondezas.*

Pergunta: *Então, os colonos acabavam vendendo para a própria cooperativa?*

Armando Paioli Sobrinho: *Vendia ali, outros ia em armazém de fora, que nem em Cajobi. Ou mandava para São Paulo, punha no trenzinho que passava aqui.*

Pergunta: *Milho também?*

Armando Paioli Sobrinho: *Feijão, milho... A gente descarregava aqueles sacos de café e também de milho e punha tudo no vagão.*¹⁸²

Primeiramente, temos a descrição da possibilidade de criar animais para o consumo próprio, no interior da fazenda, que, assim, dedicava outra porção de suas terras para essa criação, aparentemente permitida a todos os trabalhadores. Isso não anulava a necessidade ocasional de se comprar carne no comércio local, ainda que minimizasse ao extremo tal “necessidade”. Assim como a produção de feijão e cereais, mesmo essa criação para consumo próprio podia eventualmente ser vendida, no que observamos que a forma social da mercadoria permeava também aquilo que parecia como uma produção apartada da lógica do

¹⁸² Entrevista gravada em 27 de janeiro de 2009. Trabalho de campo.

mercado:

Benedita Dornelas: *Quando a porca teve cria, nós vendeu a porca e as crias para fazer os caibros dessa casa aqui.*

Durvalino Dornelas: *Ainda bem que tinha para vender.*

Benedita Dornelas: *Por causa que nós não tinha dinheiro.*¹⁸³

Assim, parte das mercadorias vendidas no comércio local era produzida também localmente, num circuito que também se articulava com aquele de mercadorias produzidas industrialmente. É o que sugere, por exemplo, a produção local de roupas que pressupunha uma produção industrial de tecidos, conforme o relato da experiência de Maria Vassoler, engajada numa espécie de *putting out system*:

Pergunta: *E você costura para os parentes também?*

Maria Vassoler: *Costurava para fora. Costurava para a loja do Santiago; costurava calça e camisa, e ele vendia, só que eu tinha um tanto para entregar por semana. Entregava, por semana, dez calças e dez camisas. Só que eu ganhava por peça. Ganhava bem. [...] Só que depois que ele fechou a loja, aí eu trabalhava para um mascate. Esses homens que tinha, com um carrinho, que comprava as coisas, comprava ovo, comprava frango, comprava pão, e vendia roupa.*

Pergunta: *Você lembra o nome dele?*

Maria Vassoler: *Ele chamava Argemiro Bailão, era primo meu. Ele hoje está em Severínia. Depois daquilo ele virou comprador de laranja, tinha caminhão.*¹⁸⁴

Temos aí, a partir da fala de Maria Vassoler, também a ampliação da observação anterior de que outras coisas (ovo, frango, pão, roupa) produzidas pelas famílias nas fazendas, a princípio para o consumo próprio, podiam ser e eram vendidas no comércio local, além da indicação da transformação posterior do mascate em pequeno comerciante de laranja. Também nessa descrição temos uma espécie de trabalho familiar se dando no comércio, o que não anula que a relação seja pautada pela forma mercadoria.

Voltemos agora a um ponto não tratado no relato anterior de Armando Paioli Sobrinho, quando este falava que “*naquele tempo eles cortavam o café, então dava umas ruas para você plantar*”. Vemos, assim, a permissão para o plantio próprio de alguns camaradas se dando em áreas que seriam alvo de replantio de cafezais, ali deteriorados. Essas áreas, assim, surgiam como disponibilizadas para este plantio ocasionalmente. Como Durvalino Dornelas afirma não ter tido o acesso às mesmas, subentende-se que, mesmo entre os camaradas, não teriam sido todos os que puderam plantar. Mais do que isso, a produção conseguida nestas condições

¹⁸³ Entrevista gravada em 17 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

¹⁸⁴ Entrevista gravada em 26 de maio de 2007. Trabalho de campo.

foi ali comparada com condições muito melhores de plantio próprio por parte dos colonos, que assim podiam vender parte dessa produção no comércio local.

Retomemos, brevemente, todavia, a questão acima indicada do replantio do cafezal. Esta questão se articula àquela que já tratamos exaustivamente sobre o uso predatório do solo no contexto de fronteira aberta que se vivenciava. Na verdade, ela relativiza esse suposto uso predatório, indicando uma renovação do cafezal, o que, segundo relatos, se juntava com a aplicação de adubos orgânicos preparados por camaradas e espalhados nos cafeeiros tanto por camaradas como por colonos (ver Boechat, 2009). Ainda assim, é interessante juntar o relato do replantio com direito à plantio próprio dos camaradas e, ainda, com a produção de mudas de cafeeiros por filhos de colonos e camaradas. Armando Paioli Sobrinho descreveu minuciosamente o processo de feitura dessas mudas, numa descrição que precisaremos, entretanto, resumir aqui:

Pergunta: *E o senhor já plantou café também?*

Armando Paioli Sobrinho: *Também, formatura de café...*

Pergunta: *Onde que o senhor plantou?*

Armando Paioli Sobrinho: *Aqui, aqui nesse caminho velho. Ali era o viveiro, aí você tinha que tirar terra, aí tinha que coar. O Zezinho Aparício ia com a molecada para encher balainho, vinha aqueles coisas, aquela madeira própria do Paraná, parecia um compensado, de pinheiro. Aí formava, enchia de terra com esterco e formava os balainhos. Aí tinha os velhos que tomavam conta do viveiro: o seu João Megeto, o Alcides Megeto... [...]*

Pergunta: *E plantava onde?*

Armando Paioli Sobrinho: *Onde que é hoje tudo cana aí, plantava café em tudo. Arrancava um tanto de café, aqueles café velho, que não dava mais nada, formava, plantava milho, aí no outro ano, plantava os café novo. Separava de um para outro, dava um metro, um metro e vinte. E plantava em linha, com distância de 2 metros, dois metros e meio. Porque tinha que passar a carpideira, passava o tratorzinho no meio. Era assim.*

Pergunta: *E quem plantava recebia como?*

Armando Paioli Sobrinho: *Para plantar era a turma por dia.*

Pergunta: *Era diária?*

Armando Paioli Sobrinho: *É.*¹⁸⁵

O recrutamento das crianças para a fabricação de mudas será retomado por nós na conclusão dessa parte da tese, mas já havia sido indicado na fala inicialmente citada de Ademir Miranda. Por ora, devemos ressaltar apenas a existência de um setor dentro da fazenda especializado em produzir as mudas de café, para o qual se destinava outra parte da fazenda e parte de seus trabalhadores. Essas mudas, até aí, são apresentadas como permitindo

¹⁸⁵ Entrevista gravada em 27 de janeiro de 2009. Trabalho de campo.

a renovação de “*café velho, que não dava mais nada*”, porém, entre a erradicação do cafezal velho e o plantio do novo, abria-se a brecha para a utilização temporária da terra pelos trabalhadores locais, para o cultivo de milho, no caso. Diante dos relatos anteriores, no entanto, pressupomos que essa brecha era parcial e desigualmente disponibilizada, provavelmente “beneficiando” mais os próprios colonos e, às vezes, alguns dos camaradas. Por outro lado, vejamos que os plantios dessas mudas não se restringiam às áreas de cafeicultura degradada dentro da fazenda:

Pergunta: *Chegou a derrubar a mata aí também para plantar?*

Armando Paioli Sobrinho: *Já, vixe... Eram 60 alqueires de mato. Ali onde que tem a seringueira, naquele caminho onde que desce. Ali era tudo mato e vinha até aqui em cima. Tinha até um cafezal lá que chamava “café do mato”, ali do talhão 19. Vinha bem para cima aqui, o mato vinha até aqui. Aí foram derrubando os pedaço. Aí todo ano derrubava uns pedaço. Aí formava café. E foi indo que ficou só aquele restinho ali.*¹⁸⁶

Essa descrição aponta para um processo de avanço da cafeicultura sobre a vegetação nativa, não só do estado do Paraná, mas simultaneamente em áreas até então preservadas no interior das fazendas cafeeiras. Denominamos esse processo, no capítulo anterior, como o de uma “fronteira dentro da fronteira”, que é aqui descrita como sendo realizada pelo trabalho desses camaradas. Também, assim, a própria fazenda se valia para “o cultivo próprio” de café, de partes subutilizadas dentro de seus limites. Nos termos hoje vigentes, poderíamos inclusive apontar essas reservas florestais e o seu uso posterior como sendo uma espécie de “capacidade ociosa planejada” (Kalatzis, 1998), no contexto dos últimos capítulos da expansão extensiva da cafeicultura.

Enquanto o colono, como vimos, tinha acesso ao plantio intercalar de feijão e, ocasionalmente, de partes subutilizadas das fazendas, além de receber pela empreitada de trato de parte do cafezal e por produtividade na colheita, temos os camaradas, que viviam juntamente a esses colonos, obtendo outras condições de reprodução, conforme vemos nos relatos acima e também neste de abaixo do mesmo ex-camarada:

Pergunta: *Como que era para receber? Como era o salário nessa época?*

Armando Paioli Sobrinho: *Então, o salário está na carteira. Era por mês. Aí tinha os descontos e o preço que você ia ganhando.*

Pergunta: *As diárias do que você fazia cobrava aqui na carteira?*

Armando Paioli Sobrinho: *É.*¹⁸⁷

¹⁸⁶ Mesma entrevista, ver bibliografia.

¹⁸⁷ Entrevista gravada em 27 de janeiro de 2009. Trabalho de campo.

Os registros em carteira, segundo o ex-camarada, abarcavam as diárias recebidas pelo trabalhador e seus gastos, como aqueles acima citados com carne no açougue local. Enquanto a diária parece ser a principal composição do “salário” do camarada ela, entretanto, não era uma forma de remuneração exclusiva do camarada, podendo os colonos eventualmente também serem diaristas. O próprio Armando Paioli Sobrinho, na mesma entrevista, é que afirma: *“E quando chovia, por exemplo nessa época, então ia plantar café, aí os colonos vinha trabalhar tudo por dia, para a fazenda. Era por diária.”*¹⁸⁸ Assim, o colono tinha as suas exclusividades e, ainda, assumia essa outra forma de remuneração. De todo modo, o “salário” do camarada, registrado em carteira, aparecia, no relato de Paioli Sobrinho, como sendo mensal e baseado na contagem de diárias trabalhadas, o que, em si, explica a afirmação de Nelson da Silva:

Nelson da Silva: *Então, quando acabou o colono, todos passaram a ser diaristas e os diaristas colhiam café também. Faziam todos os serviços: colhia café, cortava cana... Ia todo mundo junto.*

Pergunta: *Antes não era só o colono que colhia?*

Nelson da Silva: *Era só os colonos. O colono ganhava por produção na colheita e pelo contrato da empreitada.*¹⁸⁹

Desse modo, temos uma explicação inicial de Maria Vassoler que indicava que, ao final do colonato, todos teriam se tornado camaradas, enquanto que agora vemos uma outra explicação que aponta que todos teriam se tornado diaristas. Tentamos até aqui, portanto, caracterizar minimamente, a partir das falas dos próprios trabalhadores, as particularidades de um colono, um camarada, um meeiro e um diarista. Continuamente, ainda, apontamos que essas remunerações desses trabalhadores estavam articuladas a outras relações, como o acesso parcial e desigual à possibilidade do plantio próprio, aos fornecimentos da fazenda, à repartição do produto do trabalho e aos descontos com gastos no comércio.

Enfim, terminamos essa aproximação à questão, indicando algumas diferenças e semelhanças entre essas categorias. Passaremos agora à análise mais pormenorizada de uma caderneta de trabalho de um camarada, para concluirmos se esta categoria de trabalhador é que viria a se generalizar, se ela podia realmente ser reduzida à categoria de mero diarista, ou se algumas de suas relações constitutivas se transformariam concomitantemente no processo.

¹⁸⁸ Mesma entrevista, ver bibliografia.

¹⁸⁹ Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

O cotidiano em transformação registrado numa caderneta de trabalho de um camarada e na fala de outros

Lidaremos a partir de agora com os registros e a sistematização que propusemos destes registros da caderneta de trabalho do camarada Benedito Paioli. Benedito era pai do acima citado Armando Paioli Sobrinho, e trabalhava também como cocheiro na fazenda Monte Verde, embora eventualmente fizesse serviços diversos. A caderneta em questão em nada difere por si de uma caderneta de trabalho de um colono, cuja análise minuciosa procuramos fazer anteriormente (ver Boechat, 2009). Seu uso, entretanto, seria o que guardaria algumas particularidades para um caso e outro.

Em formato de pequena brochura, impressa pela Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, e pelo Departamento Estadual do Trabalho, ela tinha o título de “Caderneta Agrícola”. Na folha de rosto da mesma haveria ainda o subtítulo “Caderneta oficial”, antes das casas igualmente impressas com lacunas para serem preenchidas com os nomes do empregador, do empregado, da fazenda, da estação e da estrada de ferro. Com uma seriação (5ª.) e uma numeração (16.352) feita pelo órgão responsável, nas casas acima referidas se apresentavam os nomes escritos a mão de Augusto Medeiros Bulle, como empregador; Benedito Paioli, como empregado; Monte Verde, para a fazenda; Monte Verde Paulista, para a estação; e C. P. (Companhia Paulista), para a estrada de ferro.

Adiante, outros campos a serem preenchidos compunham uma espécie de contrato de trabalho, com as designações de incumbências dos contratantes e contratados. Em seguida, vinham impressas as 21 cláusulas do “contrato de trabalho” típico do colonato, que deveriam ser pormenorizadas segundo as quantidades da empreita assumida, das cessões de terras, casas e pastagens pela fazenda, e demais especificações do engajamento da família e das contrapartidas do empregador. Como, entretanto, Benedito Paioli não entrava nessa relação com Augusto Medeiros Bulle na condição de colono, todas as lacunas seguiam em branco, diferente do que analisamos para o caso do colono João da Silva, da fazenda Boa Esperança (Boechat, 2009). De todo modo, o padrão de contrato de um camarada e o seu veículo de formalização seguiam sendo aqueles mesmos do contrato de um colono, evidenciando a centralidade do colonato na cafeicultura de então.

Depois das 13 páginas iniciais com as cláusulas do referido contrato padronizado de colonato, tinha-se uma caderneta com 34 páginas duplas em branco, para serem preenchidas

com a data e a especificação de débitos e créditos do trabalhador. Portanto, a caderneta oficial previa uma contabilidade a ser estabelecida na relação de trabalho.

Para o caso particular de Benedito Paioli, começemos, portanto, evidenciando a primeira dessas páginas, que serão o alvo dessa parte de nossa investigação. Nela, veremos uma série de anotações de ganhos, compondo créditos, e gastos sendo debitados desses créditos, formando, a cada dois meses, de início, um “Balanco”:

Tabela 1 – Representação da disposição de itens e do procedimento de registro na caderneta do camarada Benedito Paioli, Cajobi-SP, 1960.

		<i>Rubrica.....</i>	<i>14</i>	
1960			Débito Cr\$	Crédito Cr\$
Agto.	31	Ordens Santiago	12.800,00	
		" Melote	800,00	
		31 diarias suas		2.387,00
		31 " Norival		2.387,00
		31 " Armando		2.387,00
		Esta caderneta	10,00	
Set.	30	farmacia	566,00	
		condução medica	240,00	
		medico extra	3.000,00	
		30 diarias suas		2.310,00
		30 " Norival		2.310,00
		30 " s/ irmão		2.310,00
		Balanco	17.416,00	174.160,00
Out.	1	saldo devedor	3.325,00	
	30	Ordens Santiago	12.300,00	
		" Meloti	700,00	
		medico extra	72,00	
		luz	80,00	
		farmacia	510,00	
		33 diarias suas 100,00		3.300,00
		31 " Norival 100,00		3.100,00
		31 " Armando 100,00		3.100,00
[Nov.]		30 " Norival 100,00		3.000,00
		30 " suas 100,00		3.000,00
		28 " Armando 100,00		2.800,00
		seu pagto	1.313,00	
			18.300,00	18.300,00

Fonte: Caderneta de trabalho, p. 14. Trabalho de campo.

Org.: Cássio A. Boechat

Logo de início, na caderneta do camarada, as inscrições “Ordens Santiago” e “Ordens Melote”, em agosto de 1960, remetiam aos gastos no armazém e no açougue do distrito de Monte Verde, do município de Cajobi, apontando os seus respectivos proprietários e demonstrando o método de pagamento que era feito à época. Benedita e Durvalino Dornelas explicaram-nos o procedimento:

Benedita Dornelas: *Gastava com ordem, né, e eu tinha os meninos pequenos e fui tirar a ordem. E a ordem era pouco. [...]*

Durvalino Dornelas: *Naquele tempo tirava uma ordem, chamava ordem de fornecimento. Ia lá no escritório e pedia, aí eles anotava. Aí ia comprar no comércio.*

Pergunta: *Era tipo um vale?*

Durvalino Dornelas: *Era igual um dinheiro para você comprar.*¹⁹⁰

O próprio trabalhador equipara a “ordem de fornecimento” a um equivalente de dinheiro, embora estas ordens fossem emitidas pelo próprio escritório da fazenda, que registrava essa emissão como um débito do trabalhador. Já Benedita sugere um limite dado também pelo escritório para a contração dessas “dívidas”. Armando Paioli Sobrinho descreveria em detalhes tanto os descontos em folha como o procedimento do comércio local:

Pergunta: *E o que descontava por mês?*

Armando Paioli Sobrinho: *O que você pegava. Era lenha. Naquele tempo tinha lenha, porque era tudo fogão a lenha, né.*

Pergunta: *O que mais que pegava?*

Armando Paioli Sobrinho: *Tinha o médico que você pagava também.*

Pergunta: *E o armazém?*

Armando Paioli Sobrinho: *Armazém era por ordem também.*

Pergunta: *Como fazia? Ia direto no armazém?*

Armando Paioli Sobrinho: *Não, você ia no escritório e tirava uma “ordem”. Aí você ia na Cooperativa, que é onde é hoje o Nogarol aí. Tinha aquele outro...*

Pergunta: *A ordem era o quê?*

Armando Paioli Sobrinho: *Era um papel. Naquela ordem entregavam o que você queria. Comprava os mantimentos que precisava para o mês em casa.*

Pergunta: *Era só uma autorização ou tinha valor fixo?*

Armando Paioli Sobrinho: *Não. Aí o Domingos Mendes ou o seu Santiago, que tinha naquele tempo, eles mandavam as notas para a fazenda e vinha descontar.*

Pergunta: *Era Domingos Mendes e quem mais?*

Armando Paioli Sobrinho: *Tinha o seu Santiago Moranti, que tinha a loja. Tinha também a cooperativa, que era o laticínio.*

Pergunta: *O que tinha na cooperativa?*

Armando Paioli Sobrinho: *Tinha tudo. Ali o cara comprava querosene, ou era cama com aqueles colchão de capim antigo. No laticínio era manteiga, era mussarela, era queijo. Fazia tudo ali. Eles compravam leite, o seu Augusto*

¹⁹⁰ Entrevista gravada em 17 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

comprava....

Pergunta: *E era mais ou menos igual o preço da cooperativa para os outros?*

Armando Paioli Sobrinho: *Era mais ou menos, numa base. Vinha o povo das outras fazendas, da Nata. Que o pessoal vinha tudo aqui, Nata, Minerva. Aí tinha o Panadeiro, o velho Cabral que tinha um armazém lá embaixo.*

Pergunta: *E podia escolher em qual comprar?*

Armando Paioli Sobrinho: *Podia escolher.*

Pergunta: *E quem era o Antônio Melote?*

Armando Paioli Sobrinho: *Era o açougueiro.*¹⁹¹

Armando Paioli Sobrinho descreve, desse modo, o comércio local, apresentando uma variedade de estabelecimentos que parecia permitir uma concorrência, tanto mais quanto se pudesse efetivamente escolher onde gastar as “ordens”. Vemos, ainda, a existência de uma cooperativa de laticínio de propriedade do mesmo fazendeiro que os empregava. A produção da mesma evidencia um comércio local abastecido também por mercadorias produzidas localmente. Esta cooperativa também possuía um armazém que “*tinha tudo*”, e não apenas o que era ali produzido, segundo Paioli Sobrinho. O ex-camarada afirmava haver também o fornecimento de lenha pela fazenda para os seus trabalhadores e o acesso a atendimento médico pago para a fazenda. Retomaremos adiante a discussão dessas mediações da fazenda entre o trabalhador e o comércio local, bem como também dos fornecimentos da própria fazenda ao trabalhador.

Voltemos, por ora, todavia, à cronologia das anotações do primeiro mês registrado na caderneta em questão. Uma importante anotação que segue à das “ordens de fornecimento” é a do pagamento de diárias a membros da mesma família: Benedito, Norival e Armando, sendo o segundo filho e o terceiro filho ou irmão de Benedito Paioli. Armando Paioli Sobrinho, filho de Benedito, afirma ser ele o ali registrado, indicando ainda o destino que tiveram cadernetas como aquelas: “*Trabalhava eu, meu irmão, meu pai, tudo junto. Ia tudo junto anotado na carteira. Aí quando saiu aquela outra carteira, do sindicato, aí saíram recolhendo essa aí no escritório. Mas aí eu segurei essa.*”¹⁹²

No mês seguinte, *setembro de 1960*, as mesmas diárias teriam a especificação de que “Armando” era inicialmente Armando Paioli, “seu irmão”. Isto é, era o irmão de Benedito e tio do nosso entrevistado, embora este também possa ter trabalhado com a família em outro momento. Aquela informação talvez sugira ser Armando um irmão mais novo, aparentemente subordinado ao irmão mais velho (Benedito), no nome de quem vinha a caderneta e o

¹⁹¹ Entrevista gravada em 27 de janeiro de 2009. Trabalho de campo.

¹⁹² Mesma entrevista, ver bibliografia.

pagamento. Assim, Benedito cumpria, de certo modo, uma função patriarcal perante o irmão. Até aí, como se nota, entretanto, o preço das diárias era igual para todos os membros da família, não havendo uma transposição monetária de qualquer hierarquia entre mais novos ou mais velhos e sem qualquer especificação de tarefas diferenciadas.

De todo modo, o registro revelava a particularidade da relação de trabalho como familiar, conforme tentava explicar Nelson da Silva, escriturário da fazenda, responsável por boa parte dessa contabilidade:

Nelson da Silva: *Dali a pouco podia acontecer era o seguinte. Os filhos iam trabalhar... O negócio era meio embrulhado. Os filhos iam trabalhar e eles mandavam o crédito em nome do pai. E aí já recebia em nome do pai. Acontecia isso também. [...] Você vê como é a complicação. O Dica não chama Armando Paioli Sobrinho. Ele era sobrinho, mas o tio dele chamava Armando Fidelis Paioli e eu só fui descobrir que ele tinha esse Fidelis quando eu fiz aqueles registros de carteira, em 1972, que aí veio o documento. Nós estávamos trabalhando com ele como Armando Paioli já fazia anos, e não sabia que ele tinha um Fidelis no nome. Então, o negócio era desse jeito. O cara falava o nome dele errado, do jeito que ele falava, o administrador escrevia e me mandava. [...] É, antigamente tinha isso. Tinha até uma piada que o cara falava: “Como você chama? Antônio Cardoso. E a sua mulher? Maria Cardoso” (risos). As coisas eram desse jeito.*¹⁹³

Essa fala do responsável pela burocracia do escritório apenas indica uma relação muito mais próxima e menos formalizada ocorrendo entre a fazenda e seus empregados. Neste caso, a relação familiar e a autoridade patriarcal indicam o seu “poder de nomeação” (Bourdieu, 1989) que, por mais que embasado apenas numa oralidade, “valia” socialmente tanto quanto um documento oficial de identidade. Quando ambas formas de nomeação se colocaram em confronto, algo expresso pela exigência de registros a partir de 1972, o que antes era corriqueiro passou a se apresentar como “errado”, “complicado”, “embrulhado” ou coisa de antigamente. A imposição da norma, ancorada num registro central e estatal, acabaria por restringir as variações inclusive dos nomes das pessoas, próprias da cultura mais oral e menos letrada então vigente.

Mais uma vez retornando à primeira página da caderneta, temos que, em *setembro de 1960*, os itens referentes a uma categoria que agrupamos sob a denominação de “Saúde”, incluindo “farmácia”, “condução médica” e “médico extra”, causaram um impacto negativo importante nas contas da família. A mediação, portanto, antes vista como sendo da fazenda com o comércio local se expressava agora como uma mediação da fazenda sendo feita entre o

¹⁹³ Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

trabalhador e os serviços médicos e o acesso a medicamentos comprados. Essa mediação, assim, incorria em custos para fazenda, que eram repassados para o trabalhador, descontando-lhe do salário em folha de pagamento. Talvez por isso, o “Balanço” bimestral indicou um débito acumulado pelos Paioli de Cr\$ 3.325,00.

Mais uma vez, é bom registrar que o pagamento era feito a cada dois meses, o que de alguma forma contribuía para a existência do esquema acima descrito das “ordens de fornecimento”, mediando as relações comerciais, bem como da existência dessas mediações a tratamentos médicos e ao consumo de medicamentos comprados, uma vez que o trabalhador tendia a ficar um longo período desmonetizado, precisando recorrer ao crédito da própria fazenda. No primeiro dia de *outubro de 1960*, aquele débito da família apareceu, enfim, como um “saldo devedor”, repassando-se, portanto, a dívida acumulada num bimestre para o próximo. Desse modo, podia ser que o trabalhador sequer recebesse qualquer pagamento em dinheiro, ao final do bimestre de trabalho e de consumos mediados.

No que se refere ao procedimento de registro da fazenda na caderneta, observamos que as despesas eram registradas no primeiro mês do bimestre e as receitas dos camaradas eram divididas pelos dois meses, no entanto, apenas havendo um balanço ao final do segundo mês do bimestre. Possivelmente, tratava-se de apenas uma prática de registro da fazenda, mas talvez representasse um pagamento em ato aos comerciantes e um pagamento *a posteriori* aos trabalhadores, numa dupla temporalidade que justificava o crédito e a fazenda como instituição que o mediava.

Note-se que a fazenda parecia funcionar à maneira de um banco, agenciando, ou mediando, o crédito do trabalhador na “praça”. Nesse caso, o crédito corre junto ao seu conceito estrito de “promessa de valorização futura”, de modo que quem está disponibilizando o crédito para o trabalhador é, de outro lado, a própria empresa que está explorando a sua força de trabalho, descontando, na fonte, diretamente do seu salário o pagamento pelos adiantamentos feitos. Fica, de certo modo, clara uma concepção invertida do salário como adiantamento do capital ao trabalhador (ver Marx, 1985, l. I, t. 2, cap. 22), embora aqui o salário se revestisse da aparência de crédito para consumo e para serviços. Obviamente, isso incorria num menor volume de circulação de moeda entre os envolvidos, de modo que o dinheiro ficava apenas numa forma nominal abstrata, retido à contabilidade da fazenda, como espécie de signo de dinheiro (ver Marx, 1985, l. I, t. 2, cap. 3). A dilatação do período de “acerto de contas” para 60 dias apenas reforçava essa tendência à circulação mínima de

moeda, no caso substituída pelas “ordens de fornecimento”, o “*dinheiro*” emitido pela própria fazenda.

Vemos a questão do pagamento bimestral retornar nos registros feitos em *janeiro de 1961*, aparentemente pulando registros para os meses de novembro e de dezembro de 1960. Tampouco se registravam férias ou 13º. salário, o que poderia aproximar o camarada ao equivalente de um trabalhador volante ou temporário. Entretanto, essa mesma aproximação deve ser logo questionada pelo fato de se tratar de um trabalhador *fixo* ou *permanente* dos quadros dos empregados da fazenda e, além disso, no que se refere à informalidade que o aproximaria do temporário ou do volante, é importante que se tenha em mente que o padrão da formalidade não estava sequer dado, a não ser aquele mínimo registro na caderneta do colono. Sendo assim, como atribuir uma posição marginal ou precarizada quando as leis trabalhistas não estavam consolidadas para o trabalho rural? De certo modo, pode-se afirmar que a informalidade era a regra na época. O próprio fazendeiro que empregava tais camaradas não teria qualquer problema em atestar isso:

Hernani Bulle Arruda: *Não tinham garantia nenhuma. Não tinham INSS, Fundo de Garantia, não tinha nada. Terminava o contrato, acabava.*

Pergunta: *E era um registro só na fazenda?*

Hernani Bulle Arruda: *Só aqui, sem Ministério, nada...*¹⁹⁴

Nelson da Silva, no entanto, indicava a cobrança de férias antes dessa consolidação da legislação trabalhista para o campo. Tais férias apareciam, todavia, como um descanso normalmente já realizado pelo colono ao final da colheita. Esse descanso, porém, começava a ser formalizado sob a forma de uma suposta concessão de férias pela fazenda:

Nelson da Silva: *O colono, as férias dele, ele só assinava o recibo das férias, mas não tinha férias. No tempo das férias, quando acabava a colheita, ele tinha que fazer a esparramação. Tinha que esparramar a leira, desmanchar, jogar tudo embaixo do pé de café. Eu fiz muito esse serviço também, coisa dura. Então, ele fazia o serviço e podia sobrar uns dias para ele, que ele ia descansar, e ele tava ganhando por conta daquela mesada bimestral. E ele descansava um pouco. E assinava o recibo de férias lá e não recebia nada, era por conta da mesada que já tava no contrato do ano seguinte. E esse recibo de férias foi por causa da legislação trabalhista que começou. E aí começou a fazer, mas também não tinha isso daí.*¹⁹⁵

A transição da época apontava, pois, para um sentido de padronização e legalização (ou juridificação) das atividades de trabalho e de não-trabalho, que gradativamente iam

¹⁹⁴ Inserção parcial na entrevista gravada com Maria Vassoler, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

¹⁹⁵ Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

adquirindo uma nova forma e nomenclatura, ainda que na prática tal mudança pudesse não representar muito de imediato.

Aquela aparência de uma intermitência dos pagamentos dos camaradas na caderneta aqui analisada, no entanto, se mostraria irreal, quando, em *janeiro de 1961*, os registros de diárias de *dezembro de 1960* e do mesmo mês de *janeiro de 1961* apareceram juntos. Enfim, os três trabalhadores da família Paioli permaneciam continuamente empregados, só que recebendo bimestralmente. Mais uma vez assim, as dívidas acumuladas pela família, que incluíam o pagamento pelo fornecimento de luz pela fazenda, foram “saldadas” com o registro de mais um “saldo devedor”.

Neste mesmo mês, diferente dos registros anteriores, houve uma diferença entre os preços das diárias pagas a Norival, Cr\$ 4.030,00, e aqueles das pagas a Armando, Cr\$ 3.100,00, pela mesma quantidade de dias trabalhados, 31 dias. Assim, uma variação entre os preços de diárias indicaria uma pequena variação entre atividades ou entre trabalhadores, de modo que o mercado de trabalho simples demonstraria, no caso, um princípio de complexificação, ou de uma estratificação implicando numa hierarquia de tarefas. Já havíamos notado isso, na pesquisa de mestrado, para a diferença dos preços de diárias pagas para o colono João da Silva e o preço inferior pago à sua filha (Boechat, 2009). Possivelmente, a cisão qualitativa entre os trabalhadores também aqui se materializava num parâmetro quantitativo, dando um indício de que talvez Armando fosse um irmão mais novo de Benedito ou mesmo do que o seu sobrinho Norival, ainda não no auge de sua capacidade produtiva, portanto tendo rendimentos inferiores.

Em *março de 1961*, ao invés da usual anotação de “Ordens Santiago” apareceu a rubrica “Armazém”, talvez tendo aí havido uma compra num concorrente de Santiago. Outra anotação inédita até então foi o crédito dado a “Horas extras”. Mais uma vez, apesar dos novos créditos, a família terminou o bimestre com um saldo devedor, que foi computado no bimestre seguinte: Cr\$ 4.304,00.

Aparentemente, assim, a família Paioli estava trabalhando no limite do endividamento, tendo bimestres com saldo positivo e outros com saldo negativo. O mês seguinte, de *abril de 1961*, aparecia com um risco vermelho na transversal e a inscrição em letras garrafais ANULADO. Como havia, ao final, outro saldo devedor de Cr\$ 1.798,00, temos a hipótese de que tal dívida teria sido perdoada pelo patrão. Na entrevista com Benedita e Durvalino Dornelas a relação entre trabalhadores e patrões parece permitir tal negociação pessoalizada

das condições de reprodução:

Benedita Dornelas: *Meus meninos, nós como era pobre, né, ele sempre pegava nas mãozinha dos meninos, entrava lá, dava bala, dava as coisa para os meninos, dava calçado, porque nós não tinha como comprar calçado para eles ir na escola, e o seu Augusto dava.*

Pergunta: *Ele morava ali perto da igreja, né?*

Benedita Dornelas: *Morava ali, ele era muito bom o seu Augusto, que Deus abençoe a alma dele lá no céu porque ele foi bom para os pobres.*

Durvalino Dornelas: *Nós não tem o que falar dos Bulle, nem do Hernani, porque o Hernani nós fomo quase tudo criado junto aqui em baixo, na Boa Esperança, no tempo do velho, do tio dele. O seu Augusto morava aqui e o Arnaldo morava lá em baixo.*¹⁹⁶

A benevolência dos patrões passava, de acordo com nossa interpretação do relato acima, pela proximidade entre empregadores e empregados, o que implicava num contato com certa frequência. Claro que essa proximidade não garantia a constituição de um patrão que fosse “*bom para os pobres*” como o acima descrito, mas deveria contribuir.

A descrição da pobreza dos Dornelas nos faz recordar também a desigual condição de remuneração que estes camaradas descreveram mais atrás. De todo modo, a negociação direta com o patrão para o “perdão da dívida”, como aquela anulada na caderneta dos Paioli, deveria passar pelo filtro da administração e pela própria moral dos trabalhadores, como os mesmos Dornelas salientam a seguir, na continuação de uma fala já anteriormente citada:

Benedita Dornelas: *Isso eu não esqueço nunca mais. Gastava com ordem, né, e eu tinha os meninos pequenos e fui tirar a ordem. E a ordem era pouco. Não dava para comprar, comprava as coisas tudo as mais ruinzinha. Aí o homem falou: “você vai querer ficar igual ao Davi?” Para mim isso foi igual um tapa na cara. O Davi tudo o ano tava ele cheio de conta, mas nós não é tudo igual. Nós não era igual o Davi.*

Durvalino Dornelas: *Isso aí era empregado que passava do limite da fazenda. Isso assim, em conta né? [...] Então, às vezes o cara tirava ordem demais, então na hora de acertar, ele acabava devendo para a fazenda. O ordenado dele não dava.*

Benedita Dornelas: *A gente dava... Tive sete filhos, mas sempre trabalhei e até hoje, tô com 77 anos e trabalho varrendo os quintal das pessoas. Já tô com quase 78 anos e cuido dos quintal das professora aí.*¹⁹⁷

O filtro a que acima aludimos referia-se, portanto, à comparação entre a contabilidade dos trabalhadores, sendo que a moral de trabalhar para pagar as contas era contraposta à desordem imoral no uso abusivo das ordens de fornecimento, com o perdão do trocadilho. Mas a entrevistada ressaltava que os trabalhadores “*não é tudo igual*”. O trabalhador constantemente endividado servia, assim, como parâmetro do que não se devia ser e a mera comparação do escriturário agredia “*igual um tapa na cara*” a moral da família que ganhava

¹⁹⁶ Entrevista gravada em 17 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

¹⁹⁷ Mesma entrevista, ver bibliografia.

pouco, mas que gastava menos ainda, tendo que comprar “*as coisas tudo as mais ruinzinha*”. Porém, como Benedita Dornelas faz questão de pontuar, ganhar pouco não significa necessariamente trabalhar pouco. Geralmente, muito pelo contrário.

A “fama” de Augusto Bulle de “bom patrão” entre os antigos trabalhadores podia em muito se nutrir de medidas como as de perdões ocasionais de pequenas dívidas, bem como de doações de sapatos, roupas, doces e materiais escolares. Talvez isso seja um importante elemento para pensar nessa figura como a de um fazendeiro na transição do antigo “modelo” coronelista para a do administrador mais distante, física e afetivamente, dos seus subordinados, algo que o seu sobrinho talvez viesse a encarnar melhor. De todo modo, na anotação da contabilidade, cuja análise quantitativa apresentaremos adiante, registramos os itens anulados, como se tivesse havido um pagamento para zerar o saldo devedor.

A partir daí, por alguns bimestres seguidos, a família Paioli encerraria as contas com “superávit”, mostrando também que o endividamento não era constante e inexorável para o caso em questão. Podemos apontar que, neste período, algumas interessantes marcas no registro das diárias apareceram, mostrando uma espécie de fragmentação do tempo. Assim, em *setembro de 1961* aparece “28 ½ diárias a Norival”, em *dezembro de 1961* Armando Paioli recebeu apenas 28 diárias e, em *janeiro de 1962*, estranhas 33 diárias, quando, por fim, em *fevereiro de 1962*, Benedito Paioli recebeu “28 ¼ dias de serviço a 250”.

Por um lado, tinha-se um reajuste do preço da diária desde *outubro de 1961*, passando a Cr\$ 250,00. Por outro, temos uma espécie de controle do tempo abstrato de trabalho, sendo a diária divisível na metade ou em um quarto, conforme o período do dia trabalhado, mostrando, ainda, um controle do tempo de trabalho por fiscais e pela burocracia da fazenda, algo já adiantado por Maria Vassoler na entrevista anteriormente citada.

Ainda, o estranhamento com um registro de 33 diárias se dá, obviamente, pela limitação da jornada mensal de trabalho a, no máximo, 31 diárias. Conquanto o mês anterior apresentasse um registro inferior a esse patamar máximo, subentendemos que talvez o trabalhador tenha requerido a contagem de diárias que deixou de ser feita antes. Se houve qualquer conflito nessa negociação, não podemos saber ao certo.

Sobre a contabilidade de todos os dias de serviço, recorramos novamente à entrevista com Nelson da Silva, que ressalta que não se queria dizer que os trabalhadores não tivessem folgas:

Nelson da Silva: [...] *Mas depois que mudou não tinha mais nada disso. Aí ia pagar as diárias, depois começaram a cobrar os feriados, aí era obrigado a pagar. Antigamente*

não tinha feriado. Não sei se você já ouviu falar isso. Todo mundo gozava os dias santificados. Era São Pedro, São João e Santo Antônio, e todo mundo ficava descansando, não tinha mais feriado nenhum. Aí depois da legislação, aí passou a atender a Consolidação das Leis do Trabalho, e tinha que pagar os feriados. No começo até não cumpriram alguns feriados, mas eles foram reclamando e acabou que tivemos que ir lá e regularizamos tudo o negócio.

Pergunta: Naquela carteira do Benedito Paioli, tinha mês que pagava 31 diárias, queria dizer que ele trabalhou todos os dias?

Nelson da Silva: Não, não quer dizer, por exemplo, que ele trabalhou domingo. [...] Tem empresa que põe assim: 24 diárias, 4 descansos semanais remunerados e etc. Já vai especificado. Mas aqui nunca fizemos assim. Colocava lá 30 dias de serviço e já tava incluído essas coisas. Tá pagando o que ele descansou também. Aliás, os domingos e os sábados. Só que os sábados, tem um acordo de prorrogação de horas. Trabalha uma hora a mais por dia, durante a semana, para “pagar” o sábado. E foi bom aquilo lá, porque descansa dois dias. E o pessoal acostumou e ficou quieto.¹⁹⁸

Primeiramente, há uma discussão na fala de Nelson da Silva sobre a inclusão de feriados sendo feita pela exigência da lei e pela cobrança de sua efetivação pelos próprios trabalhadores. Desse modo, enquanto apenas os “*dias santificados*” eram antes “*gozados*”, temos a ampliação da legislação trabalhista como que santificando outros dias; ou melhor, laicizando os dias santos de antes como feriados quaisquer, ao lado de outros. Desse modo, também o “gozo” do feriado tenderia a se secularizar.

Posteriormente, a partir da fala acima, há outra questão relativa ao descanso semanal remunerado, algo aparentemente já incluído desde os tempos de que estamos tratando a partir dos registros da caderneta dos Paioli. Deixemos por ora a questão da remuneração pelo sábado e o arranjo feito pela fazenda, diluindo esta jornada pela semana. Sobre isso, salta-nos aos olhos uma concepção invertida de que o trabalhador tem que “pagar” (trabalhando mais durante a semana) pelo seu descanso no fim de semana. Assim, a cessão de tempo para a reprodução da força de trabalho surge como justificando o aumento da extração semanal de mais-valia absoluta. De todo modo, parece haver um procedimento em que se conta todos os dias do mês, mesmo os de descanso, apenas se descontando das diárias integrais em caso de faltas por quaisquer motivos.

Na caderneta, no período aqui tratado, de fins do ano de 1961 e começo do de 1962, os gastos no armazém (agora feitos no de propriedade de Domingos Mendes) pareceram crescer continuamente, chegando a passar do patamar de Cr\$ 10 mil em *fevereiro de 1962*, bem como os gastos com medicamentos comprados e registrados como “farmácia”. Um contexto de inflação alta, assim, se expressa, como também um possível adoecimento de um dos membros

¹⁹⁸ Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

da família fica sugerido com a diminuição do pagamento de diárias a Norival Paioli, que recebe apenas “5 diárias de serviço” em março e nenhuma em maio.

Como o preço da diária havia subido e ainda com algumas horas extras – uma delas, em *fevereiro de 1962*, com o registro de “L. cana”, provavelmente significando um trabalho realizado na “lavoura de cana” –, no período, a família se manteve sem novos “saldos devedores”.

Em *junho de 1962* ocorre, porém, uma mudança significativa. Norival e Armando Paioli deixaram de ter registros na caderneta de trabalho de Benedito Paioli. A partir desse mês, por isso, os gastos registrados se reduziram drasticamente, mas também os “créditos” relativos a diárias e outros serviços realizados pela família também diminuíram consideravelmente, de modo que apenas o trabalho feito por Benedito passaria a ser registrado.

Não sabemos exatamente o que aconteceu para essa mudança se dar, mas vemos que ela se deu antes da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, não sendo, pois, uma individualização resultante da legislação. Mesmo, por assim dizer, autonomizado de seus parentes, o camarada seguiu tendo gastos elevados na farmácia, da ordem de Cr\$ 5.445,00, no entanto manteve-se sem endividamento, talvez porque a diária tenha sido novamente reajustada, em *julho de 1962*, para Cr\$ 300,00.

Entre *julho de 1962 e janeiro de 1963*, os gastos de Benedito Paioli no armazém de Domingos Mendes continuaram crescendo, junto aos gastos com farmácia e médico, além de gastos esporádicos como a compra de um filtro ou de um balaio de milho, mas houve novo reajuste do preço da diária (Cr\$ 370,00) em janeiro e o camarada não deixou de trabalhar um dia de serviço, recebendo pequenos pagamentos ao final dos bimestres.

Neste mesmo bimestre, aparece um registro antes não visto de um fornecimento de “casa, leite, café, lenha, luz e assist. médica”, que não indicava quanto foi descontado pela fazenda. Provavelmente, nada fora cobrado, mas o registro em si talvez indicasse uma intenção de algo a ser desdobrado no futuro. No bimestre seguinte, semelhante registro apareceria, ainda sem preço estipulado.

Enfim, no bimestre de *fevereiro e março de 1963*, Benedito Paioli acabou contraindo novo “saldo devedor”, ao final do balanço, embutido nos “débitos” do bimestre seguinte, no “valor” de Cr\$ 822,50. Este saldo devedor final se explicava pelos gastos elevados no armazém (12 mil e 10 mil cruzeiros em cada mês). O item “Farmácia” consumiu-lhe Cr\$

685,00 e um desconto novo referente ao item “Club” apareceu, no valor de Cr\$ 100,00.

Os galopantes aumentos dos preços dos produtos no armazém provavelmente confirmam uma taxa de inflação em alta, acima dos reajustes salariais periódicos, o que representaria um salário nominal em alta escondendo um salário real em queda.

Por outro lado, o lazer se tornando um custo é uma novidade de fato nos registros analisados, ainda que um custo ínfimo perto de outros. O “Club” em questão, provavelmente, era o clube dos trabalhadores da fazenda Monte Verde, que funcionou na primeira casa da chamada “colônia do meio” e que organizava bailes e campeonatos de futebol, não só para os locais como para a participação de trabalhadores vindos de fazendas e cidades próximas. Essa espécie de “autogestão” do clube também sugere uma interpretação de uma ausência de autonomização de setores de serviços voltados para essas atividades, bem como de uma incipiente organização local da *sociedade do espetáculo* (Debord, 1997), ao menos em termos de alguns de seus aparatos mais emblemáticos. Por outro lado, evidencia uma complexidade da fazenda para além de ser mera unidade de produção. Ainda assim, vemos a existência desse espaço de lazer sendo mediada pelo dinheiro cobrado e pela cobrança em si, feita pela própria fazenda.

O bimestre de *abril e maio de 1963* foi excepcionalmente positivo para Benedito Paioli, ao menos em termos monetários. Ainda que os gastos com o armazém de Domingos Mendes seguissem altos, o preço das diárias subiu a Cr\$ 420,00, compensando os gastos, que incluíam “Farmácia” e “Club”. Para completar, pela primeira vez, o camarada teve um rendimento extra proveniente da “colheita de 23 ½ scs. café”, o que lhe rendeu Cr\$ 7.050,00 a mais. Como os fornecimentos da fazenda não passavam de um registro ainda não quantificado, o camarada teve um “bom” pagamento de Cr\$ 10.047, 50.

É importante notar que é nesse período que o Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado, representando uma legislação abrangente para o trabalho rural, algo que não havia até então. A permissão para o camarada realizar a parte mais importante do trabalho do colono pode ter a ver com as mudanças que se vislumbravam, mas até esse ponto é um tanto difícil afirmar uma decorrência direta. Outras mudanças deverão começar a aparecer na contabilidade, evidenciando um período importante de transição. De todo modo, a explicação, antes já em parte indicada, de Nelson da Silva se concretizava, pois, na permissão dada a Benedito Paioli de colher café:

Nelson da Silva: *Então, quando acabou o colono, todos passaram a ser diaristas e os diaristas colhiam café também. Faziam todos os serviços: colhia*

*café, cortava cana... Ia todo mundo junto. [...] Aí quando virou diarista não tinha mais aquilo de ganhar por saco de café, do colono ganhar mais, ganhava igual. Então, não importava mais se ele tava colhendo café ou carpindo pés de café, ganhava igual.*¹⁹⁹

No entanto, diferente do que afirma Nelson da Silva, ao menos neste primeiro momento, Benedito Paioli ganhou suas diárias e, além delas, ganhou por sacos de café colhidos. A colheita do café seguia sendo estimulada por um pagamento proporcional à quantidade colhida, como nos tempos do colonato, que agora chegavam ao fim. Não exatamente uma mudança na forma de pagamento, neste primeiro momento, parece ter antes havido uma quebra da exclusividade dos colonos em ganhar por produtividade na colheita.

Isso fazia o camarada ter um salário bastante superior ao que recebia unicamente com as diárias ganhas. Desse modo, podemos já considerar Paioli, na verdade, como um ex-camarada, mas não teria se tornado, a partir dessa inclusão da colheita, apenas um diarista, num sentido restrito da palavra.

Em *junho de 1963* começariam outras importantes mudanças, como a cobrança de “Aluguel de casa 10%”, equivalente à despesa de Cr\$ 1.900,00, e “Luz”, a Cr\$ 300,00. Lembremos que esta última cobrança da energia elétrica fora suspensa em dezembro de 1962, portanto 6 meses antes, quando se cobrava, a cada dois meses, apenas Cr\$ 80,00 pelo serviço. Finalmente, portanto, após sete meses de uma “ameaça” velada, os demais “fornecimentos” da fazenda passaram a ser cobrados, totalizando cinco despesas ao camarada: aluguel, luz, club, lenha, leite. Uma curiosidade é que há a cobrança, primeiro, de 30 litros de leite a Cr\$ 750,00, e depois de 31 garrafas de leite a Cr\$ 589,00. Pode ser que o primeiro preço tenha sido contestado.

Os demais gastos, porém, seguiram sendo computados e foram mesmo aumentados. Os gastos, por exemplo, no armazém foram a 15 mil. Porém, as diárias tiveram um considerável aumento, indo de 420 para Cr\$ 630,00. Mais uma vez, o camarada participou da colheita do café e acresceu em Cr\$ 4.275,00 seus “créditos”, vindo a ter, ao final um pagamento de Cr\$ 8.876,00.

De todo modo, é bom ver como, com essas cobranças, mais do que se portar como banco, a fazenda começava a se portar também como uma espécie de mercado, de bens e serviços, cobrando-os aos seus trabalhadores. Por outro lado, coisas anteriormente acessadas gratuitamente no interior da fazenda passavam a ter um preço, o que equivale a se tornarem

¹⁹⁹ Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

efetivamente mercadorias vendidas pela fazenda que antes permitia o seu livre consumo, representando, por sua vez, custos para o trabalhador, custos antes inexistentes.

Esses fornecimentos da fazenda já foram anteriormente citados nas falas de entrevistados que aqui compilamos. Especificamente, no que se refere ao leite, vemos uma controvérsia sobre o seu fornecimento. Maria Vassoler indicaria um fornecimento de arroz gratuito aos colonos e de leite gratuito apenas para os camaradas, talvez sugerindo que os colonos tivessem suas próprias vacas leiteiras:

Pergunta: *E cobrava?*

Maria Vassoler: *Não, o Armando ganhava 20 quilos de arroz por mês. Dava para o nosso gasto e sobrava. E dava café também.*

Pergunta: *Mas aí quem que plantava?*

Maria Vassoler: *Eram os camaradas. Mas se eles não colhiam, eles compravam e davam. Geralmente, os próprios colonos plantavam, aí eles beneficiavam e davam limpo.*

Pergunta: *E leite também?*

Maria Vassoler: *Leite não. Se bem que teve, sim, uma época que davam. O leite era lá da outra fazenda, mas era só os camaradas que ganhavam.*²⁰⁰

Numa entrevista mais antiga, Maria discorria sobre o cardápio usual que ela preparava para a sua família desde criança, valendo-se majoritariamente da produção própria da família na fazenda, quando, ao final, tocou também na questão do leite:

Pergunta: *O que vocês faziam de comida?*

Maria Vassoler: *Ah, arroz, feijão, frango, polenta. Era tudo coisa da fazenda. Coisa comprada era muito pouca. Tinha mandioca daqui, a gente fazia polvilho, fazia pão de queijo, biscoitão. Tinha o fubá, que o milho era da roça, fazia broa...*

Pergunta: *E o que vocês compravam?*

Maria Vassoler: *A gente comprava mesmo era sal, açúcar, farinha de trigo, um pouco de óleo, assim para a salada, para a comida, porque para fazer a comida mesmo era banha, banha de porco, né. E comprava querosene, porque na época não tinha força.*

Pergunta: *E vocês tinham porco?*

Maria Vassoler: *Tinha. Era para o gasto, criava tudo em casa.*

Pergunta: *E leite também tinha?*

Maria Vassoler: *Tinha fazenda que tinha, tinha fazenda que não.*

Pergunta: *Aqui tinha?*

Maria Vassoler: *Aqui tinha.*

Pergunta: *E precisava comprar?*

Maria Vassoler: *Não, eles cediam o leite para os empregados. Quem tinha criança ganhava mais, quem só tinha gente grande, ganhava menos.*²⁰¹

²⁰⁰ Entrevista gravada em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²⁰¹ Entrevista gravada em 26 de maio de 2007. Trabalho de campo.

Nossa intenção não é, de modo algum, colocar a entrevistada em contradição consigo mesma, mas apontar uma época de tantas mudanças que faz com que a memória nem sempre localize de maneira precisa um detalhe. Por exemplo, a compra do querosene provavelmente já não seria mais tão necessária com o fornecimento de luz pela fazenda, a partir desse momento. Certamente, porém, a anteriormente apontada proibição gradual ao plantio próprio dificultaria cada vez mais que o cardápio seguisse sendo de “*tudo coisa da fazenda*”, aumentando a quantidade e a necessidade de “*coisa comprada*”. Quanto aos detalhes menores dentro desse processo maior de generalização da forma mercadoria, a cobrança ou não cobrança do leite também podia ser uma questão de imposição de algo diferente do que vigorava até o mês anterior. Por sua vez, Nelson da Silva não atribui tal imposição a um expediente da fazenda em querer ganhar em cima de seus trabalhadores, mas à própria legislação que fora promulgada:

Pergunta: *Quando começou a cobrar esses fornecimentos, passaram a cobrar de todo mundo?*

Nelson da Silva: *Não, só cobrava dos chefes de família.*

Pergunta: *Mas de todos os chefes?*

Nelson da Silva: *De todos.*

Pergunta: *E antes cobrava?*

Nelson da Silva: *Não cobrava.*

Pergunta: *Por que você acha que passou a cobrar?*

Nelson da Silva: *Porque começou a receber diária, e a lei mandava cobrar e os sindicatos obrigava, né.*²⁰²

Não nos parece que tais cobranças judiciais ou mesmo do sindicato tenham de fato ocorrido incisivamente neste primeiro momento. No entanto, as mudanças por parte da fazenda parecem ter sido implantadas quase na seqüência do estabelecimento da legislação e mesmo antes daquela que efetivamente levaria à cobrança dos aluguéis: o Estatuto da Terra, que só seria promulgado em 1964. O próprio Nelson da Silva, em relato já citado, apontara que os registros só começariam a ser efetivamente feitos a partir de dezembro de 1971, portanto oito anos depois. De todo modo, observamos mudanças ocorrendo gradativamente durante o período, talvez algumas das quais astuciosamente aceleradas pela fazenda.

E as mesmas não parariam por aí. A partir de *agosto de 1963*, parou-se de registrar gastos no armazém de Domingos Mendes e em quaisquer outros. Assim, o pagamento, a partir de então feito mensalmente, deveria cobrir *por si mesmo* essas despesas. Acabava-se, com isso, com a mediação da fazenda entre o trabalhador e o comércio local e, simultaneamente,

²⁰² Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

deixava de se fazer o acerto de contas a cada bimestre. Por outro lado, itens antes cedidos pela fazenda, passavam a constar como *fornecimentos*, cobrados na caderneta. Sendo cobradas, era de se esperar que “*tudo*” as “*coisas da fazenda*” passassem gradativamente a se equiparar às aquelas “*coisas compradas*”, ao menos sob o aspecto de passarem a adquirir um preço. Vejamos, num período estendido, a confirmação dessa mudança no gráfico a seguir:

No gráfico, vemos que os gastos no comércio representavam quase que a totalidade das despesas até meados de 1963, quando caíram a praticamente zero, com alguns registros esporádicos de gastos com “farmácia” retornando em alguns meses dos anos seguintes. Por sua vez, os “fornecimentos” da fazenda, antes nulos ou insignificantes, passariam a ser freqüentes e mesmo em patamares de gastos similares aos antes registrados para as compras no comércio. Como, entretanto, esses fornecimentos não substituíam exatamente aquelas compras, sendo de mercadorias diferentes antes acessadas livremente na fazenda, supõe-se que os gastos no comércio tenha continuado a ser necessários, ainda que não mais registrados na contabilidade da fazenda. Isto porque, como estamos afirmando, a fazenda deixava de intermediar esse crédito no comércio, com exceção da farmácia.

Algo a se considerar é que os preços praticados para os itens fornecidos pela fazenda parecem ficar “congelados”, o que em época de forte inflação constituía uma aparente “vantagem” ao trabalhador que tinha direito a comprar da fazenda, em comparação com o que tinha que ser comprado no mercado. Entretanto, é bom que não se esqueça que tais “itens” não eram quantificados nem cobrados até três meses antes e, quando passam a sê-lo, constituem uma fonte de receitas inteiramente nova para a fazenda e um custo completamente novo para a reprodução do trabalhador. As relações no interior da fazenda ganham um aspecto monetarizado que antes não existia, ou melhor, não nestes termos.

Ainda assim, pode-se mesmo aventar a ideia de que essa passagem apenas faz explicitar elementos que antes compunham a relação de emprego e sua remuneração, permitindo até então o rebaixamento do salário monetário. Diante dessa linha de pensamento, seria de se esperar que houvesse um aumento do salário para cobrir todas as despesas agora cobradas. Nelson da Silva parece partilhar dessa hipótese, afirmando ter havido um movimento de maior monetarização do salário, que passava por uma proibição do plantio próprio dos trabalhadores:

Nelson da Silva: *Eu acho que até, depois que passou a ser diária nesse sistema, eu acho que até melhorou. Acho que na diária ganhava mais. Você vê que, no sistema do colono, era empreitada, era tratado o ano inteiro e era dividido aquele trato por 60 dias, e tinha aquilo lá. E aqui na diária era por salário e aquilo estava sujeito a aumentar, e era o salário que saía no país ou mais, né.*

Pergunta: *E continuou podendo plantar nuns pedaços da fazenda?*

Nelson da Silva: *Aí não, aí não podia mais. Só podia plantar no quintal da casa dele.*

Pergunta: *Então reduziu o espaço?*

Nelson da Silva: *Não tinha mais. E o empregador ficou com um encargo maior de dinheiro. Você está entendendo?*

Pergunta: *Teve que aumentar o salário?*

Nelson da Silva: *É.*²⁰³

De todo modo, aparentemente, a partir de agosto de 1963, poder-se-ia dizer que o camarada Benedito Paioli teria se tornado efetivamente um diarista, no sentido atual do termo, como um assalariado que tem seu salário computado a partir de diárias de dias de serviço. Teria, assim, Benedito Paioli, deixado de ser um camarada, conforme até aqui se apresentava? Vejamos se os registros da caderneta permitem tal conclusão.

De início, já vemos a persistência da mediação da fazenda nos gastos do trabalhador com os itens de “farmácia”. De fato, entretanto, não se veriam mais registros de gastos com

²⁰³ Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

armazém e açougue na mesma contabilidade. Em *setembro de 1963*, além das cobranças que já vinham ocorrendo (casa, luz, leite, farmácia) foi computado o gasto com “30 quilos de feijão” e “1 carreta lenha café”. O feijão representou a maior despesa do trabalhador no mês: Cr\$ 3.600,00. De todo modo, houve saldo positivo e o pagamento foi de Cr\$ 10.065,00.

Reformulando a impressão anterior, podemos dizer que a autonomização da força de trabalho não parecia estar completa, mas em processo, porque a sua reprodução ainda se desdobrava na relação com a fazenda não apenas como local de trabalho, mas agora também como local de consumo, onde parte da reprodução da força de trabalho era realizada. Mas sigamos nos indícios apontados na caderneta.

No mês de *novembro de 1963*, o trabalhador seguiu tendo gastos com a fazenda (aluguel, luz, lenha, leite, farmácia). De fato, há que se considerar que, com a cobrança de alguns desses itens, a fazenda talvez passasse a se comportar como proprietária fundiária que cobra renda dos trabalhadores, no caso do aluguel e da luz e talvez no da lenha. Uma renda que se justificava pela justaposição da posição desse trabalhador agora apresentado como uma espécie de também inquilino, a consumir parte das benfeitorias do imóvel “alugado”.

Teria isso obrigado a um aumento monetário do salário ou foi como que uma compensação para o aumento do salário? Ou mera contingência dos fatos da época, como a promulgação do Estatuto, bem aproveitados pelos fazendeiros na ocasião? Essas são perguntas importantes e difíceis de serem respondidas. No que tange ao salário, Benedito Paioli ainda teve, apesar dos “descontos” em folha, um pagamento de Cr\$ 14.499,00, mas isso não significa em si que tenha havido um aumento do salário. Porém, vejamos como até aí haviam se comportados os reajustes dos preços das diárias:

Tabela 2 - Reajustes dos preços das diárias e sua periodização, segundo registros da caderneta de trabalho de Benedito Paioli (1960-1963).

Período	ago/60 a set/60	out/60 a abr/61	mai/61 a set/61	out/61 a jun/62	jul/62 a dez/62	jan/63 a mar/63	abr/63 a mai/63
Meses	2	7	5	9	6	3	2
Preço (Cr\$)	77	100	200	250	300	370	420
Reajuste (%)	-	29,9	100,0	25,0	20,0	23,3	13,5

Fonte: Caderneta de trabalho. Trabalho de campo.
Org.: Cássio A. Boechat

Como a tabela acima sugere, não podemos dizer que os preços das diárias estivessem

até então “congelados”, tendo havido uma série de reajustes no período analisado, alguns inclusive de percentuais elevados e em períodos sempre inferiores a um ano. Porém, é provável que os níveis das taxas de inflação tenham superado estes percentuais no mesmo período, consagrado como sendo um de estagnação da economia e de persistência do mecanismo de desvalorização monetária para fomentar o processo de industrialização por substituição de importações (ver Tavares, 1972). Com isso, estamos afirmando que o reajuste das diárias em si não representa um aumento salarial, posto que deve ser sempre contraposto à capacidade aquisitiva da mesma diária. Para tanto, indicaremos um exercício de comparação.

Em *dezembro de 1963*, portanto sete meses após o último reajuste, a diária voltaria a subir, indo a Cr\$ 630,00, indicando um percentual de 50% de aumento, algo um pouco acima da média dos reajustes anteriormente observados (de 35,3%), mas ainda bem abaixo do reajuste concedido no primeiro de maio de 1961, também no governo de João Goulart.

Tomando este parâmetro da diária paga, façamos brevemente alguns cálculos a partir dos preços dos fornecimentos da fazenda, para ver quantas diárias seriam necessárias para cobrir estes novos gastos. Pelos preços cobrados, pode-se apontar que o trabalhador dedicava o equivalente a meia diária para pagar a luz, três para o aluguel e quase uma para o leite. Uma carreta de lenha consumia quase duas diárias. O consumo de 30 quilos de feijão (Cr\$ 3.600,00) requeria quase seis dias de serviço para ser pago. Somados os gastos, praticamente treze diárias eram consumidas para pagar os custos provenientes da própria fazenda, portanto mais de um terço (quase metade) do “salário” ficava como que “retido na fonte”.

É importante, no entanto, dizer que o feijão acima registrado não voltaria a sê-lo, de maneira que poderia estar sendo comprado no comércio, ou possivelmente até plantado pelo próprio trabalhador. Não é impossível também que tenha até deixado de ser consumido, no limite. De modo semelhante, uma carreta de lenha durava cerca de dois meses para ser consumida e o seu cômputo deveria ser diluído pelo tempo de consumo.

Os gastos internos fixos mensais, portanto, podem ser resumidos nos gastos com aluguel, luz e leite, o que consumiria aproximadamente 4 ½ diárias, que, com mais meia carreta de lenha, daria 5 ½ diárias consumidas em fornecimentos da fazenda. Ou seja, quase uma semana de trabalho era destinada a pagar o consumo com itens fornecidos pela própria fazenda.

Embora esse procedimento de análise sirva para quantificar a reprodução do trabalhador, evidenciando parte do trabalho socialmente necessário, ele explicita que essa

produção “fornecida” pela fazenda era realizada pelos próprios trabalhadores da fazenda, mostrando, assim, o fundamento do salário como fruto do trabalho do próprio trabalhador. No limite, esse raciocínio conduziria à conclusão de que é o trabalhador que fornece a si mesmo essas mercadorias, embora as pague para quem não as produziu, mas que, por ser proprietário dos meios em que foram produzidas, requer o seu pagamento.

Obviamente, porém, não se trataria de uma renda fundiária, advinda desse pagamento pelos fornecimentos, no sentido estrito do termo, como a apropriação de um sobrelucro, uma vez que estes trabalhadores não pareciam estar buscando uma produção de mercadorias pautados por qualquer parâmetro de lucro médio, acima do qual deveriam pagar tal renda aos proprietários da terra. Como estamos mostrando, eram trabalhadores cuja mais-valia estava sendo, assim, deles extraída de uma maneira particular.

O trabalho socialmente necessário gradativamente mais, no entanto, se conformava quantitativamente no pagamento de diárias para a mobilização desses trabalhadores, ainda que não fossem, como vimos, ainda a única forma de remuneração do trabalho.

Em *janeiro de 1964* a estrutura de gastos e receitas praticamente se repete. A “novidade” fica por conta do primeiro registro de um trabalho na citricultura, que vinha se consolidando na propriedade.

Isso se materializa em dois registros de “carpa” em pés de laranja. Um deles com o cálculo de pagamento de Cr\$ 3,00 por pé carpido e outro de Cr\$ 5,00 pelo mesmo tipo de serviço. Ambos representam um acréscimo de mais de quatro mil cruzeiros nas receitas do trabalhador, mas seguramente representam também um trabalho extra realizado, uma vez que também foram registradas as 31 diárias a Cr\$ 630,00. Isso mostra uma carga de trabalho que parece bastante pesada recaindo sobre esses trabalhadores, podendo ser compreendida no sentido clássico de um aumento da extração da mais-valia absoluta.

Adiantemos, para encaminhar o fim da cronologia dos registros, alguns fatos notados a partir da caderneta de trabalho, para o ano de 1964. Assim, em *fevereiro de 1964* não surgiram novas cobranças ou registros de créditos novos. Pelo contrário, o crédito do mês anterior atribuído à carpa nos laranjais não voltou a ocorrer, mostrando ser um trabalho eventual.

Em *março de 1964* os valores nominais foram todos completamente alterados. O aluguel de casa mais do que quadruplicou, indo a Cr\$ 8.000,00. A luz dobrou, indo a Cr\$ 600,00. O leite passou de Cr\$ 29,00 por litro para Cr\$ 40,00. Porém, o preço da diária paga mais do que dobrou também, indo de Cr\$ 630,00 para Cr\$ 1.333,00. Assim, mesmo com

gastos de Cr\$ 1.275,00, estes apenas no item “Farmácia”, além dos outros correntes, o trabalhador teve um pagamento de Cr\$ 30.368,00.

No mês de *abril de 1964*, primeiro após o golpe militar, Benedito Paioli parou de consumir o leite da fazenda, mas pela primeira vez comprou da própria fazenda arroz (20 quilos), a Cr\$ 150,00/kg. Ainda assim, a ruptura na política não parece ter afetado diretamente no cotidiano do trabalhador, num primeiro momento.

Em *maio de 1964*, confirmava-se que o preço da lenha também seguiu a alta dos preços, com a carreta passando a custar Cr\$ 2.400,00. Em *junho de 1964* o trabalhador voltou a consumir 20 quilos de arroz, pagando os mesmos 3 mil cruzeiros que pagara 2 meses antes, em abril. Tendo trabalhado todos os dias, suas diárias somaram Cr\$ 39.900,00, mas apenas Cr\$ 28.000,00 foram pagos, após os débitos. *Julho de 1964* não apresentou dados novos e tampouco *agosto de 1964*.

Vê-se, porém, que alguns gastos bimestrais começaram a se dar alternadamente. Assim, em *agosto de 1964*, o trabalhador “comprou” 20 quilos de arroz, como fizera dois meses antes, e em *julho e setembro de 1964* teve carretas de lenha descontadas em folha. Em *outubro de 1964*, mais 20 quilos de arroz seriam descontados, sem qualquer reajuste nestes preços no período. Neste último mês, porém, Benedito Paioli teve 4 mil cruzeiros de crédito, pelo serviço de amansar um burro, pagos além dos “31 dias de serviço a 1.333,00”.

A essa altura já dá para se notar que a padronização dos rendimentos levou a uma nova configuração do ano agrícola. O pagamento mensal reduziu possibilidades de arranjos contábeis no fluxo de caixa da fazenda, mas não os impossibilitou. O mais notável é a maneira como outubro passou a ser um mês como outro qualquer, não havendo mais acerto de contas, nem encerramento da safra neste mês. De todo modo, vivia-se uma transição e o fato de parte da reprodução da força de trabalho ainda se explicitar na contabilidade da fazenda indica uma autonomização do salário (ou melhor, entre trabalho e capital) ainda incompleta.

Finalizemos, brevemente, alguns apontamentos sobre os últimos meses de 1964. Em *novembro de 1964*, o trabalhador deixou de comprar lenha da fazenda e, em *dezembro de 1964*, teve que comprar arroz e lenha no mesmo mês. A medida de comercialização da lenha mudou. Deixou-se de registrar “uma carreta de lenha” para se marcar um conceito mais abstrato de medida: “20 metros lenha”. O preço, ao mesmo tempo, subiu de Cr\$ 2.400,00 para Cr\$ 3.000,00.

Desse modo, vemos que, durante todo o ano de 1964, não voltaram a ter registros de

colheita de café anotados para Benedito Paioli. Assim, aquela quebra de exclusividade do acesso à colheita não teria significado um acesso continuado de todos os trabalhadores a essa atividade e seus rendimentos. Mesmo assim, o ex-camarada não teve nenhum “saldo devedor” registrado no período, por mais que tenha tido a persistência dos novos fornecimentos de itens antes não cobrados. Isso não quer dizer que não possa ter ocasionalmente se endividado ou mesmo passado apertos “na praça”, sobretudo na situação de ter que cobrir seus gastos ordinários no comércio sem a mediação do crédito da fazenda. Exatamente pelo fim dessa mediação, no entanto, é que não temos como saber se houve tal endividamento, pois que a contabilidade da família do trabalhador havia, em parte, se autonomizado da contabilidade da fazenda.

Neste período, assim, tirando as receitas esporádicas que indicamos (com carpa de laranja ou amansamento de burros), Benedito Paioli teve quase que todas as suas receitas oriundas de pagamentos de diárias. E seguiu tendo parte do seu consumo realizada no interior da fazenda.

Para encerrar, antes de sintetizar os gastos e receitas totais do ex-camarada, ao longo de todo o período registrado, apontemos brevemente os últimos comentários sobre os registros dos meses de 1965, lembrando que o espaço disponível para tais anotações na caderneta se esgotou quando se registrava o mês de agosto de 1965.

Dessa maneira, com poucas despesas – apenas aluguel, luz e farmácia – o pagamento de *janeiro de 1965* foi dos maiores já registrados: Cr\$ 31.553,00. Em *fevereiro de 1965*, entretanto, a situação foi outra e as despesas com arroz e lenha, além do aumento dos gastos com farmácia, fizeram com que o pagamento fosse a metade do anterior: Cr\$ 15.422,00, mostrando assim uma variabilidade imensa no salário auferido.

Março de 1965 registrou um reajuste geral de preços. O aluguel passou de 8 para 12 mil cruzeiros, a luz de 600 para 900 cruzeiros e, em compensação, a diária foi de Cr\$ 1.333,00 para Cr\$ 2.000,00. Não tendo tido outras despesas, além da farmácia, o trabalhador teve um pagamento “recorde” de Cr\$ 48.360,00. Porém, é bom suspeitar de tais ganhos, uma vez que o assim chamado “salário real” parecia estar em queda. Como boa parte da “cesta básica” agora era comprada no comércio, não temos como ter a real noção do que o salário nominal representava.

Mesmo assim, transpondo para um equivalente podemos dizer que eram necessárias agora seis diárias para pagar o aluguel e um pouco menos de meia para a luz. É bom lembrar

que, em *dezembro de 1963*, três diárias e meia cobriam essas despesas fixas, confirmando reajustes de preços acima de reajustes de diárias. Enfim, podemos agora comparar os aumentos das diárias neste período final dos registros ao período anterior à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, lembrando a hipótese de Nelson da Silva de que teria havido um aumento do salário em dinheiro:

Tabela 3 – Reajustes dos preços das diárias e sua periodização, segundo registros da caderneta de trabalho de Benedito Paioli (1963-1965).

Período	jun/63 a fev/64	mar/64 a fev/65	mar/65 a ago/65
Meses	9	12	6
Preço (Cr\$)	630,00	1.333,00	2.000,00
Reajuste (%)	50	111,59	50,04

Fonte: Caderneta de trabalho. Trabalho de campo.

Org.: Cássio A. Boechat

Da tabela acima, temos a confirmação de três reajustes num período de dois anos, sendo as datas iniciais do período aquelas em que os reajustes foram concedidos. O segundo reajuste foi o de percentual mais elevado, tendo ocorrido pouco antes do golpe militar de abril de 1964. A partir de então, o preço da diária ficaria retido no mesmo patamar pelo maior período desde 1960, por um ano, quando um reajuste equivalente aos anteriormente dados foi concedido. Num período de inflação, no entanto, a demora em fazer tais reajustes significava uma deterioração substancial do “salário real”, principalmente com a progressiva proibição de plantios próprios pelos trabalhadores e com as novas cobranças de fornecimentos.

Pelos dados que temos, interrompidos em agosto de 1965, porém, não temos exatamente como saber se isto viria a se consolidar como uma política definida de arrocho salarial. Estudos como os de Delgado (1985) indicariam, todavia, que sim, e que ela teria durado, ao menos, até meados da década de 1970. Assim, a aparência de um aumento salarial com o fim do colonato, ancorada nos aumentos mais freqüentes do salário no ano de 1963 e no aumento significativo de março de 1964, seria mitigada pela contenção dos reajustes e de seus índices. A ruptura na política se expressava, desse modo, numa deterioração da renda dos trabalhadores.

Voltando aos últimos dados da caderneta: em *abril de 1965* não há novidades, mas em

maio de 1965 há um acréscimo de “crédito” devido ao “Repasse 928 pés de café a 18” e a “22 scs de café a 1300”, de maneira que novamente se registrava a participação do trabalhador na colheita de café, ganhando inclusive por “produtividade”, depois de um ano sem tal participação. Isso teve um impacto significativo sobre o seu rendimento monetário, dando-lhe direito a um pagamento aparentemente alto de Cr\$ 89.394,00. Por outro lado, os gastos com “farmácia” aumentaram e uma consulta médica foi cobrada em folha.

Julho de 1965 poderia ser tratado como um marco para Benedito Paioli. Sua participação na colheita de café fez mais do que dobrar os seus “créditos”. As 53 $\frac{3}{4}$ sacas colhidas lhe deram mais “crédito” do que as 30 diárias recebidas. O pagamento chegou a impressionantes Cr\$ 106.225,00. A contrapartida continuou a ser a escalada dos gastos com “farmácia” indicando ou um processo inflacionário descontrolado ou um adoecimento do trabalhador ou de algum dependente seu.

O último mês registrado na caderneta é o de *agosto de 1965*, quando se esgota o espaço destinado a tais registros no pequeno livreto. Neste mês, as 31 diárias e as 36 $\frac{3}{4}$ sacas de café colhidas (a queda do número de sacos colhidos provavelmente se refere ao fim do período de colheita) fizeram permanecer alto o pagamento a Benedito Paioli (Cr\$ 81.845,00).

No entanto, registrou-se um reajuste do preço da lenha, indo de 3 mil para 4 mil (2 metros), representando uma despesa mensal de uma diária para cobri-la – sendo que o consumo da quantidade em questão costumava levar dois meses. O que salta aos olhos no registro desse mês é o novo acréscimo nos gastos com “farmácia”, indo a Cr\$ 11.030,00.

Desse modo, concluímos a apresentação dos dados e dos comentários sobre a caderneta de trabalho do trabalhador Benedito Paioli, que não poderia mais ser chamado de camarada, como tampouco era exata e unicamente um diarista, tendo outros rendimentos importantes e uma relação nova de mediação de consumo com a fazenda que lhe empregava.

Para completar essa análise, por fim, pensaremos na importância do acesso à colheita de café para esse trabalhador, que efetivamente tinha no recebimento de diárias sua principal fonte de renda, sempre recordando o contexto de intenso processo inflacionário que se vivia e de progressiva generalização da forma mercadoria e da monetarização das relações sociais. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 4 – Receitas agregadas de Benedito Paioli (1960-1965).

	RECEITAS	Diárias TOTAL	% Diárias	Café (total)	% Café	Outras	% Outras
1960	42.511,00	42.361,00	99,65	-	0	150,00	0,35
1961	198.760,00	194.400,00	97,81	-	0	4.360,00	2,19
1962	154.602,50	153.052,50	99,00	-	0	1.550,00	1,00
1963	198.676,50	187.217,50	94,23	11.325,00	5,70	134,00	0,07
1964	443.241,30	435.033,30	98,15	-	0	8.208,00	1,85
1965	645.769,00	437.315,00	67,72	208.454,00	32,28	-	0,00

Fonte: Caderneta de trabalho. Trabalho de campo.

Org.: Cássio A. Boechat

Uma simples olhada nas receitas totais do trabalhador indicaria um crescimento contínuo das mesmas, com uma queda no ano de 1962, a partir de quando voltaria a se observar uma curva ascendente do “salário” do trabalhador, confirmando a hipótese de Nelson da Silva. A queda em questão seria explicada pela individualização da receita, quando os registros de outros membros da família pararam de ser computados conjuntamente. Aquele aumento das receitas teria tido uma aceleração principalmente após 1964, contrariando as ressalvas que seguidamente viemos apontando.

A composição dessas receitas aparece, ao longo de quase todo o período, sendo feita majoritariamente pelas diárias contabilizadas, que chegavam a compor quase a totalidade dos rendimentos do trabalhador e de sua família. Mais uma vez, em termos nominais, ter-se-ia uma indicação de um aumento substancial dos ganhos com diárias, a partir de 1964.

O acesso à colheita do café, porém, diante da relativa insignificância de outras fontes de receitas, apareceria como um diferencial importante de ganhos nos anos de 1963 e 1965. Neste último ano, quase um terço das receitas do ex-camarada teriam vindo daí.

No entanto, observamos, ao longo desse ponto da tese, que a caderneta não registrava unicamente as receitas do trabalhador, como se fosse um registro dos seus salários. Ela era uma contabilidade muito mais complexa, que envolvia também despesas do trabalhador com a fazenda ou mediadas pela fazenda. Por isso, a análise das receitas *por si* não faz nenhum sentido para o objeto deste estudo. Assim, temos que comparar receitas e despesas, com a devida compreensão de que essas mesmas despesas tiveram alterações importantes nas suas composições, no período estudado. Para tanto, apresentamos o seguinte gráfico, tentando uma

síntese dessa complicada relação.

Podemos observar que o movimento das mudanças mais gerais observáveis no gráfico acima passou, pelo que analisamos no documento em questão, por um acesso gradativamente maior ao dinheiro, sobretudo nos dois últimos anos registrados. Antes disso, parece que o trabalhador vivia no limiar de se endividar, como de fato ocorreu eventualmente.

Posteriormente, no que se refere aos gastos, como fomos indicando, aqueles feitos no comércio parecem ter se reduzido, no período final, aos gastos com farmácia. Porém, outros gastos internos à vida na fazenda foram criados. Diante desses fatos, Maria Vassoler parece indicar exatamente o contrário da hipótese de Nelson da Silva:

Pergunta: *E você acha que aumentou um pouco o salário quando virou tudo camarada?*

Maria Vassoler: *Não aumentou não, era aquela quantia mesmo. Por isso que as mulheres trabalhavam, para ajudar, porque senão não dava. Era baixo o salário. Era aonde as mulheres trabalhavam, às vezes até para fora.*²⁰⁴

De um modo geral, a aparência de um período de “vacas gordas” para os ex-camaradas pode ser enganosa, como suspeitamos ao longo dessa exposição, porque os gastos no comércio devem ter continuado, ainda que não mais registrados na contabilidade da fazenda. Assim, a iminência de se endividar pode ter persistido, mas o credor da dívida teria deixado de ser a firma contratante do trabalhador, passando possivelmente a ser o banco privado ou

²⁰⁴ Entrevista gravada em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

estatal, o comerciante local, talvez até algum agiota ou mesmo algum parente. As condições de negociação, nessa mudança, podem ter inclusive piorado, sobretudo com o indício de práticas paternalistas no perdão de certas dívidas pelo patrão da fazenda. Essas práticas podem não ter sido mais encontradas na “praça”.

Por outro lado, a tendência ao estabelecimento de relações mais contratuais pode ter dificultado a ocorrência de trabalhos explicitamente não-pagos de fundo paternalista, ainda que a existência do trabalho não pago seja a precondição da acumulação de capital.

Enfim, a mera aparência de uma melhora na condição de vida e de remuneração do trabalhador acompanha a escalada dos gastos com produtos farmacêuticos. As mudanças ocorridas podem ter levado, assim, a um maior controle do trabalho e ao aumento da extensão das jornadas de trabalho, como o sugerido pela sobreposição do trabalho de diarista com a colheita do café. Por mais que não possamos atribuir estes gastos a um suposto aumento da exploração do trabalho, podemos, entretanto, deixá-lo minimamente sugerido. O próprio Nelson da Silva confirmaria uma piora da condição de saúde Benedito Paioli, tampouco sem poder relacioná-la à rotina extenuante de trabalho na fazenda:

Nelson da Silva: *Ele depois morava naquela casa aqui em Monte Verde, que cobrava aluguel dele. Ele ficou doente. Tinha problema parece que de coração, e não pôde trabalhar mais. E até, naquelas Folhas de Pagamento, deve ter uma temporada lá, porque ele ganhava até um auxílio. Ele ficou doente.*²⁰⁵

Encerramos, assim, esta análise da caderneta de trabalho de Benedito Paioli. Passaremos, agora, a trabalhar com dados mais amplos da fazenda Monte Verde como um todo, exatamente “*naquelas Folhas de Pagamento*” acima citadas por Nelson da Silva, para averiguar se algumas das indicações aqui feitas se confirmariam para os demais casos, ou se seriam decorrentes de uma particularidade excessiva deste trabalhador. Observaremos também os dados da fazenda São José e de algumas folhas de pagamento paralelas que foram sendo sistematizadas no período, a partir de 1963.

²⁰⁵ Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

Características gerais da Folha de Pagamento das fazendas Monte Verde e São José

Uma breve contextualização

A documentação denominada aqui de Folha de Pagamento se refere a um controle, aparentemente de ordem contábil, feito pelo escritório da firma pertencente a Augusto Medeiros Bulle, depois também pertencente ao seu sobrinho, Hernani Bulle Arruda, compondo a empresa “A. Bulle & Sobrinho”. Posteriormente, com a morte de Augusto em 1973, a firma seria encabeçada apenas pelo sobrinho, para, mais tarde, em 1986, tornar-se uma sociedade anônima, que incluiu sua mulher, filhos, cunhados e nora: Bulle Arruda S/A Agropastoril. No período após a morte de Augusto, entre 1974 e 1982, ocorreu uma longa batalha judicial pelo espólio dele, que acabou por afastar Hernani de suas irmãs e primos, que tinham direitos diferenciados à herança²⁰⁶. Desse imbróglio, resultou a divisão da fazenda Monte Verde e de outras propriedades da firma, como também a “divisão” dos trabalhadores da folha de pagamento entre as novas fazendas divididas da anterior²⁰⁷. No entanto, atemo-nos aqui ao período até 1973, quando a “A. Bulle & Sobrinho” esteve vigente, ainda que o critério que norteou a periodização dessa pesquisa não tenha partido da composição dos proprietários ou da gestão da empresa estudada.

Essa folha de pagamento corresponde à continuação daquela que já foi por nós trabalhada na pesquisa de mestrado (ver Boechat, 2009). Na ocasião, sistematizamos e analisamos os dados compreendidos entre o período de 1956 a 1963. Uma breve explicação sobre a história das propriedades talvez seja aqui importante para explicar parte das condições de existência dos documentos ora analisados.

Não custa lembrar alguns pontos adiantados nas entrevistas citadas anteriormente. Assim, em 1956, a fazenda Monte Verde adquiriu existência autonomizada, separada da fazenda Boa Esperança, dentro da qual compunha antes um “setor”. Essa última fazenda pertenceu aos irmãos Augusto Medeiros Bulle e Arnaldo Bulle desde que foi assumida por eles, em 1918, depois que o antigo proprietário, o espanhol João Saborido, faliu com os problemas decorrentes da grande geada daquele ano e repassou-a à casa comissária de Santos

²⁰⁶ *Informações oriundas de entrevistas feitas em trabalho de campo com membros da família Bulle Arruda. Cadernos de campo II, III e IV.*

²⁰⁷ *De acordo com Nelson da Silva. Entrevista gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

que era sua credora e à qual os irmãos Bulle eram associados. Entre 1918 e 1935, portanto, os irmãos geriram a produção de café na fazenda, conjuntamente com negócios de corretagem e comercialização de café que estabeleceram em Olímpia, Monte Verde, Cajobi, Bebedouro e Santos.

Em 1935, Arnaldo Bulle e sua mulher D. Júlia Bulle concordaram em doar a parte que lhes cabia na metade da fazenda e em outras propriedades ao seu primogênito, Arnaldo Bulle Jr.. Neste momento, a fazenda tinha 350 alqueires, com 40 casas de colonos, máquina de beneficiamento, olaria e outras benfeitorias (Cartório de Registro Geral e de Hipotecas da Comarca de Olímpia, Livro 3-H, no. 3.879, Cajobi; fl. 65-6). No dia seguinte à doação, Arnaldo assassinaria Júlia no quarto do casal na sede da fazenda com um tiro, supostamente motivado por um flagrante de traição da mulher, segundo depoimentos de membros da família²⁰⁸. O autor dos disparos seria todavia inocentado, pelo subterfúgio jurídico e patriarcal de alegar ter defendido a própria honra. Mas não voltaria a tocar a fazenda, passando a conviver mais entre Bebedouro, onde mantinha as atividades de comércio de café, e Londrina, onde era proprietário da renomada fazenda Bulle.

Entre 1935 e 1956, a fazenda foi, então, tocada por Augusto Medeiros Bulle, com o sobrinho Arnoldinho como sócio nas atividades. Na *Relação dos Cafeicultores do Estado de São Paulo*, de 1940, a mesma propriedade tinha sido reduzida a 100 alqueires, com 150.000 cafeeiros plantados, talvez fruto das dificuldades dos anos 1930. De todo modo, em 1956, a separação seria efetivada. Desta separação, a fazenda Monte Verde foi criada, com aproximadamente metade da área da fazenda Boa Esperança, sendo que a outra metade manteve o nome inicial, tendo a vila de Monte Verde como divisa entre as duas partes.

Nesse mesmo momento, outro sobrinho de Augusto, Hernani Bulle Arruda, formado em agronomia em Lavras, retornava de uma empreitada de abrir uma fazenda para o mesmo tio na frente pioneira do noroeste do Paraná e passaria a administrar os negócios do tio, que incluíam a administração também da fazenda Fortaleza, em Cajobi, que Augusto tinha em sociedade com o Dr. Adhemaro de Godoy, médico daquele município²⁰⁹.

Posteriormente, em meados de 1962, supostamente devido a desavenças entre Arnoldinho e o pai Arnaldo Bulle, este último obrigaria o filho a colocar a fazenda Boa

²⁰⁸ *Caderno de campo III*.

²⁰⁹ *Entrevista gravada com Darly Gomide Arruda e Hernani Bulle Arruda, em 25 de junho de 2007. Trabalho de campo*.

Esperança a venda. Nesta ocasião, entrariam como sócios na compra da propriedade os primos Hernani Bulle Arruda e Rodolfo Bulle de Oliveira e o cunhado de Hernani, o italiano Sérgio Lisa. O aval dado pelo tio Augusto M. Bulle para a compra incluía um aporte financeiro para bancar a parte de Hernani no investimento²¹⁰.

Pouco tempo depois, diante de uma oferta do comprador de laranjas José Cutrale Jr., Sérgio Lisa e Rodolfo Bulle de Oliveira venderiam sua parte da fazenda a este, com Hernani se recusando a vender a sua parte de 20% do total da sociedade. Estes 20% de “ações” seriam materializados no desmembramento do setor que comporia a fazenda São José, que tem como um de seus limites a área urbana do município de Severínia.

Desse modo, lidamos, no mestrado, com a contabilidade da fazenda Monte Verde, referente à parte que trata dos pagamentos aos trabalhadores, do período em que esta passou a existir, em 1956, até o ano em que o colonato, que foi o objeto principal daquela pesquisa, deixou legalmente de vigorar, em 1963. Agora passaremos a lidar, sobre o mesmo tipo de documentação, com o período subsequente, ou os dez anos que marcaram uma transição após o fim do colonato, entre 1963 e 1973.

Dentro desse intervalo de tempo, mais precisamente de janeiro de 1964 até dezembro de 1969, a contabilidade da fazenda São José foi feita paralelamente à da fazenda Monte Verde. Em 1970, elas seriam agrupadas numa única folha de pagamento. Uma condição essencial para a existência dessa contabilidade, como indicamos, teria sido a compra da fazenda Boa Esperança por Hernani Bulle Arruda, juntamente com seu primo e com seu cunhado. Em 1963, como dissemos, essa sociedade seria desfeita com a venda da fazenda para a firma Sucocítrico Cutrale, com exceção da parte que coubera a Hernani na divisão.

A partir de janeiro de 1964, portanto, a gestão da fazenda São José passaria a se dar junto com a da fazenda Monte Verde, que Hernani já administrava para o tio. A alegação dos motivos de manter juntas as contabilidades e as administrações, segundo Hernani²¹¹, seria de que assim não levantava suspeitas de favorecimento próprio na administração da parte de que era proprietário, sobretudo perante parentes de Augusto M. Bulle, receosos de qualquer dano ao patrimônio a ser herdado. Como adiantamos acima, essa medida não impediu as controvérsias na divisão do patrimônio, tendo elas sido inclusive alçadas à esfera judicial de mediação de conflitos.

²¹⁰ *Caderno de campo IV.*

²¹¹ *Caderno de campo IV.*

A apresentação e a descrição dos documentos

A Folha de Pagamento consiste, a princípio, num controle dos gastos da firma “A. Bulle & Sobrinho” com os seus trabalhadores. Não era, porém, a única contabilidade que se fazia, uma vez que outros gastos com fornecimentos, com encargos tributários e com despesas bancárias estavam seguramente incluídos em outras folhas de pagamentos. Estas, no entanto, com exceção também da de pagamentos de comércio, para o período em questão, foram todas destruídas num procedimento que parece ser padrão entre as empresas, com o intuito declarado de eliminar documentos acumulados, que deixam de ter importância fiscal e que ocupam espaço nos escritórios²¹².

A razão para a escolha do documento não se restringe ao fato de ter sido dos poucos preservados ao longo dos anos. Por quantificar a relação de trabalho estabelecida entre os contratantes (os proprietários da fazenda) e os contratados (os trabalhadores), tratava-se de uma documentação que nos permite tecer importantes considerações sobre as partes envolvidas e talvez sobre o próprio ato de contabilizar e de quantificar determinadas tarefas.

Aliás, a preservação desses documentos foi feita pelo escrivão Nelson da Silva com o intuito de facilitar aos antigos trabalhadores da fazenda a obter a aposentadoria rural, fazendo valer o documento contábil como registro de tempo de trabalho em atividade rural, numa época em que tais registros não tinham o caráter oficial e juridicamente necessário que foram adquirindo no processo²¹³.

Ademais, a existência desses documentos revela características da época em que foram produzidos e a descrição e a análise dos mesmos procurará o caminho do entendimento dessas características.

Uma contabilidade de mão dupla

Para começar, podemos dizer que essa contabilidade difere de uma folha de pagamentos que costumeiramente se poderá encontrar em fazendas e empresas quaisquer nos dias de hoje, sobretudo pela importância que nela adquire a coluna que diz respeito aos “Débitos” dos trabalhadores. Não que não haja descontos em folha de pagamento, por

²¹² Segundo entrevista com Nelson da Silva, gravada em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²¹³ Segundo a mesma entrevista, ver bibliografia.

adiantamentos, por multas ou por outros motivos, nas contabilidades atuais, mas os “débitos” da folha de pagamento que aqui apresentamos parecem ter outros significados. Sobre sua organização inicial, Nelson da Silva explica uma padronização feita pela própria burocracia da fazenda, sem qualquer imposição legal ou controle estatal:

Nelson da Silva: *Quando eu assumi a contabilidade, em 1966, eu não fazia balanço naquele tempo, não era obrigado a fazer, eu só fazia uns razonete. Não era obrigado a fazer escrita regular. E eu fazia uns razonete: era débito e crédito.*²¹⁴

Muitas vezes nos registros em questão, os “débitos” aproximavam-se e até mesmo extrapolavam os “créditos” que, a princípio, referiam-se ao pagamento pelos serviços realizados. Os “débitos”, ao menos dos primeiros anos do período analisado (1963-1973), incluíam os gastos dos trabalhadores no comércio local de Monte Verde, conforme explicamos a partir da caderneta de trabalho de Benedito Paioli, um dos trabalhadores constantes da folha de pagamentos. Posteriormente, os débitos incluíam ainda descontos de fornecimentos feitos pela fazenda aos seus trabalhadores, num momento em que a intermediação da fazenda entre o trabalhador e o comércio foi deixando de ser feita.

Dessa maneira, podemos reformular aquela primeira aproximação à Folha de Pagamento como sendo um controle dos gastos da firma com os seus trabalhadores. Dada a importância que os débitos desses mesmos trabalhadores assumiam com a firma, podemos dizer que a própria folha de pagamento constituía-se, assim, também como um controle de gastos dos trabalhadores com a firma, o que indicava, de antemão, uma relação cuja explicação como sendo de mero contrato de trabalho entre as partes deve ser mais bem compreendida. Por isso, compreendemos a Folha como uma contabilidade de mão dupla.

Dizendo isto, apresentamos, em linhas gerais, o formato da documentação, constituindo uma tabela em que a primeira coluna apresentava o trabalhador (com um número simples a anteceder o seu nome); a segunda, os seus débitos; a terceira, os seus créditos; e a quarta, o seu pagamento, por vezes chamado de “balanço”, ou coluna dos “credores”.

Essa disposição dos dados no documento variou um pouco ao longo do período. Entre agosto de 1963 e junho de 1965, antes da última coluna, a dos “credores”, havia a coluna de “devedores”. Em geral, assim como vimos no caso de Benedito Paioli, quando os débitos superavam os créditos, não havia pagamento em dinheiro pelo mês trabalhado; calculava-se um “saldo devedor” do trabalhador com a fazenda, e este saldo se tornava o primeiro débito a

²¹⁴ Entrevista gravada, em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

ser contabilizado nas carteiras dos trabalhadores no mês seguinte. A própria existência de uma coluna destinada a registrar os devedores entre os trabalhadores era significativa e apontava para uma prática até certo ponto normalizada de endividamento. Essa “normalidade”, porém, não era completamente aceita, como observamos a partir da entrevista com Benedita Dornelas.

Em julho de 1965, aquela coluna de “devedores” passaria a ser substituída por uma coluna que apenas indicava o número de série do cheque com que o trabalhador foi pago pela fazenda. Entretanto, isso não queria dizer que a coluna dos devedores tivesse desaparecido junto com a própria prática de endividamento que levava ela a existir. Durante todo o período seguinte, entre julho de 1965 e dezembro de 1973, muitos trabalhadores terminaram o mês sem conseguir pagar as dívidas acumuladas com a própria fazenda que lhes empregava. Quando isso ocorria, ao invés da coluna dos “Cheques” marcar uma numeração seqüencial do talão de cheques, indicava um número remetendo a uma quantia monetária. Ao lado, a coluna “Credores” não indicava qualquer pagamento e apenas um traço, “-”, mostrando que não houve dispêndio monetário da fazenda com aquele trabalhador naquele mês. Desse modo, a coluna dos “Devedores” seguia camuflada, mostrando a persistência de práticas que conduziam ao não pagamento pelo serviço realizado, justificado por um “Débito” acumulado com a fazenda, superior ao “Crédito” obtido pelo trabalho realizado.

Isso poderia indicar uma tentativa de adequação da fazenda a algumas exigências da nova legislação, de 1963 e de 1964, que entraram em vigor meses antes. Uma dessas exigências, presente no Estatuto da Terra, de 1964, proibia que o salário do trabalhador fosse pago ou minorado por meio da cessão de terras para o plantio, de casa para moradia ou de outras mercadorias fornecidas gratuitamente pela propriedade que o tivesse contratando.

Desse modo, podemos inferir que essa medida de certo modo poderia estar estimulando a transformação em mercadoria de meios de produção e de meios de subsistência que antes não eram quantificados, nem pela fazenda nem pelos trabalhadores. O que o caso verificado na carteira de Benedito Paioli sugeriu foi que, ao invés de simples e imediatamente vetar o acesso a tais “benefícios” gratuitos da fazenda, ou ao invés de aumentar simplesmente os salários, a fazenda passou a quantificar e registrar o que “fornecia” ao trabalhador e a descontar em folha de pagamento esses fornecimentos. Assim, a especificação do que compunha os débitos dos trabalhadores na Folha de Pagamento não era feita, de forma que temos de tirar tais conclusões a partir de outras fontes, como a análise antes feita da caderneta

de trabalho e das entrevistas com ex-trabalhadores.

Do mesmo modo, os “créditos” da mesma Folha de Pagamentos, em geral, correspondiam simplesmente a um número qualquer. Conforme procuramos investigar até aqui, os rendimentos dos trabalhadores podiam ser compostos de maneiras bastante variadas. Estas particularidades, porém, também eram, assim, abstraídas e reduzidas a um número, com sinal positivo, a ser contraposto a outro número com sinal positivo, numa conta simples a conduzir ou não a um pagamento de dinheiro para o trabalhador. Pelo que apontamos até aqui, portanto, sabemos desde já que a contabilidade da fazenda esconde muita coisa. Resta pensar, agora, o que ela eventualmente poderia revelar. Para tanto, comecemos a destrinchá-la minimamente.

Os trabalhadores regulares

Como dissemos, a documentação da Folha de Pagamento, na maneira como estava estruturada em forma de uma tabela, tinha na sua primeira coluna, em geral, o nome dos trabalhadores da fazenda, devidamente numerados. Essa disposição costumava colocá-los em ordem alfabética, já misturando colonos e camaradas, lembrando que até pouco antes, até o final de 1960, essas categorias vinham devidamente separadas em blocos de trabalhadores na contabilidade (v. Boechat, 2009).

Agrupados, pois, em ordem alfabética todos se misturavam, com a exceção de um grupo que vinha ao final da longa lista, sob o subtítulo de “Diversos”. Dentre esses, normalmente os três ou quatro primeiros nomes diziam respeito aos funcionários que agrupamos como sendo da “Administração” da fazenda, de modo que não realizavam serviços gerais no campo, nem tarefas especializadas na produção direta das mercadorias ou diretamente acessórias a estas. Esta divisão é um pouco complicada, uma vez que juntamos aí funcionários do escritório e aqueles que também administravam os demais trabalhadores diretamente no cotidiano do campo.

O administrador geral dos primeiros anos desses registros, José Maria Apparicio, encabeçava a lista de “diversos”, seguido pelos escrivães Waldemar Miguel da Silva e o “estagiário”, que depois, em 1966, lhe substituiria, Nelson da Silva. Também compondo a administração havia Waldivino Lopes, que trabalhou todo o período analisado. Entretanto, outros trabalhadores que também poderiam ser considerados como da “Administração”, como

capatazes e fiscais de campo estavam misturados à lista geral dos trabalhadores, em ordem alfabética, indicando certo nivelamento da valoração de suas atividades ao do trabalho daqueles que eles inspecionavam, ao menos na disposição do documento. De todo modo, procuramos diferenciá-los numa categoria à parte dos trabalhadores em geral, agrupando-os entre os administradores.

Numa subdivisão que às vezes aparecia abaixo da dos “Diversos”, a relação daqueles trabalhadores que haviam pedido “Adiantamentos” era registrada, diferenciando, portanto, um pedido de adiantamento de um simples “Débito” contraído, embora um adiantamento de um mês pudesse se tornar um débito do mês seguinte, caso não fosse coberto pelo crédito acumulado naquele mesmo mês. Analisando essa coluna de “Adiantamentos”, pudemos observar a persistência de um pequeno número de trabalhadores que se mantinha por muitos meses naquela disposição. Não é sem espanto que encontramos os mesmos nomes se repetindo entre os poucos que constantemente apareciam com inscrições na coluna dos “Devedores”.

A partir de janeiro de 1964, como acima indicamos, a contabilidade acerca dos trabalhadores da fazenda São José também passou a ser feita conjuntamente pelo mesmo escritório. Na verdade, criou-se uma nova folha de pagamento específica para aquela fazenda, nos mesmos moldes dessa da fazenda Monte Verde, que estamos descrevendo. Ainda assim, os totais pagos aos trabalhadores daquela fazenda eram, a partir da data acima, somados à folha de pagamento da fazenda Monte Verde, numa linha abaixo da subdivisão dos diversos e dos adiantamentos. Essa soma indicava uma contabilidade conjunta das duas fazendas, o que se explicava pela própria constituição da firma (“A. Bulle & Sobrinho), à que se refere o documento, ser composta pelas propriedades e negócios de Augusto Medeiros Bulle (no caso, a fazenda Monte Verde) e os de seu sobrinho Hernani Bulle Arruda (a fazenda São José).

Entre março de 1969 e dezembro de 1969, a contabilidade sobre o pagamento dos trabalhadores da fazenda São José foi definitivamente agrupada na mesma folha de pagamento da fazenda Monte Verde, deixando de ser uma folha paralela. A partir desse último mês, porém, a folha de pagamento da São José, já em janeiro de 1970, não foi mais localizada, tendo sido provavelmente destruída. Não houve uma incorporação dos seus trabalhadores na listagem dos trabalhadores da fazenda Monte Verde porque os nomes correntes daquela fazenda não foram encontrados na folha dessa última a partir de então. Desse modo, analisamos a contabilidade da fazenda São José para um período mais restrito,

entre 1964 e 1969, do que o analisado para a fazenda Monte Verde, entre 1963 e 1973. Tracemos, brevemente, agora um panorama do quadro de funcionários das referidas fazendas, para se ter uma ideia do universo dos dados tratados.

O quadro de funcionários (nem tão) permanentes das fazendas ao longo dos anos pesquisados

A contabilidade em questão, sendo uma Folha de Pagamentos, se referia, de um lado, à firma contratante, passando pelas duas unidades produtivas, até, por outro lado, listar os dados dos trabalhadores contratados. Pensemos nesses trabalhadores.

Na Folha de Pagamentos, no que tange à fazenda Monte Verde, há registros referentes a 191 trabalhadores, ao longo dos dez anos pesquisados. Naquela folha destinada à fazenda São José, há, para os seus seis anos, 50 nomes de trabalhadores registrados. Entretanto, não se quer dizer que todos tenham trabalhado constantemente durante todo o período nas respectivas fazendas.

Para a fazenda Monte Verde, tínhamos, para o período anteriormente estudado, um quadro de trabalhadores que variou segundo essa tabela, que indicava já a estratificação dos mesmos entre as categorias então vigentes, de administradores, colonos e camaradas:

Tabela 5 – Número de trabalhadores da Fazenda Monte Verde, 1955-1963.

	ANO (Base do 6o. Bimestre)							
	1955-56	1956-57	1957-58	1958-59	1959-60	1960-61	1961-62	1963
ADMINISTRAÇÃO	6	4	6	4	4	4	6	4
COLONOS	34	39	30	34	27	34	30	24
CAMARADAS	23	23	26	27	39	44	45	51
TOTAIS	57	62	56	61	66	78	75	79

Fonte: Folha de Pagamento da fazenda Monte Verde. A Bulle & Sobrinho. Trabalho de campo. Boechat, 2009; 293.

Assim, via-se que o número de trabalhadores parecia aumentar a partir dos anos 1960, principalmente puxado pelo aumento do número de camaradas, dentre os quais poderíamos incluir o caso de Benedito Paioli, cuja caderneta estudada abarcava parte do período acima tratado. Vejamos se essa tendência efetivamente teria se confirmado no período seguinte:

Aparentemente, logo após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, o número de trabalhadores da fazenda teria inclusive caído, sendo que aquele número final da tabela anterior correspondia ao sexto bimestre do ano agrícola (portanto, setembro e outubro) de 1963. Após esse pico de 79 trabalhadores nesse momento, o número geral de contratados parece ter permanecido abaixo do patamar de 70 trabalhadores praticamente até a fase final do período analisado. A média anual geral em 69,18 trabalhadores confirma isso. Apenas a partir do começo de 1972, portanto, este contingente crescería de maneira mais significativa, passando, aliás, dos 80 trabalhadores contratados por mês.

Os números de trabalhadores da fazenda São José não podem ser comparados com qualquer período anterior, posto que estavam misturados à contabilidade da fazenda Boa Esperança até *dezembro de 1963*. A partir de *janeiro de 1964*, entretanto, podemos observar a sua variação, indicando patamares bem menores do que os da fazenda Monte Verde, principalmente por se tratar de uma fazenda menor e, portanto, com menor necessidade relativa de força de trabalho.

Podemos, a partir do gráfico acima dizer apenas que a regularidade de admissões e demissões parece ter sido relativamente estável ao longo do período, com a exceção dos meses agregados do ano agrícola de 1963 e 1964, que concentraram uma quantidade razoável de demissões, e dos meses iniciais de 1972, que concentraram uma quantidade considerável de admissões. Tirando esses pequenos sub-períodos, não parece ter havido outras grandes renovações dos quadros de trabalhadores.

O mês que teve mais admissões em todos os anos foi março, quando geralmente se iniciavam os trabalhos no café. O mês que mais teve demissões foi novembro, quando costumava se iniciar o novo ano agrícola, depois do acerto de contas, após a colheita de café. O ano que teve mais admissões foi 1972, com 34 contratações, mas foi também aquele que teve mais saídas: 20, talvez indicando uma maior rotatividade de trabalhadores a partir daí. Já o mês específico com mais saídas, foi novembro de 1963 e setembro de 1964, com seis saídas cada. Enquanto isso, fevereiro de 1972 teve 10 admissões. Num contingente total de cerca de 80 trabalhadores, esse número pode ser considerado como bastante elevado.

Daqueles 191 trabalhadores que passaram pela fazenda Monte Verde, mantivemos a comparação em relação às categorias anteriores, para averiguar se os mais antigos tinham maior tempo de permanência e maiores rendimentos dentro do quadro geral. Destes,

distinguimos, ainda, as mulheres. Assim, em termos gerais, dos 191 trabalhadores, 76 eram antigos trabalhadores do período anterior, sendo, destes, 22 ex-colonos, 47 ex-camaradas e 7 administradores. As mulheres foram num total de 11.

Quanto ao tempo trabalhado, a média de permanência de cada trabalhador nos dez anos de registros foi de 3,2 anos trabalhados. No entanto, 25 trabalhadores trabalharam de 9 a 10 anos no período, ao passo que a grande maioria (78 trabalhadores) trabalhou menos de um ano. Destes últimos, 21 trabalhadores permaneceram por apenas um mês nos registros. Assim, a mediana do tempo trabalhado caía para 1,54 ano. Desse modo, vemos, mesmo entre o quadro de trabalhadores tidos como fixos, uma desigualdade imensa entre eles, ao menos neste quesito de permanência no serviço. Um grupo considerável de trabalhadores podia efetivamente se dizer permanente, enquanto um grupo majoritário apenas passou pelo quadro de trabalhadores, sendo talvez passíveis de serem considerados trabalhadores temporários.

Para a fazenda São José não pudemos estratificar os seus trabalhadores segundo as categorias vigentes até 1963, uma vez que a contabilidade se inicia em 1964. Dos 50 trabalhadores que passaram pela folha, só há o nome registrado de uma mulher na contabilidade de todo o período. Nesta, a média de tempo trabalhado foi de 29,6 meses, ou quase dois anos e meio: menos do que na fazenda Monte Verde. Seis trabalhadores, no entanto, permaneceram apenas um mês nos registros. Dezesete ficaram menos de um ano trabalhando, aparentemente havendo, assim mais trabalhadores que ficaram por um tempo maior. Portanto, mesmo que tenha tido uma rotação um pouco menor entre os trabalhadores, também aí se observava uma permanência bastante irregular e desigual dos trabalhadores do quadro, a princípio, fixo de empregados da fazenda São José.

Porém, além desses quadros “permanentes”, outras particularidades se mostrariam na análise da contabilidade das fazendas, indicando trabalhadores ainda menos regulares nas relações sociais de produção vigentes nos anos 1960 e início dos anos 1970. Talvez possamos mesmo sugerir que a irregularidade na relação de trabalho com uma única fazenda estivesse se tornando a regra.

A ascensão dos avulsos

Voltemos à descrição da Folha de Pagamentos, conforme ela se nos apresentava. À parte os membros fixos da administração que apareciam na subdivisão da parte inferior final da lista, entre os “Diversos” apareciam também trabalhadores eventualmente contratados pela fazenda para realizar serviços específicos.

Nos primeiros meses do período analisado, por exemplo, os pedreiros Orlando Piovani, Valdir Batista, Florentino Lorente e Jairo Castro da Silva foram aí incluídos com uma designação, entre parênteses, indicando estarem fazendo o serviço de reforma na casa da sede. Os rendimentos elevados de Jairo Castro da Silva e de Orlando Piovani mostravam ser eles mestre de obras e pedreiro, enquanto os demais pareciam ser ajudantes dos mesmos na referida obra. Outras cobranças ou pagamentos eventuais eram assim incluídos ao final da folha de pagamento.

No que se refere ao modo como foram aparecendo, temos, por exemplo, na folha da fazenda Monte Verde, logo no primeiro mês de *agosto de 1963*, uma anotação à mão, após o fechamento das contas, indicando uma soma extra de mais de 230 mil cruzeiros, com uma explicação entre parênteses de que eram para cobrir gastos com a colheita e com a folha de pagamento.

No mês seguinte, em *setembro de 1963*, apareceria, após o fechamento do “Total” da folha, uma subdivisão “Diferença dos ordenados”, que poderia se explicar por qualquer falha na contas ou por um reajuste de última hora, bem como por serviços extras realizados. Aparecia, ainda, uma última subdivisão “Empreitas”, na qual surgiam os nomes novamente dos pedreiros acima aludidos.

Depois disso, mês a mês, nomes avulsos, sem qualquer subtítulo para a subdivisão foram aparecendo, depois da totalização das contas. Gradativamente, principalmente a partir de *dezembro de 1963*, esses nomes foram simplesmente adicionados à subdivisão “Diversos”. Porém, ao longo do *ano de 1964*, foram se avolumando os nomes nessa seção final da Folha de Pagamentos. Com exceção dos três nomes referentes aos funcionários fixos da administração que encabeçavam essa subdivisão, todos os demais variavam bastante.

O mesmo podia ser visto na Folha de Pagamentos da fazenda São José, desde o seu início em *janeiro de 1964*, com a inclusão de nomes na coluna “Diversos”, após a lista dos trabalhadores regulares. Poucas vezes, no entanto, estes nomes acompanhavam, de início,

alguma explicação do motivo para o pagamento ali registrado, bem como tampouco seguiam o padrão de marcação de “Débitos” e “Créditos” dos demais trabalhadores regulares.

Aliás, esta era uma especificidade desses trabalhadores que apareciam de maneira intermitente, ao final das Folhas. Eles tinham apenas o registro final de seu pagamento na coluna de “Credores”. Não se especificava, portanto, para esses trabalhadores quaisquer débitos ou créditos, apenas o pagamento que lhes cabia. O que, aliás, acontecia também com os três trabalhadores da administração que estavam continuamente registrados na coluna dos “Diversos” da fazenda Monte Verde. Não tinham, portanto, registros nas colunas iniciais da documentação.

Por vezes, como dissemos, esses trabalhadores, que aqui estamos denominando de “avulsos”, porque assim apareceram ocasionalmente, como na transposição dos gastos com estes trabalhadores da Folha de Pagamento da São José para o registro no fim da Folha de Pagamento da Monte Verde, em *abril de 1964*, apenas eventualmente tinham suas tarefas descritas à frente de seus nomes. Tarefas como o serviço de construção ou reforma de uma casa, como acima apontamos, apareciam ao lado de outras especificações, como: corte de cana, catação de café, colheita, transporte de tantos quilos de cana, frete de calcário ou de sulfato de amônio de Monte Azul, carreto de móveis do sr. Hernani, carpa da laranja São José, amansar 3 burros, castração de burros, balaio, ou nota de crédito (com alguma numeração).

Essa variedade de tarefas foi anotada a partir dos registros verificados entre os trabalhadores que apareceram na subdivisão dos “Diversos” das Folhas de Pagamentos das duas fazendas. Foi a partir de 1965 que a maior parte dessas anotações apareceram. A profusão dessas atividades e dos trabalhadores avulsos parece-nos ter adquirido tal importância ou relevância para a contabilidade da fazenda, de maneira que, a partir de *março de 1966*, foi organizada a “Folha de Empreiteiros”.

Compreendemos, assim, esse processo, de início, como a existência de uma condição, inicialmente, marginal de certos trabalhadores que vão sendo marginalmente também incluídos na contabilidade. Entretanto, sobretudo durante o ano de 1965, as atividades que realizavam e a quantidade em expansão de trabalhadores nessas condições exigiriam um tratamento mais sistematizado da própria burocracia da firma para lidar inclusive com uma destinação gradativamente maior do orçamento da empresa para o pagamento desses trabalhadores. A constituição de uma Folha de Pagamento paralela para tratar desses casos confirmaria uma institucionalização de uma condição de trabalho dada para estes

trabalhadores, a partir desse momento.

Da Folha dos Empreiteiros aos empreiteiros das folhas

Em geral, a Folha dos Empreiteiros representava uma listagem de trabalhadores que recebiam por tarefas realizadas para as fazendas. Entretanto, nem sempre essas tarefas eram especificadas, de modo que parece que realizavam tarefas das mais diversas, as quais posteriormente seriam agrupadas sobre o conceito mais amplo de “serviços gerais”. O controle dessas tarefas pela fazenda era mediado, conforme se observa na contabilidade, pelo registro do trabalho feito dando direito às chamadas “notas de crédito”, que apareciam, na folha de pagamento dos empreiteiros, devidamente numeradas. De acordo com a explicação de Nelson da Silva, o esquema era relativamente simples:

Nelson da Silva: [...] *E vinha uma nota de crédito. Tinha nota de crédito e nota de débito. Nota de crédito vinha nota de serviço da lavoura, qualquer serviço prestado. E as notas de débito era aquelas que vinham: dois metros de lenha... Vinha como documento para cima, para eu poder debitar aquilo.*²¹⁵

Ao que se percebe, essas notas eram emitidas ao final das tarefas esparsas realizadas ou após uma contagem de tarefas realizadas, em outro registro da fazenda. De todo modo, posteriormente, no final do mês, eram convertidas em pagamento, por meio de cheques emitidos pela fazenda no valor correspondente ao pagamento a que se tinha direito. Na recordação de Benedita Dornelas, o cheque aparecia como único resultado de uma prestação de serviços sem qualquer outro vínculo e sem qualquer direito social assegurado, lembrando que o contexto era de consolidação gradual de uma legislação que embasasse esse vínculo e os direitos:

Pergunta: *Como você recebia a partir dessa época?*

Durvalino Dornelas: *Aí todo mundo trabalhava na base de diária mesmo.*

Benedita Dornelas: *Naquele tempo não tinha décimo-terceiro, não tinha seguro, não tinha nada disso. Eu sei que nós trabalhava e só recebia o chequinho.*

Pergunta: *Como que funcionava?*

Benedita Dornelas: *Eles davam o chequinho.*²¹⁶

Outra entrevistada, cujo nome também aparece algumas vezes na Folha dos Empreiteiros, viria a apontar, ao recordar do mesmo procedimento, que as notas de crédito,

²¹⁵ Entrevista gravada, em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²¹⁶ Entrevista gravada, em 17 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

teriam posteriormente tido uma função de registro de tempo de trabalho, no momento em que a legislação trabalhista veio a se efetivar, mostrando uma adequação posterior de esboços pretéritos de registros de trabalho como fundamentos da obtenção de direitos sociais:

Maria Vassoler: *Também tinha na fazenda assim, no começo, que a fazenda mesmo é que pagava a gente. Eu mesmo trabalhei assim, e tenho até hoje os recibos lá em casa.*

Pergunta: *Era nota de crédito?*

Maria Vassoler: *Era nota de pagamento. Eu recebia umas notinhas amarelas assim, que falava o quanto que eu tinha trabalhado. Aí eles davam um cheque e a gente descontava o cheque. [...] Quando eu aposentei, eu precisei dessas notinhas, para cobrar tempo de serviço.*²¹⁷

Não era comum, no mesmo mês, um trabalhador, denominado aqui de “empreiteiro”, descontar mais de uma nota de crédito, o que talvez confirme que outra documentação intermediária registrava as tarefas feitas, somando-as e convertendo-as nas tais notas de crédito. Por fim, o registro na Folha era mesmo apenas do cheque emitido, sem qualquer indicação de “ordens de fornecimento” ou outros descontos.

Logo no segundo mês da Folha dos Empreiteiros, em *junho de 1966*, porém, as notas de crédito foram trocadas em pequeno número, nove no total, e a maior parte da Folha destinou-se ao registro do pagamento aos trabalhadores que participaram da colheita do café. Trinta e cinco trabalhadores encontraram-se nessas condições e, provavelmente, trabalharam lado a lado com muitos dos trabalhadores regulares da fazenda.

Esse registro, por si só, evidenciaria uma condição completamente distinta das relações sociais de produção no interior da fazenda, uma vez que trabalhadores, aparentemente externos, estavam incorrendo na realização de uma tarefa, por assim dizer, essencial, que antes estava restrita aos colonos da fazenda, com a participação eventual de alguns camaradas. Porém, já observamos, ao tratar do caso de Benedito Paioli, em seus registros, que esta exclusividade fora rompida poucos anos antes e que um ex-camarada estava aumentando seus rendimentos participando da colheita do café. Vemos agora, entretanto, que o caso de Benedito Paioli ou de outros ex-camaradas não era único.

Benedita Dornelas, cujo nome é corrente na Folha dos Empreiteiros, porém, sugere que talvez se mantivesse alguma distinção de quem colhia qual cafezal, num contexto de crise e progressivo abandono dessas lavouras:

Pergunta: *Os colonos que cuidavam do café?*

²¹⁷ Entrevista gravada, em 17 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

Benedita Dornelas: *Era, o meu pai tocou café aí.*

Pergunta: *Depois a senhora chegou a colher café também?*

Benedita Dornelas: *É, mas naquele tempo não, naquele tempo eu era pequena ainda. Depois que eu cresci, eu colhi muito café.*

Pergunta: *E ainda tinha colono?*

Benedita Dornelas: *Aí foi acabando e foram dando uns café mais ruim para nós colher.*

Durvalino Dornelas: *Foi passando, aí esses café mais largado dava para a pessoa colher. Teve café por muito tempo.*²¹⁸

Além das notas de crédito e da colheita, a Folha de Empreiteiros registrava outras atividades e o pagamento por elas. Recorrentemente, há o pagamento, por exemplo, pela confecção de balainhos, por vezes identificado o produtor dos mesmos como sendo Sebastião Dilena, que, como vimos, era trabalhador regular na máquina de beneficiamento de café. Nelson da Silva, assim, confirma a possibilidade de um trabalhador regular incorrer na Folha de Empreiteiros, como se fosse um registro de uma “hora extra” ou de um trabalho suplementar, mas também como uma determinação eventual do administrador para a realização de uma tarefa específica:

Pergunta: *Como funcionava a contratação desses Empreiteiros?*

Nelson da Silva: *Esses aqui não eram com registro.*

Pergunta: *Era tudo temporário?*

Nelson da Silva: *Pode ser que esse cara aí tivesse de férias e pegava para trabalhar no registro dos temporários aqui. [...]*

Pergunta: *Dava para trabalhar de diária e de empreitada junto?*

Nelson da Silva: *Não. Não é que não podia. Podia ser que o administrador tinha determinado ele de parar ele com diária... Não tinha contrato que era obrigado ele de cumprir a risca certinho. Então, daí a pouco, podia ser que ele parou ele para fazer outros serviços. Esse cara, o Benedito Paioli, ele fazia cerca, fazia essas coisas.*

Pergunta: *Tem um registro dele de amansar burro, por exemplo.*

Nelson da Silva: *Então, isso daí.*

Pergunta: *Então quer dizer que ele aí tinha dois contratos com a fazenda?*

Nelson da Silva: *Não, até porque não tinha contrato.*²¹⁹

Embora tenhamos nos referido ao trabalho eventual de Paioli de fazer cercas ou de amansar burros, que efetivamente apareceram na Folha dos Empreiteiros, as atividades mais comuns constantes da folha em questão eram a colheita de café, o corte de cana, em geral feito pelos mesmos trabalhadores, o carregamento de cana e, em algumas ocasiões, aparecia ainda o frete de cana pago a certos motoristas.

²¹⁸ Entrevista gravada, em 17 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²¹⁹ Entrevista gravada, em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

No que se refere a esses últimos, cabe notar que o registro desse pagamento pelo frete seguiu oscilando em aparecer na Folha dos Empreiteiros ou na subdivisão “Diversos” da Folha da fazenda Monte Verde, sendo que o beneficiário dos pagamentos em geral era o mesmo Ézio Detófoli, eventualmente dividindo a tarefa com Antônio R. de Marco ou Claudomiro dos Santos. De fato, poder-se-ia argumentar haver uma natureza social distinta da qualificação entre o trabalho no transporte dessas mercadorias na comparação com aqueles que realizavam os demais trabalhos braçais nas lavouras, requerendo aliás para o frete um certo capital acumulado pelo trabalhador, de modo que o caminhão seria um pressuposto da realização do serviço feito para a fazenda. De todo modo, são poucas as vezes que tais atividades apareceram tanto na Folha dos Empreiteiros como nos Diversos da Monte Verde.

Voltemos, no entanto, à descrição da organização dos documentos. Assim, aquelas atividades remuneradas apareciam com subtítulos diferenciando-as uma das outras, com a respectiva lista de trabalhadores que participaram das mesmas e, eventualmente, a descrição da quantidade colhida ou carregada. Como a colheita de café e de cana, de certo modo, coincidiam e não duravam muitos meses, essas discriminações de atividades se atinham, em geral, aos meses entre maio e setembro. De outubro a abril, era mais comum só haver o registro de pagamento na forma das já referidas notas de crédito, embora se encontre um registro, em abril de 1967, de um começo mais cedo da colheita de café, e, em outubro de 1966, de um término mais tarde do corte da cana, com atividades de carregamento inclusive se espalhando pelo mês de novembro daquele ano.

Eventualmente, nos meses de março e abril, poderia aparecer a especificação das atividades de carpa do café e da laranja e de varrição do café, realizadas pelos empreiteiros. No entanto, essas atividades estavam incorporadas na forma do pagamento por notas de crédito, o que indicava que eram atividades de trato que não se diferenciavam de outras realizadas nesses meses. Dessa forma, não se especificava quanto ou qual tipo de atividade cada trabalhador havia feito nesses momentos em que tais atividades foram registradas.

A Folha dos Empreiteiros aparecia, assim, como uma organização do controle do trabalho de trabalhadores que foram gradativamente aparecendo como “avulsos” até se tornarem uma espécie de turma de trabalho, ainda que um tanto irregular e sem o controle de um empreiteiro, “turmeiro” ou um “gato”. Há que se pensar, porém, quem eram esses trabalhadores.

Indicamos acima que Maria Vassoler e Benedita Dornelas estiveram registradas dessa

maneira na contabilidade. Como sabemos, ambas eram filhas de ex-colonos e casadas, a primeira, com um ex-colono e, a segunda, com um ex-camarada. Além disso, ressaltamos o fato de serem mulheres. Nelson da Silva daria um indício de que o caso delas era o mais comum:

Nelson da Silva: *É, a maior parte é mulher.*

Pergunta: *Muitas têm os mesmos sobrenomes dos permanentes da fazenda...*

Nelson da Silva: *Deixa eu ver os nomes. É provável que... talvez seja filha, mulher, mãe.*²²⁰

Maria Vassoler vai além, e indica ser quase uma questão geracional à qual ela se inclui, adiantando, ainda, a facilidade de se conseguir o emprego. Como questão geracional estamos, a princípio, indicando ser uma marca local da transição de uma época:

Maria Vassoler: *Essa Folha dos Empreiteiros é que nem eu trabalhei. Eu também trabalhei assim na roça.*

Pergunta: *Quem era esse pessoal?*

Maria Vassoler: *Era tudo filho dos colonos e camaradas. E muitos trabalhavam, muitos já eram mocinho já. Eram, assim, da minha época e tem gente aí que é mais velho do que eu e uns mais novo do que eu.*

Pergunta: *E como fazia, Maria, era só chegar e pedir para trabalhar?*

Maria Vassoler: *Era, falava “olha, eu quero trabalhar” e trabalhava. Se fosse de empreita, ia o dia que queria, agora se fosse diarista, tinha que ir todo dia. De empreita, quanto mais você trabalhava, mais você ganhava, né?*²²¹

A indicação de que “era tudo filho dos colonos e camaradas” mostra um recrutamento de uma força de trabalho que já se encontrava majoritariamente no interior da fazenda, mas que se encontrava até então subordinada à condição de membros da família dos trabalhadores regulares. “Muitos trabalhavam” nessa condição, mas esse trabalho não se explicita senão como trabalho da família.

Como se nota, apesar do caráter mais provisório dos trabalhadores que se agrupavam na categoria dos empreiteiros, não sendo, pois, considerados do quadro fixo da fazenda, no decorrer dos meses certa regularidade pôde ser vista entre os nomes que ali apareceram. Assim, mesmo entre esses trabalhadores, a regularidade estava no ganho por tarefas realizadas em geral, na forma das notas de crédito, que correspondiam ao pagamento por tais atividades. Benedita Dornelas listaria algumas dessas atividades, ressaltando a regularidade possível do trabalho desses “empreiteiros”:

Benedita Dornelas: *Trabalhei muito, nós carpia café, cortava cana. Essas coisas*

²²⁰ Entrevista gravada, em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²²¹ Entrevista gravada, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

que nós fazia.

Pergunta: *Chegou a cortar cana também?*

Benedita Dornelas: *Cortei cana também. Bastante.*

Pergunta: *Mas a senhora ia todo mês?*

Benedita Dornelas: *Ia todo dia, mas só que a gente não tinha registro nem nada. Chegava trabalhava de dia e ganhava o dinheirinho.*

Pergunta: *E como você fazia, chegava lá e pedia para trabalhar?*

Durvalino Dornelas: *Não, ela já trabalhava direto. É que nós morava lá mesmo, na colônia.*²²²

Vemos aí a mulher de um antigo camarada indo “*todo dia*” trabalhar e ganhando o seu “*dinheirinho*”. O fato de mulheres e filhos estarem começando a se autonomizar de pais e maridos, ao menos no acesso a serviços remunerados, é algo a ser pensado. A princípio, poderia sugerir uma ruptura com a unidade familiar, coordenada pelo “pai-marido-patrão” (Silva, 1997), embora o processo esteja aparecendo aqui mais como uma transição. Maria Vassoler indicaria uma dimensão antes simbólica, mas importante de se passar a “ter nome”:

Pergunta: *Antes os filhos trabalhavam junto com os pais, não era?*

Maria Vassoler: *Era, mas de empreita eles tinha nome. Dependendo da empreita eles tinha nome, dependendo não. Por exemplo, vai carpir laranja. Nós ia carpir laranja, era 50 centavos o pé. Eu ia sozinha e trabalhava. Mas se eu tinha um filho ou dois que trabalhava, eles trabalhavam comigo, e eu que recebia para eles.*

Pergunta: *Ia no seu nome?*

Maria Vassoler: *Ia no meu nome. Às vezes, falava que ganhava bastante, mas não é. É que os filhos trabalhava para a gente. Porque agora não trabalha, mas antigamente de pequenininho eles trabalhavam. Ia todo mundo junto.*

Pergunta: *Mas os filhos trabalhavam igual?*

Maria Vassoler: *Trabalhava menos, porque também saía para ir na escola.*²²³

Assim, Maria Vassoler parece indicar uma possibilidade de um arranjo matriarcal dos rendimentos, com os filhos ainda trabalhando com a mãe, nas empreitas. Por outro lado, eles mesmos podiam vir a “ter nome”. De todo modo, a composição do salário parecia requerer os rendimentos, por mais que menores, dos filhos mesmos os “*pequeninhos*”. Ainda, a escola aparecia aí como um limitador da jornada de trabalho da criança.

Ademir Miranda indica ter sido este o seu caso. Embora o seu nome constasse continuamente na Folha dos Empreiteiros, seu pagamento vinha para o pai: “*Eu, no meu caso, recebia em nome do meu pai. Mas tinha as folhas separadas sim, de diarista tinha. Mas eu*

²²² Entrevista gravada, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²²³ Entrevista gravada, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

recebia pelo meu pai”²²⁴. Eventualmente, porém, esse trabalho podia mesmo significar um “extra” para a própria criança, quando os pais não necessitassem tanto desse rendimento:

Nelson da Silva: *Esse Francisco Panadero Filho era o filho do comerciante. Era molecão de tudo e largava as coisas aqui e ia trabalhar na fazenda. Não tinha impedimento de nada, vamos dizer, de idade muito nova.*

Pergunta: *Nesse caso não era um dinheiro de que ele vivia?*

Nelson da Silva: *Não, era um extra para ele. Tanto que ele não aparece sempre, só de vez em quando.*²²⁵

Desse modo, junto à falta de “impedimento de nada” de um ponto de vista legal a restringir o trabalho infantil, também se mostrava uma falta de restrição do trabalho na Folha de Empreiteiros apenas aos filhos e mulheres dos trabalhadores regulares das fazendas. Parecia haver uma “liberdade” para a contratação de quaisquer trabalhadores em potencial, mesmo aqueles para quem o trabalho se mostrasse como eventual e não exatamente essencial para a reprodução da família. De um ponto de vista de uma liberdade negativa, porém, a “liberdade” das crianças trabalharem parecia estar condicionada à necessidade das mesmas de terem, em geral, que trabalhar para compor a renda familiar.

Por outro lado, o período das colheitas parecia apresentar a oportunidade para estes trabalhadores de ganhar possivelmente mais pelas tarefas a serem realizadas. Enfim, a variabilidade observável nos rendimentos dos trabalhadores não se atinha ao fato de ganharem proporcionalmente à quantidade de horas ou dias trabalhados, como também às diferentes atividades que tinham diferentes preços. De todo modo, esse rendimento parecia estar condicionado às necessidades da fazenda, de maneira que na descrição abaixo essa força de trabalho aparecia como uma espécie de “reserva”, mobilizada ocasionalmente para tarefas distintas, por mais que essa mobilização, para alguns, fosse quase constante:

Pergunta: *Você acha que esses empreiteiros recebiam menos que os outros?*

Nelson da Silva: *Não é que recebia menos. Vamos supor, tinha um mês e eles pegavam umas carpas, trabalhava quinze dias e depois não tinha mais serviço para ele. Era só para atender a fazenda lá. [...] Tinha vez que o cara tinha menos dinheiro na Folha, mas era que tinha acabado o serviço. E aí não era contratado e não era a fazenda obrigada a dar serviço permanente para ele. Era quando apertava um pouco e a fazenda precisava de um pouco mais de gente.*

Pergunta: *E como contratava?*

Nelson da Silva: *Já ia lá no escritório e dava o nome lá e já começava a*

²²⁴ Entrevista gravada, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²²⁵ Entrevista gravada, em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

*trabalhar. Nem formava uma turma.*²²⁶

Essa questão acima indicada da gradativa e relativa regularidade do emprego desses trabalhadores, a princípio identificáveis como trabalhadores temporários ou eventuais, deverá ser mais bem trabalhada quando analisarmos o conteúdo dos ganhos desses trabalhadores, na comparação com os demais das fazendas estudadas. O estatuto marginal ou não desses trabalhadores deverá ser pensado, na medida em que aparecem como um prenúncio da forma de emprego dos boias-frias, que anos mais tarde se generalizaria. Assim, logo trabalhadores como esses viriam a ser organizados em turmas fixas, agenciadas por empreiteiros ou turmeiros, como sugere o mesmo Nelson da Silva:

Pergunta: *E tinha empreiteiro que organizava turma?*

Nelson da Silva: *Ah, depois, aí foi organizando, e tanto que depois foi acabando isso daqui (Folha de Empreiteiros). Aí dali a pouco eles já não iam mais direto na fazenda, eles iam procurar o empreiteiro e o empreiteiro que conversava lá. E, no início, com o empreiteiro também não tinha registro não. Essa Folha de Empreiteiro era isso mesmo, era um catadão. Apareceu lá e tava precisando e então o cara ia lá carpir, depois passava o crédito dele e a gente pagava.*²²⁷

A Folha dos Empreiteiros pode ser, assim, compreendida como um esboço de uma forma de contratação individualizada do trabalho, que viria a ser posteriormente organizada na forma de turmas de trabalhadores *volantes*. Curiosamente, essa mobilização se dava, de início, entre os membros da família que antes trabalhavam sob a tutela dos homens adultos, fossem eles maridos ou pais. Como observamos, essa tutela parece ter persistido em muitos casos, nesta primeira fase, não evidenciando uma autonomização ainda efetiva desses membros da família, mas adiantando o sentido posterior do processo, que indicaria mesmo uma tendência de crise da autoridade patriarcal no seio desta família (Stolcke, 1982).

Entretanto, falta-nos ainda indicar uma última categoria de trabalhadores verificada na época, a partir da documentação que aqui apresentamos. Depois, mostraremos algumas anotações marginais encontradas ocasionalmente na Folha de Pagamento, para, enfim, apresentar as análises gerais dos rendimentos das categorias de trabalhadores aqui apresentadas.

²²⁶ Entrevista gravada, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²²⁷ Entrevista gravada, em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

A Folha da Catação

A atividade de catação consistia na seleção do café no barracão da firma, antes do embarque dessas mercadorias nos vagões da companhia ferroviária, portanto antes da efetivação da compra. Era uma atividade feita exclusivamente por mulheres, que se valiam de pequenas mesas adaptadas a uma esteira que era tocada com os pés, sobre a qual os frutos do cafeeiro iam passando e, com as mãos, iam sendo separados de impurezas, como pedras, paus, etc., bem como de grãos pequenos, defeituosos ou podres, que iam sendo descartados. Afirmava-se que as mulheres eram mais atenciosas aos detalhes e, pois, mais preparadas para esse trabalho²²⁸.

No período em questão, entre 1963 e 1973, a primeira vez que aparece o registro da atividade de catação foi com o pagamento feito a Iolanda Megeto Lima, em *março de 1964*, registrado na subdivisão dos “Diversos” da Folha de Pagamento da fazenda Monte Verde. No mês seguinte, porém, apareceria uma subdivisão “Catação”, abaixo da transcrição dos gastos da fazenda São José, na transposição do total daquela para a folha da Monte Verde. Organizava-se, portanto, à época, um grupo de trabalhadoras que participavam dessa atividade. Em maio do mesmo ano, o caso se repetiria, mas não durante muitos meses depois. Apenas em *fevereiro de 1966* voltaria a constar a subdivisão “Catação” na folha. Isto é, tratava-se de uma contabilidade paralela, referente a uma atividade diferenciada, entretanto uma atividade que não ocorria com regularidade.

A explicação dada por Nelson da Silva²²⁹ para essa irregularidade recai sobre a diminuição da produção e do comércio de café pela firma nesse período. Compreendemos essa atividade como mais próxima do comércio do café, que, segundo fontes e documentos, teria sido bastante significativo na vila de Monte Verde de outrora, com a firma de Augusto Medeiros Bulle e de seu irmão concentrando aí e em Olímpia a compra de café de muitos produtores, inclusive sitiantes, englobando um raio de atuação que chegava aos produtores do município de Catanduva (ver, por exemplo, Cánovas, 2001), este já na área da Companhia Araraquarense de Estradas de Ferro.

Desse modo, é provável que as atividades de comércio de café da firma estivessem realmente definhando, embora as atividades de produção de café permanecessem ativas,

²²⁸ *Caderno de campo III.*

²²⁹ *Entrevista gravada, em 14 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

conforme os registros relativos a pagamentos por trabalhos de trato dos cafezais e da colheita de seus frutos o confirmavam. Observaremos, todavia, depois se esta atividade aparecia como uma espécie de trabalho complexo, mais bem remunerado, na comparação dos seus rendimentos com os dos demais trabalhadores.

Outras indicações marginais: os auxílios e novos direitos dos trabalhadores

A partir de *setembro de 1965* até o fim do período estudado, em *dezembro de 1973*, todos os meses, na coluna dos “Diversos”, apareceu o pagamento, inicialmente de Cr\$ 10.000,00, à “Viúva de Antônio de Matos”. Em *dezembro de 1968* e *janeiro de 1969*, à frente daquela denominação apareceu, ainda, a especificação, entre parênteses, “donativo”, para, de *fevereiro de 1969* em diante, aparecer a explicação “auxílio”.

Esse pagamento à mulher de um colono falecido indicaria uma postura, por assim dizer, beneficente da empresa, num contexto em que os trabalhadores não estavam registrados e não tinham acesso à seguridade social, provida pelo Estado. Recordemos, pois, da fala de Benedita Paioli sobre o paternalismo de Augusto Bulle, provavelmente aqui materializado novamente, reforçando talvez, com isso, sua imagem de “bom para os pobres”.

Em *dezembro de 1966*, apareceria também o nome de Benedito Paioli, cuja documentação particular aqui analisamos, trazendo a explicação à frente de seu nome “Auxílio Enfermidade”, entre parênteses, no valor de Cr\$ 30.000,00. Nelson da Silva, em entrevista citada mais atrás, havia adiantado essa inclusão. Esse auxílio concedido ao ex-camarada perduraria também durante todo o período analisado, sendo mensalmente registrado na mesma subdivisão “Diversos”. Em *fevereiro de 1967*, com a reforma monetária, passaria a NCr\$ 30,00, enquanto o auxílio à viúva de Antônio de Matos era de Cr\$ 10,00.

Embora, até então, os dois fossem os únicos casos nessa situação de auxiliados, delineiam uma preocupação da empresa com seus trabalhadores, especialmente esses que tiveram longos períodos trabalhados. Por outro lado, esse auxílio enfermidade, para o caso particular de Benedito Paioli, acabaria por confirmar a hipótese que vínhamos levantando de um progressivo adoecimento do trabalhador. Adoecimento que se deu paralelamente ao aumento da carga de trabalho dos ex-camaradas, que, se lhes permitiu acesso a uma massa monetária maior, expressou-se num aumento paulatino dos gastos com o item “farmácia”, na caderneta de trabalho estudada.

Em *maio de 1970*, a explicação de “auxílio enfermidade” para o pagamento de Benedito Paioli seria substituída pela de “Fornecimento” referente aos gastos deste para aquele mês, permanecendo assim até agosto deste ano, quando se incluiu um pronome possessivo passando a “Nosso fornecimento durante o mês”.

A essa altura, Benedito Paioli e a viúva de Antônio de Matos já não eram os únicos a receber auxílios da fazenda. Ângelo Pereira passara a receber “auxílio enfermidade” em *agosto de 1968*. Em *fevereiro de 1970*, o auxílio passaria a ser para a “Viúva de Ângelo Pereira”. O auxílio à primeira viúva, a de Antônio de Matos (Cr\$ 30,00), era menor do que o auxílio enfermidade de Benedito Paioli e de Ângelo Pereira (Cr\$ 55,00), e a discrepância permaneceria.

Um último “auxílio” presente nessa subdivisão da folha de pagamento era dado, desde *abril de 1968*, a Erasmo Duarte da Silva, porém sua explicação diferia das demais, sendo um recolhimento excepcionalmente feito a esse único trabalhador, referente ao “I.N.P.S.”. Esse pagamento, no entanto, era inferior aos auxílios enfermidades pagos. Por exemplo, em abril de 1968, a fazenda pagava Cr\$ 30,34 para o I.N.P.S de Erasmo Duarte e Cr\$ 43,00 de “auxílio enfermidade” para Benedito Paioli.

Por sua vez, a partir de 1970, passou-se a pagar aos trabalhadores o 13o. salário e as férias remuneradas. O salário “extra” variava entre Cr\$ 65,00 e Cr\$ 210,00, mas a maioria recebeu Cr\$ 177,60. As férias foram calculadas entre Cr\$ 84,87 e Cr\$ 161,00, sendo que o pagamento mais comum foi de Cr\$ 100,64. Os adiantamentos sobre o salário já eram costumeiros entre os meses regulares, como apontamos acima, entretanto, sobre o 13o. parecem ter se tornado uma prática corrente entre mais trabalhadores, sobretudo no segundo ano em que foram registrados, em 1971.

Desse modo, os auxílios dados pela fazenda a alguns trabalhadores e familiares destes em condições excepcionais poderiam ser vistos como a fazenda incorrendo numa prática semelhante àquela posteriormente assumida pela seguridade social, que, à época não abarcava esses mesmos trabalhadores rurais. Porém, tratava-se de uma época de transição em que essa legislação estava sendo ampliada para essa população. Desse modo, a inclusão do pagamento do décimo terceiro salário e das férias remuneradas para todos os trabalhadores regulares da fazenda e do INPS para um deles indicaria que a juridificação (Kurz, 1997) do processo de trabalho passava a impor novas regras para as relações entre trabalhadores e empregadores rurais.

Porém, esses novos “direitos” não estavam sendo estendidos a todos os trabalhadores, de modo que, na contabilidade em questão, apenas os trabalhadores regulares e fixos do quadro da fazenda Monte Verde pareciam estar tendo acesso pleno a esses novos rendimentos. Trabalhadores das Folhas de Catação e dos Empreiteiros não aparecem incluídos nesses pagamentos, a partir disso podendo ser considerados como relativamente “precarizados”.

Outras indicações marginais: a colheita de laranja

Em *janeiro, abril e maio de 1971*, a coluna “Diversos” apresentou uma subdivisão denominada “Diversos – colheita de laranja”. Em outras ocasiões, porém, já havíamos verificado o aparecimento de pagamentos feitos a atividades relacionadas à citricultura, nas contabilidades das fazendas Monte Verde e São José.

Por exemplo, Benedito Paioli recebeu por ter realizado “carpa na laranja”, conforme registrado na sua caderneta, em *janeiro de 1964*. Algumas vezes, entre os avulsos, algumas notas de crédito, ou a somatória do despendido com a emissão delas, tinham a denominação “carpa laranja”, como na contagem feita da transcrição desses da fazenda São José para a Folha de Pagamento dos empregados da fazenda Monte Verde, em *abril de 1968*. Ou o pagamento feito para Arthur da Costa, em notas de crédito, na Folha da fazenda São José, em *abril e em maio de 1966*. Entretanto, em nenhuma ocasião se havia registrado na contabilidade em questão o pagamento relativo a uma colheita de laranja nos pomares das fazendas.

É importante lembrar que, nesse período, ainda se tinha a prática da venda de pomares, seja antes da florada, seja antes da colheita, para os compradores que destinavam as frutas para as chamadas *packing houses*, que as embalavam para exportação, para os barracões, que as encaixotavam para a distribuição no mercado nacional, ou para as nascentes indústrias de suco de laranja.

Benedita Dornelas trabalhou longos anos na colheita de laranja, sobretudo para as indústrias processadoras Cutrale e Cargill, e conta, em entrevista, que o serviço era já agenciado por empreiteiros, não havendo registros em carteira:

Pergunta: *E a senhora chegou a carpir laranja?*

Benedita Dornelas: *Carpir, e se você ver o tanto de laranja que eu já apanhei, de sair para fora. Trabalhei 23 anos em firma.*

Pergunta: *Em qual?*

Benedita Dornelas: *Na Cargill, 10 anos. E na Cutrale, 13. E você sabe quanto que eu recebia? Dois reais, dois reais é dinheiro de sorvete. [...] Eu trabalhava bastante. Eu falo: “se trabalhar matasse, eu já tava morta”. Quanta laranja eu já apanhei...*

Pergunta: *Quanto pagava na laranja?*

Benedita Dornelas: *Pagava mixaria. Não tinha contrato de primeiro. Eu trabalhei muitos anos sem ser registrada. Trabalhava e depois chegava e dava o dinheiro.*

Durvalino Dornelas: *O empreiteiro fazia o pagamento, você assinava que recebeu e acabou. Você entrava numa turma de empreiteiro e ele resolvia tudo. Era tudo por empreiteiro.*²³⁰

Embora aí Benedita Dornelas já apontasse a intermediação de um empreiteiro, este aparecia se relacionando com uma empresa processadora. Assim, em todos os casos, costumava-se deixar a cargo do comprador a colheita das laranjas, sobretudo porque essa atividade demandava bastante trabalho e também alguns equipamentos (escadas, sacolas, caixas, etc.) que poucas fazendas possuíam, conforme apontava o estudo de Ceron (1969) para a citricultura de Limeira da época. Este comprador, por sua vez, “terceirizava” a contratação dos trabalhadores para os chamados turmeiros, ou empreiteiros.

Durvalino Dornelas: *Com certeza tinha contrato, né. Porque toda a laranja que apanhava, por exemplo, no seu Hernani, aí o empreiteiro pegava a laranja dele para apanhar. Agora ele que fazia o caminhão, fazia nota e mandava para a firma. O patrão não tinha nada a ver com isso. O patrão tinha a ver assim, para receber o dinheiro da firma.*²³¹

Desse modo, estaria explicada a ausência de gastos com tais atividades na contabilidade das fazendas, o que colocaria em destaque o aparecimento excepcional dessas atividades nos meses de janeiro, abril e maio de 1971, na contabilidade que aqui analisamos.

Participaram dessa colheita, primeiramente, nove mulheres, cujos nomes se repetiram nas Folhas dos Empreiteiros e Catação e cujos sobrenomes remetem a trabalhadores das duas fazendas. Foram elas Ana Nogarol, Iolanda de Souza Lage, Isabel Lorente, Anésia da Silva, Lourdes Moreira de Souza, Lourdes Andrade, Maria Aparecida Elias, Adalzila Ananias Eustaqui e Maria Helena Ananias. Em abril, Lourdes Moreira de Souza, Anésia da Silva e Maria Helena Ananias estiveram ausentes da lista, mas Iraci Nogarol participou, enquanto em maio Anésia da Silva voltou a constar junto com as demais. Aliás, no subtítulo da colheita de laranja, em maio de 1971, especificava-se o pagamento de “uma diária mês de abril” para o cumprimento dessa tarefa, o que evidencia o rebaixamento da mesma à qualidade de uma

²³⁰ Entrevista gravada, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²³¹ Mesma entrevista, ver bibliografia.

tarefa qualquer, das que um diarista poderia realizar.

Restam, no entanto, algumas dúvidas sobre o aparecimento desse registro entre os demais, especialmente no que toca ao fato da fazenda ter assumido essa tarefa, normalmente atribuída aos compradores da laranja. Sugerimos, todavia, que a fazenda estivesse comercializando, ela mesma, parte de sua produção de laranja. Entretanto, caso essa hipótese fosse verdadeira, a ausência de uma regularidade desse tipo de registro indicaria que a prática não teria se institucionalizado.

Feitas, portanto, as devidas apresentações sobre a documentação geral e sobre as suas partes, passaremos agora a analisar os estudos sobre os rendimentos de grupos entre os trabalhadores registrados nas referidas contabilidades, para termos uma visão mais detalhada sobre os padrões e diferenças entre eles.

Comentários sobre os rendimentos gerais e de categorias de trabalhadores das fazendas Monte Verde e São José (1963-1973)

A digitação da documentação em questão foi uma etapa bastante importante para viabilizar a análise dos dados referentes aos trabalhadores. Foi realizada durante todo o segundo semestre de 2012, com a ajuda de colaboradores. Cumprida essa etapa, passamos a ordenar os dados, construindo um *banco de dados* amplo, com mais de 30 mil linhas, que continha cada entrada (débito ou crédito) de dados sobre cada trabalhador, com a respectiva data, a fazenda, o nome, a ocupação, o início dos registros na contabilidade e o final, os dados e algumas contas relativas aos dados.

No que se refere à categoria de “Folha”, além das fazendas Monte Verde e São José, desdobramos a partir dessa subdivisão mais ampla a Folha de Catação, que, em princípio não estava ligada a uma fazenda específica, e aquela de Empreiteiros, para possibilitar uma descrição mais particularizada e uma comparação dessas categorias. Já quanto à coluna de “Categoria”, subordinada à de “Folha”, as categorias empregadas foram as de “Colono”, “Camarada”, “Empregado”, “Administração”, “Coletivo” e “Mulher”.

Mantivemos a denominação de colono e camarada para permitir acompanhar a trajetória daqueles que já estiveram empregados nessas condições antes do fim do colonato, em 1963, quando a documentação passou a ser estudada. Os demais trabalhadores que foram

surgindo na Folha de Pagamento das fazendas, cuja categoria de emprego anterior não pôde ser confirmada, foram caracterizados pelos termos mais abrangentes de empregados (para aqueles do sexo masculino) ou mulheres.

Dentro de “Empreiteiros”, subdividimos seus membros em subcategorias de “mulheres”, “empregados” (para os homens) e “coletivos” (pois há o registro, na referida Folha, de grupos provenientes de outras fazendas, contratados para realizar tarefas esporádicas). Assim, como vimos acima, a categorização das mulheres esteve presente internamente às demais categorias, de maneira que podemos tirar algumas conclusões preliminares e particulares sobre o trabalho feminino nas condições diferenciadas em que aqui foi empregado. Vejamos a tabela geral:

Tabela 6 – Comparação geral de médias de rendimentos e de débitos entre as categorias das folhas de pagamento (1963-1973).

Folha	Categoria	1963 a 1966		1967 a 1970		1971 a 1973	
		Média de Sal. Líqu.	Média de Débito	Média de Sal. Líqu.	Média de Débito	Média de Sal. Líqu.	Média de Débito
Catão							
	Mulher	51.344,91	-	75,29	-	-	-
Catão Total		51.344,91	-	75,29	-	-	-
Empreiteiros							
	Coletivo	-	-	139,50	-	-	-
	Empregado	32.456,16	-	626,49	-	228,18	-
	Mulher	32.117,74	-	841,62	-	141,27	-
Empreiteiros Total		32.228,21	-	755,08	-	165,31	-
Monte Verde							
	Administração	50.522,48	3.207,57	3.037,49	1,06	389,75	5,36
	Camarada	50.247,50	13.082,45	1.654,50	359,08	212,45	45,23
	Colono	51.240,17	13.023,69	1.576,94	276,22	208,16	29,97
	Empregado	49.452,47	18.721,43	1.457,29	253,97	248,90	28,05
	Mulher	-	-	-	-	233,85	-
Monte Verde Total		50.319,16	13.574,22	1.610,31	278,30	239,04	29,18
São José							
	Empregado	54.534,54	8.791,62	1.688,76	219,28	-	-
	Mulher	37.465,78	2.472,22	-	-	-	-
São José Total		54.309,62	8.708,35	1.688,76	219,28	-	-
Total Geral		49.470,05	11.363,43	1.377,09	193,07	232,47	29,18

Fonte: Contabilidade Fazenda São José/Monte Verde – Trabalho de campo.

Org.: Cássio A. Boechat.

Quanto aos dados de crédito e débito, reproduzidos tal qual encontrados nas folhas originais, foram desdobrados em colunas de salário líquido (crédito menos débito) e salário bruto (crédito mais débito). Uma permite ter a noção do montante do pagamento em dinheiro (ou não, no caso de uma conta negativa) feito pela fazenda ao trabalhador, enquanto a última permite uma consideração sobre um pagamento pelo trabalho no sentido amplo, incluindo aí o acesso a materialidades permitido pelo trabalho na fazenda e mediado por essa tanto no comércio como nos fornecimentos internos, conforme anteriormente discutido. Na tabela acima mantivemos apenas a coluna de salário líquido, mas pusemos também os dados gerais de débito, com os quais se pode compor o salário bruto.

Uma breve explicação deve ser feita para a periodização interna que adotamos. Diante do período de dez anos da contabilidade em questão, a variação dos dados, especialmente decorrente das taxas de inflação vigentes na época e dos reajustes salariais recorrentes, dificultou enormemente a compreensão e comparação dos dados na série histórica. A redução dos dados a um índice ou a aplicação de cálculos de deflação e de correção monetária fugiriam da alçada desse estudo, na medida em que não seria de nosso interesse delinear conclusões determinantes sobre essa população e seus rendimentos, na comparação com o contexto mais amplo. Ainda assim, a comparação interna entre os rendimentos de cada categoria segue sendo de nosso interesse e dispensa tal tratamento dos dados. Dessa maneira, optamos por dividir o período entre 1963 e 1973 em três sub-períodos, dentro dos quais poderíamos delinear alguma coerência dos preços encontrados.

Assim, o primeiro período foi estabelecido entre 1963 e 1966. Em março de 1967²³² a reforma monetária fez por cortar três zeros da moeda (isto é, dividir por mil os seus valores), o que causou uma diferença enorme nos dados apresentados nas tabelas. Diante disso, o segundo período analisado foi compreendido entre 1967 e 1970. O terceiro, entre 1971 e 1973, corresponde a um período de maior rotatividade aparente entre os trabalhadores empregados nas categorias, e, tendo a inflação e os reajustes agido durante todo o período, certo padrão de valores pôde ser inferido a partir da análise mais ampla dos dados interiormente a cada sub-período. Por fim, uma divisão

²³² O novo padrão monetário havia sido decretado em novembro de 1965, mas foi regulamentado pelo Decreto no. 60.190, de 8 de fevereiro de 1967, entrando em vigor a partir de 13 de fevereiro daquele ano, passando a moeda a se chamar provisoriamente Cruzeiro Novo (com símbolo de NCr), o que perdurou até 1970, quando se retornou ao Cruzeiro (Cr\$).

minimamente equivalente dos sub-períodos em faixas de três anos, mais ou menos, também nos pareceu interessante, embora algumas distorções possam ter ocorrido. Passaremos agora a apresentar como esses rendimentos puderam ser sintetizados e como cada uma das categorias acima descritas se comportou.

Os rendimentos mais gerais dos trabalhadores

Estabelecendo um parâmetro geral para todos os trabalhadores podemos, a partir da tabela acima, comparar os rendimentos diferenciados das categorias, em cada sub-período. Começamos, assim, por apresentar as médias de crédito e de débito mais gerais. O uso das médias deve ser cuidadoso para não se chegar a conclusões precipitadas, sobretudo num universo de dados extremamente variados como os com que aqui nos deparamos.

O período de 1963 a 1966

Entre 1963 e 1966, a média geral de créditos recebidos por todos os trabalhadores foi de Cr\$ 60.833,48, enquanto a média geral de débitos foi de Cr\$ 11.363,43, compondo uma média geral de salário de líquido de Cr\$ 49.470, 05.

Entretanto, o desvio padrão médio, relativo aos salários líquidos, foi de Cr\$ 46.748,37, muito alto para os dados que estamos analisando. A apresentação das médias gerais de cada categoria poderá evidenciar a enorme variação que existia entre os rendimentos.

Assim, a média para os créditos dos empregados (aqueles contratados no período, portanto sem uma designação precisa se haviam sido colonos ou camaradas até então) da fazenda Monte Verde, que alcançava Cr\$ 68.173,90, caía para Cr\$ 39.938,00 entre as trabalhadoras (mulheres) da Fazenda São José, e para Cr\$ 32.456,16 entre os empreiteiros homens da Folha dos Empreiteiros. Portanto, em média, um empreiteiro recebia de crédito menos que metade de um trabalhador fixo da fazenda Monte Verde no período.

Porém, como vimos, os débitos contraídos tinham um papel importante na contabilidade dos trabalhadores. Os empreiteiros, todavia, não tiveram qualquer registro de débito no período de 1963 a 1966, de maneira que aquele crédito correspondeu ao

salário líquido e ao bruto que receberam. Por sua vez, os empregados da Monte Verde, que tiveram esses créditos médios acima da média geral, tiveram também a maior média de débitos entre as categorias, Cr\$ 18.778,94. Assim, a média de seus salários líquidos aproximava-se da média geral dos salários líquidos, sendo de Cr\$ 49.452,47, portanto menor do que a média dos salários líquidos de algumas outras categorias, como as mulheres da catação e os trabalhadores da Administração, os camaradas, os colonos e os empregados da São José.

Os empregados (homens) da fazenda São José também tiveram créditos médios bastante altos (Cr\$ 63.326,16), “perdendo” apenas para os da outra fazenda. Como tiveram débitos médios relativamente menores do que outras categorias, suas médias de salário líquido foram as mais altas: Cr\$ 54.534,54. É importante ressaltar que, no caso desta fazenda, não tivemos como averiguar quais trabalhadores tinham sido colonos e quais tinham sido camaradas ou administradores, de maneira que se tem, assim, um resultado diluído para todas as trajetórias, que foram, todavia, diferenciadas na prática. Por sua vez, no caso em questão, a discrepância desses “valores” para os percebidos pelas mulheres da mesma fazenda é gritante. O salário líquido médio destas era de quase metade do dos homens, restringindo-se a Cr\$ 37.465,78, inferior apenas aos dos membros da Folha de Empreiteiros.

Os trabalhadores que haviam sido colonos tiveram, em média, créditos altos, os terceiros mais altos entre as categorias, Cr\$ 64.236,86, mas também tiveram os segundos débitos mais altos, em média Cr\$ 13.023,69, “valores” apenas inferiores aos débitos dos empregados e dos camaradas no período.

Aqueles que haviam sido camaradas também tiveram créditos elevados (os quartos maiores), Cr\$ 63.329,95 em média, mas débitos igualmente elevados, Cr\$ 13.082,45. Já os trabalhadores da Administração tiveram créditos inferiores, em média, aos de outras categorias, Cr\$ 53.730,05, mas tiveram débitos bastante diminutos, atingindo um salário líquido médio de Cr\$ 50.522,48.

De maneira geral, entretanto, podemos ver certa semelhança entre os valores de créditos e de salários líquidos de categorias como Administração, Colonos, Camaradas e Empregados da Monte Verde e da São José, com patamares de ganho ligeiramente acima das médias gerais. Uma interessante inclusão nesse grupo dos trabalhadores que mais ganhavam se dava com a categoria das Mulheres da Catação (aliás, todos os trabalhadores dessa Folha eram mulheres), evidenciando um caráter especializado da

atividade. As médias de crédito das mesmas alcançaram os Cr\$ 51.344,91 e, como não se registraram débitos para elas, são esses os valores de seus salários líquidos.

Um último comentário deve ser feito novamente sobre o impacto dos débitos sobre os rendimentos. Embora sejam, num primeiro momento, vistos como descontos sobre os créditos, numa outra análise podem ser compreendidos também como partes do salário, na medida em que dizem respeito à relação complexa que se estabelecia entre a fazenda e o trabalhador, relação não exatamente restrita ao trabalho, ainda que fundamentalmente embasada nele. Por isso, os salários brutos correspondem, no limite, a certo pagamento pelo trabalho realizado, embora esse pagamento não fosse unicamente na forma de dinheiro.

Quando se leva os salários brutos em consideração, a média geral fica em Cr\$ 72.196,91. Nesse quesito, a categoria dos Empregados da fazenda Monte Verde, dos Colonos, dos Camaradas e dos Empregados da fazenda São José estão, nesta ordem, acima da média geral. Os Empregados da primeira fazenda excediam muito a média, atingindo Cr\$ 86.895,33, seguidos pelos Colonos que chegavam, em média, a um salário bruto de Cr\$ 77.287,55, e pelos Camaradas, com Cr\$ 76.412,40.

Não havendo registros de débitos para as categorias dos empreiteiros e das mulheres da catação, o cálculo do salário bruto, a princípio, não lhes diz respeito. Porém, num contexto em que os demais trabalhadores estão tendo acesso a esses “créditos” da fazenda (que apareciam na contabilidade na forma de débitos), os salários dessas categorias que não tinham débitos registrados pode ser considerado menor, ainda que a categoria das Mulheres da Catação tivesse, em média, um salário líquido alto (Cr\$ 51.344,91), maior do que a média geral e maior inclusive do que a média dos Administradores.

Por outro lado, a realidade de Empreiteiros e de Mulheres trabalhadoras da fazenda São José fica ainda mais discrepante daquela dos grupos mais “privilegiados”, por assim dizer. Com um salário médio de Cr\$ 32.228,21, os Empreiteiros ganhavam bem menos da metade da média geral de salários brutos (Cr\$ 72.196,91), enquanto as Mulheres²³³ da fazenda São José, ganhando um salário bruto médio de Cr\$ 42.410,22, não chegavam à metade do salário bruto médio dos empregados da fazenda Monte Verde.

²³³ Como vimos, entretanto, só havia uma mulher trabalhando na São José, sendo que considerá-la como uma coletividade soa, no mínimo, estranho.

Veremos, a partir de agora, como este cenário foi se alterando, nos sub-períodos seguintes, para tentar extrair daí algumas conclusões sobre as diferentes condições de reprodução dos trabalhadores.

O período de 1967 a 1970

Como dissemos, em fevereiro de 1967, os preços e valores foram alterados pela autoridade monetária, havendo um corte de três zeros nos mesmos (divisão por mil). Com Cr\$ 1.000,00 passando a ser representado por NCr\$ 1,00, os dados registrados nas contabilidades foram todos alterados segundo o padrão que se vinha observando, ainda que esse padrão fosse sendo gradativamente alterado cotidianamente pelos efeitos amplos da inflação, o que aliás teria motivado a reforma monetária.

Dessa maneira, no período entre 1967 e 1970, a média geral dos créditos de todos os trabalhadores foi de NCr\$ 1.570,16, tendo a média geral de débitos sido de NCr\$ 193,07, compondo uma média de salário líquido de NCr\$ 1.377,09. A variação interna a essas médias, todavia, seguiu sendo bastante elevada, com um desvio padrão dentro dos cálculos gerais do salário líquido da ordem de NCr\$ 9.711,03.

Por isso, a maior média de créditos, pertencente à Administração, sendo de NCr\$ 3.038,55, quase o dobro da média geral, caiu drasticamente para apenas NCr\$ 75,29 entre as Catadoras de café e para NCr\$ 626,49, entre os homens empreiteiros.

A média daquelas trabalhadoras da Catação assusta, mas deve ser ponderada pela menor frequência da atividade, uma vez que, no período de três anos, só houve registros da atividade em três ocasiões, reiterando a tese de que o comércio de café da firma estava decaindo. Os dois primeiros registros se deram no primeiro ano do sub-período, nos meses de março e agosto de 1967, portanto puxando os dados para o patamar da inflação do primeiro terço do período. O terceiro registro foi em setembro de 1969 e estranhamente o nível dos pagamentos feitos nessa Folha não parece diferir substancialmente daqueles do ano de 1967. Não tendo havido outros registros posteriores é possível mesmo que a atividade tenha se encerrado aí, com um volume de negociação, e, portanto, de trabalho de seleção, muito menor do que nas épocas anteriores.

Por sua vez, a média de salário líquido dos Empreiteiros homens, dado que não havia registros de débitos para essa categoria, estando bem abaixo da metade da média

geral de créditos evidencia uma situação ainda pior dessa categoria, que já era a que menos recebia no período anterior, mas que, ao menos, atingia antes a metade da média geral de créditos.

As Mulheres da Folha de Empreiteiros perfaziam créditos médios de NCr\$ 841,62, não tendo débitos registrados. Estes créditos estavam, pois, acima da metade da média geral e dos Empregados homens da mesma categoria, porém bem abaixo das demais categorias que “puxavam” a média geral para cima.

Já citamos os Administradores, que recebiam, em média, quase o dobro da média geral. Nesse período, não pudemos verificar quais dos trabalhadores da lista geral realizavam as tarefas de fiscalização e controle do trabalho, que haviam sido incorporadas à categoria “Administração” no sub-período anterior. Na ausência desses, que tinham salários compatíveis, e por vezes inferiores, aos dos demais trabalhadores, a média dos administradores foi contabilizada a partir do salário do administrador geral e dos escrivães, que recebiam bem acima da média dos demais. Provavelmente por isso, a “Administração” teve um rendimento aparentemente descolado das outras categorias.

Apontamos, entretanto, em nossa pesquisa de mestrado, que os gastos da fazenda com o controle do trabalho haviam se elevado bastante nos últimos anos antes do fim do colonato, entre 1961 e 1963, de maneira que pode ser também que tenha havido agora mais direcionamento dos recursos da empresa para tais tarefas e suas personificações.

Seguindo de longe os rendimentos dos Administradores, os Camaradas, com créditos de NCr\$ 2.013,58 em média, e os Empregados (homens) da fazenda São José, com créditos de NCr\$ 1.908,04, não estavam muito acima dos rendimentos médios dos colonos (NCr\$ 1.866,13) e dos empregados da Fazenda Monte Verde (NCr\$ 1.853,16). Não houve registros de mulheres nem na fazenda Monte Verde nem na São José neste período. Talvez as mesmas tenham se engajado todas na Folha de Empreiteiros.

Incluindo os débitos nessa relação, o panorama anteriormente delineado sofreria poucas alterações. Como as categorias da Catação e Empreiteiros não tinham registros desse tipo, e como a categoria da Administração tinha pouco ou quase nada (com uma média de débito de NCr\$ 1,06), o que o cálculo dos débitos fazia era diminuir a quantidade monetária recebida por Camaradas, Colonos e Empregados das duas fazendas, ao mesmo tempo em que somados como parte do salário (bruto) desses últimos trabalhadores faziam por diminuir a distância para o rendimento dos

administradores e aumentar a distância dos rendimentos dos Empreiteiros e das Mulheres da Catação, sendo essas últimas talvez as que tiveram maior mudança de cenário do primeiro sub-período para o segundo.

Os maiores débitos médios foram calculados para os Camaradas, NCr\$ 359,08, compondo um salário bruto de NCr\$ 2.372,66; seguidos pelos colonos, com NCr\$ 276,22 de débito e NCr\$ 2.129,38 de salário bruto; e pelos Empregados da São José, que, com os débitos médios de NCr\$ 219,28, chegavam a uma média de salário bruto de NCr\$ 2.127,32. Os Empregados da Monte Verde, embora tenham tido maiores débitos do que os da outra fazenda, tiveram salários brutos, na média, menores: NCr\$ 1.965,23. De um modo geral, talvez se pudesse considerar a condição de reprodução desses trabalhadores (Colonos, Camaradas e Empregados das duas fazendas) como relativamente semelhante em termos de rendimentos, num sentido amplo, o que seguramente é distinto do que se verificava até 1963, quando o colonato esteve vigente.

O período de 1971 a 1973

No último período analisado, não tivemos registros para as categorias de Catação e para a fazenda São José, de maneira que basicamente o que se pode comparar são os dados da Folha de Empreiteiros e da fazenda Monte Verde entre si e com os demais sub-períodos. Novamente, o padrão monetário foi alterado, em 31 de março de 1970, com a moeda voltando a ser denominada de Cruzeiro.

Nos últimos três anos estudados, portanto, a média geral de créditos estabeleceu-se em Cr\$ 261,66, enquanto a de débitos caiu para Cr\$ 29,58, afirmando um salário líquido, em média, de Cr\$ 232,47.

A variação entre os rendimentos das categorias, à primeira vista, parece ter se reduzido neste momento, embora não tenha havido uma real equalização dos salários. Os Administradores seguiram ganhando bem acima da média, atingindo um crédito médio de Cr\$ 395,11 e mantendo uma média baixa de débitos de Cr\$ 5,36. Apenas os Empregados da fazenda Monte Verde conseguiram, além daqueles, superar a média dos créditos: obtiveram, em média, Cr\$ 276,95.

Assim, é o primeiro momento em que Camaradas e Colonos não superaram os rendimentos médios, com créditos médios de Cr\$ 257,68 e Cr\$ 238,13. Seus débitos médios seguiram relativamente altos, embora próximos aos dos empregados da Monte

Verde: Cr\$ 45,23; 29,97; e 28,05, respectivamente. Como os Colonos e os Camaradas eram praticamente os únicos que tinham trabalhado nessas condições no período anterior ao aqui abarcado, portanto anterior a 1963, há que se considerar que provavelmente estivessem ao menos parte dos seus membros, sentindo, passados quase dez anos de registros, o peso do desgaste de tantos anos trabalhados, o que poderia estar influenciando numa queda de rendimento do trabalho e, pois, da remuneração dos mesmos.

Outra importante alteração do cenário dos rendimentos entre as categorias se deu com os Empregados, que atingiram créditos médios semelhantes aos dos trabalhadores regulares, com Cr\$ 276,95. Subtraindo os débitos daqueles trabalhadores regulares, seus salários líquidos, em média, se aproximam aos dos Empreiteiros (homens): Cr\$ 228,18 para Empreiteiros e Cr\$ 248,90 para Empregados. Por outro lado, como viemos sinalizando, considerando os débitos como parte dos salários, a separação entre as condições desiguais de remuneração dos regulares para os Empreiteiros seguia mantida, embora quantitativamente a diferença de remuneração tivesse diminuído consideravelmente.

Entre 1971 e 1973, algumas mulheres foram registradas na Folha de Pagamento da fazenda Monte Verde e tiveram créditos de Cr\$ 233,85, em média. Portanto, em patamares próximos aos dos Colonos e acima dos Empreiteiros homens. As Mulheres da Folha de Empreiteiros, porém, tiveram os piores rendimentos monetários, com média de créditos de Cr\$ 165,31. Mulheres Empreiteiras e Mulheres da Monte Verde não tiveram registros de débito. Assim, dados os débitos de Colonos e Camaradas, por exemplo, elas tiveram mais dinheiro em suas mãos do que aqueles trabalhadores homens, em média. Esse não é um comentário que se deva desconsiderar numa sociedade historicamente marcada pelo controle dos homens.

Conclusão parcial: o fim do colonato na área estudada

Enfim, diante do apresentado, vemos um processo gradual de mudanças sendo expresso na contabilidade da fazenda; este processo dizia respeito, como estamos indicando, ao final do sistema do colonato. Essa transformação das relações sociais de produção foi procurada, nesta parte desta tese, em pormenores da carteira de um ex-camarada e na relação dessa contabilidade com a que aqui sintetizamos para toda a firma em questão. O recurso ao uso das entrevistas pôde completar a passagem com informações bastante significativas das mudanças e da percepção das mesmas pelos envolvidos no processo.

O fim do colonato, aparentemente, deu-se junto com o fim da cafeicultura na área estudada, embora Benedita e Durvalino Dornelas tenham apontado a persistência de cafezais deteriorados por muito tempo. Também, aparentemente, deu-se junto com a ascensão da citricultura na mesma área e com a redução do acesso ao plantio de alimentos pelos trabalhadores nas fazendas. Algumas estatísticas parecem confirmar essas tendências para os anos seguintes aos aqui estudados:

Tabela 7 – Produção de café (em toneladas) por município (1975-2010).

Município/Data		1973	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Altair		s/d	271	242	326	32	-	-	12	-
Bebedouro		s/d	3.622	2.792	1.096	120	104	432	50	106
Cajobi		s/d	2.700	1.974	1.902	252	3	14	3	6
Guaraci		s/d	65	401	761	-	-	-	2	-
Icém		s/d	12	17	104	42	-	-	66	-
Monte	Azul	s/d	3.315	2.718	1.826	324	116	433	66	149
Paulista										
Olímpia		s/d	9.000	5.826	9.784	648	16	7	-	2
Orindiúva		s/d	2	9	26	14	-	-	-	-
Riolândia		s/d	26	41	65	16	1	-	-	-
Paulo de Faria		s/d	27	131	127	27	-	-	-	-
Severínia		s/d	2.380	1.391	1.565	40	25	-	8	-

s/d – Sem dado disponível

Fonte: IPEADATA

Org.: Cássio A. Boechat.

Tabela 8 – Produção de laranja (em toneladas) por município (1973-2010).

Município/Data		1973	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Altair		-	6.100	12.763	25.617	81.500	89.650	99.963	105.896	s/d
Bebedouro		283.204	325.352	634.475	564.388	622.554	570.500	352.080	311.745	s/d
Cajobi		66.749	51.345	125.043	206.682	220.050	146.700	122.250	120.024	s/d
Guaraci		3.147	3.924	18.095	32.054	77.425	105.950	89.952	70.668	s/d
Icém		59	78	125	20	8.150	20.318	12.432	7.087	s/d
Monte	Azul	37.741	102.038	220.557	353.828	295.845	224.125	183.375	132.654	s/d
Paulista										

Olímpia	95.202	169.376	493.620	348.413	402.406	346.375	366.750	319.160	s/d
Orindiúva	-	1.369	-	-	228	8.802	9.288	8.889	s/d
Paulo de Faria	-	220	9.380	5.696	5.787	14.670	41.729	48.779	s/d
Severínia	42.719	29.340	95.860	100.082	142.625	117.918	100.734	48.413	s/d

Fonte: IPEADATA

Org.: Cássio A. Boechat.

Tabela 9 – Produção de feijão (em toneladas) por município (1973-2010).

Município/Data	1973	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Altair	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bebedouro	304	636	-	-	-	-	-	-	-
Cajobi	26	62	30	450	28	-	-	-	-
Guaraci	-	14	-	324	210	-	-	-	-
Icém	10	32	-	329	70	90	-	-	-
Monte Azul	247	638	-	12	-	-	-	-	-
Paulista									
Olímpia	105	308	49	46	12	-	-	-	5
Orindiúva	15	18	4	27	-	-	-	-	-
Riolândia	16	10	9	285	592	820	435	700	600
Paulo de Faria	45	50	43	615	151	135	7	-	-
Severínia	394	178	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA

Org.: Cássio A. Boechat.

Tomando apenas os dados de produção de café, laranja e feijão, vemos uma queda acentuada, em geral, dos dados de café e feijão para quase todos os municípios que compunham os antigos municípios de Bebedouro e de Olímpia (e que deles se desmembraram ao longo da primeira metade do século XX), incluindo aí os dados de Cajobi, onde se situa o distrito de Monte Verde e a fazenda de mesmo nome, e os de Severínia, onde está a fazenda São José. Apenas os dados de produção de laranja cresceram, e muito, para os mesmos municípios até a década de 1990 e 2000, quando passaram a apresentar uma queda gradual. Ainda, assim, Maria Vassoler parece ter razão de apontar um processo gradativo de mudança:

Pergunta: *E como foi esse fim do café?*

Maria Vassoler: *Acabou aos poucos. Não foi assim de repente. Foi plantando laranja, foi tirando as plantas, depois veio a cana. Foi tudo indo assim por parcela, por parte, aos poucos e até que acabou.*²³⁴

Hernani Bulle Arruda chegou a afirmar que o próprio governo, durante um tempo, financiou a erradicação de cafezais deteriorados, pagando pelo corte dos arbustos²³⁵. Verena Stolcke (1986) apontaria esse programa denominado de GERCA (Grupo Econômico de Racionalização da Cafeicultura) seria um dos grandes fomentadores do fim da cafeicultura nos anos 1960, financiando o investimento dos fazendeiros na mudança para outras culturas, visando à exportação, como a citricultura. Assim, aquele corte de cafezais que permitia ocasionalmente que ex-camaradas pudessem plantar para si, representava uma oportunidade de plantio próprio em meio à transição que posteriormente iria proibir gradativamente mais esses mesmos plantios.

Paralelamente, haveria, ainda uma saída dos trabalhadores das colônias das fazendas, num processo que, para Ademir Miranda foi abrupto, sendo aliás intermediado pelos próprios fazendeiros, no caso particular, que cederam casas no distrito de Monte Verde para os trabalhadores irem morar. Um processo de urbanização teve, assim, uma inflexão:

Pergunta: *E o pessoal foi saindo das fazendas nessa época também?*

Ademir Miranda: *Tudo nessa época. Foi uma debandada, de repente.*

Pergunta: *E já tinha casa na cidade para abrigar todo mundo?*

Ademir Miranda: *Tinha, inclusive casa do próprio patrão mesmo.*

Pergunta: *Eles venderam as casas?*

Ademir Miranda: *Aí cedeu, depois é que foi acertando, como acerto de contas, aposentadoria, então foi dando as casas. Tem muitas aqui em*

²³⁴ Entrevista gravada em 26 de maio de 2007. Trabalho de campo.

²³⁵ Caderno de campo III.

Monte Verde que foi assim.

Pergunta: *Então o pessoal ficou aqui?*

Ademir Miranda: *A maioria ficou aqui em Monte Verde mesmo. Teve alguns que foram para Cajobi, Severínia, Monte Azul, Olímpia, mas foi uma porcentagem pequena, eu diria uns 30% que saiu daqui. Uns 70% só mudaram de lá até aqui só. Essa parte aqui nem tinha da cidade, era tudo mato e aqui era café tudo. A cidade era só essa rua do meio só. Atrás da igreja já era plantação de café. Depois que fizeram a Cohab e aumentou.*

²³⁶

A possibilidade de acessar casas do próprio fazendeiro, cedidas e, posteriormente, feitas “moedas de troca” em acertos de contas parece ter conduzido parte da migração da fazenda para o pequeno vilarejo próximo. Na fala de Miranda, no entanto, estas casas não teriam sido suficientes, com partes dos cafezais se tornando loteamentos e casas para esses mesmos novos moradores. Benedita e Durvalino Dornelas mostram algo semelhante no relato abaixo:

Pergunta: *E o terreno como vocês conseguiram?*

Benedita Dornelas: *Comprou do seu Hernani.*

Durvalino Dornelas: *Esse terreno aqui, antigamente, era dos Bulle. Aí era um campo de futebol, onde tem essas casas aí na frente, nesse quadrado, era um campo de futebol.*

Pergunta: *Era da fazenda?*

Durvalino Dornelas: *Não, era da cidade, mas de certo foi os patrão que deu, com certeza. Aí depois passou o campo lá para cima.*

Pergunta: *Onde é hoje?*

Durvalino Dornelas: *Onde é hoje. Mas aquele terreno, antigamente, era café.*

Benedita Dornelas: *Aquelas casas em volta do campo também era tudo café.*

Pergunta: *E nessa época morava muita gente na fazenda?*

Durvalino Dornelas: *Morava, as colônias ali eram tudo cheias.*

Pergunta: *E quando começou a sair o pessoal?*

Durvalino Dornelas: *Foi saindo devagar. Aí um acha que outro paga mais e ele vai para lá. Uns foi para a usina que tem aqui, outros foram saindo. No fim foi acabando e não ficando quase ninguém.*

Benedita Dornelas: *Eu lembro que a minha menina tava com três anos e hoje ela já tá com 55. Faz tempo.*

Durvalino Dornelas: *Então, nós não tem o que reclamar do seu Hernani, da dona Lelê, dos Bulle velho. Meu pai morreu, mas nós nunca passamos fome.*²³⁷

Diferente do que recorda Ademir Miranda, Durvalino Dornelas não se lembra de uma “debandada”, mas de uma saída gradual, inclusive motivada por novos empregos.

²³⁶ Entrevista gravada em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²³⁷ Entrevista gravada em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

Benedita Dornelas chega a indicar a saída da fazenda como tendo se dado no ano de 1969. De todo modo, a cessão de casas parece ter reafirmado uma imagem paternalista dos Bulle como “bom para os pobres”, ainda que, no caso, essa cessão possa ter os livrado de alguns “acertos”. Vejamos os dados de urbanização da época:

Tabela 10 – População residente total de Bebedouro, Olímpia e demais municípios emancipados (1910-2010).

Município	1910	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Bebedouro	27.052	28.803	28.194	27.238	31.961	37.816	46.034	67.763	74.815	75.044
Olímpia	-	45.046	50.697	37.906	28.549	29.079	31.787	42.907	46.013	49.792
Altair	-	-	-	-	2.733	2.527	2.318	3.239	3.530	3.814
Cajobi	-	-	9.658	8.483	7.999	6.741	8.290	11.154	9.174	9.759
Guaraci	-	-	-	11.357	7.916	7.377	6.467	7.813	8.846	9.976
Icém	-	-	-	-	4.664	5.981	5.187	6.100	6.772	7.462
Monte Azul Paulista	-	12.910	12.426	10.852	10.124	10.431	13.021	17.698	19.553	18.931
Orindiúva	-	-	-	-	-	2.443	2.118	3.046	4.161	5.678
Paulo de Faria	-	-	11.941	10.697	13.805	9.463	6.638	8.319	8.472	8.589
Severínia	-	-	-	-	7.116	6.787	7.879	10.280	13.605	15.504
Riolândia	-	-	-	-	8.416	9.640	6.836	7.760	8.560	10.574

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Org.: Cássio A. Boechat.

Tabela 11 – População geral, urbana e rural e divisão percentual do município de Bebedouro (1940-2010).

População\Ano	1940	%	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Urbana	12.290	44	11.901	44	18.865	59	29.492	78	39.823	87	61.996	91	69.964	94	71.512	95
Rural	15.904	56	15.337	56	13.096	41	8.324	22	6.211	13	5.767	9	4.851	6	3.532	5
População Total	28.194	100	27.238	100	31.961	100	37.816	100	46.034	100	67.763	100	74.815	100	75.044	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Org.: Cássio A. Boechat.

Tabela 12 – População geral, urbana e rural e divisão percentual do município de Olímpia (1940-2010).

População/Ano	1940	%	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1990	%	2000	%	2010	%
Urbana	14.077	27,77	11.835	31,22	15.371	53,84	20.320	69,88	25.029	78,74	37.567	87,55	42.643	92,68	47.092	94,58
Rural	36.620	72,23	26.071	68,78	13.178	46,16	8.759	30,12	6.758	21,26	5.340	12,45	3.370	7,32	2.700	5,42
População Total	50.697	100	37.906	100	28.549	100	29.079	100	31.787	100	42.907	100	46.013	100	49.792	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Org.: Cássio A. Boechat.

Dos anos 1960 para os 1970, Cajobi e Severínia diminuíram de população, em números absolutos, enquanto Bebedouro e Olímpia aumentaram. Posteriormente, esses dois últimos municípios tiveram grandes aumentos populacionais até os anos 1990, com uma relativa estagnação a partir daí. O crescimento de Bebedouro neste período (entre 1960 e 1990), maior do que o de Olímpia e dos demais municípios tem a ver com uma centralidade que este município assumiu na industrialização do suco concentrado de laranja e também de alguns serviços burocráticos e médico-hospitalares ali instalados. Já Severínia voltou a crescer a partir dos anos 1980. Cajobi, por sua vez, cresceu e voltou a perder população nos anos 1990, para atualmente apresentar novo crescimento.

Por sua vez, o processo de urbanização como decorrência de um “êxodo rural” fica evidente nas duas tabelas subseqüentes, com uma inversão das porcentagens de população rural em relação à urbana já evidente nos anos 1960. A partir dessa época, entretanto, o aumento de uma população urbanizada foi muito acelerado, restando uma população quase residual vivendo nas áreas rurais atualmente em ambos municípios.

Para completar, voltaremos para uma última percepção sobre o fim do colonato, de acordo com alguns dos aqui entrevistados. Para começar, observemos uma consideração de Durvalino Dornelas, de que como o trabalho se tornava difícil:

Durvalino Dornelas: *Eu trabalhei 32 anos para esses Bulle aí. Por último, eu era cocheiro aqui embaixo. Mas acontece que, a condição foi... para mim tava ruim, né, porque não tinha uma carpideira para pegar comida para os animais.*

Benedita Dornelas: *Ele já tava cansado, era muito serviço.*

Durvalino Dornelas: *Eu já tava cansado, era muito serviço, eu pedi as contas e saí. Eles me mandar embora, não me mandavam. Eu peguei e saí fora, porque eu falei: “eu não vou morrer aqui trabalhando”.*²³⁸

A idade avançada e os muitos anos de trabalho realizado pesavam para Durvalino Dornelas, mas a falta de uma carpideira indicava que o trabalho do ex-camarada agora tinha um parâmetro dado pelo novo patamar do desenvolvimento das forças produtivas. Algo que, aliás, viria a tornar obsoleto todo o seu conhecimento no trato e no treinamento de burros:

Pergunta: *E quando que pararam de usar os burros?*

Durvalino Dornelas: *Ah, na época que eu saí ainda ficou um rapaz no meu lugar lá. Depois ele também saiu de lá, eu sei que foi acabando. [...]O trator foi entrando. Tudo muda, né? Naquele tempo tinha que trabalhar mesmo, não é igual hoje.*²³⁹

²³⁸ Entrevista gravada em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

²³⁹ Mesma entrevista, ver bibliografia.

A percepção de que, antigamente, trabalhava-se mais talvez tenha uma explicação que passava pela ausência do uso generalizado de máquinas, implementos e insumos agrícolas, mas também passa por uma outra relação com o tempo de trabalho e com o tempo de não-trabalho, segundo o depoimento de Maria Vassoler:

Maria Vassoler: *Antigamente a vida era mais difícil, mas só que ela era mais saudável, né, e a gente trabalhava mais. Assim, trabalhava mais em menos espaço de tempo. Tinha mais folga. Hoje em dia a gente trabalha mais, mas a vida é mais fácil.*²⁴⁰

A complicada explicação sobre o uso extensivo e intensivo do tempo, e sobre o trabalho e a vida fácil teria uma nova tentativa de formulação, que colocaria a educação e seu acesso como um fator determinante para a reprodução da vida também desses trabalhadores rurais:

Pergunta: *Você acha mais fácil hoje?*

Maria Vassoler: *Eu acho. Eu acho que a minha infância foi muito dura. Sempre morando longe da cidade, a gente ia para a escola e era longe.*

Pergunta: *A escola era longe?*

Maria Vassoler: *A primeira escola que eu fui era dentro de uma fazenda, em Monte Azul e a escola era da fazenda. Aí a minha segunda escola foi no Grupo Escolar em Pirangi. Eu só fiz até o terceiro ano, porque não tinha como voltar até a cidade em Monte Azul, então foi onde que eu só fiz até o terceiro ano. Aí morando aqui, minhas filhas todas estudaram. Fizeram escola, se formaram e hoje em dia estão aí. Então, para mim, a vida hoje está mais fácil.*²⁴¹

Ademir Miranda, formado em Letras e professor da escola municipal do distrito de Monte Verde, questionaria o sistema educacional, mas apresentaria também uma perspectiva valorada atualmente pelos mais jovens de uma “vida de cidade”:

Pergunta: *E por que você acha que os jovens querem ir embora daqui?*

Ademir Miranda: *Por causa de perspectiva de vida, de futuro, porque acham que aqui era roça só. Mudou de café para laranja, então continuou lavoura, roça ainda. Então, a maioria não quer isso, eles querem uma vida de cidade, de tudo, com emprego diferente, numa firma, numa indústria.*

Pergunta: *Por quê? O trabalho é mais pesado na lavoura?*

Ademir Miranda: *Eu acho que é mais psicológico, porque trabalho é trabalho. Mas você vê que é aquela idéia assim: ah, é roça e cidade. E, às vezes, na cidade você passa até fome, e aqui não.*

Pergunta: *Acham que a roça é atrasada?*

Ademir Miranda: *É, que a roça é um atraso de vida. Tá muito dentro da cabeça do povo de que a roça é um trabalho antigo, é pesado, é medieval. E não é nada disso. [...]*

²⁴⁰ Entrevista gravada em 26 de maio de 2007. Trabalho de campo.

²⁴¹ Mesma entrevista, ver bibliografia.

Pergunta: *E você também achava que era um atraso de vida?*

Ademir Miranda: *Não, eu sempre gostei. Mas deu essa vontade e eu falei: “ah, vou estudar”. E aqui também era mais difícil, que a cidade tinha colégio, mas assim colegial tinha que fazer aquele exame de admissão. Era uma prova difícilíssima. [...] Era um sistema meio estranho. Eu acho que beneficiava muito o rico. O rico ia de ponta a ponta e saía direto. Agora o que era pobre, chegava na quarta série e parava ali. Já sabia escrever, somar e dividir, então vai para roça. Pronto, se quisesse seguir os estudos era difícil.*

Pergunta: *E por que o rico passava?*

Ademir Miranda: *Porque o próprio sistema já levava assim. É lógico porque só estudava. Eu por exemplo, nós saía da escola, ia de manhã, aí meio dia chegava em casa, almoçava e, da uma até às cinco, ia fazer balainho na roça. O rico não, ficava estudando, fazia tarefa, estudava mesmo. Então, dos que trabalhava na roça infelizmente era uma porcentagem muito pequena que saía, eu diria um por cento. E eu, felizmente, me incluí nesse um por cento. Fui bem sucedido mas fui dando sorte também. Eu gostava de estudar, mesmo na roça, eu levava o meu caderninho lá e na hora de café estudava.*

Pergunta: *E na época de colheita?*

Ademir Miranda: *Aí a gente mais faltava na escola do que ia. Uma vez a professora foi lá me buscar em casa. Ah, mas o meu pai que me levava para a roça e eu obedecia o meu pai. Daí mais de um mês faltando... Mas era quando dava lucro. Aí a gente ia todo mundo junto. Era uma época até festiva. E as crianças iam tudo, e entrava debaixo dos pés de café para fazer a derriça, assim com a mão mesmo, que chegava a machucar. Como era quatro pés de café plantado pertinho, o rastelo não entrava para puxar o café do chão, então entravam as crianças ali para puxar com a mão mesmo o café para fora. Depois colocava nos sacos e vinha o carro de boi e levava tudo para o terreiro. A gente fala, e parece até folclórico hoje, mas era assim mesmo.*²⁴²

A longa citação começa por apontar um dualismo presente numa concepção modernizante que se generalizou e que mobiliza o trabalho dos mais jovens preferencialmente para a cidade. Mas a questão, para Miranda, apontada como sendo mais de ordem “psicológica” passava também pela efetiva forma diferenciada de vida urbana, de seus tipos de trabalho, de acesso a serviços como os de educação, mas também pelo consumo.

Quanto ao sistema educacional em que Miranda se formou, tinha-se a estruturação em três níveis, sendo que geralmente os trabalhadores rurais não seguiam após o primeiro deles. Neste primeiro nível, existente em Monte Verde mesmo, Ademir Miranda inclusive estudou com uma das filhas do seu patrão, novamente mostrando

²⁴² Entrevista gravada, em 18 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.

uma proximidade de relação entre trabalhadores e fazendeiros²⁴³. Mas o mesmo Miranda afirma que o trabalho infantil generalizado, na preparação de mudas de café ou na colheita prejudicavam os estudos e instauravam uma desigual apropriação do mesmo sistema de ensino, “*que beneficiava muito o rico*”.

No entanto, Miranda, assim como as filhas de Maria Vassoler, teriam, como os “ricos”, ido de “*ponta a ponta*” e “*saído direto*”, formando-se e, efetivamente, tendo alguma ascensão social. Nem por isso, porém, esses bacharéis seriam equiparáveis à condição social dos bacharéis filhos de fazendeiros, sendo que a estratificação social parece se desdobrar seguidamente em novos elementos de diferenciação.

Enfim, com isso, estamos mostrando alguns elementos para além das explicações usuais sobre o fim do colonato. Essas pendem ora para caracterizar a progressiva limitação dos plantios próprios (Brant, 1976; D’Incao, 1979); ora indicam mesmo a constituição de uma superpopulação relativa a permitir a mobilização dos colonos (Brant, 1976); outras interpretações ressaltam o papel da política e da legislação que entrou em vigor no período (Silva, 1999; Stolcke, 1986); outras ainda dão importância maior para o chamado progresso técnico (Silva, 1981). Todas essas interpretações permearam a nossa edição das entrevistas e a análise que fizemos dos documentos. Por outro lado, tentamos incluir elementos da mudança vivenciada pelas famílias (cf. Stolcke, 1982) na época e, ainda, indicar uma percepção que nos parece importante, de que a instituição de um modo de vida urbano, mediado por uma cultura letrada parecia, então, afirmar-se para esses trabalhadores, motivando também mudanças aparentemente espontâneas da parte dos mesmos.

Assim, a liberdade que aqui embasa o trabalho livre desses trabalhadores passava por uma mobilização que, com esses elementos articulados, mostrava tanto aspectos de uma libertação dos meios de produção como aspectos de escolhas realizadas pelos próprios trabalhadores. A contradição de uma dupla liberdade, mais uma vez, se reformulava no período.

²⁴³ *Caderno de campo IV.*